

NEIL BRENNER

**ESPAÇOS DA
URBANIZAÇÃO**

O URBANO A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

LETRAPITAL

Neil Brenner

ESPAÇOS DA URBANIZAÇÃO:
O URBANO A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRCAPITAL

Copyright © Neil Brenner, 2018

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico,
sem a autorização prévia por escrito da Editora/Autor.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS Samuel Thomas Jaenisch e
Pedro Paulo Machado Bastos
CAPA Samuel Thomas Jaenisch e Thais Velasco
Imagem da CAPA Nikos Katsikis
EDITOR João Baptista Pinto
EDITORAÇÃO Luiz Guimarães
REVISÃO Rita Luppi

CIP - BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B848e

Brenner, Neil

Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica / Neil Brenner. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

356 p. : il. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-627-5

1. Sociologia urbana. I. Título.

18-53536

CDD: 307.7609

CDU: 316.334.56

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ

Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5º andar - Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 - Rio de Janeiro, RJ
Tel/Fax 55-21-3938-1950
www.observatoriodasmetrololes.net.br

LETRA CAPITAL EDITORA

Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781

letracapital@letracapital.com.br

Sumário

Prefácio.....	7
<i>Neil Brenner</i>	
1. O que é teoria crítica urbana?.....	21
2. Cidades para pessoas, sem fins lucrativos?.....	39
<i>(com Peter Marcuse e Margit Mayer)</i>	
3. Apresentando o Laboratório de Teoria Urbana.....	53
4. A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia.....	63
5. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana.....	105
6. Teorizando as relações socioespaciais.....	137
<i>(com Bob Jessop e Martin Jones)</i>	
7. Após a neoliberalização?.....	161
8. Cidade aberta ou o direito à cidade?.....	195
9. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa contra o urbanismo neoliberal?.....	203
10. Revolução urbana?.....	233
11. Teses sobre a urbanização.....	261
12. A hinterlândia, urbanizada?.....	311
Epílogo: Teoria urbana crítica, repaginada?.....	323
<i>(entrevista com Martín Arboleda)</i>	
Fontes das publicações originais e créditos.....	353

Prefácio

Este livro reúne uma série de textos dedicados ao estudo da urbanização contemporânea. Em primeiro lugar, vale dizer que a minha abordagem implica na preocupação em decifrar as formas emergentes de reestruturação e transformação urbanas, especialmente no contexto euro-americano, mas também em escala global, desde a década de 1980. A condição urbana nunca é estática; é um redemoinho implacável de transformações socioespaciais e de contestações sociopolíticas. Portanto, qualquer investigação da vida urbana é, necessariamente, uma análise de fluxo, transição, mutação e reestruturação. Assim sendo, a interação entre antigo e novo, continuidade e descontinuidade, reprodução e ruptura, persistência e emergência, é o tema central deste livro.

Em segundo lugar, as explorações contidas aqui exigem que elas estejam sistematicamente engajadas com questões clássicas da teoria urbana – para tal, é necessária a realização de um interrogatório crítico a respeito das epistemologias urbanas que herdamos junto à busca harmônica de novos modos de interpretação, categorias de análise e métodos através dos quais possamos decifrar uma paisagem urbana global em rápida mutação. Assim como a vida urbana está sendo constantemente retrabalhada e transformada, as nossas concepções também devem ser continuamente atualizadas e até reinventadas de modo a oferecer uma visão analítica do modo como os espaços físicos e sociais em rápida mutação procuram ascender nessa velocidade. Em meu entendimento, a teoria nunca se desprende da história, da política e da luta; é um produto direto, meio pelo qual se expressam as forças sociais históricas e da contestação política. Qualquer teoria que afirma sua validade universal e trans-histórica está baseada em uma autoilusão metafísica, do meu ponto de vista. Todas as reivindicações que procuram validar uma teoria,

trans-históricas ou não, estão intrínseca e historicamente incorporadas nas relações socioespaciais e nos processos em curso de contestação sociopolítica, da legitimidade, dos recursos e do significado dominante dessas relações sobre o poder. Ou seja, é impossível nos “desviarmos” de uma teoria de condições “objetivas” ou de quaisquer “leis” abrangentes da História.

Em vez disso, o desafio em reformular o entendimento teórico para esclarecer uma realidade socioespacial que está em rápida mutação requer dedicação intelectual sustentada, investigação sociológica, experimentação conceitual criativa e debate normativo coletivo. A contestação interpretativa tem de ser necessariamente permanente e intrinsecamente exploratória em contextos sociais, políticos e ideológicos. Esse é o desafio deste livro ao enfrentar um terreno vasto e variado do debate acadêmico sobre as questões urbanas. Não pretendemos “resolver” a questão sobre como deveríamos compreender a vida urbana contemporânea, mas sim disponibilizar “ofertas” – categorias de análise, quadros interpretativos e possíveis horizontes para futuras investigações – que possam facilitar a discussão coletiva sobre a rápida velocidade na qual estamos produzindo nossas paisagens urbanas atualmente, e que, por sua vez, moldam tão poderosamente nossa vida cotidiana.

Senão as mais importantes, as investigações contidas neste livro articulam os elementos do que considero uma abordagem crítica da questão urbana. As abordagens convencionais da questão urbana tendem a pressupor o que Andrew Sayer designou sobre uma epistemologia resultante de um “objetivismo ingênuo”, no qual a cidade e o urbano são concebidos como entidades empíricas metonímicas, entendidas de forma transparente e instrumentalmente manipuladas por um pesquisador supostamente neutro que ocuparia um ponto de vista exterior não participante aos locais e processos aos quais se dedica a investigar (SAYER, 1992). Tal como elaborei na Parte Um deste livro, uma das características principais de qualquer escopo concernente à teoria social crítica, incluindo a teoria urbana crítica, é a sua ênfase em considerar o lugar prático de todos os modos de conheci-

mento e em refletir rigorosa e epistemologicamente tudo o que disser respeito à mudança de cenários, condições e mediações desse lugar em relação aos processos em curso de reestruturação socioespacial.

Portanto, ao invés de pressupormos uma separação rígida entre sujeito (conhecedor) e objeto (o espaço ou o contexto sob investigação), as abordagens reflexivas ou críticas enfatizam que o sujeito e o objeto se constituem mutuamente, são dependentes um do outro em termos práticos e que se transformam intermitentemente através das relações socioespaciais, inclusive no campo ideológico e das interpretações. Para a realização de qualquer abordagem crítica da teoria urbana, as categorias, os métodos e as cartografias são pontos de interrogação indispensáveis para a análise. Assim, compreender as condições de emergência e de inteligibilidade dessas abordagens, bem como as suas possibilidades de desestabilização ou obsolescência, representam prioridades essenciais contínuas e potencialmente transformadoras de pesquisa. Em suma, as abordagens críticas da teoria urbana devem submeter constantemente seus próprios pressupostos epistemológicos e categorias de análise a interrogatórios críticos, mesmo que estes últimos já façam parte do desenvolvimento de pesquisa.

Os meus textos aqui reunidos sobre a questão urbana indicam um caminho intelectual através do qual é possível compreender a imperatividade epistemológica de reflexividade teórica, mas, para além disto, espero que eles ofereçam um argumento plausível sobre a importância de centralizar essa linha de pensamento na prática da pesquisa urbana crítica. Em forte contraste às abordagens convencionais, as abordagens críticas que embasam esses estudos urbanos se esforçam para oferecer *insights* não apenas sobre a mudança das condições urbanas, mas também sobre os quadros mutantes da análise – ou seja, as *teorias* – através dos quais essas questões podem ser investigadas, compreendidas e influenciadas. Por essa razão, entre muitas outras, creio que as abordagens críticas da questão urbana têm muito a contribuir com o conhecimento e a prática urbanos contemporâneos.

Essas foram as preocupações gerais que perfilarão as minhas análises sobre o tema da urbanização nas últimas duas décadas. Este livro apresenta alguns dos resultados dessa jornada, agora direcionados para o público brasileiro. Embora vários dos textos inclusos aqui tenham aparecido anteriormente em revistas brasileiras de Estudos Urbanos, Planejamento e Geografia, este volume apresenta uma gama bastante ampla de seleções recém-traduzidas de meus escritos sobre a problemática geral do desenvolvimento de novas abordagens para a compreensão de formas emergentes de urbanização. O Capítulo 4 é consideravelmente o mais antigo; data de 1998, quando completei meus estudos de doutorado em Ciência Política na Universidade de Chicago. Embora seja uma das minhas primeiras publicações acadêmicas, esse capítulo articula conceitos e métodos de teoria urbana que, posteriormente, desenvolvi no meu livro, *New State Spaces: Governança urbana e Rescaling of Statehood*, e que eu ainda, mesmo duas décadas depois, continuo defendendo (BRENNER, 2004). Vários ensaios incluídos aqui são produto de esforços colaborativos frutíferos – com Margit Mayer e Peter Marcuse (Capítulo 2); com Bob Jessop e Martin Jones (Capítulo 6); e com Jamie Peck e Nik Theodore (Capítulo 7). Sou profundamente grato aos meus colegas por sua generosa permissão para incluir o nosso trabalho em coautoria neste volume.

O livro está estruturado em quatro partes, cada uma das quais correspondente a um momento importante de meu trabalho de pesquisa na teoria urbana crítica desde o início dos anos 2000. A Parte I apresenta em maior detalhe a concepção da teoria urbana crítica esboçada neste prefácio, especialmente em relação aos legados das abordagens da Escola de Frankfurt e suas aplicações potenciais aos estudos urbanos. Esses textos se concentram, em particular, nos desafios e perspectivas da teoria urbana crítica com base nas condições iniciais do século XXI, sobretudo em relação às geografias mutantes, profundamente polarizadas e ameaçadas, além de intensamente contestadas do capitalismo neoliberal. Esta seção do livro também inclui um breve manifesto associado ao Urban Theory Lab (UTL), programa de pesquisa

que criei em 2011 quando fui nomeado para ocupar uma cátedra em Teoria Urbana na Harvard University's Graduate School of Design (GSD). O trabalho da UTL evoluiu consideravelmente desde que esse manifesto bastante otimista e ambicioso foi escrito. Devido a restrições de financiamento e a outros desafios institucionais, tivemos que reduzir e reformular nossas agendas de pesquisa. No entanto, é possível que este breve texto ofereça alguma orientação para outros urbanistas que também estão preocupados em desenvolver quadros alternativos – conceituais, institucionais e pedagógicos – em prol do trabalho com as questões urbanas.

A Parte II baseia-se na conceituação da teoria urbana crítica de que falei e conta com o propósito de apresentar uma série de estudos sobre a reestruturação urbana – incluindo a reformulação da governança urbana – como um processo de reescalamento. Aqui, ao invés de conceber o urbano como um tipo ou unidade territorial delimitada, contrastando-o com os espaços não urbanos (subúrbios, hinterlândias, zonas rurais, regiões selvagens), minha abordagem envolve a incorporação analítica do urbano no âmbito de um desenvolvimento desigual que é constituído interativamente, contestado politicamente, além de configurado historicamente por escalas mutáveis que se estendem dos nossos corpos à cidade, à região, ao território nacional e ao planeta. Em consequência, esse urbano é conceituado menos como uma unidade de domínio com limites bem definidos e mais como uma relação socioespacial que se insere num processo mais abrangente em evolução dinâmica. Em outras palavras, é dizer que esse urbano não é constituído pela demarcação de uma área territorial, mas sim através da cristalização de uma *posição* socioespacial dentro de um quadro amplo de relações multiescalares. Procedendo dessa forma, esses estudos oferecem um quadro interpretativo geral através do qual pode-se decifrar o reescalamento da vida urbana (incluindo o espaço urbano e o espaço projetado pelo Estado) na Euro-América e em outros locais a partir dos anos 1980. De um modo mais geral, esses ensaios oferecem críticas sustentadas por várias outras

abordagens essenciais do campo dos estudos urbanos globais contemporâneos que tendem a negligenciar o papel difusor das estratégias espaciais do Estado na produção do espaço urbano e/ou que tendem a reificar a escala urbana como um local fixo e pré-dado.

É claro que devemos assumir que uma abordagem reflexiva e escalar para entender a questão urbana oferece apenas *uma* perspectiva sobre os padrões e caminhos irregulares que permeiam as tendências urbanas; dificilmente essa abordagem poderá exigir validade abrangente. Esses capítulos destinam-se a ilustrar os principais elementos teóricos e metodológicos dessa abordagem, algumas das suas implicações interpretativas para metodologias mais práticas de pesquisa urbana e seus parâmetros epistemológicos mais apropriados. Especificamente, o capítulo final desta seção demarca o que Bob Jessop, Martin Jones e eu consideramos sobre os limites epistemológicos para uma abordagem escalar (ou, mais precisamente: uma escala *centrada*). Como sugerimos, a escala é uma das várias dimensões constitutivas das relações socioespaciais; para tal, é necessária uma conceituação reflexivamente polimórfica. Defendemos, portanto, uma abordagem multiescalar e relacional da pesquisa urbana de modo com que também esteja igualmente em sintonia com o papel fundamental da territorialização, da rede e dos processos estratégicos de produção do espaço.

No contexto dos debates sobre as geografias regulatórias do capitalismo pós-1970 e da formação da crise urbana, a Parte III do livro apresenta uma economia política espacializada do urbanismo neoliberal, englobando a abordagem disciplinar do mercado até a governança urbana imposta nas cidades, regiões e territórios em todo o mundo, a partir do colapso da configuração fordista-keynesiana e nacional-desenvolvimentista do capitalismo. Dou início a essa parte do livro com a seleção de um trabalho desenvolvido com dois colaboradores de longa data, Nik Theodore e Jamie Peck¹, sobre tais problemas. Em contraste com

¹ Outros textos-chave desse projeto incluem: Neil Brenner, Jamie Peck e Nik Theodore, *The Afterlives of Neoliberalism*. Civic City Cahiers (CCC) (London: Bedford Press/

a ideologia neoliberal e os relatos tradicionais do neoliberalismo, nossas análises ressaltam as *interações* dependentes presentes no caminho entre projetos neoliberais contextualmente específicos de reestruturação e paisagens institucionais e espaciais herdadas de outras épocas. Essa abordagem gera uma conceituação do neoliberalismo como processo constitutivamente híbrido, variado e desigual: não existe uma forma “pura” ideológica ou espacial em que esse projeto de transformação regulatória de mercado e disciplinar seja expresso.

Dessa maneira, nosso trabalho enfoca a natureza geograficamente variável, multiescalar, translocal, crítica e fluidamente dinâmica do urbanismo neoliberal em todo o planeta a partir da implantação dos projetos de reforma neoliberal em curso já há várias décadas. Sugerimos, também, que as cidades sejam locais de falhas políticas em série e de resistência intensiva, fornecendo, portanto, um importante ponto de referência intelectual e político para a compreensão de alguns dos limites, contradições e mutações do projeto neoliberal desde a década de 1990. No capítulo incluído aqui, elaboramos um arcabouço teórico através do qual é possível decifrar a dinâmica espacial, político-regulatória e discursiva irregular dos processos de neoliberalização, suas tendências de crise e suas contradições em regiões, territórios e escalas, bem como as rodadas sucessivas de reestruturação urbana induzidas por crises.

Essa abordagem distingue-se fortemente de várias abordagens influentes do estudo do neoliberalismo – incluindo a abordagem conhecida por “variedades de capitalismo” (VoC), as vertentes *neogramscianas* da economia política internacional e as abordagens *neofoucaultianas* sobre a governança neoliberal². Essa nossa abordagem também sugere a necessidade de que a noção de “pós-

Architectural Association, 2012); Neil Brenner, Jamie Peck e Nik Theodore, “Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways,” *Global Networks* 10, n. 2 (2010): 182-222; Jamie Peck, Nik Theodore e Neil Brenner, “Postneoliberalism and its malcontents,” *Antipode* 41, n. 1 (2009): 94-116; Jamie Peck, Nik Theodore e Neil Brenner, “Neoliberalism resurgent? Market rule after the great recession,” *South Atlantic Quarterly* 111, n. 2 (2012): 265-88; e Neil Brenner e Nik Theodore (Eds.), *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in Western Europe and North America* (Cambridge, Mass.: Blackwell, 2002).

² Veja, especialmente, Brenner, Peck e Theodore (2010), “Variegated neoliberalization”.

neoliberalismo” popularizada nos debates do início do século XXI sobre a reforma econômica na América Latina seja tratada cautelosamente. Mesmo na sequência de profundas contradições e importantes realinhamentos eleitorais que podem sinalizar tendências de crise severas no projeto neoliberal, provocando aberturas progressivas ou até radicais como alternativas, argumentamos que a política de neoliberalização sofreu mutações e não uma verdadeira transcendência, tanto na América Latina como em outros lugares. Assim, o capítulo é concluído a partir da proposição de várias perspectivas analíticas através das quais, uma delas, é avaliar criticamente as perspectivas de uma transição mais fundamental “para além” das negociações neoliberais da urbanização capitalista e da regulamentação territorial que atualmente prevalecem.

Nos outros dois capítulos incluídos nessa seção, tal abordagem é mobilizada para desconstruir criticamente várias ideologias contemporâneas de intervenção local que, em minha opinião, contribuem simultaneamente para mascarar a já entrenchada política espacial da neoliberalização. Essas análises se concentram especialmente no papel desempenhado pelos *designers* – arquitetos, arquitetos-paisagistas, urbanistas e planejadores – na produção de paisagens “neoliberalizadas” de injustiça, desigualdade, exclusão e exploração dentro e entre as principais cidades. Através de uma discussão de vários projetos populares de paisagismo baseado em outros projetos e discursos associados ao urbanismo “tático”, eu suscito questões críticas sobre projetos de reforma urbana progressiva, locais ou vizinhos. Esses argumentos embasam e politizam ainda mais as orientações epistemológicas críticas e as análises escalares introduzidas nas partes I e II deste livro.

Ao invés de descartarem as estratégias locais ou a política do lugar, essas análises sugerem que as agendas da reforma urbana permanecerão extremamente vulneráveis à colonização ou instrumentalização direta pelo mercado – isto é, por lógicas disciplinares da neoliberalização, a menos que estejam conectadas de forma significativa e sustentável a projetos supralocais

de políticas institucionais contraneoliberais e de transformação espacial. Dessa forma, esses textos destinam-se a provocar *designers*, urbanistas e planejadores a expandirem dramaticamente suas escalas de imaginação e intervenção, e a se engajarem tanto com questões de redesenho institucional como com questões do ambiente construído e não construído. Prosseguindo nesse sentido, proponho que as disciplinas de desenho urbano possam contribuir de forma produtiva para o projeto coletivo de visualização e produção de novas arquiteturas macroscópicas, infraestruturas territoriais e arranjos institucionais que consigam substituir as disposições regulatórias disciplinares de mercado atualmente prevalentes em toda a economia mundial.

A quarta parte do livro apresenta algumas seleções oriundas do meu trabalho mais recente sobre urbanização planetária. Embora esse estudo esteja embasado fundamentalmente em minhas investigações anteriores sobre a questão da escala e dos processos de neoliberalização, por outro lado, ele amplia a perspectiva de uma crítica mais fundamental às abordagens herdadas da teoria urbana de modo bem mais resolutivo do que eu havia tentado em minhas pesquisas anteriores. Especificamente, esses escritos exploram a possibilidade de que algumas das categorias, cartografias e métodos mais arraigados ao campo da teoria urbana – em particular, aqueles associados às noções herdadas da cidade, a exemplo da divisão urbano *versus* rural e a hinterlândia – exigem, atualmente, uma sistemática reinvenção dadas as condições planetárias em rápida mutação em que vivemos.

Em colaboração com Christian Schmid do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique (ETH Zürich), trabalhei o conceito de urbanização planetária para questionar criticamente os pressupostos “metageográficos” herdados da teoria urbana do século XX e, nessa base, demarcar as limitações e os pontos cegos de ideologias contemporâneas triunfalistas e populacionais do capitalismo centrado na cidade e na “era urbana”. É importante ressaltar que a nossa teorização da urbanização planetária contribui para esclarecer as geografias variadas e profundamente desfavoráveis da reestruturação urbana ao redor do mundo. Ela

se dá, ao mesmo tempo, por meio de uma urbanização concentrada em megacidades e regiões metropolitanas de grande escala, bem como por meio de uma urbanização extensiva por todas as regiões rurais, hinterlândias e áreas selvagens que agora estão sendo cada vez mais integradas e operacionalizadas pelo urbano por meio de estratégias industriais de escala planetária, configurações de megainfraestruturas e corredores logísticos intercontinentais³.

Na abordagem que estamos desenvolvendo assentada nos escritos do teórico marxista francês Henri Lefebvre, o processo de urbanização deve ser fundamentalmente reconceitualizado: envolve não apenas o crescimento de “cidades” e regiões de megacidades, mas a produção de um irregular e desigual “tecido urbano”, que, de uma vez, incorpora e acelera as relações socioespaciais de industrialização – incluindo extração, produção, circulação e reprodução social⁴. Particularmente, desde a década de 1980, argumentamos que essa dissociação analítica da teoria da urbanização a partir da ideia clássica do “crescimento da cidade” tem gerado implicações massivas à nossa capacidade em decifrar as transformações socioespaciais contemporâneas em todo o mundo. Isso nos permite começar a explorar as conexões entre a urbanização extensiva da cidade e uma ampla gama de

³ Esses argumentos são desenvolvidos extensamente em vários textos em coautoria com Christian Schmid (Instituto Federal de Tecnologia de Zurique) que não estão incluídos neste volume, bem como em vários outros projetos de escrita colaborativa. Veja, em particular, Neil Brenner e Christian Schmid, “The ‘urban age’ in question,” *International Journal of Urban and Regional Research* 38, n. 3 (2014): 731-755; e Neil Brenner e Christian Schmid, “Towards a new epistemology of the urban,” *CITY* 19, n. 2-3 (2015): 151-182. Veja também Neil Brenner (Ed.), *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization* (Berlin: Jovis, 2014) e Neil Brenner, *Critique of Urbanization: Selected Essays* (Basel and Boston: Birkhäuser, 2016).

⁴ Uma abordagem estreitamente paralela, neolefebvriana, sobre o tecido urbano capitalista tornou-se pioneira no contexto brasileiro graças ao professor Roberto-Luis Monte-Mór, da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Eu incluí vários textos clássicos do professor Monte-Mór em meu volume editado, *Implosions/Explosions*. Seu trabalho sobre a urbanização extensiva na região amazônica do Brasil continua sendo um ponto de referência fundamental para minha própria abordagem de desenvolvimento da urbanização planetária. Além do nosso interesse mútuo na teoria socioespacial de Henri Lefebvre e no desenvolvimento do conceito de “tecido urbano”, o professor Monte-Mór e eu também compartilhamos um mesmo mentor intelectual mais imediato: o geógrafo e o teórico socioespacial Edward W. Soja, com quem tanto eu como o professor Monte-Mór estudamos na University of California, Los Angeles (embora em momentos diferentes).

transformações de “não cidade” inextricavelmente ligadas a esse processo, desde a aceleração do agronegócio e do estabelecimento de enclaves na terra rural até as novas ondas de investimento em infraestrutura de grande escala (relacionadas à logística, extração, geração de energia, turismo e gestão ambiental) em todos os países mais “antigos” do mundo.

O livro conclui com um Epílogo, categorizado como um diálogo entre eu e meu amigo Martín Arboleda, um dos meus colaboradores mais próximos no Laboratório de Teoria Urbana, e que reflete algumas das minhas principais explorações teóricas, propostas conceituais e linhas de pesquisa durante as últimas duas décadas. Grande parte desse discurso é dedicado às questões geradas pelo meu trabalho mais recente sobre a urbanização planetária, tanto em relação aos tópicos de meus escritos anteriores, quanto em relação às várias abordagens importantes na teoria urbana crítica contemporânea. Essa discussão também ressalta algumas das preocupações normativas e políticas que continuam a animar minha pesquisa acerca das geografias que estão em rápida mutação na urbanização capitalista. O texto destina-se a oferecer algumas perspectivas sintéticas sobre a minha trajetória intelectual ao longo dos anos, ao mesmo tempo que aponta para alguns possíveis horizontes de teoria e pesquisa que poderiam ser desenvolvidos por algumas das ideias reunidas aqui.

Em conjunto, os escritos reunidos neste livro defendem uma reinvenção constante das categorias de enquadramento, métodos e premissas da teoria urbana crítica em relação às geografias rápida e irregularmente mutantes da urbanização capitalista, especialmente na era contemporânea de uma transformação institucional e ecológica hiperfinanceirizada em escala planetária. Se a urbanização é essencialmente um processo de produção e de transformação do espaço, então, na prática, o momento da crítica já está contido dentro desse processo, ao mesmo tempo em que ele é recorrente e implacavelmente transformado pela dinâmica inevitável da destruição criativa que sustenta e articula esse processo.

Conforme entendido aqui, portanto, a crítica não é simples-

mente uma orientação opositiva aos espaços, instituições e ideologias existentes; é um pulso de subversão e transcendência que está incorporada nela, ainda que suprimida pela facticidade aparente do presente. Nesse sentido, o momento da crítica não é produzido de um ponto de vista externo ao processo de urbanização; está iminentemente contido nele, como uma das forças de animação que internaliza os enclaves, as disposições, as tendências de crise e as contradições da atual configuração urbana, enquanto aponta para além deles futuros alternativos. Precisamente nesse sentido, acredito, a crítica é um modo de contrainterpretação que, na formulação clássica de Stuart Hall, pode funcionar como uma “força material” que molda e reestrutura continuamente o processo de urbanização em si (HALL, 1986).

Através de sua abstração irreduzível, a crítica é um momento essencial na luta contínua para imaginar e buscar *alter-urbanizações* – ou seja, caminhos alternativos para a produção coletiva e apropriação do espaço⁵. À medida que o processo de urbanização capitalista continua a ser implacável – e sendo sistematicamente desigual, razão direta da destruição criativa de lugares, territórios, paisagens e escalas –, os significados e modalidades da crítica devem ser continuamente reinventados, assim como os parâmetros para a imaginação, o mapeamento e a busca por *alter-urbanizações*. Em outras palavras, do meu ponto de vista, esse é um dos principais desafios intelectuais e políticos enfrentados pelos teóricos urbanos críticos de hoje, sendo, portanto, uma preocupação central que orienta os textos reunidos neste livro. Somente uma teoria que seja dinâmica – constantemente transformada de forma reflexiva em relação aos mundos sociais e às paisagens territoriais inquietas que evoluem desigualmente e dos quais essa teoria procura compreender – pode ser uma teoria verdadeiramente *crítica*.

Gostaria de expressar o meu mais sincero agradecimento aos meus colegas, o professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e o pesquisador Pedro Paulo Machado Bastos, do Observatório das

⁵ Para elaborações mais aprofundadas sobre o conceito de “alter-urbanizações”, ver Brenner, *Critique of Urbanization*.

Metrópolis, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela dedicação, coleguismo e generosidade na coordenação da publicação deste volume. Gostaria também de agradecer à equipe de tradução – que incluiu Pedro Paulo Machado Bastos, Daniel Sanfelici, Camila de Brito, Fabiana Ribeiro do Nascimento, Elizamari Becker, Karen Heberle, Marianna Olinger, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Daphne Besen, Carolina Siqueira M. Ventura e Elaine Philippe – por sua experiência e cuidado na apresentação desses textos difíceis de tradução para um público brasileiro. Uma generosa doação do Escritório do Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos, da Universidade de Harvard (DRCLAS), apoiou o trabalho de tradução. A maior recompensa do erudito é ter a oportunidade de comunicar os frutos de seu trabalho a um público leitor mais amplo e, assim, participar e contribuir com o diálogo coletivo sobre questões de interesse comum. Obrigado, colegas tão respeitados, por facilitarem esse diálogo aqui.

Os métodos, conceitos e “manobras” analíticas apresentados nestas páginas poderão ser úteis para estudiosos, planejadores e urbanistas trabalhando para desenvolver abordagens críticas para urbanização e reestruturação urbana no Brasil ou em outros países da América Latina? Essas são as perguntas sobre as quais, por enquanto, só posso especular; são questões para os leitores deste livro explorarem. Quaisquer que sejam as conclusões tiradas por eles, minha esperança é de que algumas das modestas “ofertas” reunidas aqui possam contribuir, de alguma forma, com os esforços coletivos em curso para decifrar e moldar criticamente os dramáticos e históricos processos de megaurbanização e de destruição criativa socioespacial em desenvolvimento atualmente na América Latina contemporânea.

Neil Brenner
Santiago, Chile
Dezembro 2017

O que é teoria crítica urbana?

O que é teoria crítica urbana? Essa expressão é usada com frequência como referência nos trabalhos de acadêmicos do urbanismo radical ou de esquerda durante o período pós-1968 – por exemplo, os de Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Peter Marcuse e uma legião de outros que foram inspirados ou influenciados por estes (KATZNELSON, 1993; MERRIFIELD, 2002). A teoria crítica urbana rejeita divisões do trabalho e formas de compreensão urbana estatais, tecnocráticas e orientadas pelo e para o mercado. Nesse sentido, a teoria crítica difere fundamentalmente do que pode ser chamado de “teoria urbana dominante” – como, por exemplo, as abordagens herdadas da sociologia urbana da Escola de Chicago, ou aquelas aplicadas em formas tecnocráticas ou neoliberais da ciência política. Ao invés de afirmar a condição atual das cidades como a expressão de leis trans-históricas de organização social, racionalidade burocrática ou eficiência econômica, a teoria crítica urbana dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re)construção contínua como lugar, meio e resultado de relações de poder sócio-historicamente específicas. A teoria crítica urbana é, portanto, fundada em relações antagônicas não somente para compreensões urbanas herdadas, mas com frequência, para as formações urbanas existentes. A teoria crítica urbana insiste que outra forma de urbanização, mais democrática, socialmente justa e sustentável, é possível, mesmo que tais possibilidades estejam sendo atualmente suprimidas através de arranjos institucionais, práticas e ideologias dominantes. Em resumo, teoria crítica urbana envolve uma crítica da ideologia (incluindo ideologias científicas-sociais) e uma crítica do poder, da desigualdade, da

injustiça e da exploração existentes, ao mesmo tempo, nas e entre as cidades.

No entanto, as noções de crítica e, mais especificamente, de teoria crítica, não são meramente expressões descritivas. Elas têm um conteúdo social e teórico determinado, derivado de várias ramificações da filosofia social iluminista e pós-iluminista, assim como nos trabalhos de Hegel, Marx e da tradição ocidental marxista (KOSELLECK, 1988; POSTONE, 1993; CALHOUN, 1995). Além disso, o foco da crítica na teoria social crítica tem evoluído significativamente durante os dois últimos séculos do desenvolvimento capitalista (THERBORN, 1996). Dada a agenda intelectual e política dessa edição da *CITY I*, vale revisitar alguns dos argumentos-chave desenvolvidos nas tradições mencionadas anteriormente. Em particular, a da Escola de Frankfurt, a qual pode-se considerar como um ponto de referência crucial, ainda que frequentemente de forma implícita, para o trabalho contemporâneo do urbanismo crítico.

Um dos principais pontos a ser enfatizado aqui é a especificidade histórica de qualquer abordagem para a teoria social crítica, urbana ou qualquer outra forma de teoria crítica. Os trabalhos de Marx e da Escola de Frankfurt surgiram, respectivamente, durante fases iniciais do capitalismo competitivo (metade ao final do século XIX) e fordista-keynesiano (metade do século XX), fases essas que foram substituídas pelo movimento progressivo, incansável e criativamente destrutivo do desenvolvimento capitalista (POSTONE, 1992; 1993; 1999). Uma questão-chave contemporânea é, portanto, como as condições de possibilidade para uma teoria crítica mudaram na atualidade – no início do século XXI – em um contexto de uma formação capitalista crescentemente globalizada, neoliberalização e financeirizada (THERBORN, 2008).

Tais considerações também levam diretamente ao espinhoso problema de como posicionar questões urbanas dentro do projeto mais amplo da teoria crítica social. À exceção significativa do *Passagen-Werk* de Walter Benjamin, nenhuma das principais personalidades associadas à Escola de Frankfurt

despendeu muita atenção às questões urbanas. Para eles, teoria crítica envolvia a crítica à mercadorização do Estado e da Lei, incluindo suas mediações, por exemplo, através das estruturas familiares, formas culturais e dinâmicas sociopsicológicas (JAY, 1973; KELLNER, 1989; WIGGERSHAUS, 1995). Essa orientação foi plausível, de alguma forma, durante as fases competitiva e fordista-keynesiana do desenvolvimento capitalista, na medida em que os processos de urbanização eram geralmente vistos como uma expressão espacial direta de outras forças sociais, pretensamente mais importantes, como a industrialização, a luta de classes e a regulação do Estado. Defendo aqui, no entanto, que tal orientação não mais é válida no início do século XXI, quando testemunhamos a urbanização do mundo com a “revolução urbana”, antecipada há aproximadamente quatro décadas por Henri Lefebvre (2003 [1970]). Sob condições crescentemente generalizadas de urbanização mundial (LEFEBVRE, 2003 [1970]; SCHMID, 2005; SOJA; KANAI, 2007), o projeto da teoria crítica social e o da teoria crítica urbana estão entrelaçados como nunca antes.

Crítica e teoria social crítica

A ideia moderna de crítica é derivada do Iluminismo e foi desenvolvida de forma mais sistemática nos trabalhos de Kant, Hegel e dos hegelianos de esquerda (MARCUSE, 1954; HABERMAS, 1973; JAY, 1973; CALHOUN, 1995; THERBORN, 1996). No entanto, assumiu uma nova significação no trabalho de Marx, com o desenvolvimento da noção de crítica da economia política (POSTONE, 1993). Para Marx, a crítica da economia política acarretava, por um lado, uma forma de *Ideologiekritik*, um desmascaramento de mitos históricos específicos, reificações e antinomias que permeiam as formas de conhecimento burguesas. Tão importante quanto isso, Marx entendeu a crítica da economia política não só como uma crítica das ideias e dos discursos sobre o capitalismo, mas como uma crítica do capitalismo em si mesmo, e como contribuição à tentativa de trans-

cendê-lo. Nessa concepção dialética, uma tarefa-chave da crítica é revelar as contradições existentes na totalidade historicamente específica formada pelo capitalismo.

Essa abordagem à crítica é percebida como tendo diversas funções importantes. Primeiro, expõe as formas de poder, exclusão, injustiça e desigualdade que sustentam formações sociais capitalistas. Em segundo, para Marx, a crítica da economia política pretende iluminar a paisagem emergente e contínua das lutas sociopolíticas: conecta discursos ideológicos da esfera política aos antagonismos (de classe) subjacentes e às forças sociais dentro da sociedade burguesa. Talvez, de maneira ainda mais importante, Marx entendeu a crítica como um meio para explorar, ambos em teoria e prática, a possibilidade de forjar alternativas ao capitalismo. Uma crítica da economia política, portanto, serve para mostrar como as contradições do capitalismo simultaneamente debilitam o sistema e apontam, para além dele, na direção de outras formas de organização de capacidades sociais e de relações sociedade/natureza.

Ao longo do século XX, a crítica da economia política de Marx tem sido apropriada em diversas tradições de análises críticas, incluindo o marxismo tradicional da Segunda Internacional (KOLAKOWSKI, 1981) e os ramos alternativos do pensamento radical associados com o marxismo ocidental (JAY, 1986). No entanto, pode-se argumentar que foi na teoria social crítica da Escola de Frankfurt que o conceito de crítica foi explorado de forma mais sistemática como um problema metodológico, teórico e político. Ao confrontar essa questão, os maiores expoentes da Escola de Frankfurt também desenvolveram um programa de pesquisa intelectual, politicamente subversivo e inovador sobre a economia política, as dinâmicas sociopsicológicas, as tendências evolutivas e as contradições internas do capitalismo moderno (BRONNER; KELLNER, 1989; ARATO; GEBHARDT, 1990; WIGGERSHAUS, 1995).

Foi Max Horkheimer (1982 [1937]) quem, escrevendo do exílio na cidade de Nova Iorque em 1937, introduziu a terminologia da “teoria crítica”. O conceito foi subsequentemente

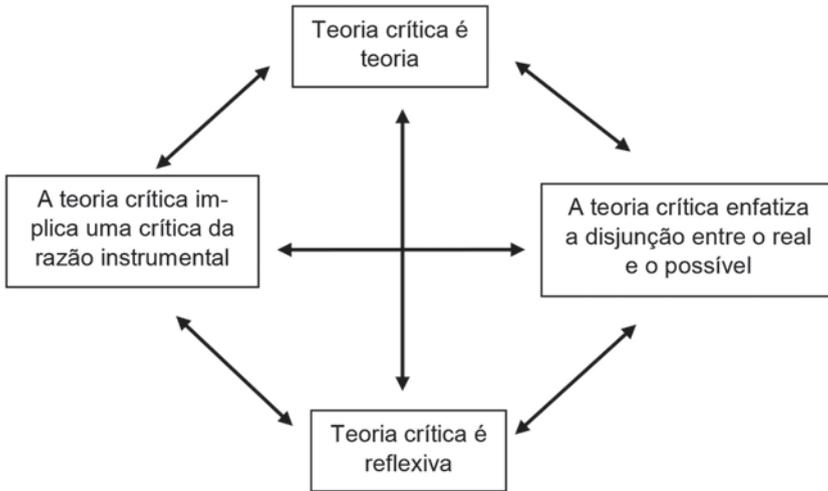
desenvolvido e ampliado por seus parceiros de trabalho Theodor Adorno e Herbert Marcuse, e posteriormente, em direções muito diferentes, por Jürgen Habermas, até a década de 1980. Na concepção da Escola de Frankfurt, a teoria crítica representava um rompimento decisivo com as formas ortodoxas de marxismo que prevaleceram na Segunda Internacional, com sua ontologia do trabalho e sua invocação da luta de classes proletária como a base privilegiada para transformação social no capitalismo. Adicionalmente, ao longo de meados do século XX, a teoria crítica da Escola de Frankfurt foi animada por diversas outras preocupações contexto-específicas, incluindo: a crítica ao fascismo na Alemanha e em outros lugares; a crítica da tecnologia, do consumo de massa e da indústria cultural no capitalismo pós-guerra na Europa e Estados Unidos; e, especialmente no trabalho posterior de Herbert Marcuse, a crítica da supressão da emancipação humana nos sistemas institucionais vigentes.

A noção de teoria crítica da Escola de Frankfurt foi inicialmente elaborada como um conceito epistemológico. O clássico ensaio de Horkheimer de 1937, “Teoria Crítica e Tradicional”, serviu para demarcar uma alternativa às abordagens positivistas e tecnocráticas da ciência social e à filosofia burguesa (HORKHEIMER, 1982 [1937], pp.188–252). Essa linha de análise foi continuada por Adorno na década de 1960, na *Positivismusstreit* (disputa positivista) com Karl Popper (ADORNO *et al.*, 1976), e mais uma vez, de forma totalmente diferente dos seus escritos filosóficos sobre teoria dialética e estética (para uma amostra, ver O’Connor, 2000). A noção de teoria crítica foi desenvolvida em mais outra nova direção por Habermas em seu debate sobre tecnocracia com Niklas Luhmann no início da década de 1970 (HABERMAS; LUHMANN, 1971), e de uma forma ainda mais elaborada e madura, em sua grande obra, *Teoria da Ação Comunicativa*, em meados da década de 1980 (HABERMAS, 1985;1987).

A visão de teoria crítica mais carregada politicamente foi apresentada, indiscutivelmente, por Herbert Marcuse em meados da década de 1960, sobretudo em seu clássico livro de 1964, *Homem Unidimensional*. Para Marcuse, a teoria crítica acarretava uma crítica

imamente da sociedade capitalista em sua forma corrente: está relacionada, ele insistia, “com as alternativas históricas que perseguem a sociedade estabelecida como forças e tendências subversivas” (1964, pp. xi–xii). Existe então uma conexão direta entre o projeto de Marcuse e um aspecto central da crítica da economia política original de Marx: a busca por alternativas emancipatórias latentes no presente, devido às contradições das relações sociais existentes (como enfatizado sistematicamente por Postone, 1993). O significado de cada uma só pode ser compreendido em sua inteireza em relação aos outros (Figura 1.1).

Figura 1.1
Quatro enunciados mutuamente constitutivos da teoria crítica



Teoria Crítica é teoria

Na Escola de Frankfurt, teoria crítica é, sem nenhum tipo de constrangimento, abstrata. É caracterizada por reflexões epistemológicas e filosóficas; pelo desenvolvimento de conceitos formais, generalizações sobre tendências históricas; por formas de argumentação dedutivas e indutivas; e diversas formas de análises históricas. Também pode se desenvolver sobre as bases

de pesquisas concretas, ou seja, sobre uma base de evidências, seja organizada por métodos tradicionais ou críticos. Como descreve Marcuse (1964, p. xi), “para identificar e definir as possibilidades para um desenvolvimento ótimo, a teoria crítica deve abstrair da organização e utilização existente de recursos da sociedade, e dos resultados dessa organização e utilização”. E, nesse sentido, é uma teoria.

Teoria crítica não deve, portanto, servir como uma fórmula para qualquer caminho particular de mudança social, não é um mapa estratégico para mudança social, e não é um guia de “como fazer” para movimentos sociais. Pode e, de fato, deveria ter mediações com o campo da prática, e se propõe explicitamente a informar a perspectiva estratégica de atores políticos e sociais progressistas, radicais ou revolucionários. Mas ao mesmo tempo, a concepção de teoria crítica da Escola de Frankfurt está focada em um momento de abstração que é analiticamente anterior à famosa pergunta leninista “O que fazer?”.

Teoria Crítica é reflexiva

Na tradição da Escola de Frankfurt, teoria é entendida como, simultaneamente possibilitada por, e orientada a, contextos e condições históricas específicas. Essa conceituação tem pelo menos duas implicações-chave. Primeiro, a teoria crítica envolve uma rejeição total de qualquer ponto de partida – positivista, transcendental, metafísico ou outro – que de alguma forma alega poder estar “fora” de um contexto histórico específico no tempo/espço. Todo conhecimento social, incluindo a teoria crítica, está embutido na dialética da mudança social e histórica; é, portanto, intrinsecamente, endemicamente contextual. Em segundo, a teoria crítica da Escola de Frankfurt transcende uma preocupação hermenêutica generalizada com a situação de todo conhecimento. É focada, mais especificamente, na questão de como formas oposicionistas e antagonistas de conhecimento, subjetividade e consciência podem emergir em uma formação social histórica.

Teóricos críticos confrontam essa questão enfatizando o caráter contraditório, fragmentado e rompido do capitalismo como totalidade social. Se a totalidade fosse fechada, não contraditória ou completa, não poderia haver consciência crítica dela; não existiria a necessidade da crítica e, certamente, a crítica seria estruturalmente impossível. A crítica emerge precisamente na medida em que a sociedade está em conflito consigo mesma, ou seja, porque sua forma de desenvolvimento é autocontraditória. Nesse sentido, teóricos críticos não estão preocupados somente em situar eles mesmos e suas agendas de pesquisa na evolução histórica do capitalismo moderno, mas também, e de maneira igualmente relevante, querem entender o que há no capitalismo moderno que permite as suas próprias formas, e as das outras, de consciência crítica.

Teoria Crítica envolve uma Crítica da Razão Instrumental

Como é amplamente conhecido, os teóricos críticos da Escola de Frankfurt desenvolveram uma racionalidade crítica instrumental (analisada em profundidade por Habermas, 1985; 1987). Com base nos escritos de Max Weber, eles se opuseram à generalização societária de racionalidade meios-fins orientada a fins racionalmente escolhidos (*Zweckrationale*), uma ligação eficiente de meios a fins, sem questionamento dos próprios fins. Essa crítica teve implicações em vários campos da organização industrial, tecnologia e administração, mas de forma mais crucial, os teóricos da Escola de Frankfurt também a aplicaram ao campo das Ciências Sociais. Nesse sentido, a teoria crítica envolve uma forte rejeição de modos instrumentais de conhecimento científico social, ou seja, aqueles designados a tornar arranjos institucionais existentes mais eficientes e efetivos, para manipular e dominar o mundo social e físico e, portanto, fortalecer as atuais formas de poder. Ao invés disso, teóricos críticos demandaram um questionamento dos fins do conhecimento e, portanto, um engajamento explícito com questões normativas.

De forma consistente com sua abordagem historicamente reflexiva à ciência social, acadêmicos da Escola de Frankfurt defendiam que uma teoria crítica deve explicitar suas orientações práticas, políticas e normativas, ao invés de adotar uma visão estreita ou tecnocrática. Modos instrumentalistas de conhecimento pressupõem necessariamente sua separação de seu objeto de investigação. No entanto, uma vez que a separação é rejeitada, e o “conhecedor” é entendido como parte do mesmo contexto social prático que está sendo investigado, questões normativas são inevitáveis. A proposta de reflexividade e a crítica da razão instrumental são, portanto, diretamente interconectadas.

Consequentemente, quando os teóricos críticos discutem o chamado problema teoria/prática, eles não estão se referindo à questão de como “aplicar” a teoria à prática, mas sim, estão pensando essa relação dialética exatamente na direção oposta. Isto é, em como o campo da prática (e portanto, considerações normativas) sempre já informa o trabalho dos teóricos, mesmo quando esse último permanece em um nível abstrato. Como escreveu Habermas em 1971:

A interpretação dialética [associada à teoria crítica] compreende o conhecimento do sujeito em termos da relação da práxis social, em termos de sua posição, tanto no processo do trabalho social e no processo de esclarecimento das forças políticas sobre suas metas (1973, pp. 210-211).

A Teoria Crítica enfatiza a separação entre o presente e o possível

Como defende Therborn (2008), a Escola de Frankfurt adota uma crítica da modernidade capitalista, ou seja, afirma as possibilidades da liberação humana abertas por sua formação social enquanto também critica suas exclusões, opressões e injustiças sistêmicas. A tarefa da teoria crítica é, assim, não apenas investigar as formas de dominação associadas ao capitalismo moderno, mas igualmente, escavar as possibilidades emanci-

padoras que estão embutidas nele, ainda que simultaneamente suprimidas por esse mesmo sistema.

Em grande parte dos escritos da Escola de Frankfurt, essa orientação envolve uma “busca por um elemento revolucionário”, ou seja, a preocupação em encontrar um agente de mudança social radical que pudesse concretizar as possibilidades desencadeadas, ainda que suprimidas, pelo capitalismo. No entanto, dado o abandono de qualquer esperança de revolução proletária pela Escola de Frankfurt, sua busca por um elemento revolucionário durante o período pós-guerra gerou um pessimismo um tanto melancólico em relação à possibilidade de transformação social e, especialmente no trabalho de Adorno e Horkheimer, um recuo à preocupações filosóficas e estéticas relativamente abstratas (POSTONE, 1993).

Marcuse, em contraste, apresenta uma posição muito diferente sobre essa questão na introdução do *Homem Unidimensional*. No livro, ele concorda com seus colegas da Escola de Frankfurt que, em contraste com o período formativo da industrialização capitalista, o capitalismo do final do século XX carece de qualquer “agente ou agências de mudança social” de forma clara; em outras palavras, o proletariado não estava mais operando como classe para si mesma. Entretanto, Marcuse (1964, p. xii) insiste que “a necessidade por uma mudança qualitativa está pressionando como nunca antes [...] pela sociedade como um todo, para cada um de seus membros”. Em relação a esse contexto, Marcuse propõe que a qualidade um tanto abstrata da teoria crítica, durante a época em que ele escreveu, estava organicamente ligada à ausência de um agente evidente de mudança social emancipatória e radical. Ele defende, além do mais, que as abstrações associadas à teoria crítica só poderiam ser dissolvidas através de lutas históricas concretas: “os conceitos teóricos”, Marcuse (1964, p. xii) sugere, “acabam com a mudança social”. Essa forte afirmação nos leva de volta à ideia de teoria crítica como teoria. Assim como o impulso crítico da teoria crítica é historicamente orientado, sua orientação teórica também é continua-

mente moldada e remoldada através de contínuas transformações sociais e políticas.

A posição de Marcuse é remanescente da famosa reivindicação de Marx no Volume 3 de *O Capital* de que toda ciência seria supérflua se não houvesse distinção entre realidade e aparência. De forma similar, Marcuse sugere que em um mundo no qual mudança social revolucionária ou radical estivesse ocorrendo, a teoria crítica seria efetivamente marginalizada ou até dissolvida, não em sua orientação crítica, mas como teoria, se transformaria em prática concreta. Ou, para colocar de maneira diferente, é precisamente devido ao fato da prática social emancipatória, transformadora e revolucionária permanecer tão restrita e confinada sob o capitalismo contemporâneo que a teoria crítica permanece teoria crítica e não simples prática social cotidiana. A partir desse ponto de vista, a chamada divisão teoria/prática é um artefato decorrente não da confusão teórica ou das inadequações epistemológicas, mas da formação social contraditória e alienada na qual a teoria crítica está inscrita. Não existe teoria que possa superar essa divisão, porque, por definição, ela não pode ser superada teoricamente; só pode ser superada na prática.

A Teoria Crítica e a questão da urbanização

Enquanto o trabalho de Marx tem exercido uma influência massiva no campo dos estudos urbanos críticos pós-1968, poucos, se é que algum dos contribuintes desse campo se engajaram diretamente com os escritos da Escola de Frankfurt. Apesar disso, acredito que a maior parte dos autores que se posicionam no universo intelectual dos estudos urbanos críticos endossaria, ao menos em termos gerais, a concepção de teoria crítica articulada através das quatro proposições resumidas abaixo:

- eles insistem na necessidade pelo abstrato, argumentos teóricos sobre a natureza dos processos urbanos no capitalismo, enquanto rejeitam a concepção da teoria como “feita sob encomenda” para atender preocupações instrumentais, imediatas ou práticas;

- eles veem o conhecimento das questões urbanas, incluindo perspectivas críticas, como sendo historicamente específicas e mediadas através de relações de poder;
- eles rejeitam formas de análise urbana instrumentalistas, tecnocráticas e guiadas pelo mercado que promovem a manutenção e a reprodução de formações urbanas existentes; e
- eles estão preocupados em prospectar as possibilidades de formas de urbanismo alternativas, radicalmente emancipatórias que estão latentes nas cidades contemporâneas, ainda que sistematicamente suprimidas.

Claro que, qualquer contribuição dada à teoria crítica urbana pode estar mais afinada com algumas dessas proposições que com outras, mas elas parecem, cumulativamente, constituir uma fundação epistemológica importante para o campo de maneira geral. Nesse sentido, a teoria crítica urbana desenvolveu-se em um terreno intelectual e político que já tinha sido extensivamente trabalhado não só por Marx, mas por vários teóricos da Escola de Frankfurt. Dado o caráter destacado e até dividido dos debates substantivos, metodológicos e epistemológicos entre urbanistas críticos desde a construção desse campo no início da década de 1970 (ver, por exemplo, SAUNDERS, 1986; GOTTDIENER, 1985; SOJA, 2000; BRENNER; KEIL, 2005; ROBINSON, 2006) é essencial não perder de vista essas amplas áreas de concordância fundamentais.

No entanto, como o campo dos estudos críticos urbanos continua a evoluir e se diversificar no início do século XXI, seu caráter como teoria supostamente crítica merece ser submetido a um escrutínio cuidadoso e à discussão sistemática. Em uma crítica feminista incisiva de Habermas, Fraser (1989) formulou a famosa pergunta: “O que é crítico na teoria crítica?”. A pergunta de Fraser também pode ser feita no campo em discussão nessa edição da *CITY*: o que é crítico na teoria crítica urbana? Precisamente porque o processo da urbanização capitalista continua seu movimento de destruição criativa em escala mundial, os signifi-

cados e modalidades de crítica nunca podem ser tidos como constantes; eles devem, pelo contrário, ser continuamente reinventados em relação à evolução de geografias políticas e econômicas desiguais desse processo e os diversos conflitos que produzem. Isto é, em minha percepção, trata-se de um dos maiores desafios intelectuais e políticos que confrontam teóricos do urbanismo crítico atualmente, e um dos que muitos contribuintes a essa edição da *CITY* abraçam de forma bastante produtiva.

Como indicado acima, o conceito de crítica desenvolvido por Marx e a visão de teoria crítica elaborada na Escola de Frankfurt estavam inscritos em formações historicamente específicas do capitalismo. Consistente com sua demanda por reflexividade, cada uma dessas abordagens explicitamente se compreenderam como inscritas nessa formação, e estavam autoconscientemente orientadas na direção de submeter esta última à crítica. Essa demanda por reflexividade, como elaborada acima, deve também ser central em qualquer tentativa de se apropriar ou reinventar a teoria crítica, urbana ou outra, no início do século XXI.

No entanto, como Postone (1993; 1999) argumentou, as condições de possibilidade para a teoria crítica têm sido completamente reconstituídas sob o capitalismo pós-fordista e pós-keynesiano. A natureza das barreiras estruturais para as formas de mudança social emancipatórias e da imaginação relacionadas a alternativas para o capitalismo tem sido transformadas qualitativamente com a aceleração da integração geoeconômica, a financeirização intensificada do capital, a crise do modelo pós-guerra de intervenção de Estado de bem-estar social, a neoliberalização das formas de Estado ainda em curso e a crise ecológica planetária que se agrava (ALBRITTON *et al.*, 2001; HARVEY, 2005). A crise financeira global mais recente – resultado final de uma “montanha russa” de quebras regionais catastróficas que foram reverberando na economia mundial por pelo menos uma década (HARVEY, 2008), gerou uma nova rodada de reestruturações induzidas pela crise mundial, que rearticularam as condições institucionais, epistemológicas e políticas para qualquer possibilidade de teoria crítica social (BRAND; SEKLER, 2009; GOWAN, 2009;

PECK *et al.*, 2009). Enquanto os quatro elementos da teoria crítica mencionados anteriormente se mantêm claramente relevantes no início do século XXI, seus significados e modalidades específicas precisam ser cuidadosamente reconceituados. O desafio para aqueles comprometidos com o projeto da teoria crítica é fazê-lo de uma forma que seja adequada ao fluxo contínuo e progressivo do capital, com as contradições e tendências de crise associadas a ele, e as lutas e impulsos antagônicos que ele gera através de ambientes variados da economia mundial.

Confrontar essa tarefa, eu tenho que convir, depende de uma integração muito mais sistemática de questões urbanas ao quadro analítico da teoria crítica social como um todo. Como mencionado acima, a problemática da urbanização recebeu relativamente pouca atenção nas análises clássicas da Escola de Frankfurt; e foi só relativamente recente que variados esboços de Benjamin (2002) sobre a transformação capitalista de Paris no século XIX geraram um interesse acadêmico significativo pelo tema (BUCK-MORSS, 1991). Mesmo durante as fases competitiva e fordista-keynesiana do desenvolvimento capitalista, processos de urbanização manifestaram-se acima de tudo na formação e expansão de regiões urbanas em larga escala, simbolizados destacadamente nas dinâmicas de acumulação de capital e na organização das relações sociais cotidianas e lutas políticas. Nas condições geopolíticas atuais, no entanto, o processo de urbanização se tornou crescentemente generalizado em uma escala mundial. A urbanização não diz mais respeito apenas à expansão das “grandes cidades” do capitalismo industrial, aos vastos centros de produção metropolitanos, à dispersão metropolitana e às configurações regionais de infraestrutura do capitalismo fordista-keynesiano, ou às expansões lineares antecipadas de populações das “megacidades” do mundo. Ao invés disso, como Lefebvre (2003 [1970]) antecipou aproximadamente quatro décadas atrás, esse processo se desenvolve agora crescentemente através de alongamentos desiguais do “tecido urbano”, composto de diversos tipos de padrões de investimento, espaços para assentamentos, matrizes de utilização da terra e redes de infraestrutura ao longo

de toda economia mundial. A urbanização ainda se manifesta na massiva expansão continuada das cidades, cidades-região e megacidade-regiões, mas igualmente vincula-se à transformação socioespacial de diversos assentamentos urbanos menos densamente aglomerados que estão, através de redes de infraestrutura interurbanas e intermetropolitanas constantemente adensadas, sendo cada vez mais estreitamente interligados aos principais centros urbanos. Em resumo, estamos testemunhando nada menos que a intensificação e extensão dos processos de urbanização em todas as escalas espaciais e em toda superfície do espaço planetário (LEFEBVRE, 2003 [1970]; SCHMID, 2005).

Como ao longo de fases anteriores do desenvolvimento capitalista, as geografias da urbanização são profundamente díspares. Mas seus parâmetros não são mais confinados em um tipo único de espaço, seja ele definido como cidade, cidade-região, região metropolitana ou mesmo megacidade-regiões. Consequentemente, em circunstâncias contemporâneas, o urbano não pode mais ser visto como um lugar relativamente limitado ou distinto; ao invés, se tornou uma condição planetária generalizada na qual, e através da qual, a acumulação do capital, a regulação da vida política e econômica, a reprodução das relações sociais cotidianas e a contestação das características possíveis do planeta e da humanidade são simultaneamente organizadas e disputadas. Nessa perspectiva, é crescentemente insustentável ver questões urbanas como meramente um entre muitos subtópicos especializados, aos quais uma abordagem teórica crítica pode ser aplicada, como, por exemplo, família, psicologia social, educação, indústrias culturais, e outras semelhantes. Ao invés disso, cada uma das orientações políticas e metodológicas associadas à teoria crítica, como discutido acima, requer atualmente um engajamento sustentado com os modelos mundiais contemporâneos de urbanização capitalista e suas consequências profundas para as relações sociais, políticas, econômicas e humanos/natureza.

Essa é uma afirmação intencionalmente provocativa, e esse breve artigo oferece nada mais que uma tentativa modesta de demarcar uma necessidade por tal engajamento e alguns

parâmetros intelectuais amplos nos quais isso pode ocorrer. Evidente que uma elaboração efetiva de reorientação “urbanística” da teoria crítica vai requerer mais reflexão teórica, pesquisa comparativa concreta e extensa, bem como estratégias criativas e colaborativas para gerar as condições institucionais requeridas para uma efervescência de conhecimentos críticos sobre a urbanização contemporânea. Defendi acima que urbanistas críticos devem trabalhar para aclarar e redefinir continuamente o caráter “crítico” de suas orientações, compromissos e engajamentos teóricos à luz dos processos de reestruturação urbana do início do século XXI. Dadas as amplas transformações associadas a tais processos, o momento parece igualmente oportuno para integrar a problemática da urbanização de maneira mais sistemática e abrangente na arquitetura intelectual da teoria crítica de maneira mais ampla.

Agradecimentos

Agradeço a Peter Marcuse, Margit Mayer e Christian Schmid pelos debates e pelos comentários críticos que colaboraram para a realização deste trabalho.

Referências

- ADORNO, T.; ALBERT, H.; DAHRENDORF, R.; HABERMAS, J.; PILOT, H.; POPPER, K. **The Positivist Dispute in German Sociology**. Tradução: G. Adey e D. Frisby. London: Heinemann, 1976.
- ALBRITTON, R.; ITOH, M.; WESTRA, R.; ZUEGE, A. **Phases of Capitalist Development: Booms, Crises, Globalizations**. New York: Palgrave, 2001.
- ARATO, A.; GEBHARDT, E. (Org.) **The Essential Frankfurt School Reader**. New York: Continuum, 1990.
- BENJAMIN, W. **The Arcades Project**. Ed. R. Tiedemann. Tradução: H. Eiland e K. McLaughlin. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2002.
- BRAND, U.; SEKLER, N. (Eds.) “Postneoliberalism: a beginning debate” [Special issue], **Development Dialogue** 51, p. 3-211, 2009.
- BRENNER, N.; KEIL, R. (Orgs.) **The Global Cities Reader**. New York: Routledge, 2005.
- BRONNER, S.; KELLNER, D. **Critical Theory and Society: A Reader**. New York: Routledge, 1989.

- BUCK-MORSS, S. **The Dialectics of Seeing**: Walter Benjamin and the Arcades Project. Cambridge (MA): MIT Press, 1991.
- CALHOUN, C. "Rethinking critical theory". In: CALHOUN, C. **Critical Social Theory**. Cambridge (MA): Blackwell, p. 1-42, 1995.
- FRASER, N. **Unruly Practices**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 1989.
- GOTTDIENER, M. **The Social Production of Urban Space**, 2nd ed. Austin: University of Texas Press, 1985.
- GOWAN, P. "Crisis in the heartland: consequences of the new Wall Street system". **New Left Review**, 55, p. 5-29, 2009.
- HABERMAS, J. **Theory and Practice**. Tradução: J. Viertel. Boston: Beacon, 1973.
- _____. **The Theory of Communicative Action**, Volume 1. Tradução: T. McCarthy. Boston: Beacon, 1985.
- _____. **The Theory of Communicative Action**, Volume 2. Tradução: T. McCarthy. Boston: Beacon, 1987.
- HABERMAS, J.; LUHMANN, N. **Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie—was leistet Systemforschung?** Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1971.
- HARVEY, D. **The New Imperialism**. New York: Oxford University Press, 2005.
- HARVEY, D. "The right to the city". **New Left Review**, 53, p. 23-40, 2008.
- HORKHEIMER, M. "Traditional and critical theory". In: HORKEIMER, M. **Critical Theory: Selected Essays**. Tradução: M. J. O'Connell. New York: Continuum, p. 188-243, 1982 [1937].
- JAY, M. **The Dialectical Imagination**. Boston: Little, Brown, 1973.
- _____. **Marxism and Totality**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- KATZNELSON, I. **Marxism and the City**. New York: Oxford University Press, 1993.
- KELLNER, D. **Critical Theory, Marxism and Modernity**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- KOLAKOWSKI, L. **Main Currents of Marxism**, Volume 2: The Golden Age. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- KOSELLECK, R. **Critique and Crisis**. Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society. Cambridge (MA): MIT Press, 1988.
- LEFEBVRE, H. **The Urban Revolution**. Tradução para o inglês de Robert Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- MARCUSE, H. **Reason and Revolution: Hegel and the Rise of Social Theory**. London: Humanities Press, 1954.
- _____. **One-Dimensional Man**. Boston: Beacon, 1964.
- MERRIFIELD, A. **Metro-Marxism**. New York: Routledge, 2002.

- O'CONNOR, B. (Ed.) **The Adorno Reader**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2000.
- PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. "Postneoliberalism and its discontents". Center for Urban Economic Development (CUED), University of Illinois at Chicago, unpublished manuscript, 2009.
- POSTONE, M. "Political theory and historical analysis". In: CALHOUN, C. (Ed.) **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge (MA): MIT Press, p. 164-180, 1992.
- POSTONE, M. **Time, Labor and Social Domination: A Re-interpretation of Karl Marx's Critical Social Theory**. New York: Cambridge University Press, 1993.
- POSTONE, M. "Contemporary historical transformations: beyond postindustrial theory and neo-Marxism". **Current Perspectives in Social Theory**, 19, p. 3-53, 1999.
- ROBINSON, J. **Ordinary Cities**. London: Routledge, 2006.
- SAUNDERS, P. **Social Theory and the Urban Question**, 2nd ed. New York: Routledge, 1986.
- SCHMID, C. "Theory". In: DIENER, R.; HERZOG, J.; MEURON, P.; SCHMID, C. **Switzerland: An Urban Portrait**. Basel: Birkhäuser Verlag, p. 163-224, 2005.
- SOJA, E. **Postmetropolis**. Cambridge (MA): Blackwell, 2000.
- SOJA, E.; KANAI, M. The urbanization of the world. In: BURDETT, R.; SUDJIC, D. **The endless city: The Urban Age Project** by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London: Phaidon, p. 54-68, 2007.
- THERBORN, G. "Dialectics of modernity: on critical theory and the legacy of 20th century Marxism". **New Left Review** I/215, p. 59-81, 1996.
- THERBORN, G. **From Marxism to Post-Marxism?** London: Verso, 2008.
- WIGGERSHAUS, R. **The Frankfurt School: Its History, Theories and Political Significance**. Tradução: M. Robertson. Cambridge (MA): MIT Press, 1995.

Cidades para pessoas, sem fins lucrativos?

(com Peter Marcuse e Margit Mayer)

Os efeitos da recessão econômica global pós-2009 vêm intensificando drasticamente as contradições nas quais os movimentos sociais urbanos se originaram, validando suas reivindicações quanto à insustentabilidade e à destruição geradas pela urbanização neoliberal. Cidades em toda a Europa – de Londres, Copenhague, Paris e Roma a Atenas, Reykjavík, Riga e Kiev – provocaram diversas manifestações, greves e protestos por causa disso, muitas das vezes acompanhados de violência. Os jovens ativistas não estão sozinhos quando se indignam sobre o fato de o dinheiro público estar sendo repassado pouco a pouco aos grandes bancos, mesmo que a desestabilização da vida econômica e a intensificação generalizada da insegurança social continuem. Em 2009, os consultores da Economist Intelligence Unit observaram:

Uma onda de incidentes nos últimos meses mostra que a crise econômica global já está tendo repercussões políticas [...] Existe uma crescente preocupação quanto a uma possível pandemia global de agitação [...] Nossa central prevê um risco alto de ocorrência de agitação social ameaçadora ao regime¹.

No mesmo contexto, o diretor de inteligência nacional dos EUA considerou essa crise econômica global como a maior ameaça à segurança contemporânea, superando o

¹ Economist Intelligence Unit, “Governments under pressure: how sustained economic upheaval could put political regimes at risk”. *The Economist*, 19 mar. 2009. Disponível em: <[http://viewswire.eiu.com/index.asp?layout=VWArticleVW3&article_id=954360280&rf=0How sustained economic upheaval could put political regimes at risk](http://viewswire.eiu.com/index.asp?layout=VWArticleVW3&article_id=954360280&rf=0How+sustained+economic+upheaval+could+put+political+regimes+at+risk)>.

terrorismo². Diante disso, percebemos que os preparativos para controlar e esmagar o potencial conflito civil a ser deflagrado estavam, de fato, bem encaminhados³.

No bojo dessas tendências, urge entender como os diferentes tipos de cidades e metrópoles em todo o mundo estão sendo reposicionados em circuitos progressivamente voláteis e financeirizados de acumulação de capital sob mudanças na forma de exercício do poder geopolítico. Igualmente importante é a questão de como essa crise provocou ou restringiu o desenvolvimento de visões alternativas à vida urbana que vislumbrassem um princípio estruturante da organização político-econômica e espacial para um horizonte além do capitalismo. As cidades capitalistas não são apenas locais estratégicos de acumulação de capital; elas também são arenas em que os conflitos e contradições associados a estratégias específicas de acumulação são histórica e geograficamente combatidos. Como tal, as cidades capitalistas vêm servindo há muito tempo como espaços de vislumbre da acumulação e, de fato, se mobilizaram para criar alternativas à reprodução do próprio capitalismo, incluindo os modelos de urbanização lucrativa e a implacável mercantilização da vida social.

É através dessa série de questões como desejamos discutir o título deste capítulo, “Cidades para pessoas, sem fins lucrativos?”. Através dele, ressaltamos a prioridade política de se construir cidades que correspondam às necessidades sociais, e não ao capitalismo imperativo da criação de lucros privados e de enclaves sociais. A demanda por “cidades para pessoas, sem fins lucrativos” tem sido articulada repetidamente em grande parte da história do capitalismo. Foi, por exemplo, expressa paradigmaticamente por Friedrich Engels (1987) enquanto analisava a condição miserável da classe trabalhadora inglesa nos distritos habitacionais em ruínas da cidade de Manchester, no século XIX. Também foi

² Nelson Schwartz, “Rise in jobless poses threat to stability worldwide”, *New York Times*, 15 fev. 2009.

³ Nathan Freier, “Known unknowns: unconventional ‘strategic shocks’ in defense strategy development”. *Strategic Studies Institute U.S. Army War College*, 04 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=890>>.

articulada, de outras formas, por escritores tão diversos como Jane Jacobs (1962), Lewis Mumford (1962) e Henri Lefebvre (1996) quando polemizaram a respeito das consequências homogeneizadoras, destrutivas e antissociais dos projetos de renovação urbana fordista e modernista do pós-guerra. Foi explicitamente politizada e, em alguns casos, parcialmente institucionalizada por movimentos socialistas municipais em diversos contextos e conjunturas no decurso do século XX (BLAU, 1999; BODDY; FUDGE, 1984; MACKINTOSH; WAINWRIGHT, 1987). Dessa experiência, podemos tirar lições negativas e positivas do regime socialista, no qual as formas hipercentralizadas de planejamento estatal substituíram a mercantilização como princípio estruturante da organização territorial. E, finalmente, as formas de urbanismo baseadas no lucro também foram ressaltadas no contexto geoeconômico contemporâneo por críticos dos modelos neoliberais de desenvolvimento urbano. Entre esses modelos, exemplifiquemos a hipermercantilização do solo urbano e de outras comodidades sociais básicas – como habitação, serviços públicos, espaço público, saúde, educação, incluindo água e esgoto – em muitas cidades do mundo⁴.

Dessa maneira, parece-nos urgente ampliar e aprofundar a reflexão sobre essa problemática neste momento atual em que as consequências da crise financeira mundial, que começou em 2009, continuam a propagar ondas de instabilidade, sofrimento social e conflitos em todo o sistema urbano global. Novos recursos intelectuais são particularmente importantes para as instituições, movimentos e atores que visam a reverter a hipermercantilização contemporânea da vida urbana e, nessa base, promover formas alternativas de urbanismo que sejam radicalmente democráticas, socialmente justas e sustentáveis. Escrevendo há mais de quatro décadas, David Harvey caracterizou sucintamente esse desafio da seguinte maneira:

⁴ Ver, por exemplo, Neil Smith, *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City* (New York: Routledge, 1996); David Harvey, *The Urban Experience* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989); e Neil Brenner e Nik Theodore (Eds.), *Spaces of Neoliberalism* (Cambridge, Mass.: Blackwell, 2003).

Os padrões na circulação da mais-valia estão mudando, mas não alteraram o fato de que as cidades [...] estejam fundadas na exploração de muitos por poucos. Um urbanismo fundado na espoliação é um legado da história. Um urbanismo genuinamente humanizado ainda não foi criado. A teoria revolucionária ainda continua traçando o caminho de um urbanismo baseado na espoliação que derive para um urbanismo apropriado para a espécie humana. E resta para a prática revolucionária realizar tal transformação (HARVEY, 1973, p. 314).

Certamente, a visão política de Harvey permanece tão fundamental nos dias de hoje como foi no início do século XXI. Na visão de Harvey, a tarefa-chave fundamental para apreender a teoria urbana crítica ou “revolucionária” seria “traçar um caminho” que vá ao encontro das formas alternativas e pós-capitalistas de urbanização. Como essa tarefa pode ser posta em prática hoje em dia justo num momento em que uma nova onda de acumulação por espoliação e de formação de enclaves capitalistas assolam destrutivamente toda a economia mundial? (HARVEY, 2008; ANGELIS, 2007).

A necessidade de uma teoria urbana crítica

Mapear os possíveis caminhos para uma transformação socioespacial – ou nos termos colocados por Harvey, “traçar um caminho” – envolve, em primeiro lugar, *compreender* a natureza dos padrões contemporâneos de reestruturação urbana e, então, dessa forma, analisar suas implicações no ato de agir (HARVEY, 1973, p. 314). Um desafio-chave fundamental para intelectuais e ativistas radicais é decifrar as origens e as consequências da crise financeira global contemporânea e a possibilidade de se criar respostas alternativas, progressivas, radicais ou revolucionárias, de uma vez, a essa crise no âmago das cidades – e para além delas, também. Tais entendimentos terão implicações consideráveis no caráter, intensidade, direção, duração e resultados potenciais da resistência à qual essas respostas provocarão.

O campo dos estudos urbanos críticos pode contribuir de forma importante com os esforços em curso para enfrentar tais questões. Esse campo intelectual foi consolidado no final da década de 1960 e início da de 1970 graças às intervenções pioneiras de estudiosos radicais como Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey, entre muitos outros. Apesar de suas diferenças teóricas, metodológicas e políticas, esses autores compartilharam de uma preocupação em comum para entender as maneiras pelas quais as cidades são operadas como lugares estratégicos para o desenlace dos processos de mercantilização no capitalismo. As cidades, argumentaram eles, são os pontos-base para a produção, circulação e consumo de mercadorias, e sua organização socioespacial interna em evolução, sistemas de governança e padrões de conflito sociopolítico devem ser vistos em relação a esse papel que desempenham. Esses autores sugeriram, além disso, que as cidades capitalistas não são apenas arenas em que ocorrem a mercantilização; elas próprias também são intensamente mercantilizadas na medida em que suas formas socioespaciais constitutivas – desde os edifícios e configurações do ambiente construído até os sistemas de uso da terra, redes de produção e arranjos de infraestrutura metropolitana – são esculpidas e continuamente reorganizadas para aumentar o lucro e, portanto, o acúmulo de capital.

É claro que as estratégias de reestruturação urbana orientadas para o lucro são intensamente contestadas entre as forças sociais dominantes, subordinadas e marginalizadas; seus resultados nunca são predeterminados através da lógica do capital. O espaço urbano sob o capitalismo, portanto, nunca é fixado de modo permanente: é constantemente moldado e remodelado por meio de um confronto implacável de forças sociais opostas orientadas, respectivamente, pelas dimensões do valor de troca (lucrativo) e do valor de uso (vida cotidiana) das configurações socioespaciais (LEFEBVRE, 1996; HARVEY, 1973; LOGAN; MOLOTCH, 1987). Além disso, as estratégias para mercantilizar o espaço urbano tendem a falhar terrivelmente muitas das vezes, produzindo paisagens urbanas e regionais desvalorizadas criadas em

momentos de crise e nas quais o trabalho e o capital não podem ser combinados de forma produtiva para satisfazerem as necessidades sociais. Sem mencionar que trata-se de configurações socioespaciais herdadas de tempos passados e que estão severamente desestabilizadas, geralmente ao custo do sofrimento humano e da degradação ambiental. Mesmo que tais estratégias lucrativas pareçam abrir novas fronteiras para a extração de mais-valias, dentro ou fora das cidades, essas aparentes operações “bem-sucedidas” são inevitavelmente precárias e temporárias. Neste sentido, a sobreacumulação, a desvalorização e a crise sistêmica permanecem figurando como constantes ameaças. É um paradoxo, no entanto, que os conflitos, falhas, instabilidades e tendências de crise associadas à forma capitalista de urbanização não tenham levado à dissolução ou à transcendência dessas configurações socioespaciais, mas sim à sua reinvenção contínua através de um processo dinâmico de “explosão-implosão” e de “criatividade-destruição”. Consequentemente, apesar de seus impactos sociais e ambientais, tão destrutivos e desestabilizadores, o pulso incansável do capital para aumentar a lucratividade tem desempenhado – e continua a desempenhar – um papel poderoso na produção e transformação de configurações socioespaciais urbanas⁵.

Desde a década de 1970, esses pontos de partida analíticos e políticos têm incitado uma profusão extraordinária de pesquisas criticamente orientadas sobre as várias dimensões e consequências dos modos de urbanização capitalista – incluindo padrões de aglomeração industrial e relações entre empresas; a evolução do mercado urbano de trabalho; a economia política das relações imobiliárias e de propriedade urbana; problemas de reprodução social, incluindo habitação, transporte, educação e

⁵ A correlação entre as cidades e a mercantilização já havia sido realizada em meados do século XIX por Engels em seu clássico estudo sobre a Manchester industrial. No entanto, essa série de questões apontadas aqui foram posteriormente negligenciadas pela maioria dos urbanistas do século XX, que optaram por combinar abordagens trans-históricas, tecnocráticas ou instrumentistas sobre a cidade, tendendo a interpretá-las como expressões espaciais resultantes de princípios supostamente universais de ecologia humana ou de ordem civilizatória. Para ler um pouco mais sobre uma exceção a essas tantas abordagens realizadas em meados do século XX, recomendo ver o que diz Lewis Mumford (1962) sobre “coketown” em *The City in History*, p. 446-481.

investimento em infraestrutura; a evolução das lutas de classes e de outros conflitos sociais nas esferas da produção, reprodução e governança urbana; o papel das instituições do Estado, em várias escalas espaciais, nos processos de mediação da reestruturação urbana; reorganização dos regimes de governança urbana; a evolução da natureza e da sociedade urbanizadas; e a consolidação de diversas formas de mobilização social, conflito e luta urbanos. Essas análises, por sua vez, contribuíram para que fossem elaboradas vertentes distintas da pesquisa urbana crítica que inspiraram toda uma geração de envolvimento intelectual e político com as questões urbanas⁶. Essas vertentes de pesquisa incluem, em vários níveis de abstração: (a) *periodizações* do desenvolvimento urbano capitalista que tenham associado regimes (em escala mundial) de acumulação de capital a configurações de mudança (nacional e local) do espaço urbano; (b) *abordagens comparativas* de estudos urbanos que tenham explorado as formas específicas de organização estratégica do território, cristalizadas em cada uma das últimas configurações mencionadas; e (c) *análises conjunturais* que tentam decifrar os processos de reestruturação urbana em curso, específicos do local em estudo, suas raízes dentro da crise subjacente, as tendências do capitalismo mundial, seus desdobramentos na trajetória do desenvolvimento urbano e a possibilidade de sujeitar este último a alguma forma de controle democrático popular.

Contudo, não estamos sugerindo que os estudos urbanos críticos representem um campo de pesquisa homogêneo sobre uma base rígida ortodoxa ou paradigmática. Pelo contrário; o desenvolvimento de abordagens críticas para o estudo da urbanização capitalista tem sido, e certamente permanece, repleto de desentendimentos abrangentes sobre questões básicas teóricas, epistemológicas, metodológicas e políticas. Mesmo que a sua forma, conteúdo e participações tenham evoluído consideravel-

⁶ Para uma análise de outros panoramas sobre o tema e intervenções paradigmáticas, ver Michael Dear e Allen Scott (Eds.), *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society* (London: Methuen, 1980); Edward Soja, *Postmetropolis* (Cambridge, Mass.: Blackwell, 2000); Nik Heynen, Maria Kaika e Erik Swyngedouw (Eds.) *In the Nature of Cities: Urban Political Ecology and the Politics of Urban Metabolism* (New York: Routledge, 2006).

mente em relação ao movimento intermitente e direto da urbanização capitalista mundial, tais controvérsias permanecem tão intensas agora quanto foram no início dos anos 1970.

No entanto, no contexto das últimas quatro décadas em que se observou o desenvolvimento de uma teorização vibrante de pesquisa, debates e desacordos sobre as questões urbanas no capitalismo, acreditamos ser plausível falar de um ramo “crítico” amplamente coerente dos estudos urbanos. Esse ramo crítico pode ser utilmente contraposto às abordagens *mainstream* ou “tradicionais”. Além de seus fundamentos epistemológicos diferentes, as abordagens críticas dos estudos urbanos estão geralmente preocupadas em: (a) analisar as interseções sistêmicas e historicamente específicas entre o capitalismo e os processos de urbanização; (b) examinar o equilíbrio mutável das forças sociais, as relações de poder, as desigualdades socioespaciais e os arranjos político-institucionais que moldam e, por sua vez, são moldados pela evolução da urbanização capitalista; (c) expor as marginalizações, exclusões e injustiças (seja de classe, etnia, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade ou outras) inscritas, naturalizadas e também contestadas dentro das configurações urbanas existentes por meio de práticas e de ideologias espaciais; (d) decifrar as contradições, as tendências de crise e as linhas de conflito potencial ou real nas cidades contemporâneas e, nessa base, (e) demarcar e politizar as possibilidades estrategicamente essenciais para formas mais progressistas, socialmente justas, emancipadoras e sustentáveis de vida urbana.

Cidades em crise: teoria... e prática

Insistimos na centralidade da mercantilização como ponto de referência intelectual e político para se efetuar qualquer relato crítico sobre a condição urbana contemporânea. Apesar disso, essa *problemática* pode ser explorada por meio de várias lentes teóricas e metodológicas. Um caminho frutífero de se explorá-la é dado pelo conceito clássico de Henri Lefebvre sobre o “direito à cidade”, recentemente redescoberto por acadêmicos e ativistas

radicais (LEFEBVRE, 1996). Esse *slogan* representa um “grito” forte de união e de base para a mobilização política transformadora em muitas cidades e regiões metropolitanas contemporâneas junto a discursos de “cidades para cidadãos” por meio da revitalização das sociedades civis urbanas participativas (DOUGLASS; FRIEDMANN, 1998). No entanto, esse *slogan* político potencialmente radical, assim como o de “capital social”, está sendo usado ideologicamente pelas instituições políticas, que o cooptaram para legitimar as formas existentes de governança urbana – ainda que pouco efetivas – ou para realçar as implicações sistêmicas resultantes dos modos recentemente introduzidos de participação cidadã em assuntos municipais (MAYER, 2011, pp. 63-85; MAYER, 2003, pp. 110-132).

O próprio Lefebvre lutou contra um problema parecido nas décadas de 1960 e 1970, quando o conceito eurocomunista de *autogestão* – em seu sentido literal, mas talvez mais exatamente traduzido como “democracia de base” – foi indevidamente cooptado por diversos interesses para legitimar novas formas do planejamento burocrático do Estado. Em contraste com essas tendências, Lefebvre insistiu que “limitar o mundo das mercadorias” era essencial para qualquer projeto de democracia radical, urbana ou de outra forma, pois isso “daria sentido aos projetos de planejamento democrático, priorizando as necessidades sociais que são formuladas, controladas e gerenciadas por aqueles que têm uma participação neles” (PURCELL, 2008).

É notório observar que, desde o período fordista-keynesiano, os movimentos sociais urbanos vêm articulando novas esperanças e visões, mas também enfrentando novas pressões e restrições. Na ocasião, eles conseguiram produzir grandes mudanças; porém, em outros casos, a promessa radical que sustentavam foi abandonada, cooptada ou “convencionalizada”. Sem dúvidas, nem todos esses movimentos realmente buscavam mudanças sistêmicas, fosse em relação ao capitalismo, fosse em relação ao poder estatal moderno ou de outras instituições, práticas e ideologias hegemônicas. Contudo, na perspectiva da teoria urbana crítica, pode-se arriscar a seguinte premissa: o potencial transfor-

mador das mobilizações emergentes do movimento social dependerá de dois fatores básicos: da posição objetiva, do poder e das estratégias daqueles que estão atualmente em posições de dominação; e da posição objetiva, do poder e das estratégias daqueles que se mobilizam contra as formas estabelecidas de urbanismo neoliberal.

Hoje em dia, a posição objetiva em que ambos os fatores se encontram é a *crise*. Inicialmente, essa crise parecia estar enraizada na estrutura econômica, mas também foi estendida a formas de governança, regulação e subjetividade política. A estratégia dos que estão no poder é bastante clara e pode ser resumida sob a rubrica do neoliberalismo (e suas várias permutações político-ideológicas): seu principal objetivo, em diversos contextos e escalas político-institucionais, é promover a regra do mercado e da mercantilização agressiva. Essa situação constitui o pano de fundo para mostrar os esforços das abordagens contemporâneas da teoria urbana crítica, que examinam as maneiras variadas pelas quais as relações de poder social do capitalismo – juntamente com o imperialismo, o colonialismo, o racismo e outras modalidades de desemprego social – estão inscritas em paisagens urbanas em todo o mundo. Mas, o que dizer das forças de resistência à dominação, ou seja, das que sofrem devido à crise atual e, de fato, das relações de exploração a longo prazo pelas quais a situação atual é uma consequência e, ao mesmo tempo, causa? Qual é o seu futuro, e que tipo de mudança, se houver, essas forças produzirão?

A natureza das forças sociais afetadas negativamente pelos arranjos existentes e pelos processos contemporâneos de reestruturação requer uma investigação e uma teorização cuidadosas. Uma abordagem produtiva dessa tarefa analítica implica distinguir os *desapossados* – aqueles que são imediatamente explorados, desempregados, empobrecidos e discriminados no trabalho e na educação, desconsiderados pela saúde coletiva, ou também encarcerados – e os *descontentes* – aqueles que são desrespeitados, tratados de forma desigual devido à sua orientação sexual, política ou religiosa, censurados na fala, na escrita, na pesquisa

ou na expressão artística, escravizados ou, de outra forma, restringidos na capacidade de explorarem as suas possibilidades de vida (MARCUSE, 2011, pp. 24-41).

Os membros desses grupos – que se sobrepõem parcialmente – defendem uma causa considerável para se oporem ao sistema vigente de capitalismo e às formas contemporâneas de urbanismo neoliberal. Mas, eles representam um conjunto extremamente heterogêneo de forças sociais; seus interesses comuns nem sempre são óbvios e tampouco a ação estratégica que planejam denota uma questão simples. A possibilidade de agir é limitada ainda mais pela influência ideológica potente da mídia corporativa, pela linguagem diária e rotineira da política e da necessidade percebida de lidar com as crises cotidianas antes que atinjam o longo prazo, mostrando como essas questões sistêmicas podem ser abordadas. E, acima de tudo, a ação transformadora é limitada pela propaganda do fundamentalismo de mercado, pelo apelo induzido do consumismo em massa e do populismo autoritário, pelo sistema educacional tecnicamente instrumental, pelo peso opressivo da burocracia e, portanto, pela força esmagadora das ideologias dominantes de supremacia e exclusão – por exemplo, o nacionalismo, o racismo (especialmente a supremacia branca), o eurocentrismo, o orientalismo, a heteronormatividade, o especismo, e assim por diante.

Entretanto, várias abordagens diferentes de resistência e mudança para ação da teoria urbana crítica são possíveis. A revolta pelo colapso da ordem financeira global do “capitalismo de cassino”, dominada pela especulação e cuja regulamentação pública está nas mãos das instituições dominantes do capital corporativo, conforme explica a indignação popular. Essa indignação poderia ser direcionada contra o sistema como um todo; ou poderia ter contornos mais radicais, no espírito de Lefebvre. De fato, argumentar-se-ia facilmente que a crise atual exporia os vícios do sistema capitalista e que a tomada de um direito genuíno à cidade exigiria a abolição do domínio do capital privado sobre a economia urbana e, logicamente, sobre a economia mundial como um todo. Essa seria uma resposta radical, orientada preci-

samente para a construção de um “urbanismo apropriado para a espécie humana”, conforme previsto por Harvey (1973, p. 314).

Por outro lado, adotar uma resposta liberal-progressiva ou reformista incidiria em associar a ganância individual e “excessiva”, seja de banqueiros, financiadores ou políticos, como aspecto intrínseco dos vilões responsáveis pela crise atual. Tal resposta de ação, portanto, se encarregaria de regular as atividades exercidas pelos corretores imobiliários de forma mais completa do que os regulamentos neoliberais existentes. Isso induziria a indignação não do sistema como um todo, mas sobretudo dos “bônus” ganhos pelos executivos nas mais-valias, nos esquemas Ponzi dos quais alguns consumaram e/ou nos abusos do poder político que também implicaram na crise atual.

Na medida em que essa resposta critica a propriedade pública, consideramo-la um dos passos para se restaurar os bancos a favor da “saúde”, isto é, um dos passos para se renovar a rentabilidade e, em seguida, devolvê-la aos proprietários privados e corporativos, talvez agora, neste momento, mais protegidos do que nunca quanto aos excessivos “riscos” através de uma “boa governança”. Nessa estratégia reformista, então, os ânimos se acalmariam e o direito à cidade se traduziria num direito a benefícios de seguro-desemprego e de investimento público em infraestrutura urbana (necessário, em qualquer caso, para manter as empresas “competitivas”), com resgates maciços para os bancos serem compensados por algumas proteções mínimas que precisam ser dadas aos mutuários da classe média que realizam hipotecas “viáveis”.

Será que os movimentos sociais urbanos contemporâneos serão suplantados como foram durante a fase de austeridade e implantação da reestruturação neoliberal na década de 1980? Estarão contentes com as reformas que procuram “reiniciar” o sistema, ou tentarão resolver o problema da mudança sistêmica, assim como os movimentos militantes e os movimentos trabalhistas de 1968? A partir dessa escrita (março de 2011), o aumento da militância, tanto nas casas hipotecadas, como nos debates intermináveis sobre regulação de hipotecas, parece possível. A previsão é perigosa, sobretudo porque o espaço

urbano continua a se valer simultaneamente como arena, meio e aposta das lutas em curso sobre o futuro do capitalismo. É, na formulação de Harvey, o “ponto de colisão” entre as mobilizações dos desfavorecidos, os descontentes e os desapossados, por um lado e, por outro lado, as estratégias da classe dominante para instrumentalizar, controlar e colonizar recursos sociais e ecológicos comuns, incluindo o direito à própria cidade, em benefício dos poucos. Conforme tais lutas sobre a forma atual e futura de nossas cidades se intensificam, esperamos que os teóricos urbanos críticos continuem a contribuir para esclarecer o que precisa ser entendido e o que precisa ser feito para forjar uma alternativa radical, senão revolucionária, ao *status quo* desastroso, social e ambientalmente destrutivo da urbanização neoliberal mundial. O *slogan* “Cidades para pessoas, sem fins lucrativos”, pretende, portanto, dar um alívio absoluto ao que consideramos um objetivo político central para os esforços em andamento, ao mesmo tempo teóricos e práticos, para enfrentar as crises do nosso tempo.

Referências

- ANGELIS, M. **The Beginning of History: Value Struggles and Global Capital.** London: Pluto, 2007.
- BLAU, E. **The Architecture of Red Vienna, 1919-1934.** Cambridge, Mass.: MIT Press, 1999.
- BODDY, M.; FUDGE, C. (Orgs.) **Local Socialism?** London: Macmillan, 1984.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. (Orgs.) **Spaces of Neoliberalism.** Cambridge, Mass.: Blackwell, 2003.
- DEAR, M.; SCOTT, A. (Eds.) **Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society.** London: Methuen, 1980.
- DOUGLASS, M.; FRIEDMANN, J. (Orgs.) **Cities for Citizens.** New York: Wiley, 1998.
- ENGELS, F. **The Condition of the Working Class in England.** Tradução para o inglês de Victor Kiernan. New York: Penguin, 1987 [1845].
- HARVEY, D. “The right to the city”. **New Left Review**, 53, p. 23-40, September/October, 2008.
- HARVEY, D. **Social Justice and the City.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

- _____. **The Urban Experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. (Orgs.) **In the Nature of Cities: Urban Political Ecology and the Politics of Urban Metabolism**. New York: Routledge, 2006.
- JACOBS, J. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Vintage, 1962.
- LEFEBVRE, H. “The right to the city”. **Writings on Cities**. Organizado e traduzido para o inglês por Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas. Cambridge, Mass.: Blackwell, p. 63-184, 1996.
- LOGAN, J.; MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: The Political Economy of Place**. Berkeley: University of California Press, 1987.
- MACKINTOSH, M.; WAINWRIGHT, H. (Orgs.) **A Taste of Power: the Politics of Local Economics**. London: Verso, 1987.
- MARCUSE, P. “Whose right(s) to what city?” In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.;
- MAYER, M. **Cities for People, not for Profit**. New York: Routledge, p. 24-41, 2011.
- MAYER, M. “The ‘right to the city’ in the context of shifting mottos of urban social movements”. In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. **Cities for People, not for Profit**. New York: Routledge, p. 63-85, 2011.
- MAYER, M. “The onward sweep of social capital”. **International Journal of Urban and Regional Research**, 27 (1), p. 110-32, 2003.
- MUMFORD, L. **The Cities in History**. New York: Harcourt, 1962.
- PURCELL, M. **Recapturing Democracy**. New York: Routledge, 2008.
- SMITH, N. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City**. New York: Routledge, 1996.
- SOJA, E. **Postmetropolis**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 2000.

Apresentando o Laboratório de Teoria Urbana

A pesquisa urbana contemporânea está numa encruzilhada. À medida que os estudiosos se esforçam para decifrar as formas atuais de urbanização, ao mesmo tempo são forçados a enfrentar as limitações das abordagens herdadas das questões urbanas. Consequentemente, também enfrentam o difícil desafio de inventar novas teorias, conceitos e métodos mais bem equipados que esclareçam mais adequadamente as condições espaciais emergentes, suas contradições e implicações em diversos lugares e escalas em todo o mundo. O resultado desses esforços reflete um campo intelectual em desordem.

Desde a consolidação das abordagens radicais da teoria urbana na década de 1970, vê-se hoje, talvez mais do que nunca, um desacordo fundamental a respeito das dimensões básicas do que Manuel Castells concebeu como “a questão urbana”, incluindo seus elementos constitutivos, suas expressões empíricas e suas implicações políticas (CASTELLS, 1977). Existem, também, questões profundas de teorização, conceituação, interpretação e método que permanecem cronicamente não resolvidos em muitos domínios de conhecimento e de ação urbanos (SOJA, 2000; ROY, 2009). Os urbanistas e planejadores urbanos de hoje em dia parecem compartilhar de apenas uma coisa em comum – o desejo de investigarem, compreenderem e remodelarem os espaços “urbanos”, ainda que estes sejam tradicionalmente demarcados em termos analíticos, políticos ou estratégicos. Em outras palavras, é dizer que os urbanistas e planejadores do início do século XXI provavelmente discordarão de quase tudo que foi criado sobre o urbano; essa é a concepção *do que* eles estão

tentando estudar ou transformar, a justificativa de *por que* eles estão fazendo isso, e o desenvolvimento de *qual* seria a melhor maneira para alcançar esse objetivo.

Nesse sentido, o Laboratório de Teoria Urbana – Urban Theory Lab (UTL) – foi criado para lidar com esse estado da arte. Através de uma combinação de pesquisa e pedagogia, nosso objetivo é mobilizar os recursos da teoria urbana em prol dos avanços do projeto coletivo de compreensão e modelagem do processo de urbanização contemporâneo.

Um laboratório para *teoria*? O ponto de partida do nosso Laboratório de Teoria Urbana está na disputa pela ideia de que a teoria tem o seu valor. Embora a maioria dos laboratórios de pesquisa esteja orientada para formas mais empíricas de experimentação científica, as nossas diretrizes compreendem o *procedimento experimental* com teorias, conceitos e métodos. É claro que esse esforço exige um envolvimento profundo e abrangente de pesquisas mais concretas e contextualmente fundamentadas sobre todos os fenômenos urbanos – econômicos, regulatórios, culturais, arquitetônicos, experienciais e políticos. Porém, o principal objetivo desse empreendimento teórico-experimental é, tal como o teórico da regulação francesa Michel Aglietta propôs, certa vez, em uma poderosa crítica à economia empirista, “realizar o desenvolvimento de conceitos e não a ‘verificação’ de uma teoria acabada” (AGLIETTA, 1979).

Diversas estruturas teóricas e conceituais modelam as percepções da paisagem urbana, as interpretações do ambiente construído e as práticas de intervenção urbana. Essas estruturas provocam um impacto ostensivamente organizado de pensamento sobre as investigações urbanas concretas, visto que elas condicionam “como se ‘esculpe’ o nosso objeto de estudo e quais propriedades particulares devemos associar a ele” (SAYER, 1984; 1992). Nesse sentido, as questões de teoria e da formação de conceitos estão no *core* de todas as formas de pesquisa e prática urbana, mesmo as mais empíricas e detalhadas. Não se trata de meros cenários de análise ou dispositivos de enquadramento, mas constituem um tecido interpretativo através do qual os urba-

nistas e planejadores tecem metanarrativas, orientações normativo-políticas, análises de dados empíricos e estratégias de intervenção.

Então, é possível que seja através do *trabalho da teoria* o caminho pelo qual poderemos começar a esclarecer um pouco mais sobre os espaços, as escalas, as morfologias e trajetórias dos processos de urbanização contemporânea, bem como as forças sociais, os arranjos institucionais, as estratégias políticas, ideologias espaciais e relações de poder por meio das quais esses processos são engendrados. No contexto do Laboratório de Teoria Urbana, entendemos esse trabalho como um exercício contínuo, reflexivo e prático-analítico na demarcação do que, o porquê e quais são as formações históricas e emergentes de urbanização no espaço, nos territórios e nas escalas. Se a aspiração a um esclarecimento mais generalizado desses assuntos se revelar inalcançável durante o processo de trabalho, é possível que essa abordagem bem-intencionada – e crítica, ao mesmo tempo – da teoria urbana consiga, pelo menos, alcançar outro objetivo essencial mais modesto: o de esclarecer as implicações abrangentes – sejam estas metodológicas, sejam empíricas e/ou políticas – presentes em linhas teóricas particulares em vários níveis de abstração do urbano, desde o conceito, a norma, a representação, o modelo, o mapa ao esquema, plano, estratégia, intervenção e projeção¹.

O Laboratório de Teoria Urbana busca promover incursões teóricas *experimentais* no estudo das condições urbanas emergentes e dos processos de urbanização em todo o mundo. É possível que essas investidas especulativas de alto risco da experimentação científica nos levem a becos sem saída, o que indicaria a adoção de uma orientação conceitual, estratégia metodológica ou caminho de pesquisa equivocados. Mas, com persistência, paciência, reflexividade e um pouco de bom trabalho em equipe, essas investidas também podem antecipar avanços rumo a novos horizontes epistemológicos, analíticos ou práticos, produzindo

¹ Exemplos incluem Andrew Sayer (1989), Jamie Peck (2005), Brendan Gleeson (2014) e Neil Brenner e Christian Schmid (2014).

perspectivas potencialmente frutíferas para pensamento, representação, imaginação ou ação quanto à nossa urbanização planetária, que muda rapidamente de panorama. Assim, o Laboratório de Teoria Urbana tem como objetivo criar um espaço colaborativo intelectual e pedagógico no qual tais experiências teóricas possam ser buscadas de forma rigorosa, ambiciosa e, também, colaborativa.

Existe um espaço de debate a respeito da herança da teoria urbana do século XX e de suas aplicações potenciais para as formações emergentes de urbanização planetária do século XXI. Contudo, o trabalho do Laboratório de Teoria Urbana baseia-se no pressuposto de que os desafios contemporâneos da teoria urbana devem ser confrontados por meio de um diálogo reflexivo com os esforços anteriores para demarcar os contornos da questão urbana, sempre entendida no contexto histórico-geográfico de sua produção e apropriação em pesquisa e prática urbana. Em cada caso, essas tradições devem ser enquadradas criticamente em relação às incertezas, dilemas e preocupações do momento em que são analisadas. Essa hermenêutica de apropriação intelectual permite que textos e tradições mais antigos dos estudos urbanos sejam redescobertos por novos ângulos e com novas finalidades. Como exemplo, podemos citar o conceito de “degradação” (*Abbau*) desenvolvido por Lewis Mumford; o “urbanismo radial” de Louis Wirth; a urbanização regional prevista por Ludwig Hilberseimer; ou a abordagem do “zoneamento planetário”, de Constantino Doxiadis. Essa hermenêutica também proporciona a perspectiva de se poder ressituar essas tradições até então ultrapassadas, marginalizadas ou contra-hegemônicas da teoria urbana crítica nos centros de estudos e análises dos debates contemporâneos sobre as questões urbanas.

O Laboratório de Teoria Urbana está interessado em quase todas as formas de conhecimento urbano, incluindo ideologias urbanas e ideologias de urbanização – afinal, é através do domínio da ideologia pelo qual instituições poderosas (como os Estados nacionais e as corporações) e as forças sociais conseguem narrar, justificar e mobilizar as suas próprias estratégias

de intervenção nas relações sociais e no ambiente construído em todas as escalas espaciais imagináveis (WACHSMUTH, 2014; GOONEWARDENA, 2005). Crucialmente, o esforço do Laboratório de Teoria Urbana é concebido fundamentalmente na forma de uma teoria urbana *crítica*. As metanarrativas da urbanização que elaboramos no nosso trabalho não devem ser entendidas como representações políticas e científicas neutras das tendências históricas ou contemporâneas de urbanização. Ao invés disso, essas metanarrativas devem estar incorporadas no nosso próprio contexto espaço-tempo global; e reflexivamente sintonizadas com as geografias institucionalizadas de poder, injustiça e luta nas quais as paisagens da urbanização capitalista moderna estão enredadas (HARVEY, 2012; MERRIFIELD, 2006; MARCUSE; VAN KEMPEN, 2002; KÜNKEL; MAYER, 2012; WACQUANT, 2007). Portanto, o objetivo da teoria urbana crítica não é apenas esclarecer as formas históricas e contemporâneas dessa política do espaço, mas examinar suas variadas geografias históricas na busca por *possibilidades* (muitas das vezes reprimidas por uma totalização ideológica ou violência institucional) que nos apontem formas alternativas de vida social urbana e planetária compartilhada e de organização espacial. Esse horizonte irretorquível de possibilidades – ou seja, a perspectiva de formas mais radicalmente democráticas, socialmente justas, culturalmente liberadoras e ecologicamente saudáveis de urbanismo numa escala planetária – serve simultaneamente como ponto de partida epistemológico e como orientação político-normativa para o trabalho realizado no Laboratório de Teoria Urbana.

Assim como as questões urbanas desafiam os limites disciplinares herdados, o trabalho do Laboratório de Teoria Urbana também se debruça sobre uma vasta gama de ferramentas, métodos e materiais intelectuais para “animar” nossas explorações científicas. Isso significa que a fragmentação das condições urbanas e das realidades socioespaciais aplicadas pelas divisões disciplinares da ciência moderna deve ser rejeitada em favor de abordagens interdisciplinares, embasadas por recursos intelectuais de todas as Ciências Sociais, das Ciências Humanas e

do Direito, de planejamento e de *design*, entre outros campos (LEFEBVRE, 1996). Assim, o trabalho do Laboratório de Teoria Urbana deve evitar as ortodoxias unilaterais, buscando inspiração teórica e traço metodológico por meio de combinações ecléticas de trabalho derivadas de abordagens heterodoxas de cada um desses campos intelectuais. Independentemente de como essas apropriações teóricas serão vinculadas umas às outras, não trata-se de compromissos metafísicos, mas orientações estratégicas: tornam-se inteligíveis apenas em relação a questões específicas de pesquisa, objetos/locais de pesquisa, caminhos de exploração e preocupações político-normativas.

Consequentemente, a busca da UTL por teorias, conceitos e métodos adequados para responder aos múltiplos desafios da compreensão da urbanização do século XXI deve necessariamente ser aberta; pode produzir resultados inesperados ou produzir novos horizontes surpreendentes para investigação e intervenção estratégica. Nesse processo, as abordagens ou premissas dominantes podem revelar-se obsoletas e enganosas; e ideias anteriormente ignoradas, descartadas ou vistas com suspeita podem inesperadamente adquirir novas aplicações poderosas à medida que as perspectivas e diretrizes políticas evoluem. Essa “ginástica” teórica e epistemológica deve ser bem-vinda como manobras de pesquisa de rotina em vez de serem vistas como retrocessos analíticos, desvios ou barreiras.

Outro desafio adicional também está no cerne do nosso trabalho, que é o de vincular a teoria urbana às novas *visualizações* dos processos de urbanização. Nós vemos que os projetos de teoria urbana e mapeamento/cartografia urbana estão inexplicavelmente conectados uns aos outros. As teorias urbanas herdadas exigem necessariamente a utilização de tipos de mapeamentos específicos do mundo, sejam estes prévia e reflexivamente articulados, sejam tacitamente pressupostos. Consequentemente, nossa pesquisa procura examinar os pressupostos cartográficos e as estratégias de visualização que sustentam as principais tradições da teoria urbana do século XX e início do século XXI. Nessa base, buscamos desenvolver novas formas de visualizar a urbani-

zação de modo com que substituam os binarismos metageográficos herdados (por exemplo, urbano *versus* rural, cidade *versus* país, cidade *versus* não cidade, sociedade *versus* natureza, humano *versus* não humano), oferecendo, portanto, novas perspectivas para compreendermos as geografias variadas e profundamente polarizadas do nosso planeta em urbanização. A menos que as teorias urbanas possam ser traduzidas em representações espaciais apropriadas para condições emergentes de urbanização, os binarismos metageográficos herdados continuarão a perseguir nossa compreensão dos processos urbanos atuais, prejudicando seriamente nossa capacidade de moldá-los.

Esse esforço advém intimamente de uma forte crítica atribuída às tecnologias de mapeamento contemporâneo. Durante as últimas décadas, novas visualizações de diversas condições terrestres – desde as distribuições e densidades populacionais, padrões de uso do solo e arranjos de infraestrutura aos impactos ambientais humanos – foram produzidas e amplamente disseminadas. Ao contrário das representações tradicionais, que geralmente foram derivadas de levantamentos censitários e topográficos, essas novas visualizações basearam-se no uso de tecnologias de sensoriamento remoto (em particular, de satélites) e de novas técnicas de análise geoespacial – como os sistemas de informação geográfica (GIS) – para medir e mapear os fenômenos em investigação. A partir da difusão popular de imagens de luzes noturnas e do uso diário de sistemas de posicionamento global (GPS), além do Google Earth, para proliferar imagens de satélite derivadas de formas mais especializadas de dados espaciais sobre populações, assentamentos, infraestruturas e paisagens, as visualizações geoespaciais tornaram-se um ponto de referência comum usado para ilustrar ou justificar diversas interpretações das paisagens construídas e não construídas do mundo em quase todas as escalas espaciais concebíveis.

Embora os dados e imagens geoespaciais possam, de fato, ser usados de forma produtiva para dar melhor esclarecimento aos processos de urbanização, sua implantação, até o momento, foi severamente prejudicada pela perpetuação do que poderia

ser denominado de *ilusão fotográfica*. Isso implica no tratamento das visualizações geoespaciais como se fossem representações fotográficas e miméticas das condições espaciais e suas distribuições populacionais. De fato, tais visualizações nunca serão um “espelho direto da natureza” (Richard Rorty [1979]), porém são invariavelmente mediadas através de pressupostos metageográficos incorporados nas taxonomias espaciais, sistemas de codificação e técnicas de processamento de dados. A escala, a pixelização e a codificação de cores das informações geoespaciais não são, portanto, operações puramente técnicas, mas necessariamente baseiam-se em pressupostos teóricos e procedimentos interpretativos mascarados pela aparente “facticidade” da imagem (KURGAN, 2013; BRENNER; KATSIKIS, 2014).

Por essa razão, uma *crítica à ideologia geoespacial* é condição prévia necessária para se realizar qualquer apropriação reflexiva de dados e imagens de detecção remota nas pesquisas sobre os processos contemporâneos de urbanização. Ao revelar os pressupostos metageográficos penetrantes, mas muitas vezes ocultos que invariavelmente sustentam as visualizações geoespaciais, nosso trabalho os sujeita a interrogatórios críticos e, quando apropriado, os submete a uma reinvenção radical através das abordagens vibrantes e experimentais da representação visual em desenvolvimento nas disciplinas de design e nas tendências mais emergentes e radicais da cartografia. Dessa forma, o desenvolvimento de novas teorias da urbanização pode ser traduzido em novas visualizações de transformações espaciais em curso em lugares, espaços, territórios e escalas. Tais visualizações podem, por sua vez, inspirar e dinamizar o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas (conceitos, métodos, orientações analíticas, estratégias de pesquisa) para investigar, tornar inteligível e, em última instância, influenciar a forma e o caminho da urbanização planetária. Essa dialética do desenvolvimento teórico e experimentação visual deve continuar sendo uma força central e animadora no nosso trabalho, abrindo continuamente novos horizontes e possibilidades de pesquisa, imaginação, explicação, provocação e ação.

Nos próximos anos, esperamos explorar uma variedade de questões e buscar diversas formas de pesquisa, análise e mapeamento a partir dessas premissas epistemológicas gerais. Enquanto nossas diretrizes atuais se concentrarem no *problema* da urbanização planetária, esperamos que as orientações e métodos intelectuais desenvolvidos neste trabalho possam ser úteis para os urbanistas que lidam com uma ampla gama de questões e problemas. Nossos próprios projetos e aspirações continuarão necessariamente a evoluir em diálogo crítico com os outros, e em relação a uma paisagem profunda de urbanização, reestruturação urbana e contestação sociopolítica em larga evolução.

Referências

- AGLIETTA, M. **A Theory of Capitalist Regulation**, tradução de David Fernbach. New York: Verso, p. 66, 1979.
- BRENNER, N.; KATSIKIS, N. “Is the Mediterranean urban?” In: BRENNER, N. **Implo-sions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis, p. 428-459, 2014.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. “The ‘urban age’ in question”. **International Journal of Urban and Regional Research**, 38, n. 3, p. 731-755, 2014.
- CASTELLS, M. **The Urban Question: A Marxist Approach**. Tradução: Alan Sheridan. Cambridge (MA): MIT Press, 1977.
- GLEESON, B. **The Urban Condition**. London: Routledge, 2014.
- GOONEWARDENA, K. “The urban sensorium: space, ideology, and the aestheticiza-tion of politics”. **Antipode**, 37, n. 1, p. 46-71, 2005.
- HARVEY, D. **Rebel Cities**. London: Verso, 2012.
- KÜNKEL, J.; MAYER, M. (Orgs.) **Neoliberal Urbanism and its Contestations**. New York: Palgrave, 2012.
- KURGAN, L. **Close up at a Distance: Mapping, Technology and Politics**. Cambridge (MA): Zone Books, 2013.
- LEFEBVRE, H. “The right to the city”. **Writings on Cities**. Organizado e traduzido para o inglês por Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas. Cambridge (MA): Blackwell, p. 63-184, 1996.
- MARCUSE, P.; VAN KEMPEN, R. (Orgs.) **Of States and Cities: the Partitioning of Urban Space**. New York: Oxford University Press, 2002.
- MERRIFIELD, A. **Dialectical Urbanism**. New York: Monthly Review Press, 2006.
- PECK, J. “Struggling with the creative class”. **International Journal of Urban and Regional Research**, 29, n. 4, p. 740-70, 2005.

- RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton (N.J.): Princeton University Press, 1979.
- ROY, A. “The 21st century me-tropolis: new geographies of Theory”. **Regional Studies**, 43, n. 6, p. 819-30, 2009.
- SAYER, A. “Defining the urban”. **GeoJournal**, 9, n. 3, p. 281, 1984.
- SAYER, A. “Postfordism in question”. **International Journal of Urban and Regional Research**, 13, n. 3, p. 666-95, 1989.
- SAYER, A. **Method in Social Science: A Realist Approach**. 2ª edição. London: Routledge, 1992.
- SOJA, E. **Postmetropolis**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2000.
- WACHSMUTH, D. “City as ideology”. **Environment and Planning D: Society and Space**, 32, n. 1, p. 75-90, 2014.
- WACQUANT, L. **Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality**. London: Polity, 2007.

A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia

Na crescente literatura sobre globalização, muitos autores têm enfatizado o aparente desencaixe (*disembedding*) das relações sociais, econômicas e políticas de suas precondições territoriais locais. Argumenta-se, por exemplo, que o “espaço de fluxos” está suplantando o “espaço de lugares” (CASTELLS, 1989; 1996); que a territorialidade e a própria geografia estão sendo dissolvidas (RUGGIE, 1993; O’BIEN, 1992); que as fronteiras nacionais se tornaram irrelevantes, redundantes ou obsoletas (OHMAE, 1995); que as identidades político-culturais nacionalmente organizadas estão sendo “desterritorializadas” (APPADURAI, 1996); e que os espaços “supraterritoriais” baseados em “interações sem distâncias e sem fronteiras” (SCHOLTE, 1996) estão descentrando o papel das formas socioinstitucionais territoriais e baseadas na localização geográfica. Quaisquer que sejam as diferenças de ênfase, de objeto de pesquisa e de interpretação, essas diferentes análises de globalização têm como ponto comum o foco na acelerada circulação de pessoas, mercadorias, capitais, dinheiro, identidades e imagens no espaço global. Esses fluxos de circulação acelerados e globais personificariam os processos de desterritorialização por meio dos quais as relações sociais estão sendo destacadas e deslocadas de lugares e territórios em escalas geográficas subglobais.

Duas deficiências significativas caracterizam as interpretações da globalização que focam unilateralmente fluxos, circulação e processos de desterritorialização. Primeiro, tais análises tendem a negligenciar as formas de organização territorial relativamente

fixas e imóveis – em particular, aglomerações regionais urbanas e instituições reguladoras de Estado – que possibilitam esse movimento acelerado. Segundo, e mais importante, tais análises negligenciam as formas de que depende intrinsecamente o presente ciclo de globalização neoliberal, com as quais está entrelaçado, e expresso através de grandes transformações da organização territorial em múltiplas escalas geográficas. Com base nessas críticas, a tese central deste artigo é que os processos de reterritorialização – a reconfiguração e o reescalamento de formas de organização territorial, como cidades e Estados – devem ser vistos como um momento intrínseco do atual ciclo de globalização.

Apoiando-se nos trabalhos de David Harvey (1982) e Henri Lefebvre (1977, 1978; 1991), esse argumento é elaborado por meio de uma discussão sobre as várias formas como as cidades e os Estados contemporâneos estão sendo reterritorializados e reescalados atualmente. A globalização é aqui concebida como uma reterritorialização dos espaços, tanto socioeconômico como político-institucional, que se desdobram simultaneamente em múltiplas escalas geográficas sobrepostas. A organização territorial dos espaços urbanos contemporâneos e das instituições estatais deve ser vista ao mesmo tempo como um pressuposto, um meio e um resultado dessa dinâmica de reestruturação espacial global altamente conflitante. Com base nisso, várias dimensões da governança urbana na Europa contemporânea são analisadas como expressões de uma “política de escala” (SMITH, 1993) que está emergindo na interface geográfica entre os processos de reestruturação urbana e de reestruturação territorial do Estado. Uma breve conclusão propõe que novas representações de “escalamento” de práticas espaciais são necessárias para se compreender a organização territorial em rápida mutação do capitalismo mundial do final do século XX.

Cidades, Estados e a geografia histórica do capitalismo

O célebre estudo histórico de Fernand Braudel sobre os primórdios da Europa moderna, *The Perspective of the World*

(1984), resume o papel essencial das cidades e Estados na geografia histórica do capitalismo a longo prazo. O trabalho de Braudel acompanha a mudança de época ocorrida no século XVIII das “economias centradas na cidade” (*Stadtwirtschaft*) de Gênova, Veneza, Antuérpia e Amsterdã para a “economia territorial” britânica (*Territorialwirtschaft*), baseada em um mercado nacional agrupada em torno de Londres. Após o início do período moderno, as economias territoriais dos Estados-nação uniram grandemente as geografias das cidades e a urbanização. Conforme as cidades se subordinam ao poder político dos Estados, passam a integrar ainda mais firmemente os regimes de acumulação escalonados nacionalmente (ARRIGHI, 1994; TILLY, 1990). No início da Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX, as cidades do Velho Mundo industrializado passaram a ser máquinas da produção em massa fordista, infraestrutura urbana de um sistema global compartimentado em distintos Estados territoriais sob a hegemonia geopolítica e geoeconômica dos EUA (ALTVATER, 1992; SCOTT; STORPER, 1992). Embora as ligações interurbanas transnacionais fossem cruciais para o fordismo do Atlântico Norte, um ajuste relativamente apertado foi estabelecido entre o dinamismo urbano e o crescimento econômico nacional (SASSEN, 1991).

É essa configuração do capitalismo mundial centrada no Estado – estabelecido com base em um relacionamento espacialmente isomórfico entre a acumulação de capital, urbanização e regulamentação dos Estados – que vem se revelando desde a crise econômica-global do início dos anos 1970. Nessas circunstâncias, segundo Taylor (1995), o relacionamento historicamente consolidado de “mutualidade” entre as cidades e Estados territoriais vem se desgastando significativamente, resultando em novas geografias de urbanização global e de acumulação de capital que não mais se sobrepõem equitativamente às geografias do poder territorial do Estado. Em escalas espaciais supranacionais, novas macrogeografias de acumulação de capital têm se consolidado à proporção que as economias nacionais fordistas-keynesianas são suplantadas por uma configuração da economia mundial dominada pelos blocos

super-regionais da Europa, América do Norte e Ásia Oriental (ALTVATERE; MAHNKOPF,1996). Em escalas espaciais subnacionais, a competição interespaial tem se intensificado entre as regiões urbanas, que se esforçam para atrair investimento de capital e subsídios do Estado (LEITNER; SHEPPARD,1998; KRÄTKE, 1991; MAYER, 1992; SWINGEDOUW, 1989). Enquanto isso, novas hierarquias urbanas mundiais também começaram a cristalizar-se, dominadas por cidades globais como Nova Iorque, Londres e Tóquio, nas quais as funções centrais do capital transnacional têm sido crescentemente concentradas (HITZ *et al.*, 1995; KNOX; TAYLOR, 1995; SASSEN,1991). Finalmente, e em especial desde os anos 1980, Estados de toda a economia mundial têm se esforçado para se reestruturarem simultaneamente, para se ajustarem às intensificadas interdependências econômicas globais e para promoverem o investimento e a acumulação renovada de capital dentro de seus limites territoriais (CERNY, 1995; HIRSCH, 1995; JESSOP, 1993; 1994; RÖTTGER,1997).

Os estudos de Braudel sobre os primórdios da Europa moderna focam mais diretamente a transição histórica de uma configuração do capitalismo centrada na cidade para outra, centrada no Estado, do que a mudança das relações entre cidades e Estados como modos entrelaçados de organização socioeconômica, política e geográfica. No entanto, as considerações anteriores indicam que as cidades e os Estados contemporâneos operam não como mutuamente exclusivos ou como configurações geográficas competindo pelo desenvolvimento capitalista, mas como formas de organização territorial interdependentes, densamente sobrepostas. Cidades e Estados estão sendo reconfigurados, reterritorializados e reescalados em conjunto com o mais recente ciclo de globalização capitalista, mas ambos permanecem sendo formas essenciais de organização territorial sobre as quais se baseia a circulação de capital em escala mundial. Este artigo analisa essas transformações macrogeográficas das cidades e dos Estados como momentos intrinsecamente relacionados dentro de uma única dinâmica de reestruturação capitalista global. Para esse fim, a próxima sessão examina mais de perto

o papel das cidades e dos Estados territoriais como estruturas geográficas dentro, sobre e por meio das quais o desenvolvimento capitalista se desenrola.

Cidades e Estados como formas de organização territorial

O ponto de partida desta análise é o problema endêmico da organização territorial dentro do capitalismo teorizado por David Harvey (1982) e Henri Lefebvre (1978 e 1991). Como demonstrou detalhadamente Harvey, o capital está inerentemente voltado para a eliminação das barreiras espaciais ao processo de circulação – a “aniquilação do espaço pelo tempo” evocada na famosa formulação de Marx (1973 [1857], p. 539) desenvolvida nos *Grundrisse*. A consideração fundamental de Harvey é que esse movimento rumo à aceleração temporal contínua da circulação de capital, ou “compressão do tempo-espaço”, baseia-se na produção do espaço e na configuração espacial. É unicamente por meio da construção de infraestruturas de transporte, comunicações e de regulamentação institucional relativamente fixas e imóveis – uma “segunda natureza” de configurações de organização territorial socialmente produzidas – que esse acelerado movimento físico das mercadorias através do espaço pode ser obtido. Assim, segundo Harvey (1985, p. 145), “a organização social é necessária para suplantar o espaço”. Harvey apresenta a noção de “solução espacial” (*spatial fix*) para teorizar as matrizes complexas da configuração espacial socialmente produzida e a dimensão temporal correspondente, expressa pelo tempo de rotação médio socialmente aceitável de circulação dos capitais em uma dada conjuntura histórica. Harvey (1982, p. 416) defende que uma solução espacial é assegurada pela construção de configurações socioterritoriais imóveis nas quais a acumulação expandida de capital possa ser gerada; isso envolve “a conversão das restrições à acumulação, de temporais para espaciais”.

O papel das cidades como modelos de territorialização do capital tem sido amplamente reconhecido. As cidades territo-

rializam o capital pela aglomeração de infraestruturas relativamente fixas e imóveis, tais como sistemas de transporte, suprimento de energia, redes de comunicação e outras externalidades que sustentam formas específicas históricas de produção, troca, distribuição e consumo (GOTTDIENER, 1985; HARVEY, 1982; 1989b; KRÄTKE, 1995; SCOTT, 1998a; STORPER; WALKER, 1989). O papel dos Estados territoriais como modelos de territorialização do capital tem sido analisado menos frequentemente. No entanto, Lefebvre argumentou extensivamente nos quatro volumes de seu negligenciado trabalho *De l'État* (1976-1978), os Estados têm operado igualmente como estruturas geográficas fundamentais através das quais a circulação de capital tem sido continuamente territorializada, desterritorializada e reterritorializada, sobretudo a partir da Segunda Revolução Industrial do final do século XIX. Segundo Lefebvre, a fixidez territorial das instituições estatais fornece uma estrutura geográfica estável para a circulação da força de trabalho, de mercadorias e do capital em múltiplas escalas. Os Estados obtêm essa territorialização de capital provisória de várias formas – por exemplo, por meio de regulamentação monetária, códigos jurídicos, medidas de proteção social e, mais importante, pela produção de configurações espaciais em larga escala, que servem como forças específicas territoriais de produção. Lefebvre (1978, p. 298) observa que “somente o Estado pode assumir a tarefa de administrar o espaço ‘em grande escala’”. Em seus escritos que evocam sua teoria de Estado, a afirmação mais geral de Lefebvre (1978, pp. 278-280, 307, 388) é que os Estados territoriais desempenham papéis essenciais na moldagem das relações sociais do capitalismo em configurações geográfico-organizacionais relativamente estáveis associadas a padrões históricos distintos de acumulação de capital e urbanização¹.

¹Apesar de muito da teoria de Estado de Lefebvre focar o papel do Estado como forma de territorialização do capital, ele também dedica atenção extensiva a formas nas quais o Estado opera como o mais importante mediador institucional de desenvolvimento geográfico desigual do capital. A mediação do Estado no desenvolvimento geográfico desigual sempre ocorre por meio de estratégias regulatórias historicamente específicas e formas institucionais que frequentemente se erguem contra aquelas orientadas para a territorialização do capital. Sobre a teoria de estado de Lefebvre, vide Brenner (1997a, 1998b).

O trabalho de Lefebvre sugere que cada solução espacial urbana para o capital pressupõe uma maior “solução escalar” (*scalar fix*) (SMITH, 1995) composta por formas distintas de organização territorial – incluindo aglomerações regionais urbanas, instituições estatais e a economia mundial – que abrangem e transcendem a escala urbana. Essa forma de análise permite que Lefebvre veja as escalas espaciais como uma estrutura geográfica socialmente produzida sobre a qual, dentro da qual e por meio da qual as formas diferenciais de capital são sucessivamente desterritorializadas e reterritorializadas durante o curso do desenvolvimento capitalista (BRENNER, 1998b). Essa conceitualização de solução escalar também apresenta implicações substanciais para a análise das relações mutáveis entre cidades e Estados no capitalismo contemporâneo. Por um lado, pode-se argumentar que a dinâmica contraditória de desterritorialização e reterritorialização é endêmica do capitalismo como sistema histórico-geográfico, e que vem sustentando cada onda de reestruturação induzida por crises verificada desde a Primeira Revolução Industrial, em meados no século XIX (MANDEL, 1975; SOJA, 1985). Em cada um dos casos, a agitada dinâmica transformativa do capital torna suas próprias condições geográficas específicas históricas obsoletas, induzindo a uma onda de reestruturação com a finalidade de reterritorializar, e assim, reativar o processo de circulação. Por outro lado, essa dinâmica recorrente de desterritorialização e reterritorialização tem sido organizada por meio de uma grande variedade de configurações escalares, cada uma delas produzida pelo enredamento de redes urbanas e estruturas territoriais estatais, que juntas constituem uma infraestrutura geográfica relativamente fixa para cada ciclo histórico da expansão capitalista. Assim, à proporção que o capital é reestruturado em períodos de crises econômicas prolongadas, as configurações escalares em que se fundamenta o capital são igualmente reorganizadas, a fim de criar uma nova estrutura geográfica para uma nova onda de crescimento capitalista.

Até o início dos anos 1970, os processos de desterritorialização e reterritorialização ocorriam primariamente no interior

da estrutura geográfica da territorialidade do Estado. Apesar das tensões explosivas e dos conflitos causados pela competição interestatal e intercapitalista, o sistema interestatal moderno forneceu ao capital, a partir do século XVII, uma estrutura territorial relativamente estabilizada para o crescimento econômico e a expansão geográfica (ARRIGHI, 1994; TAYLOR, 1993). Nesse sentido, a territorialidade do Estado geralmente opera mais como uma plataforma institucional para a reestruturação capitalista do que como objeto direto. Durante o século XX, em face da política econômica e da hegemonia dos EUA, o papel da escala nacional como detentor da acumulação do capital e da urbanização foi intensificado a tal ponto que a historicidade do nível escalar era frequentemente nacionalizada ou não reconhecida (TAYLOR, 1996). Entretanto, argumentaremos aqui que uma das consequências geográficas mais importantes do ciclo de globalização capitalista pós-anos 1970 foi a descentralização da escala nacional de acumulação, urbanização e regulamentação estatal em favor de novas configurações territoriais sub e supranacionais.

“Glocalização”: a desnacionalização da territorialidade

No presente contexto, o termo globalização refere-se a um processo dialético ambivalente, onde o movimento de mercadorias, capitais, moedas, pessoas e informações no espaço geográfico é continuamente expandido e acelerado; e infraestruturas espaciais relativamente fixas e imóveis são produzidas, reconfiguradas e/ou transformadas para permitir tal movimento expandido e acelerado. A partir dessa perspectiva, a globalização envolve uma interação dialética entre o movimento endêmico rumo à compressão do tempo-espaço no âmbito do capitalismo (momento de desterritorialização) e a produção e reconfiguração contínua de configurações espaciais relativamente fixas – por exemplo, as infraestruturas territoriais de aglomerações regionais urbanas e Estados (momento da reterritorialização) (HARVEY, 1989a; 1996; LEFEBVRE, 1977; 1978; 1991). Assim

definida, a globalização não ocorre meramente através da extensão geográfica do capitalismo para abranger progressivamente zonas maiores do globo, mas emerge somente quando a expansão e a aceleração da acumulação do capital estão intrinsecamente fundamentadas na construção de infraestruturas territoriais em larga escala, uma “segunda natureza” de configurações espaciais socialmente produzidas tais como ferrovias, rodovias, portos, canais, aeroportos, redes de informação e instituições estatais que permitem a circulação do capital ainda mais rápido.

Lefebvre (1977; 1978; 1991, p. 37) situa essa transformação de época “da produção de coisas no espaço para a produção do espaço” no fim do século XIX, quando o “neocapitalismo” e o “modo de produção estatal” (*le mode de production étatique*) foram primeiramente consolidados em escala mundial. Lash e Urry (1987) descreveram essa configuração centrada no Estado do desenvolvimento capitalista mundial como um “capitalismo organizado” e – juntamente com diversos outros pesquisadores (vide, por exemplo, ARRIGHI, 1994; LIPIETZ, 1987; JESSOP, 1994; SCOTT; STORPER, 1992) – interpretaram as crises econômicas mundiais do início dos anos 1970 como um meio e uma consequência de sua evolução. Considero o ciclo mais recente da reestruturação do capitalismo em escala mundial, pós-anos 1970, como a segunda maior onda de globalização capitalista, através da qual interdependências socioeconômicas globais estão sendo simultaneamente intensificadas, aprofundadas e expandidas, em estreita associação com a produção, a reconfiguração e a transformação da organização territorial concomitantemente, em escalas espaciais urbano-regionais, nacionais e supranacionais. Enquanto a onda da globalização capitalista do final do século XIX evoluiu amplamente no âmbito da estrutura de territorialidades estatais organizadas nacionalmente, a onda de globalização pós-anos 1970 descentralizou significativamente o papel da escala nacional como detentor exclusivo das relações socioeconômicas, intensificando simultaneamente a importância dos modelos de organização territorial sub e supranacionais. Esse processo de reescalamento da territorialidade pode ser considerado a *diffe-*

rentia específica da atual reconfiguração do capitalismo mundial (BRENNER, 1998c).

Conforme definido, o momento da territorialização mantém na era contemporânea a mesma importância fundamental que sempre teve no processo de circulação de capital. Entretanto, as escalas em que esse processo se produz não são mais espacialmente coextensivas em relação às matrizes nacionalmente organizadas da territorialidade estatal que definiram as geografias geopolítica e geoeconômica do capitalismo. Nesse sentido, o atual ciclo de globalização reconfigurou a organização escalar da dinâmica endêmica do capital da desterritorialização e da reterritorialização, provocando o que Jessop (1998, p 90) apropriadamente nomeou de “relativização de escala” (*relativisation of scale*): “Em contraste com as prerrogativas da economia nacional e do Estado nacional no período do fordismo atlântico, nenhuma escala espacial é privilegiada atualmente”.

O conceito de “glocalização” introduzido por Swyngedouw (1997; 1992, p. 61) para indicar “o processo combinado de globalização e de reconfiguração territorial local” também ressalta oportunamente esse processo de reestruturação altamente conflitante, o entrelaçamento e a rediferenciação das escalas espaciais. O restante do presente artigo concretiza essa concepção de globalização/reterritorialização examinando as várias formas como as cidades e Estados territoriais estão sendo atualmente reescalados em relação às geografias cada vez mais “glocais” do capital.

Reescalamento de cidades

Uma maneira de interpretar a proliferação de pesquisa sobre a formação da cidade global desde a publicação do clássico artigo de Friedmann e Wolff (1982) representa um esforço contínuo para analisar as formas como a recente consolidação de uma nova divisão internacional de trabalho tem se entrelaçado com uma reterritorialização concomitante da urbanização em diferentes escalas espaciais (HITS *et al.*, 1995; KNOX; TAYLOR, 1995). Enquanto alguns pesquisadores das cidades globais as

têm concebido como uma classe distintiva de cidades no ápice das hierarquias localizadas no centro da escala mundial, eu vejo a estrutura analítica da teoria da cidade global de forma mais ampla, como um meio de investigação das formas em que o atual ciclo de globalização capitalista tem envolvido uma reorganização territorial do processo de urbanização simultaneamente em escalas globais, nacionais e urbano-regionais (ver também KRÄTKE, 1995).

Na medida em que a teoria da cidade global afeta as “relações contraditórias entre a produção em uma era de gestão global e a determinação política de interesses territoriais” (FRIEDMANN, 1986, p. 69), ela se concentra na problemática da escala geográfica, em sua organização político-econômica e em seu papel na articulação de conflitos sociopolíticos. Na prática, esse desafio metodológico de analisar as ligações históricas mutáveis entre diferentes escalas espaciais ainda não foi sistematicamente confrontado. Muito da pesquisa das cidades globais é composto de estudos que enfocam amplamente uma única escala, em geral, a urbana ou a global. Enquanto a pesquisa sobre a geografia socioeconômica das cidades globais tem se concentrado predominantemente na escala urbana, os estudos das hierarquias urbanas mutáveis têm focado principalmente a escala global. As escalas do poder do Estado territorial têm sido na prática totalmente negligenciadas pelos pesquisadores das cidades globais (BRENNER, 1998a), e os esforços para integrar escalas espaciais diferenciais em uma única estrutura analítica ainda são relativamente raros dentro dos parâmetros da teoria da cidade global. Eu, todavia, defendo que a teoria da cidade global contém várias considerações metodológicas que podem ser prontamente desdobradas com esse propósito.

Talvez ainda mais sistematicamente que qualquer outro pesquisador das cidades globais, Sassen (1991; 1993) enfatizou a inerente dependência do lugar do processo de globalização. As cidades globais são concebidas como locais urbanos territorialmente específicos, onde ocorrem vários processos de produção cruciais para a globalização, sobretudo aqueles associados às indústrias de produção e de serviços financeiros, de

que depende amplamente o capital transnacional (por exemplo, serviços bancários, contábeis, publicitários, de consultoria financeira e de gestão, direito empresarial, seguros e similares). Do ponto de vista da presente discussão, a análise de Sassen pode ser vista como uma aplicação empírica da teorização de Harvey sobre a dinâmica espaço-temporal do capital. A consolidação das cidades globais é entendida como uma forma histórica específica de aglomeração urbano-industrial que vem ocupando um papel propulsor crucial no mais recente ciclo da globalização. Por um lado, os custos mais baixos do transporte, os modos de organização industrial cada vez mais flexíveis e descentralizados e o desenvolvimento de novas tecnologias da informação melhoraram significativamente a habilidade do capital de coordenar os fluxos de valor em escala global. Por outro lado, as estratégias por meio das quais o capital procura simultaneamente comandar e aniquilar o espaço dependem necessariamente do investimento e do controle dos lugares específicos, em que a infraestrutura territorializada tecnológica, institucional e social da globalização é garantida. Esses lugares, argumenta Sassen, são ambientes construídos, economias de aglomeração, infraestruturas tecnológico-institucionais e mercados de trabalho locais das cidades globais. A consolidação de uma hierarquia mundial, desde os anos 1980, de cidades globais concorrentes, embora interdependentes, pode, então, ser vista como a concretização territorial desse último ciclo da compressão do tempo-espaço.

Uma segunda e igualmente importante dimensão dessa reterritorialização do processo de urbanização é a grande recomposição da forma urbana. Por meio de seu papel articulador entre as economias local, regional, nacional e global, as cidades são hoje regiões urbanas compactas e policêntricas, melhor descritas segundo os termos da noção de megalópole de Jean Gottmann (1961), do que pelas lentes da tradicional Escola de Chicago ou pelos modelos de lugar central descritos nos padrões concêntricos de uso e ocupação do solo em torno a núcleos metropolitanos centralizados. O conceito do campo urbano, já definido por Lefebvre (1995/1968) e Friedmann (1973; FRIED-

MANN; MILLER, 1965) há três décadas, foi uma primeira tentativa de compreender esse padrão emergente e multicêntrico diversificado de urbanização supralocal durante o período do “Alto Fordismo”. Sudjic (1993) descreveu mais recentemente o grande alastramento dos mosaicos da urbanização pós-fordista como “cidades de 100 milhas” (*100-mile cities*). Similarmente, Soja (1992) cunhou o sugestivo termo “exópolis” para capturar os padrões geométricos transformados da expansão urbana que se cristalizou nas tecnópoles do sul da Califórnia. A exópolis, de acordo com Soja (1992, p. 95), não é simplesmente uma cidade sem um centro, mas uma cidade “voltada para fora” (*inside-out*) e “voltada para dentro” (*outside-in*) ao mesmo tempo. Entretanto, independentemente de como possa ser rotulada, alguma versão dessa forma de reconfiguração urbana parece ocorrer em cidades-regiões tão diversas como Los Angeles, Amsterdã/Randstad, Frankfurt/Rhein-Main, a região de Zurique, Tóquio/Yokohama/Nagoya e Hong-Kong/Guandong, entre tantas outras. À proporção que a escala do processo de urbanização abarca progressivamente arenas geográficas maiores, os sistemas urbanos articulam novas geometrias cada vez mais policêntricas, que indefinem os modelos herdados de centralidade urbana, enquanto reconstituem simultaneamente os padrões de polarização centro-periferia através dos quais o capital afirma seu poder sobre o espaço, o território e o lugar (KEIL, 1994).

Em terceiro lugar, e mais importante, a reterritorialização do capital transnacional em grandes regiões urbanas está estreitamente vinculada a um reescalamento mais amplo do processo de urbanização em escalas suprarregionais. Enquanto a hierarquia urbana mundial durante os séculos XIX e XX correspondia, de modo geral, à hierarquia geopolítica dos Estados, hoje o poder geoeconômico das cidades vem sendo progressivamente desarticulado das matrizes territoriais do sistema interestadual (SCOTT, 1998; TAYLOR, 1995). Hoje, é amplamente sabido que as cidades contemporâneas estão inseridas em fluxos de capital transnacional, de mercadorias e de força de trabalho – segundo Friedmann (1995, p. 25), um “espaço de acumulação global” (*space*

of global accumulation) – que nenhum Estado pode controlar totalmente, e essa valorização do capital nas cidades globais não se converte necessariamente em crescimento econômico nacional. Assim, as cidades não devem mais ser concebidas como componentes subnacionais de regimes de acumulação exclusivos, auto-cêntricos e nacionalmente escalonados, e sim como “nódulos neomarthalianos das redes globais” (AMIN; THRIFT, 1992), como “motores regionais da economia global” (SCOTT, 1996) e como conglomerados locais flexivelmente especializados em um “mosaico global de regiões” (STORPER; SCOTT, 1995). Nessas circunstâncias, considerando que as regiões industriais periféricas competem com os núcleos urbanos em termos de investimento de capital, subsídios estatais e outros bens coletivos, formas intensificadas de desenvolvimento geográfico desiguais estão surgindo (vide, por exemplo, DUNCAN; GOODWIN, 1988; PECK; TICKELL, 1994; 1995; SMITH, 1997).

Essas considerações sugerem que as regiões urbanas contemporâneas devem ser concebidas como espaços predominantemente “glocais”, nos quais múltiplas escalas geográficas se interceptam de maneira potencial e altamente conflitante. Nesse contexto, o local está inserido e sobreposto ao global, enquanto processos globais parecem permear simultaneamente todos os aspectos do local (AMIN; THRIFT, 1994; PRIGGE, 1995). Como Veltz (1997, p. 84) observou recentemente:

Foi-se o tempo em que era possível mostrar, como fez Braudel, um mundo econômico organizado em camadas bem definidas, onde grandes centros urbanos se ligavam, por si próprios, a economias adjacentes ‘lentas’, com o ritmo muito mais rápido do comércio e das finanças de larga escala. Hoje, tudo ocorre como se estas camadas sobrepostas estivessem mescladas e interpermeadas em (quase) todos os lugares. Interdependências de curto e longo alcance não podem mais ser separadas umas das outras.

Assim, a fronteira que separa as escalas espaciais está se tornando tão indefinida que talvez seja cada vez mais apropriado

conceber a organização escalar do capitalismo contemporâneo como uma sequência contínua de interação globalizada – como uma “morfologia hierárquica estratificada”, segundo a terminologia de Lefebvre (vide, por exemplo, LEFEBVRE, 1976, pp. 67-69) – na qual e através da qual o último ciclo de reterritorialização de capital está se desdobrando.

Reescalamento de Estados

Esse processo de reescalamento da urbanização tem sido analisado detalhadamente através de estudos urbanos contemporâneos, contudo, outros processos concomitantes de reescalamento não têm recebido a mesma atenção. Especificamente, muitas das pesquisas urbanas sobre globalização baseiam-se na concepção de soma zero do poder do Estado em relação à economia mundial: o poder e a importância do Estado tendem a diminuir à proporção que a globalização se intensifica. Como resultado, a exemplo de muitos outros pesquisadores da globalização (vide, por exemplo, ALBROW, 1996; APPADURAI, 1996; OHMAE, 1995; RUGGIE, 1993; STRANGE, 1996), os urbanistas têm concluído frequentemente que uma globalização econômica intensificada leva a uma erosão da territorialidade do Estado. De acordo com essa posição globalista, a mobilidade geográfica supostamente maior do capital e as crescentes escalas de operação enfraquecem irreversivelmente a habilidade do Estado em regular as atividades econômicas dentro dos limites de suas fronteiras. Por outro lado, dentre os autores que enfatizam a importância contínua das instituições estatais na atual configuração do mundo capitalista (vide, por exemplo, HIRST; THOMPSON, 1995; MANN, 1997), a territorialidade é frequentemente entendida como um contentor geográfico relativamente estático e imutável, não modificado qualitativamente pelo processo de globalização. Desse ponto de vista, o Estado reagiria à intensificada interdependência econômica global construindo novas formas de política socioeconômica nacional, mas não seria em si transformado qualitativamente

por essas novas interações globais-nacionais. Essas posições estadistas materializam a territorialidade do Estado em uma estrutura não histórica de intervenção socioeconômica, que não é fundamentalmente transformada através de seu papel em processos de reestruturação capitalista global. Elas produzem, assim, um sentido equivocado de “negócio como de costume” na economia mundial, onde as instituições estatais nacionalmente escalonadas detêm o controle regulador soberano sobre os sistemas econômicos nacionais.

Em contraste a ambas as posições, proponho que o papel do Estado como forma de (re)territorialização do capital é analiticamente distinto da significância estrutural da escala espacial nacional em fluxos de capital circunscritos, transações econômicas, hierarquias urbanas e relações sociais. Desse ponto de vista, os globalistas estão de fato corretos ao enfatizar o processo de descentralização da escala nacional da regulamentação político-econômica, mas erram ao interpretar esse desenvolvimento como evidência de uma contração, recuo ou dissolução da territorialidade do Estado. Ao mesmo tempo, os estadistas estão igualmente corretos ao enfatizar a importância contínua da territorialidade estatal, mas erram ao admitir que esse papel está indissociavelmente ligado às instituições e políticas de Estado nacionalmente escalonadas. A meu ver, ambos os argumentos falham na apreciação das várias transformações em andamento da organização territorial do Estado, por meio das quais novas instituições e formas de regulamentação são qualitativamente produzidas em escalas sub e supranacionais; e o papel da escala nacional como nível de governança está sendo radicalmente redefinido, em resposta ao atual ciclo da globalização capitalista. Esse reescalamento da organização territorial do Estado deve ser visto como um momento constitutivo e propulsor do processo de globalização.

Apesar de os Estados altamente centralizados e burocratizados da era fordista-keynesiana convergirem em torno à escala nacional como lugar organizacional predominante, desde as crises econômicas mundiais do início dos anos 1970,

os Estados mais velhos da América do Norte e da Europa Ocidental foram consideravelmente reestruturados, a fim de prover capital com cada vez mais precondições territoriais essenciais e bens coletivos em escalas espaciais sub e supranacionais (CERNY, 1995). Esse processo de reescalonamento da territorialidade transmite o poder do Estado para níveis superiores, para agências supranacionais como a União Europeia (UE) e, simultaneamente, transfere-o para baixo, de volta aos níveis locais e regionais do Estado, que estão melhor posicionados para promover e regular a reestruturação regional urbana. Jessop (1994, p. 264) argumenta:

O estado nacional está agora sujeito a várias mudanças que resultam em seu 'esvaziamento'. Isto envolve duas tendências contraditórias porque, enquanto o estado nacional ainda continua a ser politicamente importante e retém muito de sua soberania nacional [...], suas capacidades de projetar seu poder, mesmo dentro de suas fronteiras nacionais, estão absolutamente enfraquecidas... pelo movimento em direção a sistemas de produção internacionalizados e flexíveis (mas também regionalizados) [...] Esta perda de autonomia cria em contrapartida a necessidade de coordenação supranacional e um espaço de ressurgimento subnacional. Algumas capacidades do estado são transferidas a um crescente número de corporações panregionais, plurinacionais ou internacionais com uma ampla gama de poderes; outras são devolvidas a níveis de governança locais ou regionais reestruturados no estado nacional; e outras ainda são usurpadas por redes horizontais de poder emergentes – locais e regionais – que contornam os estados centrais e conectam localidades ou regiões em várias nações.

Em toda a União Europeia e na América do Norte, em particular, essa dinâmica de reescalonamento do Estado emergiu como uma importante estratégia neoliberal de reestruturação industrial e de gestão da crise, visando ao mesmo tempo melhorar a eficiência administrativa de instituições estatais, capacitar novas formas de mobilidade de capital no âmbito supranacional para

promover a competitividade global de grandes polos de crescimento subnacionais, e executar a desvalorização e a revalorização do capital nas cidades e regiões em declínio.

Muito parecidas com as infraestruturas baseadas no local das cidades globais, essas novas instituições estatais emergentes reescaladas podem ser vistas como formas essenciais de reterritorialização do capital. Como mencionado acima, em vez de abandonar o conceito da urbanização em face das formas poli-cêntricas emergentes de “alastramento global” (*global sprawl*) (KEIL, 1994), os pesquisadores das cidades globais propõem modelos geométricos revisados de crescimento, forma e hierarquia urbanos. Uma estratégia metodológica formalmente idêntica pode ser empregada para caracterizar a forma espacial reconfigurada dos Estados territoriais na era atual. Se a forma espacial das cidades-regiões globais hoje se aproxima progressivamente da “exópolis” analisada por Soja (1992), pode-se argumentar de maneira análoga que a forma espacial dos Estados territoriais na era do capitalismo global está sendo “glocalizada” (vide também SWYNGEDOUW, 1997). Como a exópolis, expressão urbana das formas pós-fordistas de industrialização capitalista, o “estado glocal” é uma configuração geométrica polimórfica que está, do mesmo modo, voltada para fora e para dentro, simultaneamente – voltada para fora, na medida em que tenta promover a competitividade global de suas cidades e regiões; e voltada para dentro, na medida em que agências supranacionais tais como a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passam a desempenhar papéis ainda mais diretos na regulamentação e reestruturação de seus espaços territoriais internos. Esse processo de “glocalização” do Estado rearticula as geografias políticas herdadas, de maneira a desprivilegiar sistematicamente as organizações institucionais estruturadas nacionalmente e formas regulamentares. Assim entendida, a territorialidade do Estado conserva atualmente um papel crítico como condição geográfica de formas contemporâneas de acumulação de capital, mas esse papel não está mais fundamentado em uma correspondência

territorial isomórfica entre instituições estatais, sistemas urbanos e circuitos de acumulação do capital, concentrados em torno da escala nacional².

Cerny (1995, p. 618) referiu-se vividamente a essa fragmentação simultânea e rediferenciação do espaço político como um “efeito serra”, através do qual cada nível do Estado procura reagir a uma variedade de pressões, forças e limitações sub e supranacionais quase esmagadoras. No contexto atual, uma consequência geográfica particularmente fundamental desse “efeito serra” é a mobilização intensificada de instituições estatais centrais, regionais e locais com o propósito de promover a reestruturação industrial nas escalas subnacionais de grandes aglomerações regionais urbanas. Por um lado, o reescalamento do Estado pode ser visto como uma estratégia neoliberal de “desregulamentação” para dismantelar as operações redistributivas de ordem fordista-keynesiana configuradas nacionalmente, em geral através do questionamento de funções de bem-estar social de instituições municipais. Por outro lado, e igualmente importante, o reescalamento do Estado tem servido como uma estratégia de “re-regulamentação” para construir novas capacidades institucionais a fim de promover o investimento de capital nos grandes polos de crescimento urbano, geralmente através de políticas de trabalho social local ou regionalmente organizadas, ONGs não eleitas, e outras iniciativas empresariais tais como parcerias público-privadas. Nessas circunstâncias, o papel dos níveis locais e regionais do Estado está sendo significativamente redefinido. Estados contemporâneos locais e regionais não mais operam como agentes gestores de programas de consumo coletivo escalonados nacionalmente, mas servem como agências empreen-

² Na teoria de Mann (1998, 1993), vejo o atributo essencial do Estado territorial moderno em sua forma territorialmente centralizada, em oposição a todos os outros agentes de poder no sistema do mundo capitalista (empresas capitalistas, associações cívicas, ONGs etc.). Essa definição leva a uma análise do processo de globalização contemporâneo, sobreposto à rede mundial de territorialidades do Estado, mais do que significando uma erosão unilinear da territorialidade. Em contraste, muitos autores que definem o Estado em termos de conexão isomórfica entre território e soberania como detentor exclusivo dos processos econômico, político e/ou cultural, ou como um local de sociedade e identidade coletiva, interpretam as transformações contemporâneas como um processo de declínio do Estado (vide, por exemplo, APPADURAI, 1996; CERNY, 1995; RUGGIE, 1993).

dedoras de “capital financiado pelo Estado” destinado à manutenção e melhoria de vantagens locais de suas jurisdições territoriais delineadas (GOTTDIENER, 1990; MAYER, 1994). De fato, é sobretudo através de seu papel fundamental na mobilização do espaço urbano como força de produção que os Estados locais e regionais, em particular, têm adquirido uma crescente importância estrutural dentro de cada hierarquia administrativa de Estado territorial. Um dos objetivos principais dessas instituições estatais “glocalmente” orientadas é melhorar as vantagens de localização e capacidades produtivas de suas jurisdições territoriais como nódulos de competitividade máxima na economia mundial.

Em toda a Europa Ocidental, essa crescente fragmentação interna, rediferenciação e polarização dos antigos espaços econômicos também vêm se intensificando desde o início dos anos 1980 através da implantação de novas formas de política estrutural regional, orientada para o desenvolvimento “endógeno” de grandes regiões urbanas (ALBRECHTS; SWYNGEDOUW, 1989; HEEG, 1996); e da construção de novas formas e níveis de organização territorial do Estado, particularmente em escalas urbano-regionais ou metropolitanas (EVANS; HARDING, 1997; LEFÈVRE, 1998; SHARPE, 1993; VOELZKOW, 1996). Em grandes regiões urbanas por toda a União Europeia, instituições regulamentadoras escalonadas nacionalmente estão sendo planejadas, promovidas e construídas como um meio de assegurar vantagens locais inerentes a um lugar específico. Esses novos espaços estatais de regulamentação do crescimento urbano estão sendo justificados não como componentes de programas socioeconômicos nacionais ou como unidades funcionais dentro de sistemas administrativos nacionalmente hierarquizados, mas como pré-requisitos institucionais de um lugar específico para manter a competitividade estrutural de determinada região urbana. Uma consequência preponderante desse padrão emergente de política locacional subnacional tem sido a maciça intensificação de desenvolvimento geográfico desigual, uma vez que “explosões” temporais de crescimento

são promovidas por instituições estatais em locais geográficos cuidadosamente delineados.

Nesse sentido, o atual ciclo de globalização neoliberal está reescalando, e não erodindo, a territorialidade estatal: a desnacionalização da economia nacional e das hierarquias urbanas não está degradando o papel do Estado como forma de territorialização do capital, mas “desnacionalizando” sua estrutura escalar para privilegiar níveis supra e subnacionais de intervenção regulamentar e de valorização do capital. As instituições “glocalizadas” regulamentadoras resultantes estão reterritorializando o poder do Estado em múltiplas escalas espaciais que não convergem entre si na escala nacional, nem constituem uma totalidade nacional isomórfica e exclusiva (ANDERSON, 1996; CERNY, 1995). Entretanto, assim como as cidades-regiões globais continuam a ser aglomerações urbanas, os Estados pós-fordistas e pós-keynesianos que se consolidaram no antigo mundo industrializado, a partir do início dos anos 1980, continuam também sendo significativamente Estados territoriais. À medida que as escalas de organização territorial estatal continuam a circunscrever as relações sociais, econômicas e políticas dentro de fronteiras geográficas delineadas, as instituições estatais mantêm seu caráter essencialmente territorial. O ponto crucial no contexto atual é que a territorialidade do Estado está hoje sendo progressivamente configurada em estruturas escalares “glocalizadas” em vez de nacionais.

Em meados dos anos 1970, Henri Lefebvre já havia começado a esboçar alguns dos amplos contornos dessa forma reescalada recém-emergente de poder territorial do Estado, na qual “a economia e a política se fundem” (LEFEBVRE, 1977; 1986, p. 35), e suas implicações para as relações do Estado com seu espaço territorial. Como Lefebvre observa no capítulo de conclusão de *The Production of Space* (1991, p. 378):

O relacionamento [entre o Estado e o espaço] [...] está se estreitando: o papel espacial do Estado [...] está mais evidente. Os aparatos administrativos e políticos do Estado

não são mais suficientes (se é que já foram) para meramente intervir de uma maneira abstrata no investimento de capital [...] Hoje o Estado e seus aparatos burocráticos e políticos intervêm continuamente no espaço, e fazem uso do espaço em seu aspecto instrumental, a fim de intervir em todos os níveis e por meio de todas as agências do âmbito econômico.

Essa tendência à fusão de instituições estatais em um circuito de capital é essencialmente capacitada por estratégias de reescalonamento estatal, que se traduzem em formas reconfiguradas de regulamentações locais e regionais que permitem ao capital extrair e valorizar o excedente. As resultantes configurações reescaloadas de poder territorial do Estado estão firmemente entrelaçadas com o capital em escalas espaciais diferenciais e, conseqüentemente, cada vez mais sensíveis aos ritmos e contradições de cada circuito de capital (vide POULANTZAS, 1978, pp. 166-179). Conforme o Estado passa a operar como um momento crescentemente ativo na mobilização das forças produtivas de cada território, sua organização escalar assume um papel central na mediação e circunscrição do crescimento capitalista.

Novos espaços estatais: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia

A implementação dos reescaloadamentos urbano e estatal é um processo altamente contestado e conflitante, mediado por uma vasta cadeia de lutas sociopolíticas pelo controle hegemônico do espaço social que se articulam, por sua vez, em múltiplas escalas espaciais. Por um lado, como discutido acima, o reescalonamento urbano e o reescalonamento estatal podem ser entendidos como duas formas distintas de reterritorialização que emergem com o mais recente ciclo de globalização capitalista induzido pela crise (como resumido no Quadro 4.1). Por outro lado, os processos de reestruturação urbano-regionais e territorial do Estado estão estreitamente entrelaçados, na medida em que cada forma de reterritorialização influencia

e transforma continuamente as condições em que a outra se desenrola. Primeiramente, os processos de reestruturação urbano-regionais induzidos pela crise global econômica do início dos anos 1970 contribuíram muito para as estratégias neoliberais de reescalonamento do Estado. O reescalonamento estatal funcionou como uma grande estratégia de gestão neoliberal de crise e revalorização do capital, aplicada pelo Estado em uma ampla variedade de contextos urbano-regionais de regiões manufatureiras fordistas a novos distritos industriais e cidades-regiões globais. O reescalonamento estatal pode, portanto, ser visto como uma estratégia de acumulação fundamental, que está sendo atualmente implementada por regimes políticos neoliberais por toda a Europa, com o intuito de reestruturar espaços urbanos e regionais. Em segundo lugar, os processos de reescalonamento do Estado têm, por sua vez, reconfigurado significativamente o relacionamento entre capital, instituições estatais e forças sociopolíticas territorialmente circunscritas nas maiores regiões urbanas europeias. Enquanto o capital se empenha continuamente para a melhoria da mobilidade espacial, diminuindo a local-dependência, os Estados contemporâneos “glociais” tentam fixar o capital, cada vez mais diretamente, dentro de seus territórios, através da provisão de bens imóveis, específicos e de externalidades que não podem ser encontrados em outro lugar, nem abandonados sem custos consideráveis de desvalorização. Dessa maneira, por meio de processos de reescalonamento do Estado, as escalas de organização territorial do Estado se tornam mediadoras centrais da reestruturação industrial capitalista. Pode-se argumentar, por conseguinte, que a governança dos padrões de urbanização contemporânea envolve não apenas a construção de “novos espaços industriais” para formas pós-fordistas de industrialização (SCOTT, 1988b), mas também, e igualmente importante, a consolidação do que se define como novos espaços estatais para melhorar a capacidade de cada Estado de mobilizar o espaço urbano e regional como força produtiva.

Quadro 4.1

Globalização como reterritorialização: reescalamento de cidades e estado

Escala espacial do acúmulo de capital			
Forma de (re) territorialização	Global	Nacional	Urbano-regional
Cidades - Reescalamento urbano - Formação da cidade global	Formação de uma hierarquia urbana global. Competição interestadual intensificada entre as cidades em toda a economia mundial.	Rearticulação de sistemas de cidades nacionais em hierarquias globais e urbanas suprarregionais. Desvinculação do crescimento da cidade global do crescimento econômico nacional.	Formação de “exópolis”: recomposição da forma urbana: emergência de regiões urbanas policêntricas e novos distritos industriais.
Estados - Reestruturação territorial do Estado - Emergência dos “Estados locais” neoliberais	Estados territoriais voltados “para dentro” (<i>outside-in</i>): reescalados para cima, para os níveis supranacionais de regulamentação, onde instituições como União Europeia, FMI e Banco Mundial reestruturaram o espaço do Estado.	“Desnacionalização” da escala nacional. Estado Central transfere várias tarefas para cima, para agências supranacionais, e retorna outras para baixo, para instituições estatais locais e regionais.	Estados territoriais virados “de dentro para fora”: redimensionados para baixo em direção ao nível subnacionais. Estados promovem investimento por corporações transnacionais dentro das maiores regiões urbanas. Construção de “novos espaços estaduais” para regulamentar “novos espaços industriais”.

Na medida em que, hoje, nem a urbanização, nem a acumulação, nem a regulamentação estatal privilegia uma escala espacial única, exclusiva e circunscrita, os limites geográficos das relações sociais se tornaram objetos diretos de contestação sociopolítica. Assim, emerge uma “política de escala” (SMITH, 1993; 1995) em que as escalas geográficas operam simultaneamente como locais

e marcos do conflito sociopolítico. No entanto, muitas discussões contemporâneas sobre governança urbana pressupõem uma estrutura jurisdicional urbana ou regional relativamente fixa, onde as condições regulatórias para a urbanização capitalista sejam asseguradas (para um panorama atual, vide HALL; HUBBARD, 1996). Nesse sentido, as escalas de governança urbana são encaradas mais como plataformas pré-constituídas para a política urbana, do que como um de seus momentos, dimensões ou objetos ativos e socialmente produzidos. Em contraste, a análise precedente indica que novas geografias da governança urbana estão atualmente se cristalizando na interface multiescalar existente entre os processos de reestruturação urbana e de reestruturação territorial dos Estados. Assim, os dilemas e contradições contemporâneos da governança urbana devem ser analisados em cada uma das escalas espaciais nas quais esses processos entrelaçados de reterritorialização se interceptam, desde as escalas regionais urbanas até as nacionais e europeias. Apesar de não ser possível elaborar, no atual contexto, uma análise detalhada de cada uma dessas escalas e suas interconexões complexas, alguns dos maiores mecanismos socioinstitucionais que ligam os processos de reestruturação urbano-regionais e os processos de reescalamento estatal na União Europeia contemporânea podem ser brevemente identificados.

Cidades globais e geopolítica de integração europeia

As localizações das cidades globais desempenham um papel importante na disputa entre os Estados europeus para o acolhimento de escritórios governamentais da UE em seus territórios. Essa forma de competição interespaçial é mediada diretamente pelos Estados anfitriões das cidades globais, visto que são eles que definem os termos e o ritmo da integração europeia. Tais decisões locais resultam, em parte, de compromissos estratégicos entre os poderes hegemônicos da Europa, como ilustra a escolha de Bruxelas para acolher a sede administrativa da União

Europeia. Entretanto, a recente decisão de localizar o Banco Central Europeu em Frankfurt foi um momento crítico na disputa geopolítica e geoeconômica entre o Reino Unido e a Alemanha, que visava atrair o centro de gravidade locacional da Europa para seus respectivos territórios (Londres recebeu somente um ínfimo prêmio de consolação, o Escritório Europeu de Patentes). O processo de integração monetária europeia também tem implicações potencialmente maiores para os padrões de competição espacial entre centros financeiros europeus. Londres ainda é, atualmente, o mais importante centro de serviços financeiros da União Europeia. A introdução do euro, no entanto, pode proporcionar novas oportunidades para Frankfurt e Paris, que estão atualmente desenvolvendo novas infraestruturas regulatórias e tecnológicas para os mercados financeiros globais, e cujos Estados anfitriões integraram instantaneamente o sistema de moeda única (vide *The Economist*, 9 mai.1998, *Financial Centres Survey*, p. 17). Por esse motivo, o reescalonamento ascendente dos Estados territoriais europeus, em direção à União Europeia, pode favorecer a eventual formação de um eixo integrado Frankfurt-Paris-Londres, articulando a super-região europeia com a economia mundial (TAYLOR, 1997).

Cidades globais e relações intergovernamentais

Desde o início dos anos 1980, as relações centro-locais se transformaram radicalmente em toda a Europa Ocidental. À medida que os Estados concebem suas subunidades territoriais como camadas administrativas funcionalmente equivalentes, e não como nódulos de urbanização geograficamente distintivos, os processos de formação da cidade global são raramente discutidos em debates da política de Estado central sobre relações intergovernamentais (o debate na Holanda sobre as “províncias” no início dos anos 1990 é uma exceção recente significativa). Todavia, reconfigurações de relações intergovernamentais podem ter ramificações importantes para a governança de grandes regiões urbanas, na medida em que elas reordenam

as conexões administrativas, organizacionais e financeiras do Estado local com o Estado central e, dessa forma, afetam sua capacidade de mobilizar as fontes regulatórias (COX, 1990). Em um extremo, a onda *thatcherista* de reestruturação centro-local no Reino Unido acarretou a consolidação de uma forma neoautoritária de governança imposta centralmente na região de Londres (DUNCAN; GOODWIN, 1998). No outro extremo, a reestruturação estatal na República Federal da Alemanha no início dos anos 1980 representou um papel crescentemente descentralizado para o Estado federado (*Länder*) e as municipalidades na formulação e na implementação da política industrial (HERRIGEL, 1996). Entre esses polos, na Holanda, debates sobre reestruturação centro-local proliferaram em todos os níveis do Estado holandês desde meados dos anos 1980, levando o Estado central, as províncias e as municipalidades a convergirem para o objetivo de formação de cidade global na megalópole ocidental de Randstad como uma prioridade compartilhada para política socioeconômica nacional (DIELEMAN; MUSTERD, 1992). A natureza da governança urbana nas cidades-regiões globais é, por conseguinte, fortemente condicionada por padrões de relações intergovernamentais de seus Estados anfitriões. Conforme as conexões do Estado local com os níveis central e regional do Estado são reconfiguradas, o mesmo ocorre com as capacidades institucionais e financeiras de regulação das contradições urbanas da globalização.

Cidades globais e política territorial

A dinâmica de coalizões de crescimento local foi detalhadamente analisada por teóricos do regime urbano (LOGAN; MOLOTCH, 1987). Entretanto, a articulação das dinâmicas políticas municipais nas cidades globais, com constelações políticas regionais e nacionais mais vastas, não tem sido extensivamente investigada (vide, contudo, LOGAN; SWANSTROM, 1990). No entanto, como salientam Friedmann e Wolff (1982, p. 312): “Sendo essenciais ao capital transnacional e aos interesses polí-

ticos nacionais, as cidades globais podem tornar-se moeda de troca em disputas subsequentes”.

A pergunta crucial, partindo dessa perspectiva, é como a disjunção econômica entre a cidade global e a economia territorial de seu Estado anfitrião é administrada politicamente. O Reino Unido é indubitavelmente o exemplo europeu mais contundente dessa disjunção e de uma política territorial associada altamente polarizada. Desde meados dos anos 1970, o dinamismo do sudeste da Inglaterra como cidade-região global fundamentou-se predominantemente em uma economia extra-territorial, derivada do papel da cidade como centro financeiro global, amplamente desvinculado das cidades e regiões em declínio localizadas em outros lugares do Reino Unido. A ascensão do *thatcherismo* nos anos 1980 pode ser interpretada como uma “declaração de independência do sul da Inglaterra, comunidade dependente de Londres como cidade global” (TAYLOR, 1995, p. 59). Entretanto, mesmo na Holanda, onde a região de Amsterdã/Randstad é amplamente considerada como o motor urbano da economia nacional, a mobilização de políticas centrais e locais ao redor do objetivo da formação de cidade global durante o final dos anos 1980, implicou a construção de uma “coalizão de crescimento urbano nacional” a fim de converter as cidades centrais, de provedoras de serviços estatais de bem-estar social a novas “líderes” do crescimento econômico (TERHORST; VAN DE VEN, 1995). Em toda a União Europeia, a geografia político-econômica das cidades globais se estende além do alcance jurisdicional do Estado local para reconfigurar alianças político-territoriais em níveis de múltipla escala de seus Estados anfitriões. Consequentemente, da mesma forma que a estrutura territorial do Estado condiciona as políticas de escala dentro das cidades globais, assim também o processo de reescalamento dos processos de urbanização se entrelaça com o reescalamento da política e das contestações políticas dentro do Estado territorial.

Regiões urbanas e sistemas de planejamento espacial

Como observado anteriormente, novas geografias de política espacial estatal estão emergindo em toda a União Europeia, e se orientam para os potenciais “endógenos” dos territórios subnacionais delineados, tais como regiões urbanas, que cada vez mais são encaradas como fundações geográficas do desempenho industrial nacional. Por exemplo, na Alemanha contemporânea, recentemente, a Lei de Planejamento Espacial (*Raumordnungsgesetz*) foi radicalmente redefinida com a finalidade de abandonar o tradicional projeto pós-guerra de “equalização das condições de vida” em escala nacional, em benefício da promoção das regiões urbanas, posicionadas como o mais importante “nível de implementação política” (BRENNER, 1997b). Igualmente, na Holanda, o projeto pós-guerra de “desconcentração”, que tentou expandir a urbanização para além dos aglomerados ocidentais de Randstad, foi radicalmente revertido no final dos anos 1980 por meio de uma nova política de “cidades compactas”. As estruturas nacionais revisadas para o planejamento espacial holandês introduzidas nos anos 1990 também promoveram ativamente a recentralização do crescimento industrial dentro dos núcleos urbanos ocidentais (Amsterdã, Roterdã, Utrecht e Hague) e definiram inequivocamente a megalópole de Randstad como motor urbano-regional nacional de crescimento econômico (FALUDI; VAN DER VALK, 1994). Reorientações bastante análogas de sistemas de planejamento espacial organizados nacionalmente se produzem em toda a União Europeia (ALBRECHTS; SWYNGEDOUW, 1989). Enquanto isso, no próprio nível da União Europeia, o objetivo clássico de mediação da polarização núcleo-periferia por meio de políticas estruturais regionais está da mesma forma sendo redefinido para promover potenciais “endógenos” para o desenvolvimento econômico regional por todo o espaço territorial europeu (TÖMMEL, 1996). Essa tendência tende a intensificar-se à proporção que o programa estrutural de fundos é redefinido, em associação com a expansão da União

Europeia. Como esses exemplos deixam claro, os espaços estatais nacionalmente organizados em toda a União Europeia estão atualmente sendo re-hierarquizados e rediferenciados em um mosaico altamente desigual de espaços econômicos urbano-regionais relativamente distintos, cada um definido de acordo com sua posição específica dentro das divisões supranacionais do trabalho.

Regiões urbanas e governança metropolitana

Em meio a esses reescalonamentos supraurbanos, o problema de se construírem configurações de organização territorial em escalas urbano-regionais relativamente fixas continua a ser mais urgente do que nunca. As instituições político-regulamentares das regiões urbanas são frequentemente fragmentadas em múltiplas agências e departamentos, com jurisdições e tarefas diferentes. Ainda assim, o processo de globalização econômica está criando interdependências socioeconômicas mais densas em escalas urbano-regionais que, em geral, suplantam o alcance de cada um desses níveis administrativos. Os problemas de governança metropolitana estão, por conseguinte, voltando à frente das discussões e debates políticos em muitas cidades europeias. Enquanto os debates sobre instituições metropolitanas durante as décadas de 1960 e 1970 concentravam-se predominantemente em questões de eficácia administrativa e prestações de serviços locais, as discussões contemporâneas sobre governança regional enfatizam de modo crescente a necessidade de flexibilidade administrativa, estratégias de desenvolvimento econômico coordenadas regionalmente e o problema da competição interespacial global intensificada. Nesse contexto, formas regionais de regulamentação têm sido justificadas como pré-requisitos essenciais para a manutenção das vantagens locais de uma cidade na economia mundial. Por toda a Europa, de Londres, Amsterdã, Roterdã, Bruxelas, Lyon e Paris até a aglomeração do Ruhr, Hanôver, Frankfurt, Stuttgart, Munique, Zurique, Bolonha e Milão, a política econômica urbana está cada vez mais diretamente ligada a diversas formas de planejamento espacial,

ao investimento e à regulamentação em escalas regionais (vide LEFÈVRE, 1998; WENTZ, 1994)³. Essas formas de cooperação regional recém-emergentes em grandes regiões urbanas se baseiam em uma variante pós-fordista de “solidariedade” que implica uma lógica econômica de maximização de competitividade de um espaço de produção capitalista delimitado territorialmente, em vez de uma lógica social de redistribuição do excedente econômico no espaço social de uma única “sociedade” coerente (RONNEBERGER, 1997). Por outro lado, essa preocupação globalmente induzida em estabelecer formas regionais de regulamentação é frequentemente desafiada por pressões vindas de baixo em defesa da autonomia local, de interesses específicos relacionados ao âmbito locacional e escalar e da contínua fragmentação jurisdicional do Estado local (RONNENBERGER; SCHMID, 1995). Nessas condições, a organização territorial do Estado se torna, ao mesmo tempo, arena e objeto das contendas sociopolíticas nas escalas regionais e locais. Essas perspectivas opostas sobre a regulamentação regional se chocam dentro das regiões urbanas contemporâneas, ocasionando disputas pelo controle regulatório do processo de urbanização mediado por meio de contestação sociopolítica na(s) escala(s) de governança. Enquanto as regiões urbanas em toda a Europa competem entre si em busca de vantagens locais nas hierarquias urbanas europeia e global, as escalas de organização territorial urbana e regional se tornam ainda mais importantes, como instrumentos regulatórios do Estado e como locais de conflito sociopolítico.

³ Após mais de uma década de controle central estatal sobre Londres, a Confederação da Indústria Britânica (Confederation of British Industry) promoveu a construção de uma Agência de Desenvolvimento Londrina responsável pelo planejamento do crescimento urbano de todo o sudeste; enquanto isso, um Conselho Municipal de Londres foi recentemente aprovado por referendo local. Na região de Frankfurt/Rhein-Main, várias facções políticas e econômicas defenderam um novo modelo moderno de governança regional sob a égide de um “Condado Regional de Rhein-Main”, que se encarregaria da organização local administrativa e das capacidades produtivas sob uma única estrutura regulatória do Estado. Mesmo na região de Randstad na Holanda, onde as propostas do Estado central para construir novas “cidades-província” regionalmente organizadas foram esmagadoramente rejeitadas em referendos locais realizados em 1995 em Amsterdã e Roterdã, novas formas de coordenação institucional informal estão, todavia, ainda sendo desenvolvidas em Randstad para regulamentar e promover o crescimento urbano em escalas regionais.

A organização territorial das cidades globais

Entretanto, é basicamente na escala urbana que as capacidades produtivas de organização territorial são mobilizadas. Hoje, governos municipais em toda a Europa estão adotando diretamente esse objetivo, através de um amplo leque de estratégias de oferta, que abrangem a demarcação, a construção e a promoção de lugares urbanos estratégicos para desenvolvimento industrial – por exemplo, centros empresariais, parques industriais, redes telemáticas, terminais de transporte e marítimos e vários outros tipos de estabelecimentos de varejo, entretenimento e culturais. Essas formas emergentes de “empreendedorismo urbano” foram extensivamente analisadas em relação ao papel crucial das parcerias público-privadas para a facilitação do investimento de capital em megaprojetos situados em locais estrategicamente designados da cidade (GOTTDIENER, 1990; HARVEY, 1989C; MAYER, 1994). As Docklands londrinas são talvez o mais espetacular exemplo europeu desse tipo de investimento estatal maciço na infraestrutura urbana do capital global, porém, exemplificam uma mudança estratégica mais ampla na política urbana, que pode ser observada nas cidades globais. Como Harvey (1989c, pp. 7-8) indica, tais megaprojetos financiados pelo Estado são designados primariamente para melhorar a capacidade produtiva de lugares urbanos dentro dos fluxos globais de valor, mais do que para reorganizar as condições de vida e trabalho de modo mais amplo dentro das cidades. Ao mesmo tempo, porém, as capacidades locacionais desses lugares urbanos dependem necessariamente de uma infraestrutura de organização territorial relativamente fixa, que permita extrair e capitalizar valor em intervalos de tempo de circulação globalmente competitivos. Em toda a Europa, essa ligação entre os processos de reescalamento urbano e estatal está institucionalmente incorporada no papel fundamental de várias agências paraestatais recentemente criadas, envolvidas no planejamento e na coordenação do investimento desses megaprojetos locais (por exemplo, a Organização para o Desenvolvimento das Docklands

Londrinas, a Organização para o Desenvolvimento Econômico de Rhein-Main em Frankfurt, a Organização para o Desenvolvimento do Aeroporto de Schiphol e muitas outras).

Essa ampla visão geral é apenas o início da análise das complexidades das várias escalas geográficas nas quais essas disputas pela organização territorial da governança urbana se desenrolam na Europa contemporânea e de suas interconexões complexas e rapidamente mutáveis. As escalas do poder territorial do Estado representam o meio e o resultado dessa vertiginosa dialética multiescalar de transformação “glocal”, que hoje se encontra muito longe do fim. Os conflitos que surgem em razão da organização territorial do Estado em cada uma dessas escalas são, obviamente, também condicionados pela configuração organizacional territorial de outras escalas sobre as quais estão sobrepostos. Ao mesmo tempo, esses conflitos sociopolíticos circunscritos podem se tornar altamente voláteis e “saltar escalas” (*jumping scales*) (SMITH, 1993) para influenciar, reestruturar ou mesmo transformar a estrutura organizacional de configurações de escala mais amplas, nas quais estão enredadas.

É nesse sentido que a atual desnacionalização da urbanização, da acumulação e do poder territorial estatal abre espaço para que as próprias escalas se tornem objetos diretos da disputa sociopolítica. Nessas circunstâncias, as escalas não circunscrevem meramente as relações sociais dentro de fronteiras geográficas determinadas, mas constituem um momento ativo, socialmente produzido e politicamente contestado dessas relações. Como campos de força densamente organizados, nos quais o capital transnacional, os Estados territoriais e as relações sociais localizadas se interceptam, as cidades globais são terrenos geográficos nos quais os riscos sociopolíticos dessa política de escala são particularmente substanciais, tanto em termos geopolíticos como geoeconômicos. A conclusão central política e analítica que emerge dessa análise é que os problemas de governança urbana não podem mais ser confrontados simplesmente em escala urbana, como dilemas de regulação municipal ou mesmo regional, mas devem ser analisados também em escala nacional,

supranacional e global do poder territorial do Estado, pois é basicamente nessas escalas supraurbanas que a geografia política intensamente contraditória do neoliberalismo é configurada.

Conclusão: escalonar a política, politizar as escalas

O atual desdobramento dos reescalamentos de urbanização e do poder territorial do Estado gerou uma transformação importante na organização geográfica do capitalismo global. As escalas espaciais de produção capitalista, urbanização e regulação do Estado estão sendo hoje radicalmente reorganizadas, de maneira tão drástica que vocabulários herdados para descrever a hierarquia encaixada das escalas que entrelaçam o capitalismo mundial não mais fornecem ferramentas de análise apropriadas para conceituar o caráter multicamadas altamente contraditório e densamente entrelaçado das práticas espaciais contemporâneas. Ante a crescente dinâmica espaço-temporal “glocal” do capital, as infraestruturas territoriais da urbanização e de regulamentação do Estado não mais se coalescem ao redor do nível de escala nacional. Enquanto as cidades hoje operam crescentemente como nódulos urbanos em uma hierarquia urbana mundial, os Estados estão se reestruturando rapidamente para melhorar a competitividade global de suas grandes cidades e regiões.

Pelo fato de as regiões urbanas ocuparem a interface altamente contraditória entre a economia global e o Estado territorial, elas se encaixam em uma multiplicidade de processos sociais, econômicos e políticos organizados em escalas espaciais sobrepostas. A resultante política de escala no âmbito das instituições político-regulatórias de grandes regiões urbanas pode ser interpretada como uma sequência de experimentações, estratégias de tentativa e erro para gerenciar essas forças intensamente conflituosas, através de um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução de configurações relativamente estáveis da organização territorial. O reescalamento da urbanização leva ao reescalamento concomitante do Estado, através do qual, simultaneamente, a organização territorial é mobilizada como

força produtiva e as relações sociais são circunscritas dentro de determinados limites geográficos. Essas configurações reescaladas da organização territorial do Estado, por sua vez, transformam as condições sob as quais o processo de urbanização se desdobra. Entretanto, se essas estratégias desarticuladas de reterritorialização nas cidades europeias podem vir a estabelecer novas soluções espaciais para acumulação de capital sustentada, a desordem global-local do final do século XX é um problema que só pode ser resolvido por meio das próprias políticas de escala, através da contínua disputa pelo controle hegemônico de lugar, território e espaço.

Henri Lefebvre (1995; 1991; 1978) argumentou extensivamente que as disputas pela organização territorial do processo de urbanização expressam o duplo caráter das escalas espaciais do capitalismo, ou seja, seu papel como estrutura para as relações sociais cotidianas e como forças produtivas para os ciclos sucessivos de acumulação de capital em escala mundial. Portanto, cada escala na qual o processo de urbanização se desdobra simultaneamente vincula relações sociais dentro de arenas geográficas determinadas, hierarquizada lugares e territórios dentro de amplas configurações de desenvolvimento geográfico desigual e intermedeia a disputa incessante do capital, buscando expandir seu comando e controle por todo o espaço abstrato da economia global. As políticas de escala emergentes em relação à governança urbana nas regiões urbanas contemporâneas apresentam ainda uma outra dimensão de organização territorial no âmbito do capitalismo, à qual Lefebvre também devotou considerável atenção – seu papel como campo de práticas políticas potencialmente transformativas, onde “contraplanos”, “contraprojetos” e “contraespaços” podem ser construídos (LEFEBVRE, 1978, p. 413-444; 1991, p. 383-384). A organização territorial de governança urbana nas cidades contemporâneas é, portanto, um enorme campo de batalha, no qual cada uma dessas dimensões entrelaçadas de práticas espaciais se encontra sobreposta. Hoje, há uma necessidade urgente de novas conceituações de escala para se obter uma solução analítica – e política – para os atuais

processos de reterritorialização e suas implicações na organização geográfica das relações sociais em uma era de globalização neoliberal.

Referências

- ALBRECHTS, L.; SWYNGEDOUW, E. "The challenges for regional policy under a flexible regime of accumulation". In: ALBRECHTS, L. (Ed.) **Regional Policy at the Crossroads: European Perspectives**. London: Jessica Kingsley, p. 67-89, 1989.
- ALBROW, M. **The Global Age: State and Society Beyond Modernity**. Oxford: Polity, 1996.
- ALTVATER, E. "Fordist and post-Fordist international division of labor and monetary regimes". In: STORPER, M. e SCOTT, A. J. (Eds.) **Pathways to Industrialization and Regional Development**. New York: Routledge, p. 21-45, 1992.
- ALTVATER, E.; MAHNKOPF, B. (1996). **Grenzen der Globalisierung**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1996.
- AMIN, A.; THRIFT, N. Neo-Marshallian nodes in global networks. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 16, p. 571-587, 1992.
- _____. "Living in the global". In: AMIN, A.; THRIFT, N. (Eds.) **Globalization, Institutions and Regional Development in Europe**. New York: Oxford University Press, p. 1-22, 1994.
- ANDERSON, J. The shifting stage of politics: new medieval and postmodern territorialities? **Environment and Planning D**, n. 14, p. 133-153, 1996.
- APPADURAI, A. **Modernity at large: cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- ARRIGHI, G. **The long twentieth century**. New York: Verso, 1994.
- BRAUDEL, F. **The Perspective of the World**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1984.
- BRENNER, N. Global, fragmented, hierarchical: Henri Lefebvre's geographies of globalization. **Public Culture**, n. 10, p. 137-169, 1997a.
- _____. Die Restrukturierung staatlichen Raums: Stadt- und Regionalplanung in der BRD. **Prokla**, n. 27, p. 545-567, 1997b.
- _____. Global cities, glocal states: global city formation and state territorial restructuring in contemporary Europe. **Review of International Political Economy**, n. 5, p. 1-37, 1998a.
- _____. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. **Environment and Planning D**, n. 16, p. 459-481, 1998b.
- _____. Beyond state-centrism? Space, territoriality and geographical scale in globalization studies. **Theory and Society**, v. 28, n. 1, p. 39-78, 1998c.

- CASTELLS, M. **The Informational City**. Cambridge (MA): Blackwell, 1989.
- _____. **The Rise of the Network Society**. Cambridge (MA): Blackwell, 1996.
- CERNY, P. Globalization and the changing logic of collective action. **International Organization**, 49, p. 595-625, 1995.
- COX, K. Territorial structures of the state: some conceptual issues. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, n. 81, p. 251-266, 1990.
- _____. **Production, power and world order**. New York: Columbia University Press, 1987.
- DIELEMAN, F.; MUSTERD, S. (Eds.) **The randstad: a research and policy laboratory**. Dordrecht: Kluwer, 1992.
- DUNCAN, S.; GOODWIN, M. **The local state and uneven development**. London: Polity Press, 1988.
- ECONOMIST, THE. **Capitals of capital: a survey of financial centres**. 9 May, p. 1-46, 1998.
- EVANS, R.; HARDING, A. Regionalisation, regional institutions and economic development. **Policy and Politics**, n. 25, p. 19-30, 1997.
- FALUDI, A.; VAN DER VALK, A. **Rule and Order: Dutch Planning Doctrine in the Twentieth Century**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994.
- FRIEDMANN, J. "The future of human habitat". In: MACALLISTER, D. (Ed.) **A new focus for land use planning**. Washington (DC): National Science Foundation Press, 1973.
- _____. The world city hypothesis. **Development and Change**, n. 17, p. 69-83, 1986.
- _____. "Where we stand: a decade of world city research". In: KNOX, P.; TAYLOR, P. (Eds.) **World cities in a world-system**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- FRIEDMANN, J.; MILLER, J. The urban field. **Journal of the American Institute of Planners**, n. 31, p. 312-320, 1965.
- FRIEDMANN, J.; WOLFF, G. World city formation: an agenda for research and action. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 6, p. 309-344, 1982.
- GOTTDIENER, M. **The social production of urban space**. Austin: University of Texas Press, 1985.
- _____. Crisis theory and state-financed capital: the new conjuncture in the USA. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 14, p. 383-403, 1990.
- GOTTMANN, J. **Megalopolis: the urbanized northeastern seaboard of the United States**. New York: The Twentieth Century Fund, 1961.
- HALL, T.; HUBBARD, P. The entrepreneurial city: new politics, new urban geographies. **Progress in Human Geography**, n. 20, p. 153-174, 1996.
- HARVEY, D. **The limits to capital**. New York: Oxford University Press, 1982.

- _____. "The geopolitics of capitalism". In: GREGORY, D. e URRY, J. (Eds.) **Social relations and spatial structures**. London: Macmillan, 1985.
- _____. **The condition of postmodernity**. Cambridge (MA): Blackwell, 1989a.
- _____. **The urban experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989b.
- _____. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. **Geografiska Annaler**, B, n. 71, p. 3-18, 1989c.
- _____. Globalization in question. **Rethinking Marxism**, 8(4), p. 1-17, 1996.
- HEEG, S. "Endogene Potentiale oder footloose capitalism? Einige Anmerkungen zur sozialen Regulation des Raums". In: BRUCH, M. e KREBS, H. P. (Eds.) **Unternehmen Globus: Facetten nachfordristischer Regulation**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1996.
- HERRIGEL, G. **Industrial constructions: the sources of German industrial power**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- HIRSCH, J. **Der nationale wettbewerbsstaat: Staat, Demokratie und Politik in globalen Kapitalismus**. Berlin/Amsterdam: Edition ID-Archiv, 1995.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalization in question**. Cambridge: Polity, 1995.
- HITZ, H.; KEIL, R.; LEHRER, U. et al. (Eds.) **Capitales Fatales: Urbanisierung und Politik in den Finanzmetropolen Frankfurt und Zürich**. Zürich: Rotpunktverlag, 1995.
- JESSOP, B. Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-Fordist political economy. **Studies in Political Economy**, n. 40, p. 7-40, 1993.
- _____. "Post-Fordism and the state". In: AMIN, A. (Ed.) **Post-Fordism: a reader**. Cambridge (MA): Blackwell, 1994.
- _____. "The narrative of enterprise and the enterprise of narrative: place marketing and the entrepreneurial city". In: HALL, T.; HUBBARD, P. (Eds.) **The entrepreneurial city**. Chichester: Wiley, 1998.
- KEIL, R. Global sprawl: urban form after Fordism. **Environment and Planning D**, n. 12, p. 162-166, 1994.
- KNOX, P.; TAYLOR, P. J. (Eds.) **World cities in a world-system**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- KRÄTKE, S. **Strukturwandel der Städte**. Frankfurt: Campus, 1991.
- _____. **Stadt, Raum, Ökonomie**. Basel: Birkhäuser Verlag, 1995.
- LASH, S.; URRY J. **The end of organized capitalism**. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.
- LEFEBVRE, H. **De l'État: de Hegel à Marx par Staline**, v. 2. Paris: Union Générale d'Éditions, 1976.
- _____. **De l'État: le mode de production étatique**, v. 3. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.

- _____. **De l'État: les contradictions de l'État modern**, v. 4. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- _____. **Le retour de la dialectique: 12 mots clefs pour le monde moderne**. Paris: Messidor/Éditions sociales, 1986.
- _____. **The Production of Space**. Cambridge (MA): Blackwell, 1991 [1974].
- LEFEBVRE, H. The right to the city. **Writings on Cities**. Cambridge (MA): Blackwell, p. 63-184, 1995 [1968].
- LEFÈVRE, C. Metropolitan government and governance in western countries: a critical review. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 22, p. 9-26, 1998.
- LEITNER, H. e SHEPPARD, E. "Economic uncertainty, inter-urban competition and the efficacy of entrepreneurialism". In: HALL, T.; HUBBARD, P. (Eds.) **The entrepreneurial city**. Chichester: Wiley, 1998.
- LIPIETZ, A. **Mirages and miracles**. London: Verso, 1987.
- LOGAN, J.; MOLOTCH, H. **Urban fortunes: the political economy of place**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1987.
- LOGAN, J.; SWANSTROM, T. (Eds.) **Beyond the city limits: urban policy and economic restructuring in comparative perspective**. Philadelphia: Temple University Press, 1990.
- MANDEL, E. **Late capitalism**. New York: Verso, 1975.
- MANN, M. **The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results**. States, War and Capitalism. Cambridge (MA): Blackwell, p. 1-32, 1988.
- _____. **The Sources of Social Power**, vol. 2: The Rise of Classes and Nation-states. New York: Cambridge University Press, 1993
- _____. Has globalization ended the rise and rise of the nation state? **Review of International Political Economy**, n. 4, p. 472-496, 1997.
- MARX, K. **Grundrisse: foundations of the critique of political economy**. New York, Penguin, 1973 [1857].
- MASSEY, D. "Power-geometry and a progressive sense of place". In: BIRD, J. *et al.* (Eds.) **Mapping the futures: local cultures, global change**. London: Routledge, 1993.
- MAYER, M. "The shifting local political system in European cities". In: DUNFORD, M.; KAFKALAS, G. (Eds.) **Cities and regions in the New Europe: the global-local interplay and spatial development strategies**. London: Belhaven Press, 1992.
- _____. "Post-Fordist city politics". In: AMIN, A. (Ed.) **Post-Fordism: a reader**. Cambridge (MA): Blackwell, 1994.
- O'BRIEN, R. **Global financial integration: the end of geography**. London: Pinter, 1992.
- OHMAE, K. **The end of the nation state**. New York: The Free Press, 1995.
- PECK, J.; TICKELL, A. "Searching for a new institutional fix: the after-Fordist crisis and the global-local disorder". In: AMIN, A. (Ed.) **Post-Fordism: a reader**. Cambridge (MA): Blackwell, 1994.

- _____. The social regulation of uneven development: regulatory deficit, England's South East, and the collapse of Thatcherism. **Environment and Planning A**, n. 27, p. 15-40, 1995.
- POULANTZAS, N. **State, power, socialism**. London: New Left Books, 1978.
- PRIGGE, W. "Urbi et orbi – Zur Epistemologie des Städtischen". In: HITZ, H. et al. (Eds.) **Capitales Fatales: Urbanisierung und Politik in den Finanzmetropolen Frankfurt und Zürich**. Zürich, Rotpunktverlag, 1995.
- RONNEBERGER, K. Kontrollierte Autonomie und rigide Norm: Zur neoliberalen Restrukturierung des Sozialen. **Widersprüche**, v. 17, n. 66, p. 129-150, 1997.
- RONNEBERGER, K.; SCHMID, C. "Globalisierung und Metropolenpolitik: Überlegungen zum Urbanisierungsprozess der neunziger Jahre". In: HITZ, H. et al. (Eds.) **Capitales Fatales: Urbanisierung und Politik in den Finanzmetropolen Frankfurt und Zürich**. Zürich: Rotpunktverlag, 1995.
- RÖTTGER, B. **Neoliberale globalisierung und eurokapitalistische regulation**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1997.
- RUGGIE, J. G. Territoriality and beyond: problematising modernity in international relations. **International Organization**, n. 47, p. 139-174, 1993.
- SASSEN, S. **The Global City**. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1991.
- _____. **Cities in the World Economy**. London: Sage, 1993.
- SCHOLTE, J. A. The geography of collective identities in a globalizing world. **Review of International Political Economy**, n. 3, p. 565-608, 1996.
- SCOTT, A. J. **Metropolis: from the division of labor to urban form**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988a.
- _____. **New industrial spaces**. London: Pion, 1988b.
- SCOTT, A. J. Regional motors of the global economy. **Futures**, n. 28, p. 391-411, 1996.
- _____. **Regions and the world economy**. London: Oxford University Press, 1998.
- SCOTT, A. J.; STORPER, M. "Industrialization and regional development". In: STORPER, M. e SCOTT, A. J. (Eds.) **Pathways to industrialization and regional development**. New York: Routledge, 1992.
- SHARPE, L. J. "The European meso: an appraisal". In: SHARPE, L. J. (Ed.) **The rise of meso-government in Europe**. London: Sage, 1993.
- SMITH, N. "Homeless/global: scaling places". In: BIRD, J. et al. (Eds.) **Mapping the futures: local cultures, global change**. New York: Routledge, 1993.
- _____. "Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe". In: ESKELINEN, H.; SNICKARS, F. (Eds.) **Competitive european peripheries**. Berlin: Springer Verlag, 1995.

- _____. The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s. **Public Culture**, n. 10, p. 169-192, 1997.
- SOJA, E. Regions in context: spatiality, periodicity, and the historical geography of the regional question. **Environment and Planning D**, n. 3, p. 175-190, 1985.
- _____. "Inside exopolis: scenes from Orange County". In: SORKIN, M. (Ed.) **Variations on a theme park: the new american city and the end of public space**. New York: The Noonday Press, 1992.
- STORPER, M.; SCOTT, A. The wealth of regions: market forces and policy imperatives in local and global context. **Futures**, n. 27, p. 505-526, 1995.
- STORPER, M.; WALKER, R. **The Capitalist Imperative: territory, technology and industrial growth**. Cambridge (MA): Blackwell, 1989.
- STRANGE, S. **The retreat of the state**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- SUDJIC, D. **The 100-mile City**. New York/London: Flamingo, 1993.
- SWYNGEDOUW, E. The heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyper-space. **Geografiska Annaler B**, n. 71, p. 31-42, 1989.
- SWYNGEDOUW, E. "The mammon quest: 'glocalization', interspatial competition and the monetary order – the construction of new scales". In: DUNFORD, M.; KAFKALAS, G. (Eds.) **Cities and regions in the New Europe**. New York: Belhaven Press, 1992.
- _____. Reconstructing citizenship, the re-scaling of the state and the new authoritarianism: closing the Belgian Mines. **Urban Studies**, n. 33, p. 1.499-1.521, 1996.
- _____. "Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale". In: COX, K. (Ed.) **Spaces of globalization**. New York: Guilford Press, 1997.
- TAYLOR, P. J. **Political Geography: World-economy, Nation-state and Locality**. New York: Longman, 1993.
- _____. "World cities and territorial states: the rise and fall of their mutuality". In: KNOX, P.; TAYLOR, P. (Eds.) **World Cities in a World-system**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- _____. Embedded statism and the social sciences: opening up to new spaces. **Environment and Planning A**, n. 28, p. 1.917-1.928, 1996.
- _____. Is the UK big enough for both London and England? Editorial comment. **Environment and Planning A**, n. 29, p. 766-770, 1997.
- TERHORST, P.; VAN DE VEN, J. The national urban growth coalition in The Netherlands. **Political Geography**, n. 14, p. 343-361, 1995.
- TILLY, C. **Coercion, capital and European States, AD 990–1990**. Oxford: Blackwell, 1990.
- TÖMMEL, I. Internationale Regulation und lokale Modernisierung. **Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie**, n. 40, p. 44-58, 1996.
- VELTZ, P. "The dynamics of production systems, territories and cities". In:

MOULAERT, F.; SCOTT, A. J. (Eds.) **Cities, enterprises and society on the eve of the 21st Century**. London: Pinter, 1997.

VOELZKOW, H. Der Zug in die Regionen: Politische Regionalisierung als Antwort auf die Globalisierung der Ökonomie. **Berliner Debatte Initial**, n. 5, p. 68-79, 1996.

WENTZ, M. (Ed.) **Region: Die Zukunft des Städtischen** Frankfurter Beiträge Band 5. Frankfurt: Campus Verlag, 1994.

Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana

Escrevendo no final da década de 1970, Henri Lefebvre (2009 [1979], p. 190) afirmava que estava em curso uma “explosão generalizada de espaços”, em que as geografias pretéritas do capitalismo e do poder de Estado estavam sendo dramaticamente recosturadas. A expressão “explosão” (*l'éclatement*) aparece frequentemente nos escritos de Lefebvre desse período, denotando um profundo desarranjo não apenas das práticas, das instituições e das ideologias estabelecidas, mas também dos espaços nos quais e por meio dos quais essas últimas se constituem. Portanto, em paralelo à irrupção (*l'irruption*) associada aos movimentos de maio de 1968 em Paris (LEFEBVRE, 1969 [1968]), Lefebvre fala de uma série de explosões que estavam, segundo ele, reverberando por todo o capitalismo mundial nesse período – por exemplo, a explosão da cidade histórica, das grandes cidades, dos espaços metropolitanos, das regiões, das relações centro-periferia, dos espaços pretéritos, dos limites e das fronteiras; bem como da razão, da família, da nação, da economia e da história, do stalinismo e mesmo do marxismo (LEFEBVRE, 2009, p. 90, p. 104, p. 109, p. 118, p. 186, p. 214, p. 236, p. 264). Em outro momento, Lefebvre lançou sua famosa proposição de que uma dinâmica simultânea de “implosão-explosão” estava transformando as geografias urbanas estabelecidas em meio a uma crescente generalização dos processos de urbanização nos espaços local, regional, nacional e, por fim, mundial. No início do século XXI, após várias décadas de trabalho conjunto de urbanistas e geógrafos para redefinir de forma decisiva o léxico da teoria socioespacial, o uso que Lefebvre faz de termos como *l'ir-*

ruption, l'éclatement e l'implosion-explosion pode parecer um pouco caótico, impreciso e quicá excessivamente apocalíptico. Todavia, mesmo que o discurso da teoria socioespacial tenha se tornado mais diferenciado e, em alguma medida, mais preciso, as ideias iniciais de Lefebvre ainda soam verdadeiras no que se refere à realidade subjacente do capitalismo moderno e tardio. O tecido do espaço social continua sendo recosturado mediante diversos processos de reestruturação discutidos nessa edição da revista *Critical Planning*. Como reconheceu Lefebvre no limiar da década de 1970, o espaço está sempre sendo produzido e transformado sob o capitalismo; ele nunca é uma realidade fixa, estática ou preestabelecida. Nesse sentido, a noção lefebvriana de “explosão de espaços” e os escritos mais recentes sobre a reestruturação urbano-regional voltam-se ambos para a mesma problemática social e política. Pouco mais de duas décadas atrás, Soja (1987, p. 178) sintetizava essa problemática em termos paradigmáticos:

A reestruturação transmite a noção de uma ruptura com tendências seculares e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de destruição e tentativa de reconstrução, provenientes de certas deficiências ou debilidades na ordem estabelecida que impedem adaptações convencionais e requerem, por sua vez, significativa mudança estrutural [...]. A reestruturação origina-se na crise e em um conflito entre o velho e o novo, entre uma ordem preterida e uma ordem ‘projetada’. Esse processo não é mecânico ou automático, nem seus resultados são pré-determinados [...]. A reestruturação sugere fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, uma mescla complexa de continuidade e mudança.

Desde o início dos anos 1980, a maior parte dos trabalhos mais interessantes no amplo e heterogêneo campo dos estudos urbanos e regionais críticos tentou decifrar a “mescla complexa de continuidade e mudança” relacionada com esses processos de reestruturação ocorridos nos anos turbulentos que se seguiram ao fim do fordismo Norte-Atlântico, bem como suas causas,

expressões e implicações. Como esse campo de pesquisas indica, a problemática da reestruturação relaciona-se com uma ampla gama de questões teóricas, empíricas e políticas fundamentais no âmbito dos estudos urbanos e regionais e na prática de planejamento crítico (STORPER; SCOTT, 1992). Por exemplo: os processos de reestruturação contemporâneos prenunciam uma nova configuração do desenvolvimento capitalista global, ou uma política continuada de administração de crises, experimentações regulatórias e medidas improvisadas? Esses processos de reestruturação adquirem formas territoriais, locais e escalares específicas e, se sim, quais são suas causas, contornos e ramificações? Como esses processos, em suas formas espacialmente seletivas, são moldados por arranjos institucionais, estratégias políticas e forças sociais? Poderiam os processos de reestruturação ser conduzidos por instituições progressistas e movimentos sociais no sentido de promover formas de organização político-econômicas democratizadas, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis? Tendo em vista a importância das considerações espaciais para cada uma dessas indagações, sua persistente urgência intelectual e política ajuda a explicar em grande medida a “reafirmação do espaço na teoria social crítica” que foi notoriamente postulada duas décadas atrás por Soja (1989). Certamente, os debates sobre a conceituação do espaço social desde os anos 1970 foram influenciados por diversas correntes filosóficas e teórico-sociais, incluindo a dialética hegeliana, o marxismo, a fenomenologia, a hermenêutica, o estruturalismo, o feminismo, a psicanálise e o pós-estruturalismo. Mas a apropriação desses legados foi fortemente mediada pelos inumeráveis desafios de decifrar os processos explosivos e multiescalares de reestruturação socioespacial que vêm reverberando por todo o sistema capitalista mundial, em todas as escalas espaciais, desde o colapso da ordem fordista Norte-Atlântica. Na esteira das mais recentes e igualmente explosivas tendências de crise que estão rediferenciando as geografias já fortemente instáveis e desiguais estabelecidas durante as três décadas que sucederam o colapso do fordismo Norte-Atlântico, a tarefa de decifrar as paisagens

ininterruptamente cambiantes do capitalismo permanece mais urgente do que nunca, tanto intelectual quanto politicamente.

Mas como, exatamente, conceituar esses espaços de reestruturação em constante ebulição? Os leitores da *Critical Planning* sabem que essa questão é tão controversa hoje como era há 16 anos, quando do surgimento da revista. Por um lado, existe hoje uma infinidade de livros e de coletâneas que confronta fecundamente o problema de teorizar o espaço social, sua produção e sua transformação sob o capitalismo moderno. Incluem-se aí não apenas os já mencionados escritos de Lefebvre e Soja, mas também, evidentemente, aqueles de pesquisadores como Harvey (1982), Massey (1985), Dear e Scott (1982), Scott e Storper (1986) e muitos outros vinculados à chamada “escola de Los Angeles” (para um panorama, ver SOJA, 2000). Por outro lado, pode-se afirmar que a maior parte das pesquisas teoricamente reflexivas no campo dos estudos urbanos e regionais críticos após a década de 1980 enfocaram menos na problemática do espaço social enquanto tal, do que em diversas (e mais específicas) dimensões e dinâmicas de reestruturação socioespacial contemporânea. Essas incluem, por exemplo, os processos de produção do lugar, de aglomeração, de localização, de descentralização e de reconfiguração das divisões espaciais do trabalho; a tensão entre fixidez e mobilidade geográfica e a concomitante construção e desmantelamento de arranjos espaciais; processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; tendências de regionalização e o desenvolvimento espacial desigual das relações político-econômicas; e, mais recentemente, a produção da escala geográfica e o processo associado de reescalonamento¹.

É essa última dimensão da análise socioespacial – que, em outro momento, denominei como a “questão de escala” (BRENNER, 2004) – que constitui meu objetivo central neste artigo. Meu interesse em questões de escala foi estimulado não apenas pela leitura das pioneiras análises acerca da explosão

¹ O termo original, de difícil tradução, é *rescaling*, substantivo que Brenner utiliza para designar o processo de reorganização/rearranjo dos vínculos entre as escalas geográficas. Brenner utiliza também os verbos “to scale” e “to rescale”, que traduzimos, respectivamente, por “escalonar” e “reescalonar” e suas derivações. N.T.

contemporânea dos espaços, sensíveis à questão da escala, feitas por Henri Lefebvre, mas também pelos escritos dos teóricos da cidade global (FRIEDMANN; WOLF, 1982; TAYLOR, 1995), os teóricos da regulação (JESSOP, 1998; LIPIETZ, 1994; PECK; TICKELL, 1994) e as abordagens precursoras de Neil Smith (1992) e Erik Swyngedouw (1992) sobre o que eles designaram, em determinado momento, por “política de escala” e “glocalização”. Esses escritos, bem como um grande número de contribuições teóricas e empíricas subsequentes no âmbito da geopolítica econômica crítica, fortaleceram o interesse na dimensão escalar dos processos de reestruturação sob o capitalismo histórico e contemporâneo (para um panorama recente, ver MARSTON, 2000). Em vez de conceber a constituição escalar do capitalismo moderno – sua diferenciação entre unidades geográficas locais, regionais, nacionais, supranacionais e global – como um traço preestabelecido da vida social, tais configurações escalares são agora entendidas como arenas e produtos produzidos, contestados e, portanto, maleáveis das relações político-econômicas. Igualmente, contribuições seminais à economia geopolítica, à teoria do Estado, aos estudos urbanos e regionais, aos estudos sobre movimentos sociais, e à geografia ambiental perscrutaram diversas formas de transformação escalar contemporânea, ou reescalonamento, em que os ordenamentos escalares pretéritos estão sendo gradativamente confrontados, desestabilizados e reorganizados (KEIL; MAHON, 2009). Evidentemente, as Ciências Sociais há muito tempo continham premissas acerca da constituição escalar dos processos político-econômicos – desde a acumulação de capital e a regulação estatal até a urbanização e mobilização sociopolítica. Porém, esses avanços interdisciplinares mais recentes indicam que a questão da escala está sendo, hoje, confrontada com reflexividade metodológica sem precedentes, em um contexto de debates mais amplos sobre a reestruturação capitalista mundial. Consequentemente, as considerações escalares agora figuram explicitamente nas explicações mais espacialmente sensíveis e metodologicamente reflexivas da reestruturação capitalista contemporânea. Tendo isso em vista,

o restante deste artigo explora alguns dos limites e possibilidades de interpretações escalares dos padrões de reestruturação urbana e regional característicos do pós-fordismo e do início do século XXI. Início rastreando alguns dos pressupostos escalares implícitos nos debates, ao longo dos anos 1970 e 1980, acerca do que Castells (1977 [1972]) conhecidamente denominou de “questão urbana”. Eu, então, sugerirei que, desde os anos 1990, a questão urbana tem sido reconceituada em termos reflexivamente escalares no contexto de debates sobre a reestruturação urbana e regional mundial. As seções subsequentes propugnam a pertinência da perspectiva escalar acerca das transformações urbanas contemporâneas, mas enfatizam a persistente dificuldade de definir seus conteúdos analíticos distintivos. Enfrentarei esse problema oferecendo uma série de proposições gerais com o objetivo de especificar os parâmetros conceituais precisos das questões de escala e, por extensão, dos processos de reescalamento. A teorização proposta implica um estreitamento conceitual das questões de escala: os conceitos de escala não devem ser confundidos com os de espaço, lugar, território ou redes. Portanto, as geografias cambiantes e polimórficas da reestruturação urbana não podem e não devem ser conceituadas inteiramente em termos escalares. Meu argumento, todavia, é o de que os conceitos escalares permanecem ferramentas essenciais para desvendar algumas das dimensões fundamentais das transformações urbanas contemporâneas.

Espaço, escala e a questão urbana

Desde o início da década de 1970, os debates sobre a questão urbana concentraram-se fortemente na conceituação de espaço na investigação sobre as cidades (GOTTDIENER, 1985). Porém, em seus esforços para conceituar a espacialidade urbana, os teóricos urbanos incorporaram, necessariamente, diversas premissas acerca da especificidade da escala urbana da organização socioespacial (em contraposição, por exemplo, com as escalas regional, nacional e global). A fim de esmiuçar esse argu-

mento e suas implicações para a teoria urbana, pretendo revisitar brevemente algumas das premissas escalares que embasaram debates anteriores acerca da questão urbana. No seu trabalho clássico *A Questão Urbana*, Manuel Castells (1977 [1972]) criticou a Escola de Chicago de Sociologia Urbana por não ter logrado compreender a especificidade histórica da forma urbana sob o capitalismo. Contrariando essa “ideologia urbana” universalista, Castells se pôs a delimitar o papel do “sistema urbano” enquanto uma estrutura determinada no seio do modo capitalista de produção. Ao fazê-lo, Castells implicitamente discerniu duas dimensões básicas do urbano, que para nossos propósitos podemos tratar como sua dimensão escalar e sua dimensão funcional. O aspecto escalar do urbano refere-se à materialidade dos processos sociais organizados na escala urbana, em oposição às escalas supraurbanas. Na terminologia de Castells (1977, p. 445-450), as escalas são apreendidas como as “unidades espaciais” diferenciadas das quais o capitalismo é constituído. O aspecto funcional do urbano, foco mais explícito de Castells em *A Questão Urbana*, diz respeito não apenas ao contexto geográfico ou abrangência territorial dos processos sociais, mas ao seu papel funcional ou “conteúdo social” (CASTELLS, 1977, p. 89, p. 235). De acordo com o conhecido argumento de Castells (1977, p. 235-237, p. 445), a especificidade da “unidade espacial” urbana não poderia ser teoricamente definida com relação às suas funções ideológica, político-jurídica ou produtiva, mas apenas em termos de seu papel como lócus da reprodução da força de trabalho. A essência da posição de Castells, portanto, reside em sua tentativa de definir a escala geográfica em relação à sua função social. Castells reiteradamente reconheceu a existência de processos sociais múltiplos ocorrendo nas cidades capitalistas, mas afirmava que apenas o consumo coletivo era *funcionalmente específico* à escala urbana. A tentativa de Castells de espacializar o estruturalismo althusseriano se amparava, portanto, em um entendimento das escalas geográficas enquanto expressões espaciais de funções sociais.

Castells (1976) começou a modificar sua posição imediata-

mente após a publicação de *A Questão Urbana*, mas esse trabalho continuou a exercer uma influência pronunciada sobre as formas de conceituar a escala urbana no âmbito dos estudos urbanos. A crítica de Peter Saunders (1986) ao trabalho de Castells ilustra apropriadamente o alcance dessa influência. O núcleo da crítica que Saunders dirige a Castells consiste em sua rejeição da noção de que qualquer processo social que ocorra na cidade seja, em um sentido necessário, funcionalmente específico a essa escala geográfica. Essa observação levou Saunders a enxergar a organização espacial urbana como apenas um resultado contingente e, portanto, como um fundamento conceitual equivocado para lidar com a questão urbana. Entretanto, ao chegar a essa conclusão, Saunders implicitamente adotou o critério de Castells da especificidade funcional como o âmago teórico da questão urbana. Foi essa premissa subjacente que permitiu a Saunders invocar o caráter *supraurbano* dos processos sociais localizados na cidade como justificativa para descartar a possibilidade de uma definição espacial coerente do urbano. A proposição alternativa de Saunders (1986) de definir a sociologia urbana como o estudo dos processos de consumo conservou o rótulo “urbano” somente como uma “questão de convenção”. Saunders tornou, assim, a dimensão urbana da sociologia urbana inteiramente acidental, uma escolha aleatória da escala geográfica.

Em que pese suas conclusões em direções opostas, ambas as posições no debate Castells/Saunders fundamentavam-se em duas premissas compartilhadas acerca do papel da escala geográfica na questão urbana. Em primeiro lugar, ambos os autores concebiam a escala urbana como o núcleo *empírico* autoevidente da questão urbana. Em razão de sua preocupação decisiva com o conteúdo funcional do urbano, Castells e Saunders reduziram seu aspecto escalar – a existência de “unidades espaciais” distintamente urbanizadas no seio de um sistema capitalista global desigualmente desenvolvido – a um fato empírico preestabelecido, em vez de concebê-lo como um problema teórico à parte. Consequentemente, nenhum dos autores conseguiu analisar explicitamente as formas por meio das quais a escala urbana é socialmente produzida ou,

ainda mais explicitamente, considerando o ponto de vista privilegiado proporcionado pelo período pós-1980, a possibilidade de sua transformação histórica. Em segundo lugar, os argumentos tanto de Castells quanto de Saunders amparam-se em uma concepção de escala geográfica que podemos denominar de “soma zero” [*zero-sum*] – a noção de que as escalas operam como estruturas mutuamente excludentes, e não mutuamente constitutivas, das relações sociais. Sob esse ângulo, tanto Castells quanto Saunders insinuaram que as escalas geográficas *supraurbanas* seriam meros parâmetros exteriores para a questão urbana. Contrariamente a isso, como veremos em breve, as interconexões entre as escalas urbana e supraurbana são hoje frequentemente consideradas como intrínsecas ao próprio conteúdo da questão urbana.

Inúmeras alternativas ao trabalho inicial de Castells foram elaboradas entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, à medida que diversos pesquisadores tentavam redefinir a *especificidade* do urbano. A tarefa primordial, desse ponto de vista, consistiu em identificar processos sociais que se atrelavam intrinsecamente, mas não exclusivamente, à escala urbana. Assim, as cidades eram analisadas como sítios geográficos multidimensionais onde, por exemplo, a produção industrial, os mercados de trabalho locais, as configurações de infraestrutura, as relações entre firmas, os sistemas de uso do solo urbano e os processos de consumo se aglomeravam. Do tratamento que David Harvey (1989), de uma perspectiva da lógica do capital, concede ao problema do ambiente construído urbano, passando pela teorização neo-ricardiana de Allen J. Scott (1980) sobre o nexos do solo urbano, até a análise pós-weberiana de Michael Storper e Richard Walker (1989) sobre a aglomeração industrial e desenvolvimento territorial, essas abordagens substituíram o critério de especificidade funcional, estabelecido por Castells, por um critério de *especificidade escalar* (para um panorama dessa discussão, ver SOJA, 2000). O núcleo analítico da questão urbana não era mais a unidade funcional do processo urbano mas, antes, o papel da escala urbana como uma materialização geográfica multifacetada das relações sociais capitalistas. Na realidade, a perspectiva de

Castells fora invertida. Em oposição à sua concepção das escalas como expressões espaciais de funções sociais, as relações sociais do capitalismo eram agora analisadas em função de seus padrões específicos de aglomeração e territorialização na escala urbana. Essas análises multifacetadas da espacialidade urbana logo convergiram para explorações mais abrangentes da produção do espaço e da configuração espacial sob o capitalismo. A formulação de David Harvey (1982; 1989), fundamentada no materialismo histórico-geográfico, acerca da solução espacial [*spatial fix*] ilustra essa tendência. Em seus escritos dos anos 1980, Harvey continuou a conceber a escala urbana como um substrato geográfico primordial para o processo de acumulação, elaborando uma periodização do desenvolvimento capitalista baseada em sucessivas formas históricas da urbanização. Ao mesmo tempo, Harvey começou a conceituar de forma mais explícita o papel dos espaços e processos supraurbanos – por exemplo, as divisões regionais do trabalho, os arranjos institucionais nacionais, os regimes de acumulação supranacionais e as condições do mercado mundial – como pré-requisitos geográficos primordiais para cada solução espacial [*spatial fix*] histórica do capitalismo. Estratégias metodológicas análogas foram elaboradas por outros pesquisadores, como Doreen Massey, Neil Smith, e Ed Soja, que alicerçavam a discussão da questão urbana em uma interpretação da espacialidade capitalista nas escalas supraurbanas, seja com relação às mudanças na divisão espacial do trabalho, aos padrões de desenvolvimento espacial desigual, ou às formas de reestruturação induzidas pela crise. Três aspectos desses debates merecem destaque aqui. Em primeiro lugar, na medida em que essas análises da espacialidade urbana desembocaram em uma ampla gama de questões supraurbanas – a questão regional, a problemática do desenvolvimento desigual, o debate centro-periferia etc. – a coerência da questão urbana foi profundamente abalada (SOJA, 1989, p. 94-117). Se as explorações da questão urbana haviam contribuído de modo crucial para a abrangente espacialização da economia política marxiana, a tendência mais recente parecia ser a de superação da própria questão urbana, relegando

o espaço urbano a um simples subtema em meio ao problema mais abrangente das geografias históricas desiguais do capitalismo. Em segundo lugar, essas análises introduziram concepções de escala geográfica mais multidimensionais do que aquelas que haviam sido, anteriormente, utilizadas. As escalas não eram mais vinculadas a funções sociais unitárias, mas eram consideradas, cada vez mais, como cristalizações de processos econômico-políticos sobrepostos e variados. Em terceiro lugar, não obstante esse avanço metodológico, a historicidade das escalas geográficas foi reconhecida somente de uma maneira relativamente limitada. O capital, dizia-se, saltava continuamente entre as escalas urbana, regional, nacional e global em busca de novas fontes de mais-valia, mas a possibilidade de que as hierarquias escalares estabelecidas e de que as relações interescolares pudessem ser submetidas a uma reestruturação não foi sistematicamente explorada. Foi apenas nos anos 1990, com a disseminação da pesquisa sobre as dimensões urbanas da globalização econômica, que tratamentos conceituais historicamente mais dinâmicos da escala geográfica e das configurações interescolares foram elaborados no seio dos estudos urbanos críticos.

A questão urbana como escala?

A questão urbana continuou a suscitar debates intensos nos anos 1990, mas seu significado foi sendo redefinido no contexto das discussões acerca dos processos globais de reestruturação urbana e regional. Em contraste com as concepções anteriores do urbano enquanto uma entidade escalar relativamente evidente, os pesquisadores contemporâneos depararam-se com profundas transformações na organização institucional e geográfica não apenas da escala urbana, mas também das hierarquias escalares mundiais e das redes interescolares nas quais as cidades estão imbricadas. Sob essas circunstâncias, os pesquisadores começaram a repensar conceitualmente a questão urbana de forma a relacioná-la de modo mais direto com diversos processos de reescalonamento supraurbanos.

Essa reorientação metodológica pode ser ilustrada com referência a diversas vertentes da pesquisa urbana e regional atual. Em primeiro lugar, os teóricos da cidade global e os geógrafos industriais puseram ênfase na crescente importância estratégica das relações sociais travadas no lugar, do processo de localização, e da concentração territorial como pré-requisitos geográficos basilares para as transações econômicas (KNOX; TAYLOR, 1995). Sob esse ponto de vista, a escala urbana opera como um nó local no interior de circuitos globalmente organizados de acumulação de capital, enquanto que a escala global é, por sua vez, constituída mediante redes de cidades e cidades-regiões interconectadas. Em segundo lugar, muitos autores analisaram as transformações profundas nas relações tanto horizontais como verticais estabelecidas entre as cidades, um processo que se manifesta, por exemplo, na consolidação de novas hierarquias globais urbanas, nos acelerados fluxos informacionais, financeiros e migratórios entre as cidades, na construção de novas infraestruturas interurbanas mundiais de telecomunicações, na competição interurbana acirrada, bem como em formas compensatórias de cooperação e coordenação interurbana (GRAHAM, 1997; TAYLOR, 2004). Dessa perspectiva, o urbano é não apenas um nível encaixado em hierarquias político-econômicas supraurbanas, mas também é o produto de densas redes interescolares vinculando lugares espalhados por todo o sistema global. Em terceiro lugar, as análises recentes de inspiração regulacionista atrelaram os processos de reestruturação urbana a várias transformações na organização espacial do Estado que estão retirando o acento do nível regulatório nacional e concedendo maior importância às formas tanto supra quanto subnacionais de governança (BRENNER, 2004; JESSOP, 2002). Dessa perspectiva, a escala urbana não é apenas uma arena local para a acumulação de capital global, mas uma coordenada regulatória estratégica onde está se desenrolando, atualmente, uma reestruturação multiescalar da espacialidade do Estado (nacional). A interpretação apropriada a ser feita sobre as transformações urbanas atuais permanece objeto de

consideráveis debates, mas três proposições básicas parecem alicerçar vertentes importantes das tradições de pesquisa acima mencionadas:

1. *Os arranjos escalares nacionalizados estão sendo desestabilizados.* As formas nacionalizadas de acumulação de capital, de regulação estatal, de urbanização e de lutas sociopolíticas que prevaleceram por todo o mundo capitalista durante o período fordista-keynesiano-Bandung foram desestabilizadas desde meados da década de 1970. Sob as condições atuais, portanto, os “arranjos institucionais que, em um determinado momento, foram congruentes com a escala nacional encontram-se, hoje, mais dispersos por múltiplos níveis espaciais”; entretantes, uma “causalidade multifacetada atua em quase todas as direções entre os vários níveis da sociedade: nações, setores, zonas de livre comércio, regimes internacionais, regiões supranacionais, grandes cidades, e mesmo localidades pequenas mas especializadas [...]” (BOYER; HOLLINGSWORTH, 1997, p. 470-2)
2. *Estratégias visando reorganizar os arranjos escalares pretéritos estão se proliferando.* Na esteira da crise do fordismo Norte-Atlântico, inúmeras estratégias sociopolíticas foram mobilizadas com o fito de reorganizar as configurações interescalares pretéritas em esferas importantes da organização político-econômica e da vida cotidiana, incluindo aí a urbanização (SWYNGEDOUW, 1997). Tanto nas cidades quanto para além delas, essas estratégias de reescalonamento são amplamente contempladas como um meio para afastar ou resolver tendências de crise, para administrar problemas regulatórios, para recompor relações de poder, e/ou para estabelecer novas bases geográficas para o desenvolvimento capitalista e para a governança político-econômica. Nesse contexto, as cidades e as cidades-região tornaram-se, cada vez mais, locais estratégicos de experimentação regulatória, de inovação institucional e de contestação sociopolítica (SCOTT, 1998).

3. *Uma relativização de escalas está em curso.* As consequências de médio e longo prazo dessas estratégias de reescalamento para os padrões de desenvolvimento urbano permanecem ainda incipientes, mas elas parecem sinalizar a formação de configurações interescalares novas, nas quais a escala nacional de organização político-econômica estaria sendo significativamente reconstituída. Essa situação foi apropriadamente descrita por Jessop (2000) com uma “relativização da escala”. Desse ponto de vista, as transformações espaciais contemporâneas não engendraram um processo unidirecional de globalização, triadização, europeização, descentralização, regionalização ou localização, no qual uma única escala – seja global, triádica, europeia, regional ou local – estaria em via de substituir a escala nacional como o nível primordial de coordenação político-econômica. O que estamos testemunhando, na verdade, é uma situação de instabilidade escalar [*scalar flux*] – um abrangente, e contestado, reajustamento das hierarquias escalares pretéritas e das relações interescalares por todo o capitalismo global.

Em resumo, como indica a proliferação de termos e expressões como a “interação local-global”, o “nexo local-global”, a “glocalização” e “glurbanização”, muitos pesquisadores urbanos começaram a refletir conceitualmente sobre a atual onda de reestruturação geoeconômica como uma rearticulação complexa da organização interescalar. A problemática da escala geográfica – sua organização espacial, sua produção social, sua contestação política e sua reconfiguração histórica – foram, portanto, inseridas no âmago da questão urbana. Se a questão urbana tinha anteriormente assumido a forma de debates acerca da especificidade funcional ou da especificidade escalar do urbano no interior de hierarquias interescalares relativamente estáveis, desde os anos 1990 a questão urbana tem sido redefinida na forma de uma *questão de escala*.

Desafios metodológicos e armadilhas da análise escalar

A tarefa de decifrar as hierarquias, mosaicos e redes escalares emaranhadas que emergiram no rastro das transformações geoeconômicas e geopolíticas contemporâneas está ainda em um estágio embrionário, mas já está sendo confrontada por um crescente número de pesquisadores, incluindo aí aqueles ligados aos estudos urbanos e regionais críticos (SHEPPARD; McMASTER, 2004). No entanto, ainda que os urbanistas mobilizem conceitos escalares com crescente reflexividade, desafios metodológicos importantes associam-se às tarefas de (a) decifrar o papel das cidades no âmbito dos processos contemporâneos de reescalamento; (b) compreender as implicações dos processos de reescalamento para os processos de desenvolvimento urbano; e (c) teorizar a natureza dos processos de reescalamento.

Não menos importante entre esses desafios está o de construir uma gramática conceitual apropriada para representar o caráter processual, dinâmico, e politicamente contestado da escala geográfica e dos arranjos institucionais interescalares. Uma reificação da escala parece arraigar-se em vocábulos escalares cotidianos (local, urbano, regional, global etc.) na medida em que esses vocábulos representam processos socioespaciais distintivos (como localização, urbanização, regionalização, nacionalização, globalização etc.) como se eles estivessem permanentemente congelados no espaço geográfico enquanto entidades coerentemente circunscritas e encerradas em si mesma. De forma relacionada, os vocabulários escalares existentes são pouco adequados para apreender as complexas e sempre cambiantes interconexões e interdependências históricas entre as escalas geográficas. Na medida em que termos como local, urbano, regional e assim por diante são usados para denotar “ilhas” territoriais, supostamente separadas, de relações sociais, eles obscurecem a imbricação mútua e profunda de todas as escalas, e as redes escalares emaranhadas por meio das quais as últimas são constituídas. Essas dificuldades são exacerbadas adicionalmente

pela circunstância de que uma parte substancial da divisão do trabalho científico continua sendo organizada de acordo com enfoques escalares – por exemplo, os estudos urbanos, estudos regionais, política comparada, relações internacionais etc. – que tendem a dificultar os esforços no sentido de explorar a dinâmica das relações e transformações interescalares.

Finalmente, mesmo entre aqueles que se preocupam em desenvolver uma abordagem reflexiva e escalar para a economia geopolítica, a teorização da escala tem se tornado cada vez mais contenciosa. Os teóricos divergem, por exemplo, quanto à melhor forma de estabelecer as propriedades essenciais da escala, quanto à sua relação com outros conceitos socioespaciais relevantes, e quanto à sua aplicabilidade ao estudo de processos e relações sociais concretas (ver, por exemplo, AMIN, 2003; BULKELEY, 2005; COLLINGE, 2006; ESCOBAR, 2007; JONAS, 2006; HOWITT, 1998; SHEPPARD; McMASTER, 2004; SAYRE, 2005). O esclarecimento dessas questões depende de novos debates teóricos, de experimentação metodológica, e de investigações concretas da parte de pesquisadores preocupados com a escala tanto no âmbito dos estudos urbanos como para além deles.

Para os propósitos deste artigo, não tentarei recapitular esses debates teóricos em curso, que promovem agendas teóricas diferentes e que se dirigem para uma ampla gama de questões concretas. Pretendo oferecer, em vez disso, uma breve exposição dos elementos principais da minha própria concepção, que surgiu com minha investigação sobre as geografias da reestruturação da governança urbana na Europa Ocidental pós-1960 (BRENNER, 2004). Como ficará evidente mais adiante, eu discordo de várias perspectivas proeminentes nos debates atuais sobre a teoria socioespacial, incluindo aí (a) a tendência a tratar a escala como uma metáfora genérica da socioespacialidade enquanto tal (MARSTON, 2000); (b) a equiparação da escala com concepções territorialistas do espaço (AMIN, 2003; 2002); (c) a defesa de um abandono dos conceitos escalares em favor de modos topológicos de análise (MARSTON et al, 2005; AMIN, 2002); e (d) a construção da teoria socioespacial com base em

assertivas transistóricas ou ontológicas acerca da natureza da vida social (ESCOBAR, 2007; COLLINGE, 2006). Meu propósito aqui, porém, não é o de delinear minhas diferenças com essas perspectivas, mas, antes, de estabelecer uma concepção de escala que eu considero profícua para decifrar os padrões contemporâneos de reestruturação urbana e regional.

Se inicialmente as proposições que se seguem adotam o termo escala, elas rapidamente transcendem essa convenção discursiva problemática e elaboram uma gramática conceitual reformulada baseada nas noções processuais de *escalonamento* e *reescalonamento*. As escalas, nessa abordagem, não são mais do que *resultados* temporariamente estabilizados de diversos processos socioespaciais, que devem ser teorizados e investigados nos seus próprios termos. São, em resumo, os *processos* de escalonamento e reescalonamento, em vez das escalas em si mesmas, que devem ser o foco analítico central para abordagens sobre a questão da escala (SWYNGEDOUW, 1997). Essa reflexão conceitual pretende proporcionar as bases para investigações futuras acerca dos processos de reescalonamento – seja da urbanização, da acumulação de capital, da regulação estatista, ou outras formas socioespaciais – que foram investigados pela literatura no campo dos estudos urbanos e regionais revisitada nos parágrafos precedentes. Eu começo com os fundamentos epistemológicos para depois me voltar para os problemas de conceituação e análise.

Oito proposições acerca do reescalonamento

1. *Uma epistemologia crítico-realista de escala.* Quais são as condições que possibilitam compreender o mundo social como diferenciado em escalas distintas e relativamente coerentes? Recorro aqui à epistemologia crítico-realista (SAYER, 1992), que considera que a inteligibilidade das categorias escalares deriva de um estado de coisas prévio, qual seja, a diferenciação interna de processos sociais específicos em níveis escalares distintos mas interconectados, que por sua vez estruturam percepções, entendimentos e representações,

tanto na vida cotidiana quanto nas investigações científico-sociais. O que quer que eles possam significar – e, como indicamos, essa é uma questão em que há consideráveis discordâncias –, os conceitos escalares não são apenas categorias de análise impostas pelo pesquisador (“abstrações conceituais”, no sentido de Max Weber). Na verdade, como entendemos aqui, o léxico da escala geográfica (SMITH, 1995) emerge como uma “abstração real” das estruturas, estratégias e transformações que se processam no mundo social (sobre esse último termo, ver SAYER, 1992). Sob o capitalismo tardio, portanto, a necessidade intelectual da questão da escala vincula-se intrinsecamente às mudanças na configuração organizacional e espacial dessa formação social historicamente específica. Se tratamentos anteriores da questão de escala floresceram sob configurações precedentes de desenvolvimento capitalista, suas condições de possibilidade e, portanto, seus fundamentos conceituais, diferem qualitativamente daqueles associados à conjuntura atual, pós-1980, do desenvolvimento desigual do capitalismo global (para um ponto de vista radicalmente oposto, com um ponto de partida ontológico, ver MARSTON et al, 2005).

2. *As escalas resultam da diferenciação e rediferenciação vertical das relações sociais.* Mas qual é o ponto de referência concreto para as categorias escalares? O que distingue os conceitos escalares de outros discursos utilizados para descrever formas de organização socioespacial sob o capitalismo? Como concebemos aqui, a diferenciação das relações sociais pela escala decorre do “ordenamento vertical” (COLLINGE, 1999) ou hierarquização espacial das formações sociais. Isso porque, para além da diferenciação “horizontal” ou areal das práticas sociais por todo o espaço geográfico, há também uma diferenciação vertical na qual as relações sociais são hierarquicamente articuladas nos níveis global, supranacional, nacional, regional, metropolitano e/ou local, por exemplo. É relevante dizer que as espaciali-

dades da escala não podem ser entendidas inteiramente em termos dessa dimensão vertical, hierárquica (ver abaixo). Entretanto, o que estou propondo aqui é o forte argumento de que a *differentia specifica* da organização escalar reside na diferenciação e rediferenciação vertical das relações sociais. A escala, portanto, necessariamente (ou seja, no âmbito de sua definição) pressupõe a estruturação hierárquica das relações socioespaciais. Apenas na ausência completa dessa estruturação vertical poderia a visão a-escalar de uma “ontologia plana” postulada por Marston et al. (2005) tornar-se plausível².

3. *As escalas existem porque os processos sociais são escalonados.* As escalas geográficas – as camadas ou níveis distintos no interior das hierarquias interescalares – não são propriedades estáticas, fixas ou permanentes das instituições político-econômicas ou da espacialidade social enquanto tal. Elas são mais bem compreendidas, na verdade, como dimensões socialmente produzidas, e portanto maleáveis, de processos sociais particulares – como a produção capitalista, a reprodução social, a regulação estatista, a luta sociopolítica, e assim por diante. Na medida em que qualquer processo social, político, econômico ou forma institucional seja internamente diferenciado em uma hierarquia vertical de unidades espaciais relativamente distintas, então o problema de sua organização escalar emerge. É mais apropriado, portanto, falar no escalonamento (diferenciação escalar) e reescalonamento (rediferenciação escalar) de tipos parti-

² Minha intenção, ao enfatizar a verticalidade das relações escalares, não é negar a importância de formas horizontais de interação e interdependência interescalar – por exemplo, redes de relações entre atores e organizações localizados em cidades, regiões, territórios etc. geograficamente dispersos. Eu argumentaria, contudo, que escalas geográficas e redes de conectividade espacial são aspectos mutuamente constitutivos, ao invés de mutuamente excludentes, da espacialidade social. As redes de conectividade espacial são diretamente estruturadas por processos de escalonamento na medida em que esses últimos servem para estabelecer: (a) as unidades espaciais específicas, ainda que frequentemente amorfas, entre as quais as redes em questão são interconectadas; e (b) as órbitas espaciais das redes em questão. Enquanto que a escala geográfica pode estruturar essas relações de conectividade horizontal, as categorias escalares dificilmente proporcionam uma explicação completa das espacialidades multidimensionais inerentes a essas relações.

culares de processos sociais e formas institucionais do que falar de escalas *per se*. Ou formulando o argumento de modo diferente: as escalas são *resultados* provisoriamente estabilizados de *processos* de escalonamento e reescalamento; as primeiras podem ser apreendidas somente mediante uma análise desses últimos.

4. *As escalas só podem ser apreendidas de modo relacional.* As escalas não podem ser consideradas adequadamente como unidades fixas no interior de um sistema de recipientes encaixados definidos por seu tamanho geográfico absoluto (um modelo de escala do tipo “bonecas russas”). A configuração institucional, função(ões), histórias e dinâmicas de qualquer escala geográfica só podem ser apreendidas de forma relacional, com relação aos seus vínculos para cima, para baixo e transversais com outras escalas geográficas situadas no interior de uma configuração interescalar mais abrangente na qual a escala em questão se encontra inserida. Consequentemente, a relevância de termos escalares como global, nacional, regional, urbano e local tende a diferir qualitativamente em função das morfologias escalares historicamente específicas associadas aos processos sociais ou formas institucionais distintos a que se referem. Desse ponto de vista, é analiticamente impreciso falar de escala no singular – como, por exemplo, em discursos sobre “o” urbano, “o” regional, “o” nacional e “o” global. Essas formulações substancialistas insinuam erroneamente que as escalas individuais contêm uma coerência em si mesmas, e portanto desviam da tarefa essencial de analisar sua co-constituição relacional nos e mediante os processos de estruturação multiescalar.

5. *As formas de organização interescalar representam mosaicos, e não pirâmides.* A paisagem institucional do capitalismo não é caracterizada por uma pirâmide escalar única e abrangente na qual todos os processos sociais e formas institucionais estão ordenadamente englobados, visto que cada

processo social ou forma institucional pode estar associado com padrões distintos de diferenciação escalar. O padrão de diferenciação escalar associado com os Estados nacionais, por exemplo, pode apenas parcialmente corresponder àquele das hierarquias urbanas nacionais, que podem, por sua vez, corresponder apenas tendencialmente aos padrões nacionais de circulação financeira ou intercâmbio mercantil. Conseqüentemente, a arquitetura escalar do capitalismo como um todo é composta de um mosaico de hierarquias interescalares sobrepostas, emaranhadas, entrelaçadas e desigualmente articuladas cujas unidades são raramente coextensivas ou isomórficas.

6. *As configurações interescalares estão inseridas em geografias polimórficas.* Os processos de escalonamento e reescalamento ocorrem em estreita articulação com outras formas de estruturação socioespacial, como a territorialização (delimitação, demarcação), a produção do lugar (aglomeração, reunião), e formação de redes (a construção da conectividade interespacial). A diferenciação escalar de determinado processo social ou forma institucional é, portanto, apenas uma entre muitas dimensões potencialmente relevantes de sua configuração geográfica: a escala é apenas uma faceta da socioespacialidade (BRENNER, 2009). Por essa razão, estudos sobre o escalonamento e reescalamento devem evitar a armadilha de uma ênfase excessiva na escala, em que os atributos escalares dos processos sociais ou formas institucionais são privilegiados em detrimento de suas outras dimensões socioespaciais.
7. *Os processos de reescalamento redefinem as posicionalidades das formações socioespaciais e, portanto, reajustam as geografias e coreografias das relações de poder.* O escalonamento e reescalamento dos processos sociais medeiam, e são, por sua vez, mediados por relações de poder social profundamente assimétricas e conflituosas (BERNDT, 2000; CASTREE, 2000; HEROD, 1997; SWYNGEDOUW, 1997; SMITH, 1993). Por

um lado, o estabelecimento e reorganização das hierarquias escalares criam geografias e coreografias de inclusão/exclusão e dominação/subordinação que conferem poder a alguns atores, alianças e organizações em detrimento de outros, de acordo com critérios como classe, gênero, raça/etnicidade e nacionalidade. Dessa forma, os processos de reescalamento podem modificar as posicionalidades de formas socioespaciais particulares, ou seja, suas posições relacionais no âmbito do sistema mais amplo de desenvolvimento espacial desigual do capitalismo global (SHEPPARD, 2002). Por outro lado, as hierarquias escalares podem operar não apenas como arenas de lutas por poder social, mas também como o próprio objetivo dessas lutas, na medida em que essas hierarquias são confrontadas e desestabilizadas no curso de lutas e conflitos sociopolíticos por posicionalidade. Isso porque, como sugeriu Swyngedouw (1997, p. 141), “o rearranjo e reorganização contínuos das escalas espaciais são parte integrante das estratégias e lutas sociais por controle e ganho de poder”. Igualmente, na formulação concisa de Smith (1993, p. 101), “a escala de luta e a luta pela escala são dois lados da mesma moeda”. O esclarecimento das condições histórico-geográficas particulares sob as quais as hierarquias escalares podem tornar-se o próprio objetivo – em vez de meramente o contexto – das lutas sociais por posicionalidade é uma tarefa que aguarda investigações mais sistemáticas.

8. *Os processos de reescalamento são frequentemente condicionados por arranjos pretéritos [path-dependent].* Até hoje, a maior parte da literatura sobre a produção da escala, com seu foco empírico no tumultuado período pós-1970, enfatizou as formas cataclísmicas de transformação escalar que ocorrem durante fases de crise sistêmica. Sob essas condições, as configurações escalares existentes são desmanteladas e reestruturadas; e, após intensas lutas sociopolíticas, hierarquias escalares radicalmente novas podem ser estabelecidas. Contudo, as configurações escalares são não infini-

tamente maleáveis, mesmo durante fases de reestruturação intensas e aceleradas. Além disso, os processos de reescalonamento não implicam a simples substituição de uma configuração interescalar por outra plenamente constituída, ou o completo desaparecimento de algumas escalas na medida em que outras as superam. Na verdade, os processos de reescalonamento geralmente ocorrem mediante a interação inercial e mutuamente transformadora entre os arranjos escalares pretéritos e as estratégias nascentes visando reajustar esses arranjos. Isso significa que, mesmo em meio a intensas pressões no sentido de reestruturar determinada ordem interescalar, as configurações escalares pretéritas podem bloquear certos caminhos de reescalonamento ao circunscrever a produção de novas escalas no interior de determinados parâmetros institucionais e geográficos. As modalidades diferenciais de reestruturação escalar – da incremental e da sistêmica até a cataclísmica – sem dúvida merecem investigação teórica e empírica muito mais apurada da parte dos analistas dos processos de reescalonamento³.

É pertinente reiterar uma conclusão analítica decisiva, ainda que aparentemente paradoxal, que decorre das proposições acima: *as “escalas” não existem enquanto tal*. Considerando minha ênfase no (a) caráter plural, polimórfico e heterogêneo da socioespacialidade; (b) na relacionalidade inerente a cada camada das hierarquias interescalares; e (c) no caráter profundamente dinâmico e processual das configurações interescalares, a linguagem um

³ Collinge (1999) sugere que a seleção de uma escala dominante e, de forma mais geral, a evolução das hierarquias escalares são ajustadas para serem “ótimas” para os propósitos da acumulação. Enquanto que a análise de Collinge proporciona uma crítica estruturalista pertinente de certas vertentes voluntaristas dentro da teoria da regulação, o pressuposto de que a evolução escalar refletirá os requerimentos historicamente cambiantes da acumulação de capital é problemático. Como sugere a literatura sobre *path-dependency*, configurações institucionais subótimas frequentemente se cristalizam devido às vantagens maiores (“retornos crescentes”) que ocorrem à medida que elas se tornam mais difundidas (ARTHUR, 1994). Ademais, é fundamental explorar as maneiras pelas quais os processos de reescalonamento são também condicionados por: (a) a inércia (relativa) das configurações escalares existentes e (b) as estratégias políticas e o equilíbrio mutante das relações de classe e outras forças sociais contraditórias.

tanto estática e monodimensional de “escala” parece cada vez mais inadequada. Como indicado anteriormente, não estamos lidando com uma economia política de escalas fixas, distintas, singulares e encaixadas, mas, antes, com uma multiplicidade de *economias políticas escalonadas [scaled political economies]* que estão implicadas em, e por sua vez são produtoras de, padrões diversos e entrelaçados de diferenciação e rediferenciação escalar. A tarefa, portanto, não é meramente a de reconhecer o caráter escalar diferenciado da vida político-econômica, mas, de modo mais abrangente, (a) explorar as dinâmicas sociais diversas nas quais e por meio das quais as configurações político-econômicas escalares são ativamente produzidas e continuamente transformadas no curso do desenvolvimento geo-histórico capitalista; e (b) rastrear as maneiras pelas quais essas ordens político-econômicas escalares estruturam (isto é, ao mesmo tempo constroem e possibilitam) relações sociais de poder, dominação, exploração e luta. Desse ponto de vista, a expressão “nova economia política da escala” (KEIL; MAHON, 2009) deve ser entendida como uma referência abreviada aos esforços recentes para decifrar o contínuo escalonamento e reescalonamento da vida econômico-política sob o capitalismo. Pode-se afirmar que noção de economia política escalonada [*scaled political economy*] proporciona um registro mais preciso para a abordagem teórica aqui proposta, visto que coloca em relevo que o ponto focal para a investigação escalar não são as escalas em si, mas sim os processos de escalonamento (diferenciação escalar) e reescalonamento (rediferenciação escalar) que alicerçam as dinâmicas de evolução institucional e luta sociopolítica sob o capitalismo moderno.

Os limites do reescalonamento?

Ainda que as proposições precedentes requeiram maior refinamento com base em pesquisas concretas acerca da reestruturação urbana e regional, creio que elas ofereçam uma alternativa profícua aos escritos mais recentes que neutralizam ou estendem excessivamente os conceitos escalares (MARSTON, 2000), assim

como às propostas desconstrutivas de abolir ou abandonar inteiramente esses conceitos (MARSTON et al, 2005; COLLINGE, 2006). Além disso, a discussão precedente desmantela qualquer abordagem da questão urbana que conceba seu objeto como um espaço delimitado, “local” ou mesmo “regional”. Evidentemente, são necessários estudos adicionais situados em diferentes níveis de abstração-concretude a fim de lidar com uma série de tarefas analíticas relevantes que decorrem dessa concepção processual e multiescalar. Mais premente entre essas tarefas são: (a) teorizar os mecanismos pelos quais os processos de urbanização contemporâneos estão sendo escalonados e reescalonados; (b) explorar as condições específicas sob as quais as configurações interescalares aparentemente estabilizadas da urbanização estão sendo abaladas, reorganizadas e transformadas; (c) analisar os caminhos e trajetórias contextualmente variáveis através das quais as configurações urbanas estão sendo reescalonadas; (d) decifrar as diversas estratégias políticas, forças sociais e alianças territoriais que se mobilizam em torno, ou contra, estratégias particulares para reorganizar as escalas dos processos de urbanização; e (e) examinar a interação entre os processos de escalonamento e reescalonamento e outros processos de reestruturação socioespacial (como a produção do lugar, a territorialização e a formação de redes) ao longo da geo-história da urbanização capitalista. A proliferação de debates explícitos sobre a escala geográfica e o reescalonamento durante os anos 1990 pode ser entendida como uma extensão e um refinamento significativos das abordagens espacializadas acerca da economia política urbana e regional que se desenvolveram na década precedente, estimuladas em grande medida pelo abalo das hierarquias e interdependências escalares associadas ao capitalismo organizado no período pós-1970. Posteriormente, e não apenas no âmbito dos estudos urbanos e regionais, as discussões sobre a questão da escala proporcionaram uma gramática conceitual mais precisa para analisar re diferenciação contínua e hierárquica das relações socioespaciais durante um período particularmente volátil na geo-história do capitalismo. Ao passo que um sofisticado vocabulário analítico já

fora desenvolvido nos anos 1980 para compreender as dimensões mais relevantes da espacialidade do capitalismo, o novo léxico da escala geográfica forneceu aos pesquisadores urbanos uma ferramenta poderosa para desnaturalizar, historicizar e interrogar criticamente as próprias unidades espaciais e hierarquias nas quais as relações sociais são travadas. Consequentemente, os debates recentes sobre a questão da escala proporcionaram aos urbanistas e outros economistas geopolíticos críticos lentes analíticas importantes por meio das quais começar a decifrar as geografias dos processos de reestruturação contemporâneos.

Na minha leitura, as contribuições recentes para a análise da produção e transformação da escala possuem implicações particularmente relevantes para o campo dos estudos urbanos, cuja unidade de análise permanece profundamente ambígua, mesmo após quase um século de debate acerca da natureza da questão urbana. Como as proposições assinaladas acima indicam, eu alertaria contra a tendência de estender excessivamente os conceitos escalares nos estudos urbanos ou em qualquer outro campo da análise socioespacial. Isso porque as *estruturas escalares* do espaço social (baseadas em relações de hierarquização entre unidades verticalmente diferenciadas) são analiticamente distintas de outras formas de estruturação socioespacial, como a produção do lugar, a localização, a territorialização e a formação de redes (BRENNER, 2009; JESSOP et al, 2008). Como foi sugerido, o léxico da escala geográfica é mais potente quando seus limites analíticos são explicitamente compreendidos (BRENNER, 2001). Paradoxalmente, uma concepção analiticamente mais estreita de escala facilita uma aplicação mais abrangente, mas ao mesmo tempo mais precisa, desse conceito às vicissitudes da reestruturação capitalista mundial.

Embora o capitalismo há muito diferencia-se em hierarquias escalares, o atual período de reestruturação global induzida pela crise é marcado por transformações particularmente profundas da organização escalar. Ao longo das últimas três décadas, o projeto geoeconômico do neoliberalismo – com sua ênfase na mobilidade do capital, nas relações de mercado sem restri-

ções, na mercantilização intensificada – resultou em um enorme assalto contra as escalas estabelecidas de regulação sociopolítica e em uma tentativa agressiva de forjar novas hierarquias escalares mundiais nas quais a lógica da competição desenfreada possa ser institucionalizada. Essas tendências tiveram ramificações significativas para as cidades e para os sistemas de governança urbana, que se tornaram alvos estratégicos dos projetos neoliberais de destruição criativa espacial e institucional (BRENNER; THEODORE, 2002). Ao mesmo tempo, tanto nas cidades como para além delas, movimentos de oposição que lutam para obstruir ou reverter a investida neoliberal contemporânea começaram igualmente a mobilizar a escala geográfica de formas estratégicas e frequentemente bastante criativas – seja saltando escalas para escapar da hegemonia das práticas institucionais dominantes, seja mobilizando apoio para projetos de regulação que objetivam socializar o capital em escalas particulares, seja, finalmente, vislumbrando arranjos escalares radicalmente diferentes fundamentados em princípios de democracia radical, emancipação e justiça socioespacial (MAYER, 2007). Nesse sentido, a crescente proeminência dos conceitos escalares na teoria e pesquisa urbanas contemporâneas pode ser entendida como uma “abstração real” das contínuas lutas interescares: é precisamente porque a configuração da escala geográfica tornou-se um foco tão importante da contestação sociopolítica contemporânea que os urbanistas e outros cientistas sociais que refletem sobre o espaço tornaram-se tão sensíveis, nos anos recentes, à sua importância metodológica profunda.

Agradecimento

Sou grato aos editores da revista *Critical Planning* pela oportunidade de contribuir nessa edição especial. Este texto deriva de um esboço de um livro em andamento, hesitantemente intitulado *A thousand leaves: Urban Theory and the Scale Question*.

Referências

- AMIN, A. Regions unbound: towards a new politics of place. **Geografiska Annaler**, Série B, 86 (1), p. 33-44, 2003.
- AMIN, A. Spatialities of globalization. **Environment and Planning A**, 34 (3), p. 385-399, 2002.
- ARTHUR, B. W. **Increasing returns and path dependence in the economy**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- BERNDT, C. The rescaling of labour regulation in Germany: from national and regional corporatism to intrafirm welfare? **Environment and Planning A**, 32 (9), p.1.569-1.592, 2000.
- BOYER, R.; HOLLINGSWORTH, J. R. "From national embeddedness to spatial and institutional nestedness". In: **Contemporary capitalism: The embeddedness of institutions**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- BRENNER, N. "A thousand leaves: notes on the geographies of uneven development". In: KEIL, R.; MAHON, R. (Org.) **Leviathan undone? Towards a political economy of scale**. Vancouver: University of British Columbia Press, p. 27-49, 2009.
- BRENNER, N. **New state space: Urban governance and the rescaling of statehood**. Oxford e New York: Oxford University Press, 2004.
- BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, 25 (4), p. 591-614, 2001.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. (Org.) **Spaces of neoliberalism: Urban restructuring in North America and Western Europe**. Oxford, UK e Cambridge (MA): Blackwell, 2002.
- BULKELEY, H. Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. **Political Geography**, 24 (8), p. 875-902, 2005.
- CASTELLS, M. "Is there an urban sociology?" In: PICKVANCE, C. G. (Org.) **Urban sociology: critical essays**. New York: St. Martin's Press, p. 33-59, 1976.
- CASTELLS, M. **The urban question**. Cambridge (MA): MIT Press and Edward Arnold, 1977.
- CASTREE, N. Geographic scale and grass roots internationalism: the Liverpool dock dispute, 1995-1998. **Economic Geography**, 76 (3), p. 272-292, 2000.
- COLLINGE, C. Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 31 (2), p. 244-251, 2006.
- COLLINGE, C. Self-organization of society by scale: a spatial reworking of regulation theory. **Environment and Planning D: Society and Space**, 17 (5), p. 557-574, 1999.
- DEAR, M.; SCOTT, A. J. (Org.) **Urbanization and urban planning in capitalist society**. London e New York: Methuen, 1982.

- ESCOBAR, A. "The 'ontological turn' in social theory: a commentary on Human geography without scale", by Sallie Marston, John Paul Jones III and Keith Woodward. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 32 (1), p.106-111, 2007.
- FRIEDMANN, J.; WOLFF, G. World city formation: an agenda for research and action. **International Journal of Urban and Regional Research**, 6 (3), p. 309-344, 1982.
- GOTTDIENER, M. **The social production of urban space**. Austin: University of Texas Press, 1985.
- GRAHAM, S. Cities in the real-time age: the paradigm challenge of telecommunications to the conception and planning of urban space. **Environment and Planning A**, 29(1), p. 105-127, 1997.
- HARVEY, D. **The urban experience**. Oxford and Baltimore: Basil Blackwell e John Hopkins University Press, 1989.
- _____. **The limits to capital**. Oxford e Chicago: Blackwell and University of Chicago Press, 1982.
- HEROD, A. Labor's spatial praxis and the geography of contract bargaining in the US east coast longshore industry, 1953-1989. **Political Geography**, 16 (2), p.145-169, 1997.
- HOWITT, R. Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. **Area**, 30 (1), p. 49-58, 1998.
- JESSOP, B. **The future of the capitalist state**. Cambridge, UK: Polity, 2002.
- JESSOP, B. The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 24 (2), p. 323-360, 2000.
- JESSOP, B. The narrative of enterprise and the enterprise of narrative: place-marketing and the entrepreneurial city. In: HALL, T.; HUBBARD, P. **The entrepreneurial city**. London: John Wiley & Sons, p. 77-102, 1998.
- JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. Theorizing sociospatial relations. **Environment and Planning D: Society and Space**, 26 (3), p. 389-401, 2008.
- JONAS, A. E. G. Pro scale: further reflections on the "scale debate" in human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 31 (3), p. 399-406, 2006.
- KEIL, R.; MAHON, R. (Org.) **Leviathan undone?** Towards a political economy of scale. Vancouver: University of British Columbia Press, 2009.
- KNOX, P.; TAYLOR, P. (Org.) **World cities in a world system**. Cambridge, UK and New York: Cambridge University Press, 1995.
- LEFEBVRE, H. **State, Space, World: Selected Essays**. BRENNER, N.; ELDEN, S. (Orgs.) Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- LEFEBVRE, H. The Right to the City. In: LEFEBVRE, Henri. **Writings on Cities**. Traduzido por E. Kofman e E. Lebas. Cambridge (MA): Blackwell, p. 63-181, 1996.

- LEFEBVRE, H. **The explosion: Marxism and the French upheaval**. Traduzido por A. Ehrenfeld. New York: Monthly Review Press, 1969.
- LIPIETZ, A. "The national and the regional: their autonomy vis-à-vis the capitalist world crisis". In: PALAN, R. P.; GILLS, B. (Org.) **Transcending the state-global divide**. Boulder: Lynne, 1994.
- MARSTON, S. A. "The social construction of scale". **Progress in Human Geography**, 24 (2), p. 219-242, 2000.
- MARSTON, S. A.; JONES III, J. P.; WOODWARD, K. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 30 (4), p. 416-432, 2005.
- MASSEY, D. **Spatial Divisions of Labour: Social structures and geography of production**. New York e London: Methuen e Macmillan, 1985.
- MAYER, M. "Contesting the neoliberalization of urban governance". In: LEITNER, H.; PECK, J.; SHEPARD, E. (Org.) **Contesting neoliberalism: Urban frontiers**. New York: Guilford, p. 90-115, 2007.
- PECK, J.; TICKELL, A. "Searching for a new institutional fix: The after-Fordist crisis and the global-local Disorder". In: AMIN, A. (Org.) **Post-Fordism: A reader**. Cambridge (MA): Blackwell, p. 280-315, 1994.
- SAUNDERS, P. **Social theory and the urban question**. 2. ed. London: Hutchinson, 1986.
- SAYER, A. R. **Method in social science**. 2nd. ed. London: Routledge, 1992.
- SCOTT, A. J. **Regions and the world economy: The coming shape of global production, competition and political order**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- SCOTT, A. J. **The urban land nexus and the state**. London: Pion, 1980.
- SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Org.) **Production, work, territory: The geographical anatomy of industrial capitalism**. London: Allen & Unwin, 1986.
- SHEPPARD, E. The space and times of globalization: place, scale, networks and positionality. **Economic Geography**, 78 (3), p. 307-330, 2002.
- SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. (Org.) **Scale and geographic inquiry: Nature, society and method**. Malden (MA): Blackwell, 2004.
- SMITH, N. "Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe". In: ESKELINEN, H.; SNICKARS, F. (Org.) **Competitive European peripheries**. Berlim: Springer Verlag, p. 59-72, 1995.
- SMITH, N. "Homeless/global: Scaling places". In: BIRD, J. et al. (Org.) **Mapping the futures: Local cultures, global change**. New York: Routledge, p. 87-119, 1993.
- SMITH, N. "Geography, difference and the politics of scale". In: DOHERTY, E.; GRAHAM, E.; MALEK, M. (Org.) **Postmodernism and the social science**. London: Macmillan, 1992.

SOJA, E. W. **Postmetropolis**: Critical studies of cities and regions. Oxford, UK e Cambridge (MA): Blackwell, 2000.

SOJA, E. W. **Postmodern geographies**: The reassertion of space in critical social theory. London e New York: Verso, 1989.

SOJA, E. W. "Economic restructuring and the internationalization of Los Angeles". In: SMITH, M. P.; FEAGIN, J. R. (Org.) **The capitalist city**. Cambridge (MA): Blackwell, p. 178-198, 1987.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. (Org.) **Pathways of industrialization and regional development**. New York: Routledge, 1992.

STORPER, M.; WALKER, R. **The capitalist imperative**: Territory, technology and industrial growth. Cambridge (MA): Blackwell, 1989.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: "glocalization" and the politics of scale. In: COX, K. R. (Org.) **Space of Globalization**. New York: Guilford Press, p. 137-166, 1997.

SWYNGEDOUW, E. The Mammon quest: "glocalisation", interspatial competition and the money order: the construction of new scales. In: DUNFORD, M.; KAFKALAS, G. (Org.) **Cities and regions in the new Europe**. London: Belhaven Press, p. 39-68, 1992.

TAYLOR, P. J. **World city network**: A global urban analysis. London: Routledge, 2004.

TAYLOR, P. J. World cities and territorial states: the rise and fall of their mutuality. In: KNOX, P.; TAYLOR, P. J. (Org.) **World cities in a world-system**. Cambridge, UK e New York: Cambridge University Press, p. 48-62, 1995.

Teorizando as relações socioespaciais¹

(com Bob Jessop e Martin Jones)

Debates acirrados a respeito da espacialidade das relações sociais ocorrem com frequência nas ciências sociais. No entanto, esses debates seguem frequentemente seu curso sem produzir grande impacto sobre as pesquisas empíricas em torno da questão espacial – especialmente quando esses debates parecem ser excessivamente abstratos, abstrusos ou unidimensionais para dar suporte à pesquisa concreta. Este ensaio busca redefinir esses debates. Como antigos defensores de uma virada escalar, atualmente questionamos o privilégio, qualquer que seja, de uma única dimensão do processo socioespacial, escalar ou não escalar², por acreditarmos que isso contribui para uma sequência irrefletida de viradas espaciais, levando a curtos ciclos de vida intelectual para importantes conceitos socioespaciais, limitando oportunidades de aprendizado por meio de debates teóricos, análises empíricas e avaliações críticas de tais conceitos. Os limites do unidimensionalismo manifestam-se, também, em diversas tendências metodológicas na teoria socioespacial contemporânea, incluindo-se: amnésia teórica e alegações exageradas sobre inovações conceituais; uso de conceitos caóticos em vez de abstrações racionais; extensão excessiva e aplicações imprecisas de conceitos; aprofundamento de conceitos em detrimento de sua aplicação empírica; e um apelo a metáforas fragil-

¹ Traduzido por Camila de Brito e Fabiana Ribeiro do Nascimento, sob a supervisão e revisão da Prof.^ª Dr.^ª Elizamari Becker.

² Este artigo é fruto de muitos anos de discussões intermitentes, e às vezes intensas, entre os autores, começando no congresso IBG/Royal Geographical Society, em Brighton, Inglaterra. Partindo de uma convergência inicial acerca da necessidade de uma virada escalar e de uma economia política da escala, gradualmente passamos a reconhecer as limitações de uma virada socioespacial tão aguda e a necessidade de uma abordagem multidimensional das relações socioespaciais.

mente definidas em prejuízo de estratégias de pesquisa rigorosamente demarcadas³. Depois de esboçar esses problemas e suas expressões em análises mais ou menos unilaterais, propomos um reconhecimento mais sistemático da polimorfia – a organização das relações socioespaciais em diversas formas e dimensões – na teoria socioespacial.

Sucessivas “viradas” socioespaciais e suas limitações

Diversas viradas espaciais explícitas ocorreram durante os últimos 30 anos em diversas disciplinas. Cada uma delas tentou revelar as premissas espaciais não declaradas, e muitas vezes problemáticas, subjacentes às pesquisas das ciências sociais, assim como elaborar uma descrição mais adequada das relações socioespaciais. Particularmente, quatro termos espaciais foram cunhados pelos cientistas sociais ao longo dos últimos 30 anos: território, lugar, escala e rede (DICKEN *et al.*, 2001; PAASI, 2004; SHEPPARD, 2002). Esses termos estão associados com viradas espaciais específicas e, embora problematizem questões diferentes, estão, na verdade, intimamente conectados, teórica e empiricamente. Quaisquer que sejam as diferenças – substanciais, metodológicas e políticas – entre os teóricos contemporâneos sobre o uso dos termos território, lugar, escala e redes, o interesse nesses assuntos tem sido fortemente relacionado aos esforços para decifrar as transformações de larga escala da organização socioespacial, principalmente aquelas associadas com a crise do fordismo no Atlântico Norte, com a intensificação da “globalização” e com a reestruturação concomitante das geografias pretéritas da acumulação de capital, da regulação estatal, da urbanização, da reprodução social e da luta sociopolítica⁴.

³ Sobre as metáforas em geral e sobre o debate da escala em particular, ver Howitt (1998).

⁴ Para uma revisão das abordagens espacializadas sobre essas questões desde os anos 1980, ver Cox (1997), Dear e Scott (1981), Gregory e Urry (1985), Lee e Wills (1997) e Wolch e Dear (1989).

Inicialmente, em conjunto com os estudos acerca das divisões espaciais do trabalho e da reestruturação econômica local e regional nos anos 1980, as visões recebidas do lugar enquanto unidade fixa, zonal, circunscrita [*self-contained*] e mais ou menos singular de organização socioespacial foram rejeitadas. Em vez disso, os lugares eram cada vez mais entendidos como relacionalmente constituídos, como processos polivalentes incorporados em conjuntos mais amplos de relações sociais (CRESWELL, 2004; HUDSON, 2002; MASSEY, 1984; 1994).

A atenção voltou-se, então, para o pressuposto implícito de que a territorialização do poder político foi estabelecida no interior das fronteiras nacionais pelos Estados nacionais e também serviu para definir as sociedades como nacionalmente delimitadas. Isso se refletiu no interesse crescente, desde o fim dos anos 1980, na afirmação, agora corriqueira, de que o nexo westphaliano entre território nacional e soberania nacional está sujeito a um “desacoplamento” [*unbundling*] (AGNEW; CORBRIDGE, 1994; TAYLOR, 1994). Discussões controversas, mas produtivas acerca das territorialidades – e, de modo mais geral, espacialidades – cambiantes da formação estatal [*statehood*] se seguiram (BRENNER *et al.*, 2003).

A década de 1990 testemunhou uma virada mais controversa para a escala, provocada por esforços para decifrar como as relações globais, nacionais, regionais e locais pretéritas estavam sendo recalibradas através da reestruturação capitalista e do recuo do Estado. Discutiram-se os processos (potencialmente complicados e não convergentes) de produção da escala e de salto escalar, bem como seus impactos sobre a (re)diferenciação hierárquica entre várias formas interligadas de organização socioespacial, tais como as economias capitalistas, as instituições do Estado, os regimes de cidadania e os sistemas urbanos (COLLINGE, 1999; SMITH, 1995; SWYNGEDOUW, 1997). Isso ajudou a gerar um novo termo de escala geográfica com o qual os estudiosos pudessem investigar diversos processos de re-escala e de práticas de *scale-jumping* em uma perspectiva histórica e contemporânea (KEIL; MAHON, 2008; SHEPPARD; McMASTER, 2004).

Mais recentemente, os estudiosos vêm focando sua atenção nas redes, enfatizando as formas transversais e “rizomáticas” de interconectividade interespaial (AMIN, 2002; CASTELLS, 1996; TAYLOR, 2004). A pesquisa sobre as geografias das redes se tornou sólida em vários campos da pesquisa social, com referência específica em investigações, por exemplo, sobre cadeias produtivas, interdependências empresariais, sistemas de governança, relações interurbanas e movimentos sociais (GRAHBER, 2006). Isso contribuiu para um amplo debate teórico com relação à conceituação de geografias de redes emergentes e suas relações com formações territoriais, locais e escalares herdadas (AMIN, 2004; MARSTON *et al.*, 2005).

Em parte, a sucessão de debates relativamente distintos sobre território, lugar, escala e redes reflete as diferenças de objeto de pesquisa, as mudanças em sua relativa importância nos diferentes campos de pesquisa e contextos históricos e, até certo ponto, as modas intelectuais. Embora reconheçamos isso, é surpreendente, a partir da nossa perspectiva atual, o quanto o trabalho na teoria socioespacial está preocupado com o refinamento e a aplicação de ferramentas conceituais associadas com uma ou outra “virada”, em vez de explorar as relações mutuamente constitutivas entre essas categorias e seus respectivos objetos empíricos. Como observamos anteriormente, as quatro vertentes da pesquisa socioespacial têm-se esforçado em questionar premissas geográficas recebidas e irrefletidas, em criticar as viradas espaciais anteriores ou em decifrar grandes transformações estruturais e reorientações estratégicas das geografias econômicas, políticas e socioculturais. Entretanto, os defensores de uma dada virada são frequentemente tentados a focar em uma única dimensão das relações espaciais, negligenciando o papel de outras formas de organização socioespacial como pressupostos, arenas e produtos de ação social. Pior ainda, alguns estudiosos privilegiam ontologicamente uma dimensão singular, apresentando-a como *a* característica essencial de uma paisagem socioespacial (atual ou histórica). Em muitos casos, isso superontologiza questões que são mais bem resolvidas em termos mais concretos e complexos.

Tais tentativas de estabelecer a primazia de uma dada dimensão socioespacial tendem a expandir seu escopo analítico e empírico ao envolver uma variedade de fenômenos cada vez maior. As abstrações cuidadosamente definidas de território, lugar, escala e rede vão se tornando cada vez mais imprecisas, e podem se tornar conceitos caóticos⁵.

O unidimensionalismo é evidente nos quatro termos socioespaciais em formas e níveis diferentes. Cada um cai na armadilha de fundir uma parte (território, lugar, escala ou redes) com o todo (a totalidade da organização socioespacial), seja devido à imprecisão conceitual, a um foco de análise excessivamente limitado ou à abrangência de um (quase) reducionismo ontológico insustentável. Essa armadilha é notoriamente presente no *territorialismo metodológico*, que subsume todos os aspectos das relações socioespaciais sob a rubrica da territorialidade. Isso é manifestado, por exemplo, em abordagens “estadocêntricas” para os estudos de globalização e em entendimentos territorialistas limitados sobre cidades, Estados e economia mundial (para uma visão crítica, ver BRENNER, 2004; WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002). Uma falácia equivalente é o *lugar-centrismo*, que trata o lugar como conjuntos distintos, mais ou menos independentes, mais ou menos idênticos de relações socioecológicas, e/ou entende as relações socioespaciais principalmente por meio do termo “lugar”. Deixa-se de considerar, assim, como os processos de produção do lugar são constitutivamente ligados com as dimensões territoriais, escalares e reticulares das relações socioespaciais (para uma visão crítica, ver MASSEY, 1994). Ao mesmo tempo, o *escala-centrismo* [*scale-centrism*] trata a escala como a base primária em torno da qual outras dimensões de relações socioespaciais são organizadas ou, alternativamente, foca-se unilateralmente na escala,

⁵ Sayer (1992, p. 138) define a diferença entre abstrações racionais e “más abstrações” ou conceitos caóticos da seguinte forma: “Uma abstração racional é aquela que isola um elemento decisivo do mundo que tem alguma unidade e força autônoma, como uma estrutura. Uma abstração ruim divide arbitrariamente o indivisível e/ou mescla aquilo que não tem relação ou é desimportante, de tal forma ‘formatando’ o objeto de estudo com pouca ou nenhuma atenção à sua estrutura e forma”.

mesmo dentro do contexto de análises que buscam ampliar e complexificar esse contexto particular (veja, por exemplo, MARSTON, 2000; MARSTON; SMITH, 2001; para uma visão crítica, ver BRENNER, 2001). Por fim, o *rede-centrismo* [*network-centrism*] traz um foco unilateral nas interconexões horizontais, rizomáticas, topológicas e transversais das redes, espaços sem fricção e mobilidades em aceleração (CASTELLS, 1996; SELLER; URRY, 2006). Evidentemente, as redes, os fluxos e as mobilidades são importantes e podem ter se tornado ainda mais importantes durante as últimas três décadas de reestruturação. Ainda assim, isso não justificaria a adoção de uma “ontologia plana” como a base exclusiva para as investigações socioespaciais (JONES *et al.*, 2007; MARSTON *et al.*, 2005).

Para nós, a teoria socioespacial é mais contundente quando (a) se refere às geografias historicamente específicas das relações sociais; e (b) explora a variação contextual e histórica no acoplamento estrutural, na coordenação estratégica e nas formas de interconexões entre as diferentes dimensões das últimas (BRENNER, 2008; JESSOP, 2008; JONES; MacLEOD, 2004; MacLEOD; JONES, 2007). Focar em uma só dimensão pode ser justificado como um *ponto de partida simples* para uma *investigação mais complexa*, mas tal enfoque exige uma atenção reflexiva para combinar diferentes dimensões da análise socioespacial com outras características do objeto de pesquisa em questão. Na verdade, à medida que o pesquisador se move cada vez mais em direção a uma “descrição densa” e/ou tenta dar explicações espacialmente orientadas para fenômenos mais concretos – e complexos –, as análises devem envolver articulações dinâmicas de, pelo menos, duas ou mais dimensões dentre as quatro.

O reconhecimento disso ganha expressão em duas contratendências teóricas e metodológicas que surgiram às margens dos recentes debates socioespaciais e que começaram a ganhar mais destaque. Primeiramente, uma série de estudiosos começaram a investigar ativa e reflexivamente duas ou mais dimensões das relações socioespaciais. Exemplos dessa tendência incluem: as análises de Sheppard (2002) de posicionalidade dentro de

lugares, escalas e redes sob condições de globalização; a demonstração de Dicken *et al.* (2001) de que as cadeias produtivas globais e as redes interempresariais são simultaneamente escalonadas [*scaled*] e territorializadas; a consideração de Paasi (2002) sobre como as identidades regionais são institucionalizadas através de interação entre produção do lugar, produção da escala e processos de territorialização; e a investigação de Bulkeley (2005) sobre governança ambiental como um conjunto de estratégias de escala e de rede. Além disso, há um aumento no uso de neologismos que sugerem a imbricação mútua de duas ou mais dimensões socioespaciais. Exemplos incluem: glocalização, glurbanização, neomedievalismo, redes territoriais, lugares escalonados [*scaled places*], regiões virtuais, cidades polinucleadas, soberania graduada, Estados em redes, governança em multinível, cidades globais hierarquizadas, “enclaves glocais em rede” (BUNNELL; COE, 2005, p. 834), e “uma rede-arquipélago de grandes polos” (VELTZ, 1996, p. 6). Essas contratendências assumem o desafio de desenvolver análises complexo-concretas que estejam sintonizadas sistemática e reflexivamente à polimorfia de relações socioespaciais.

A estrutura TLER

Nosso ponto de partida para teorizar a polimorfia nas relações socioespaciais é uma perspectiva heurística que, devido ao seu foco no território (T), no lugar (L), na escala (E) e nas redes (R), deve ser chamada de estrutura TLER. Essas quatro dimensões espaciais de relações sociais não são as únicas (nem as mais importantes), mas elas são indiscutivelmente as mais notáveis no trabalho sobre a reestruturação político-econômica contemporânea⁶. Por si só, a adoção dessa perspectiva heurística não resolve os problemas associados com o unidimensionalismo – isso é apenas o primeiro passo para confrontá-los. O Quadro 6.1 apresenta os princípios associados a cada dimensão da relação

⁶ Outros dois candidatos para inclusão nessa lista podem ser o meio ambiente (ou a natureza) e, como indicado por Sheppard (2002), a “posicionalidade”.

socioespacial e especifica suas consequências para a estruturação dessas relações.

A quadro serve principalmente para propósitos pedagógicos e de definição. O Quadro 6.2 indica como o unidimensionalismo surge a partir da adoção de um ponto de partida simples – e abstrato – e como continua, a partir de fusão, essencialismo ou fetichismo, restrito a esse aspecto. Assim, por mais concreta que a análise tenha se tornado, a mesma se mantém confinada em uma estrutura unidimensional.

Quadro 6.1

Quatro dimensões fundamentais de relações socioespaciais.

Dimensão das relações socioespaciais	Princípio da estruturação socioespacial	Padrão associado das relações socioespaciais
Território	Definição de fronteiras [<i>bordering</i>], delimitação, parcelização, fechamento	Construção da divisão do interior/exterior; papel constitutivo de “exterior”.
Lugar	Proximidade, enraizamento espacial, diferenciação de área.	Construção de divisões espaciais de trabalho; diferenciação das relações sociais de forma horizontal entre lugares “centrais” x lugares “periféricos”
Escala	Hierarquização, diferenciação vertical	Construção de divisões escalares do trabalho; diferenciação vertical de relações sociais entre escalas “dominante”, “nodal” e “marginal”.
Redes/ reticulação	Interconectividade; interdependência, diferenciação transversal ou “rizomática”.	Construir redes de conectividade nodal; diferenciação de relações sociais entre pontos nodais no âmbito de redes topológicas

Tais problemas podem ser evitados através de investigações mais sistemáticas e reflexivas acerca das interconexões entre as dimensões espaciais das relações sociais anteriormente mencionadas – isto é, as relações mutuamente constitutivas entre seus respectivos princípios estruturantes

e as práticas específicas associadas com cada uma dessas últimas. Isso poderia possibilitar um movimento em direção a uma descrição multidimensional e polimórfica baseada: (a) na elaboração de conceitos suficientemente ricos para cada uma das dimensões das relações socioespaciais; e (b) na aplicação desses conceitos de tal maneira que permita aos pesquisadores explorar mais precisamente suas relevâncias e articulações diferenciais em um dado contexto espaço-temporal. O insucesso ao buscar essa estratégia pode levar a dois tipos distintos, porém simétricos, de quase-redução a análises unidimensionais. Ambos os tipos ocorrem quando a estrutura conceitual e teórica para explorar um aspecto de um fenômeno complexo tem maior precisão, profundidade e amplitude do que as estruturas desenvolvidas para lidar com outros aspectos.

No primeiro tipo, o poder descritivo e explicativo relativo da estrutura mais diferenciada e abrangente *neutraliza* um interesse apropriado por detalhes e mecanismos ligados a outras dimensões. Nessa situação, até mesmo quando estudiosos reconhecem duas ou mais dimensões de relações espaciais, eles não têm as ferramentas teóricas e empíricas necessárias para examinar suas respectivas contribuições para um determinado objeto de investigação. O segundo tipo de erro ocorre quando o caráter unidimensional de uma análise socioespacial compromete a compreensão até mesmo daquele aspecto das relações socioespaciais que é mais diferenciado e integralmente elaborado. Nesses casos, as complexidades dessa dimensão são reduzidas a mero detalhe ou mediações de uma dimensão menos especificada⁷.

⁷ A análise de Harvey (2003) sobre o imperialismo ilustra esse problema: visto que sua análise da lógica territorial do Estado não é suficientemente rica do ponto de vista conceitual, a lógica espacial do capitalismo fornece explicações muito mais fortes. A esta se contrapõe uma crua explicação geopolítica do imperialismo em termos de motivações políticas ou do expansionismo dos estados ou dos gestores do estado enquanto sujeitos (JESSOP, 2006).

Quadro 6.2
Os locais do unidimensionalismo.

Ponto de partida simples (e abstrato)	Área de aplicação			
	Território	Lugar	Escala	Redes
Território	Territorialismo metodológico			
Lugar		Lugar-centrismo		
Escala			Escala-centrismo	
Rede				Rede-centrismo

Ambos os tipos de unidimensionalismo são questionáveis do ponto de vista teórico. Embora não possa haver, como alguns teóricos socioespaciais contemporâneos têm muito adequadamente observado, uma perspectiva superior e neutra sobre a dinâmica social, essa afirmação não impede – e, na verdade, até ressalta – a necessidade de um desenvolvimento de vocabulários apropriadamente ricos – e comensuráveis – para *cada* uma das quatro dimensões das relações socioespaciais. Isso também ressalta a importância do desenvolvimento de categorias mais complexas, refletindo diferentes tipos de articulação e desarticulação entre as quatro dimensões, com o objetivo de produzir descrições densas e mais explicações concreto-complexas para determinados objetos de pesquisa⁸.

Essa é uma meta de perfeição que requer um movimento em espiral que consiste em passar de um para outro momento da espacialidade das relações sociais, colocando-os sucessivamente em relevo. Sendo assim, os pesquisadores poderiam explorar o mundo social a partir de diferentes pontos de partida e ainda assim atingir análises complexo-concretas nas quais cada

⁸ Essa sugestão não requer um número igual de conceitos para cada dimensão – isso implicaria um fetichismo numérico com conceitos. Na verdade, reivindica-se uma ampla gama de conceitos, de diferentes graus de abstração/concretude e simplicidade/complexidade, que possam decifrar a polimorfia das relações socioespaciais.

momento encontra seu peso descritivo-explicativo apropriado (para fundamentações metodológicas, ver BERTRAMSEN *et al.*, 1991, p. 122-141; JESSOP, 2007, p. 225-233; SAYER, 2000, p. 86-96, 108-130). O movimento em espiral a partir do abstrato (simples) para o concreto (complexo) também precisa considerar a lógica e a dinâmica das combinações historicamente praticáveis de TLER entendidas em referência às: (a) paisagens de território, lugar, escala e redes herdadas de relações socioespaciais anteriores; e (b) estratégias emergentes orientadas para a transformação de tais paisagens – seja através de novas formas de territorialização, produção do lugar, produção da escala [*scaling*] e formação de redes, ou através de novas combinações das dimensões. Resumindo, a realização de possibilidades socioespaciais específicas em qualquer combinação TLER envolve interações materiais entre diferentes estruturas e estratégias que se baseiam nesses princípios de organização socioespacial de forma diferencial, histórica e geograficamente específica. Esse processo de estruturação impõe determinados limites à forma, feição e trajetória das combinações TLER presentes e futuras, bem como às relações socioespaciais através das quais essas combinações são mediadas, produzidas e transformadas. Nossa abordagem também rejeita qualquer harmonização prematura de contradições e conflitos através da postulação de uma configuração bem ordenada e permanentemente reproduzível das relações socioespaciais. Ao invés disso, nossa abordagem enfatiza a importância das contradições, conflitos, dilemas, marginalização, exclusão e volatilidade, simultaneamente no interior e entre cada uma dessas formas socioespaciais.

Uma abordagem estratégica-relacional às configurações TLER

Essas considerações baseiam-se, ao mesmo tempo que estendem, a abordagem estratégico-relacional (AER) (em inglês *strategic-relational approach* – SRA) que fundamentou muitos dos nossos trabalhos anteriores (sobre isso, ver JESSOP, 2001;

2007). Assentada na perspectiva da regulação e em uma teoria do Estado, a AER salienta: (a) as contradições, os dilemas e os conflitos que caracterizam as formações sociais capitalistas em períodos, estágios e conjecturas específicas; e (b) as tentativas de resolver ou, pelo menos, afastar essas contradições e, então, regularizar e governar a acumulação de capital e a dominação política (JESSOP; SUM, 2006). Na última década, a AER foi aplicada na análise de várias formas de reestruturação socioespacial e algumas de suas categorias fundacionais foram espacializadas – tais como a seletividade estratégica, estratégias de acumulação, projetos estatais, estratégias de Estado e projetos hegemônicos (BRENNER, 2004; JESSOP, 2001; JONES, 1997; MacLEOD, 2001; MacLEOD; GODWIN, 1999). A partir desse ponto de vista, as relações socioespaciais devem ser consideradas em termos de uma dialética dependente da trajetória [*path-dependent*] e produtora da trajetória [*path-shaping*], de restrições estruturais estrategicamente seletivas e de ações estratégicas estruturalmente sintonizadas. Um conceito estratégico aqui é o “ajuste espaço-temporal” (JESSOP, 2006), que se apoia em trabalhos anteriores sobre ajustes espaciais e ajustes escalares (HARVEY, 1982; SMITH, 1995). A discussão precedente realizou esforços para espacializar a AER ao destacar a importância de: (a) incluir todos os quatro princípios estruturantes e suas estratégias associadas e práticas na análise de tais ajustes, e (b) explorar suas combinações histórica e geograficamente específicas – com algumas combinações sendo mais importantes do que outras na segurança do ajuste (por exemplo, pelo deslocamento ou protelamento de contradições e tendências à crise). Também queremos encorajar uma investigação mais sistemática de como as relações socioespaciais – entendidas como conjuntos de TLER estrategicamente seletivos – interagem em contextos histórico-geográficos específicos para produzir ordenações e reordenações singulares da paisagem socioespacial, incluindo novas geografias de acumulação, poder de Estado e hegemonia.

Quadro 6.3
Além do unidimensionalismo: orientações conceituais.

Princípios estruturantes	Campos de operação			
	Território	Lugar	Escala	Rede
Território	Fronteiras e limites passados, presentes e emergentes	Lugares singulares em um dado território	Governo multinível	Sistema interestatal, alianças estaduais, governo multi-área
Lugar	Centro-periferia, regiões fronteiriças, impérios, neo-medievalismo	Locais, milieux, cidades, sítios, regiões, localidades, globalidades	Divisão de trabalho conectado a lugares diferentemente escalados	Governança local/urbana, parcerias
Escala	Divisão escalar de poder político (Estado unitário, Estado federal etc.)	Escala como área em vez de nível (da local até a global), divisão espacial de trabalho (boneca russa)	Ontologia vertical baseada em hierarquias encaixadas ou entrelaçadas	Redes de poder paralelo, regimes internacionais não governamentais
Redes	Origem - borda, efeito cascata (radiação), esticamentos e dobraduras, região trans-fronteiriça, sistema interestatal	Redes de cidades globais, cidades polinucleadas, locais entrelaçados.	Ontologia plana com diversos pontos de entrada a-escalares	Redes de redes, espaços de fluxos, rizoma

O Quadro 6.3 traz uma orientação conceitual inicial para tal investigação; ele apresenta algumas coordenadas de análise associadas à estrutura TLER em vez de aplicações concretas da última. Dezesesseis células foram geradas por meio da análise cruzada de cada dimensão socioespacial considerada como um princípio estruturante com todas as quatro dimensões socioespaciais consideradas como campos de operação desse princípio estruturante. Essa matriz indica que o princípio

estruturante não se aplica apenas a eles mesmos – o caminho para formas mutuamente isoladas de unidimensionalismo – e que conceitos mais complexos podem ser desenvolvidos ao considerar a maneira como diferentes princípios estruturantes afetam outros campos das relações socioespaciais. Esse quadro não deve ser visto como o produto de uma insensatez taxonômica ou como um exercício formalístico de preencher células – ele tem propósito heurístico definido. Mais especialmente, cada conceito socioespacial pode ser dividido de três formas dentro dessa matriz. Por exemplo, o território pode ser explorado:

- *por si mesmo* como produto de estratégias fronteiriças (território → território);
- como princípio estruturante (ou mecanismo causal) que afeta outros campos das relações socioespaciais (lendo a matriz horizontalmente, portanto: território → lugar; território → escala; território → rede), e;
- como campo estruturado, produzido em parte por meio do impacto de outro princípio de estruturação socioespacial sobre a dinâmica territorial (agora, lendo a matriz verticalmente, focando na coluna “território” e considerando as ligações entre: lugar → território; escala → território e rede → território).

Reconhecer os vários caminhos em que as quatro dimensões de relações socioespaciais podem ser analisadas em termos autorreferenciais e em termos de suas interações é crucial para evitar análises unilaterais e reducionistas. Além disso, de acordo com uma AER espacializada, as várias interações entre as dimensões descritas no Quadro 6.3 podem ser compreendidas como expressão de diversas tentativas de coordenação estratégica e conexão estrutural dentro de contextos espaço-temporais específicos (JESSOP, 2001). Argumentar o contrário – tratando as dimensões como existentes fora de sua produção na e através da ação social – implicaria o risco

de cair em novas formas de estruturalismo, funcionalismo ou fetichismo socioespacial⁹.

Os conceitos incluídos em cada célula são meramente ilustrativos e de modo algum esgotam as possibilidades de análise. Convidamos os leitores a incluir outros exemplos e examinar esses já inclusos. O propósito heurístico maior por trás do Quadro 6.3 é o de encorajar o debate a respeito de quais estratégias metodológicas devem ser apropriadas para investigar a polimorfia das relações socioespaciais.

Transcender o unidimensionalismo nada mais é do que um primeiro passo em direção ao desenvolvimento de um modo genuinamente polimórfico de análise socioespacial. Os Quadros 2 e 3 continuam obstinadamente bidimensionais e uma abordagem verdadeiramente polimórfica deve superar essa limitação. Seria necessário também especificar mais explicitamente os modos histórica e geograficamente específicos e estrategicamente seletivos de territorialização, de produção do lugar, de produção da escala e de produção de redes subjacentes às paisagens geograficamente concreto-complexas no âmbito das quais determinadas combinações TLER emergem.

Assim, os três quadros acima servem principalmente para indicar a direção geral do nosso pensamento em vez de apresentar uma descrição polimórfica de conceitos e métodos em questão. Conforme indicado, conceitos tridimensionais já existem e muitos trabalhos a respeito das relações socioespaciais estão sendo realizados no momento utilizando perspectivas tridimensionais. Conceitos e métodos quadridimensionais também poderiam ser desenvolvidos, embora suas represen-

⁹ Sayer adverte contra a abstração das relações espaciais de suas relações substantivas, atribuindo, assim, poderes causais ao espaço (ou algumas das suas características como geometria, distância, localização, movimento) independentemente dos poderes causais das relações substantivas subjacentes a esses atributos. Tais procedimentos, sugere Sayer, levam ao fetichismo espacial (2000, p. 109-121). De fato, é devido à nossa preocupação em evitar o fetichismo espacial que, ao longo deste artigo, temos evitado a terminologia padrão de “espacialidade” e “socioespacialidade”. Fundamentos teóricos para essa conceitualização relacional são elaborados em muitas importantes vertentes de análise socioespacial, incluindo Sayer (2000) com seu realismo crítico, Massey (2005) e sua análise do espaço como uma forma de “emergência” e a investigação de Lefebvre (1991 [1974]) da “produção” do espaço.

tações diagramáticas e operacionalizações práticas continuem sendo sérios desafios.

Buscando uma agenda de pesquisa TLER

Os nossos argumentos são primariamente direcionados aos esclarecimentos conceituais. Embora eles sejam inicialmente motivados pelos debates recentes em torno da “virada escalar”, nossa intenção é de intervir em discussões mais amplas a respeito das relações socioespaciais. No mínimo, esperamos estabelecer que (a) as análises unidimensionais são enganosas e improdutivas; e (b) que pensar em termos multidimensionais pode ajudar a esclarecer debates contemporâneos no âmbito da teoria socioespacial (por exemplo, sobre as possibilidades e limites de “escala” ou “rede” enquanto conceitos geográficos), bem como revelar o poder heurístico dos métodos polimórficos de análise. No entanto, também acreditamos, com base nas nossas pesquisas prévias e naquelas em andamento, que a estrutura TLER pode ser utilizada para gerar análises precisas, substanciais e substantivas de algumas das “grandes questões” da economia geopolítica.

Por exemplo, podemos asseverar que a abordagem TLER tem implicações significativas para análise, e especialmente, para periodização das geografias históricas do desenvolvimento capitalista. Isso sugere: (a) que a importância relativa de território, lugar, escala e redes como princípios estruturantes para as relações socioespaciais varia de acordo com os diferentes tipos de ajuste espaço-temporal (em outras palavras, seus papéis relativos em assegurar a coerência global das relações espaço-temporais no capitalismo e em outras formações sociais podem variar histórica e contextualmente); (b) que as crises de acumulação e regulação podem ser exploradas como uma disjunção crescente entre manifestações institucionais historicamente específicas dessas quatro dimensões socioespaciais enquanto fundamento da coerência estrutural do capitalismo; (c) que as estratégias de resolução de crise implicam tentativas de reordenar a importância relativa das quatro dimensões e suas expressões institucionais associadas em relação aos

circuitos do capital e dos modos de regulação; e (d) que as crises, as tentativas de resolução de crises e a emergência de novos ajustes espaço-temporais podem estar associadas com mudanças em referências socioespaciais fundamentais, em estruturas organizacionais e em estratégias para projetos contra-hegemônicos.

A partir desse ponto de vista, muitos dos nossos trabalhos individuais e colaborativos feitos anteriormente, bem como muitos outros escritos sobre a economia geopolítica, podem ser reinterpretados como uma demonstração de como o território, lugar, escala e redes foram suturados em configurações geográfica e historicamente específicas para forjar o ajuste espaço-temporal fordista-keynesiano, e que, depois de um período de buscas por tentativa e erro, experimentações e contestações, novas combinações de TLER parecem estar emergindo, mais apropriadas para uma economia global, pós-nacional, caracterizada pelo desenvolvimento desigual. Se essas novas combinações TLER emergentes poderão ou irão se consolidar da mesma forma que o ajuste espaço-temporal dominante associado ao fordismo atlântico, bem como se elas encontrarão formas mais efetivas de resistência, são assuntos para futuras pesquisas teóricas e empíricas.

De maneira similar, poderíamos sugerir que o esquema TLER pode informar produtivamente o campo da “política de contestação” [*contentious politics*], que examina diferentes formas de contestação, resistência, mobilização e lutas “de baixo”, independentemente de suas bases sociais, identidades, interesses ou objetivos. O interesse nas geografias do conflito tem-se intensificado nos últimos anos, à medida que as categorias e métodos espacializados foram integrados mais sistematicamente aos estudos de mobilização social (LEITNER *et al.*, 2008; MILLER, 2000; ROUTLEDGE, 2003; SEWELL, 2001; TILLY, 2000). Nesse campo de pesquisa emergente, o esquema TLER pode ter pelo menos três tipos de aplicação.

Primeiramente, ele pode ser empregado para classificar diferentes explicações sociocientíficas de políticas de contestação. Se a matriz apresentada nos Quadros 2 e 3 for utilizada, sobressaem os limites de vários tipos de análises unidimensionais

que têm sido desenvolvidas nesse campo. Os exemplos incluem: (a) a celebração do nomadismo (DELEUZE; GUATTARI, 1987) como forma exemplar de resistência desterritorializada do poder territorializante e re-territorializante do Estado (território → território); (b) a concepção de “Multitude” (HARDT; NEGRI, 2000) como uma força de rede oposta ao espaço plano ontológico supostamente formado pelo Império (rede → rede); (c) a redução da política de contestação às estratégias de salto escalar em uma ordem escalar hierárquica (criticada por MARSTON, 2000) sem consideração à polimorfia socioespacial que tal política geralmente engendra (escala → escala), e (d) descrições de lutas sociais em termos exclusivamente localistas (lugar → lugar) (criticado por ESCOBAR, 2001; PURCELL, 2006). Essa estratégia analítica pode, então, ser estendida para cobrir outras análises de lugares, estratégias ou objetivos socioespaciais que envolvem duas ou mais dimensões de relações socioespaciais, o que eventualmente levará a análises ainda mais sofisticadas, tridimensionais ou até quadridimensionais, como aquela recentemente apresentada por Leitner *et al.* (2008) sobre a Immigrant Workers’ Freedom Ride. Dessa maneira, o esquema TLER pode trazer orientação metodológica para aqueles que procuram desenvolver categorias geográficas mais adequadas para a investigação de políticas de contestação.

Uma segunda aplicação para o esquema TLER nesse campo inclui seu uso para decifrar as estratégias e táticas de agentes individuais e coletivos, organizações e instituições que estão engajadas em políticas de contestação, como eles a percebem enquanto participantes. Dessa forma, o esquema TLER pode dar base para decifrar os espaços variegados e polimórficos de contestação que são produzidos através de diferentes tipos de mobilização social em diferentes contextos histórico-geográficos. Além disso, e em terceiro lugar, o esquema pode ser empregado para colocar novas questões em relação à ação recíproca entre os espaços de política de contestação e a periodização geo-histórica da acumulação de capital e poder de Estado pois, dada a ênfase na dialética dependente e produtora da trajetória [*path-dependent*

and path-shaping] no âmbito da AER espacializada, podemos esperar que a relativa importância e efetividade de diferentes geografias de políticas de contestação estejam interligadas de modo sistemático com configurações evolutivas da TLER associadas às territorialidades históricas mutantes do capitalismo e do Estado, suas tendências à crise e suas contradições. Apresentamos essas ideias mais como um estímulo para futuras pesquisas na área da economia política geográfica do que como hipóteses completamente elaboradas ou conclusões definitivas.

Conclusão

Há quase duas décadas atrás, Soja (1989) declarou a “reafirmação do espaço na teoria social crítica”. Nossas reflexões atuais sugerem uma reinterpretação dessa declaração. Primeiramente, argumentamos que premissas espaciais sempre estiveram presentes nas ciências sociais, mas que nas últimas décadas tem-se testemunhado um engajamento mais crítico e reflexivo sobre tais premissas e suas implicações metodológicas. Em segundo lugar, sugerimos que esse engajamento não focou nas relações socioespaciais em si, e sim em uma sucessão de dimensões relacionadas, porém distintas, incluindo território, lugar, escala e redes, cada uma delas sendo adotada como ponto focal da teoria socioespacial. Terceiro, embora reconheçamos as contribuições significativas de tais análises, argumentamos que muitas delas têm foco muito restrito e negligenciaram a exploração das interconexões entre as várias dimensões das relações socioespaciais, levando a várias insuficiências teóricas, riscos metodológicos e pontos cegos empíricos. Por fim, propusemos diversos conceitos e procedimentos analíticos através dos quais uma análise polimórfica e estratégico-relacional dos processos socioespaciais pode ser efetuada.

No presente contexto, não tentamos aplicar nossa abordagem, muito menos ditar um tipo específico de programa de pesquisa. No entanto, acreditamos que o esquema TLER pode se provar produtivo, não apenas para o aprofundamento da teoria

socioespacial, mas também, e de forma mais importante, para a análise das transformações tanto históricas quanto contemporâneas das relações socioespaciais. Nos nossos futuros trabalhos, por exemplo, utilizaremos essa estrutura para reconceituar problemas como a questão urbana; a questão regional; o desenvolvimento espacial desigual; a reestruturação espacial do Estado; os ajustes espaço-temporais; as especificidades socioespaciais da União Europeia; e a da metagovernança multiescalar.

Agradecimentos

Gostaríamos de reconhecer particularmente o papel de Gordon MacLeod em dar forma aos argumentos apresentados neste ensaio. Através de seu engajamento constante, desde a sua concepção em 2000 até hoje, tanto como coautor de estudos anteriores como interlocutor comprometido e crítico, ele contribuiu significativamente para o projeto mais amplo a partir do qual o presente trabalho surgiu. Além disso, gostaríamos de agradecer a Yuri Kazepov, da Universidade de Urbino, na Itália, e a Rob Kitchin e Sean O’Riain, da Universidade Nacional da Irlanda, em Maynooth, por nos receber em suas instituições em agosto de 2005 e em maio de 2006, respectivamente. Martin Jones gostaria de agradecer à bolsa Leverhulme pelo financiamento da pesquisa através do prêmio Philip Leverhulme.

Referências

- AGNEW, J. CORBRIDGE, S. **Mastering space**. Londres: Routledge, 1994.
- AMIN, A. Spacialities of globalisation. **Environment and planning**, v. 34, p. 385-399, 2002.
- AMIN, A. Regions unbound, towards a new politics of place. **Geografiska Annaler**, v. 86 p. 33-44, 2004.
- BERTRAMSEN, R. B.; THOMSEN, J. P. F.; TORFING, J. **State, economy, and society**. Londres: Unwin Hyman, 1991.
- BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in human geography**, v. 15, p. 525-548, 2001.
- BRENNER, N. **New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

- BRENNER, N. A thousand leaves: notes on the geographies of uneven spatial development. **Leviathan undone? Towards a political economy of scale**. Vancouver: University of British Columbia, 2008.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M.; MACLEOD, G. **State/space: a reader**. Oxford: Blackwell, 2003.
- BULKELEY, H. Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. **Political geography**, v. 24, p. 875-902, 2005.
- BUNNELL, T.; COE, N.; Re-fragmenting the “political”: globalization, governmentality and Malaysia’s multimedia super corridor. **Political geography**, v. 24, p. 831-849, 2005.
- CASTELLS, M. **The rise of the network society**. Oxford: Blackwell, 1996.
- COLLINGE, C. Self-organisation of society by scale: a spatial reworking of regulation theory. **Environment and planning D: society and space**, 17, p. 557-574, 1999.
- COX, K. **Spaces of globalization**. New York: Guilford Press. 1997.
- CRESSWELL, T. **Place: a short introduction**. Oxford: Blackwell, 2004.
- DEAR, M.; SCOTT, A. J. **Urbanization and urban planning in capitalist society**. Londres: Methuen, 1981.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- DICKEN, P.; KELLY, P.; OLDS, K.; YEUNG, H. W. C. Chains and networks, territories and scales, towards a relational framework for analysing the global economy. **Global networks**, v. 1, p. 89-112, 2001.
- ESCOBAR, A. Culture sits in places, reflections on globalism and subaltern strategies of localization. **Political geography**, v. 20, p. 139-174, 2001.
- GRABHER, G. Trading routes, bypasses and risky intersections mapping the travels of “networks” between economic sociology and economic geography. **Progress in human geography**, v. 30, p. 1-27, 2006.
- GREGORY, D.; URRY, J. **Social relations and spatial structures**. Basingstoke, Hants, Palgrave Macmillan, 1985.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Empire**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2000.
- _____. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- _____. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HOWITT, R. Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. **Area**, v. 30, p. 49-58, 1998.
- HUDSON, R. **Producing places**. New York: Guilford Press, 2002.
- JESSOP, B. Institutional re(turns) and the strategic-relational approach. **Environment and planning**, v. 33, p. 1.213-1.235, 2002.
- JESSOP, B. Spatial fixes, temporal fixes and spatio-temporal fixes. **David Harvey: a critical reader**. Oxford: Blackwell, p. 142-166, 2006.

- JESSOP, B. **State power**. A strategic-relational approach. Cambridge: Polity press, 2007.
- JESSOP, B. Avoiding traps, rescaling the state, governing Europe. In: KEIL, R.; MAHON, R. **Leviathan undone? Towards a political economy of scale**. Vancouver: University of British Columbia, 2008.
- JESSOP, B.; SUM, N-L. **Beyond the regulation approach**: putting capitalist economies in their place. Glos: Cheltenham, Edward Elgar, 2006.
- JONES, J. P. III; WOODWARD, K.; MARSTON, S. A. Situating flatness. **Transactions of the Institute of British Geographers, new series**, v. 32, p. 264-276, 2007.
- JONES, M. Spatial selectivity of the state? The regulationist enigma and the local struggles over economic governance. **Environment and planning**, v. 32, p. 264-276, 1997.
- JONES, M.; MACLEOD, G. Regional spaces, spaces of regionalism, territory, insurgent politics, and the English question. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series**, v. 29, p. 433-452, 2004.
- KEIL, R.; MAHON, R. **Leviathan undone? Towards a political economy of scale**. Vancouver: University of British Columbia Press, 2008.
- LEE, R.; WILLS, J. **Geographies of economies**. Londres: Arnold, 1997.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Traduzido por D. Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991, publicado originalmente em 1974.
- LEITNER, H.; SHEPPARD, E.; SZIARTO, K. M. The spatialities of contentious politics. **Transactions of the Institute of British Geographers, new series**, 33, p. 157-172, 2008.
- MACLEOD, G. New regionalism reconsidered, globalization, regulation and the recasting of political economic space. **International Journal of Urban and Regional Research**, 25, p. 804-829, 2001.
- MACLEOD, G.; GOODWIN, M. Space, scale and state strategy, rethinking urban and regional governance. **Progress in human geography**, v. 23, p. 503-527, 2001.
- MACLEOD, G; JONES M., 2007. Territorial, scalar, networked, connected, in what sense a 'regional world'? **Regional Studies**, v. 41, p. 1-15, 1999.
- MARSTON, S. The social construction of scale. **Progress in human geography**, v. 24, p. 219-242, 2000.
- MARSTON, S.; SMITH, N. States, scales and households, limits to scale? A response to Brenner. **Progress in human geography**, v. 25, p. 615-629, 2001.
- MARSTON, S.; JONES, J. P. III, WOODWARD, K. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers, new series**, v. 30, p. 416-432, 2005.
- MASSEY D. **Spatial divisions of labour**. Hants: Basingstoke, Macmillan Education, 1984.
- _____. **Space, place and gender**. Cambridge: Polity Press, 1994.

- _____. **For space**. Londres: Sage, 2005.
- MILLER, B. A. **Geography and social movements**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 2000.
- PAASI, A. Bounded spaces in the mobile world, deconstructing regional identity. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, v. 93, p. 137-148, 2002.
- PAASI, A. Place and region, looking through the prism of scale. **Progress in human geography**, v. 28, p. 536-546, 2004.
- PURCELL, M. Urban democracy and the local trap. **Urban studies**, v. 43, p. 1.921-1.941, 2006.
- ROUTLEDGE, P. Convergence space, process geographies of grassroots globalization networks. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series**, v. 28, p. 333-349, 2003.
- SAYER, A. **Method in social science**. 2nd edition. London: Routledge, 1992.
- _____. **Realism and social science**. London: Sage, 2000.
- SEWELL, J. W. Space in contentious politics. In: **Silence and voice in contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 51-88, 2001.
- SHELLER, M.; URRY, J. "The new mobilities paradigm". **Environment and planning**, v. 38, p. 207-226, 2006.
- SHEPPARD, E. "The spaces and times of globalization, place, scale, networks, and positionality". **Economic geography**, v. 78, p. 307-330, jul. 2002.
- SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. **Scale and geographic inquiry**. Oxford: Blackwell, 2004.
- SMITH, N. Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe. In: **Competitive European Peripheries**. Berlin: Springer, p. 59-74, 1995.
- SOJA, E. **Postmodern geographies**. London: Verso, 1989.
- SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In: **Spaces of globalization**. New York: Guilford Press, p. 137-166, 1997.
- TAYLOR, P. J. The state as container, territoriality in the modern world-system. **Progress in human geography**, v. 18, p. 151-162, 1994.
- TAYLOR, P. J. **World city network**. London: Routledge, 2004.
- VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires: l'économie archipel**. Paris: PUF. 1996.
- WIMMER, A.; GLICK, S. N. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the local sciences. **Global networks**, v. 2, p. 301-334, 2002.
- WOLCH, J.; DEAR, M. **The power of geography**. London: Unwin Hyman, 1989.

Após a neoliberalização?

Na esteira da crise econômica global de 2008-2009, muitos comentaristas proeminentes têm defendido que as ideologias e práticas do capitalismo de livre mercado, ou “neoliberalismo”, estão desacreditadas, e que uma nova era de reforma regulatória, baseada no intervencionismo agressivo do Estado para restringir as forças do mercado, está se iniciando (ALTVATER, 2009; STIGLITZ, 2008; WALLERSTEIN, 2008). Entretanto, tais avaliações geralmente se baseiam em suposições insustentavelmente monolíticas quanto ao sistema regulatório que herdamos e que agora está supostamente em crise, levando a interpretar a crise atual como um colapso sistêmico, análogo ao desmantelamento do Muro de Berlim duas décadas atrás (PECK *et al.*, 2009). De maneira geral, qualquer que seja a interpretação das tendências de crise contemporâneas, os principais relatos do colapso financeiro de 2008-2009 dependem de suposições definidas, mas frequentemente não investigadas, sobre as formações (ou a formação) regulatórias que existiam antes dessa última série de reestruturações induzidas pela crise. Por essa razão, este é um momento oportuno para se refletir sobre os processos de reestruturação regulatória que vêm se desenvolvendo desde o colapso do fordismo do Atlântico Norte, mais de 40 anos atrás. Acreditamos que tal reflexão é essencial para as atuais tentativas de decifrar padrões emergentes de formação de crise no capitalismo pós-2008. Além disso, tem implicações consideráveis para a compreensão das paisagens urbanas contemporâneas, que vêm sendo profundamente remodeladas através das transformações e contestações regulatórias contemporâneas.

Debates sobre transformações regulatórias animam os campos da economia política heterodoxa e dos estudos críticos

urbanos e regionais há várias décadas, além de desempenhar um papel importante nas literaturas sobre, entre outros tópicos, pós-fordismo, globalização, triadização, governança multinível, financialização, redimensionamento do Estado, o novo regionalismo, empreendedorismo urbano e, mais recentemente, neoliberalismo/neoliberalização. Para os propósitos deste artigo, baseamo-nos em discussões sobre a última questão – neoliberalização – para conceituar processos de reestruturação regulatória no capitalismo pós-década de 1970 e pós-2008. Conforme argumentamos em outra obra, o uso generalizado dos conceitos de neoliberalismo e neoliberalização tem sido acompanhado de imprecisão, confusão e controvérsia – com efeito, tais conceitos se tornaram ‘*rascal concepts*’ (conceitos malandros) (BRENNER *et al.*, 2010). A despeito desses perigos, argumentamos que um conceito de neoliberalização rigorosamente definido pode iluminar as transformações regulatórias de nossa época.

Inicialmente, apresentamos uma série de explicações para as definições que sustentam nossa conceituação de neoliberalização. Distinguimos suas três principais dimensões – (i) experimentação regulatória; (ii) transferência interjurisdicional de políticas; e (iii) formação de regimes de normas transnacionais. Tais distinções formam a base para uma periodização esquemática de como os processos de neoliberalização se estenderam e se arraigaram na economia mundial. Essas considerações geram uma perspectiva analítica a partir da qual se podem explorar vários cenários para formas contraneoliberalizadoras de reestruturação regulatória em configurações contemporâneas e futuras do capitalismo. Para os propósitos dessa discussão, não oferecemos uma descrição detalhada da crise econômica global contemporânea, nem de suas implicações de médio ou longo prazo. Ao invés disso, esta análise destina-se a servir a um propósito metateórico – a saber, estimular debates sobre qual deve ser o arcabouço analítico para se abordar tais questões.

Embora a nossa análise não considere os efeitos dessas transformações regulatórias sobre paisagens urbanas específicas, nossa abordagem possui implicações para os atuais esforços para

decifrá-las. Conforme argumentamos abaixo, os processos de neoliberalização assumem formas específicas de acordo com o local dentro de cidades e cidades-regiões, mas isso tem ocorrido cada vez mais em um contexto georregulatório definido por tendências sistêmicas voltadas para reformas institucionais para disciplinar o mercado, pela formação de teias transnacionais de transferência de políticas orientadas para o mercado, por padrões cada vez mais profundos de formação de crises e por ciclos acelerados de experimentação de políticas, sendo que essa experimentação é impulsionada pela crise. Contra esse pano de fundo, a análise macroespacial apresentada aqui pode servir como um ponto de referência útil não apenas para análises localizadas e sensíveis ao contexto, mas também para estratégias políticas contraneoliberalizadoras emergentes, tanto em escala urbana como supraurbana.

Neoliberalismo em questão

Desde o final da década de 1980, os debates sobre o neoliberalismo têm sido mencionados de maneira proeminente na economia política heterodoxa. Inspirados por várias vertentes do pensamento neomarxista, neogramsciano, neopolanyiano, neoinstitucionalista e pós-estruturalista, esses conceitos têm sido centrais para discussões sobre a crise da ordem capitalista no pós-guerra – denominada fordismo do Atlântico Norte, liberalismo incrustado (*embedded liberalism*), ou desenvolvimentismo nacional – e sobre os padrões pós-1970 de reorganização institucional e espacial. Quaisquer que sejam as diferenças entre eles, contudo, todos os usos prevalentes da noção de neoliberalismo envolvem referências à ampliação tendencial da competição baseada no mercado e de processos de comodificação em direção a domínios previamente isolados de vida político-econômica. Os usos erudito e prático-político do termo “neoliberalismo” pareceriam, assim, fornecer uma base inicial comprovativa da proposição de que processos de mercantilização e comodificação de fato se ampliaram, se aceleraram e se intensificaram em décadas

recentes, mais ou menos após a recessão global que ocorreu em meados da década de 1970.

Não podemos proceder, aqui, a uma revisão das diversas posições epistemológicas, metodológicas e políticas que têm sido articuladas através dessas discussões sobre a reestruturação regulatória pós-1970 (mas cf. CLARKE, 2008; PECK, 2004; SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005; assim como BRENNER *et al.*, 2010). Ao invés disso, passamos diretamente para um panorama de nossa própria orientação teórica, que será, então, elaborada mais detalhadamente em relação ao problema da periodização, com referência aos desafios de se decifrar os desenvolvimentos contemporâneos (para declarações anteriores, cf. BRENNER; THEODORE, 2002; PECK; THEODORE, 2007; PECK; TICKELL, 2002).

No nível mais geral, conceituamos neoliberalização como uma dentre várias tendências de mudança regulatória que foram desencadeadas no sistema capitalista global desde a década de 1970: prioriza respostas baseadas no mercado, orientadas para o mercado ou disciplinadas pelo mercado para problemas regulatórios; esforça-se para intensificar a comodificação em todos os domínios da vida social; e, frequentemente, mobiliza instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para a realização capitalista de lucros. Em nosso trabalho anterior, levantamos questões críticas sobre explicações estruturalistas que veem a neoliberalização como um bloco hegemônico abrangente, e também os argumentos pós-estruturalistas que enfatizam a particularidade contextual radical de práticas regulatórias e formas de subjetivação neoliberalizadoras. Em contraste, consideramos a neoliberalização uma forma diversificada de reestruturação regulatória: produz diferenciação geoinstitucional em lugares, territórios e escalas; mas faz isso sistemicamente, como um aspecto penetrante, endêmico, de sua lógica operacional básica. Concomitantemente, enfatizamos a profunda dependência da trajetória dos processos de neoliberalização: na medida em que necessariamente colidem com diversas paisagens regulatórias herdadas de formações e contestações regulatórias anteriores (incluindo o fordismo, o nacional-desenvolvimentismo

e o socialismo de Estado), suas formas de articulação e institucionalização são bastante heterogêneas. Assim, ao invés de esperar alguma forma pura, prototípica, de neoliberalização prevalente em contextos divergentes, consideramos a diversificação – diferenciação sistêmica geoinstitucional – como um de seus aspectos essenciais e duradouros.

De acordo com Mittelman (2000, p. 4), a globalização representa “não um fenômeno único, unificado, mas uma síndrome de processos e atividades”. Sugerimos que é possível conceituar a neoliberalização de maneira análoga: ela também é mais bem entendida como uma síndrome do que como uma entidade, essência ou totalidade singular. Desse ponto de vista, uma tarefa-chave para qualquer analista da neoliberalização é especificar o “padrão de atividades relacionadas [...] dentro da economia política global” (MITTELMAN, 2000, p. 4) que constituem e reproduzem essa síndrome em lugares, locais, territórios e escalas que são, de outro modo, diversos.

Definindo a neoliberalização

Como uma primeira abordagem a esta tarefa, propomos a seguinte formulação: a neoliberalização representa uma tendência historicamente específica, desenvolvida de maneira desigual, híbrida e padronizada de reestruturação regulatória disciplinada pelo mercado. Cada elemento dessa afirmação necessita ser especificado de maneira mais precisa.

- *Reestruturação regulatória disciplinada pelo mercado.* Como Polanyi (1944, pp. 140-141) muito ironicamente observou, “a estrada para um mercado livre foi aberta e mantida aberta por um enorme aumento no intervencionismo contínuo, centralmente organizado e controlado”. Análogamente, acreditamos que os processos de mercantilização e comodificação no capitalismo (esforços para ampliar a “disciplina de mercado”) são sempre mediados através de instituições do Estado em uma variedade de arenas polí-

ticas (por exemplo, trabalho, dinheiro, capital, proteção social, educação, moradia, terra, meio ambiente e assim por diante). Por essa razão, concebemos a neoliberalização como uma forma particular de reorganização regulatória: envolve a recalibração de modos de governança institucionalizados, que obrigam coletivamente e, de modo mais geral, das relações Estado-economia, para impor, ampliar ou consolidar formas mercantilizadas e comodificadas de vida social. Como tal, a neoliberalização pode ser analiticamente oposta aos processos regulatórios que contrariam a mercantilização e a comodificação, ou àqueles que envolvem agendas diferentes em termos qualitativos – por exemplo, formas normativas de alocação coletiva de recursos e coordenação socioinstitucional.

- *Historicamente específica.* As raízes ideológicas e doutrinárias da neoliberalização podem ser encontradas no projeto liberal clássico de construir mercados “autorregulados” durante a *belle époque* do imperialismo britânico do final do século XIX e início do século XX (POLANYI, 1944), assim como nas intervenções subsequentes realizadas no pós-guerra por economistas do livre mercado que eram renegados naquela época, como Hayek e Friedman (PECK, 2010a). O processo de neoliberalização começou a se desenvolver no início dos anos 1970, após uma fase relativamente *longue durée* de liberalismo incrustado, na qual processos de mercantilização e comodificação haviam sido tendencialmente reprimidos através de vários arranjos regulatórios globais e nacionais – por exemplo, o sistema Bretton Woods e vários tipos de intervenção estatal nacional-desenvolvimentista e assistencialista. Assim entendidas, formas especificamente neoliberalizadoras de reestruturação regulatória começaram a se desenvolver juntamente com o que alguns chamaram de a “segunda grande transformação”, o processo de reestruturação capitalista mundial que vem acontecendo desde o colapso da ordem geoeconômica pós-Segunda Guerra

Mundial (McMICHAEL, 1996). Como resultado daquela crise, a neoliberalização surgiu como um processo dominante, senão hegemônico, de reestruturação regulatória na economia mundial. Não seria inteiramente inadequado referir-se a esse processo de mudança regulatória orientada para o mercado simplesmente como “mercantilização” ou “comodificação”, uma vez que, como já sugerimos, uma de suas características é o projeto de ampliar as relações sociais baseadas no mercado e Commodificadas. Contudo, optamos pelo termo neoliberalização para sublinhar as homologias entre padrões pós-1970 de reestruturação regulatória e o projeto anterior de liberalização clássica que estava associado ao imperialismo britânico do século XIX e início do XX. Entretanto, paralelos com aquela época não devem ser empregados exageradamente. O processo de neoliberalização não representa um “retorno” a um arcabouço anterior de desenvolvimento capitalista, ou uma reinvenção contemporânea de formas institucionais, arranjos regulatórios ou compromissos políticos liberais clássicos (SILVER; ARRIGHI, 2003). A neoliberalização surgiu sob condições geopolíticas e geoeconômicas qualitativamente diferentes, em resposta a fracassos regulatórios e lutas políticas historicamente específicos, e em paisagens institucionais arraigadas.

- *Desenvolvida de maneira desigual.* A neoliberalização é geralmente associada a certos experimentos regulatórios paradigmáticos – por exemplo, privatização, desregulamentação, liberalização do comércio, financeirização, ajuste estrutural, reforma da previdência e tratamento de choque monetarista. Porém, por mais que esses projetos de reorganização regulatória tenham se tornado prototípicos, sua proliferação no capitalismo pós-1970 não pode ser compreendida através de simples modelos de “difusão”. Pois, ao invés de envolver a construção de um Estado de neoliberalismo totalmente formado, que funcione coerentemente, “semelhante a um regime”, e

que tenha se expandido progressivamente para abranger o espaço regulatório global, o processo de neoliberalização tem sido articulado de maneira desigual em lugares, territórios e escalas. O desenvolvimento desigual da neoliberalização resulta, por um lado, da contínua colisão entre projetos de neoliberalização contextualmente específicos e em constante evolução, e de arranjos político-institucionais herdados, em escala global, nacional ou local. Ao mesmo tempo, através dessa colisão, os processos de neoliberalização retrabalham formas herdadas de organização regulatória e espacial, incluindo aquelas das próprias instituições estatais, para produzir novas formas de diferenciação geoinstitucional. Consequentemente, a cada estágio de sua evolução, o “mapa em movimento” dos processos de neoliberalização (HARVEY, 2005, p. 88) tem sido diversificado e continuamente rediferenciado através de uma rápida sucessão de projetos e contraprojetos regulatórios, neoliberalizadores ou não. O desenvolvimento desigual da neoliberalização não é, portanto, uma condição temporária, um produto de sua institucionalização “incompleta”, mas uma de suas características constitutivas. A diferenciação geoinstitucional é, ao mesmo tempo, um meio e um produto dos processos de neoliberalização.

- *Tendência.* Embora os processos de neoliberalização retrabalhem sistematicamente as paisagens regulatórias herdadas, não devem ser vistos como representando uma totalidade que abarque todos os aspectos da reestruturação regulatória em qualquer contexto, local ou escala. Ao invés disso, a neoliberalização é um dentre vários processos concorrentes de reestruturação regulatória que têm sido articulados no capitalismo pós-1970 (JESSOP, 2002; STREECK; THELEN, 2005) — embora seja um processo que venha tendo consequências político-institucionais particularmente duradouras e multiescalares.

- *Híbrida.* A neoliberalização nunca se manifesta em uma forma pura, como um todo regulatório abrangente. As tendências de neoliberalização só podem ser articuladas em modalidades incompletas, híbridas, que podem se cristalizar em certas formações regulatórias, mas que são, não obstante, contínua e ecleticamente retrabalhadas de maneiras contextualmente específicas. Consequentemente, as evidências empíricas que ressaltam o caráter paralisado, incompleto, descontínuo ou diferenciado de projetos para impor as regras do mercado, ou sua coexistência ao lado de projetos potencialmente antagonísticos (por exemplo, a democracia social), não fornecem base suficiente para se questionar suas dimensões neoliberalizadas e neoliberalizadoras.
- *Padronizada.* Os processos de neoliberalização inicialmente ganharam impulso e *momentum* em resposta a uma gama de tendências de crise herdadas da ordem político-econômica do pós-guerra. Durante a década de 1970, os processos de neoliberalização retrabalharam paisagens keynesianas nacionais-desenvolvimentistas através de uma série de colisões entre arcabouços institucionais herdados e projetos de reorganização regulatória recentemente mobilizados. Tais colisões, e suas consequências político-institucionais duradouras, embora imprevisíveis, há muito tempo animam o desenvolvimento desigual dos processos de neoliberalização. No entanto, é crucial perceber que, embora os processos de neoliberalização tenham sido articulados de maneira desigual, não envolveram um “acúmulo” fortuito de experimentos regulatórios desconectados, contidos em contextos. Ao invés disso, os processos de neoliberalização geraram efeitos significativos, marcadamente padronizados e cumulativos sobre a configuração georregulatória do capitalismo. Desse ponto de vista, a trajetória dos processos de neoliberalização desde a década de 1970 pode ser mais bem entendida como um processo de articulação relacional

semelhante a uma onda, no qual cada série sucessiva de projetos neoliberalizadores transforma as configurações institucionais e ideológicas nas quais séries subsequentes de reestruturação regulatória se desenvolvem.

Quatro implicações metodológicas

Essa conceituação de neoliberalização possui várias implicações metodológicas que contrastam fortemente com certas pressuposições e orientações interpretativas que têm permeado discussões acadêmicas recentes (cf. BRENNER *et al.*, 2010):

Ao contrário de acadêmicos que igualam a neoliberalização a uma homogeneização mundial de sistemas regulatórios, pretendemos que nossa conceituação ilumine as maneiras pelas quais as formas disciplinadas pelo mercado de reestruturação regulatória na verdade intensificaram a diferença geoinstitucional. Segue-se a isso que nem mesmo as expressões político-institucionais de neoliberalização mais hipertrofiadas – como aquelas exploradas na análise de Naomi Klein (2007) sobre a “doutrina de choque” neoliberal no Chile pós-golpe e no Iraque ocupado – deveriam ser igualadas a expectativas de simples convergência em uma ordem de mercado unificada e singular, à maneira da formulação jornalística de Thomas Friedman (2005) a respeito da globalização da terra plana.

A conceituação de neoliberalização aqui proposta fornece uma base a partir da qual é possível compreender as trajetórias evolucionárias de médio e longo prazo dos próprios projetos regulatórios disciplinados pelo mercado, com referência particular aos impactos cumulativos erráticos e frequentemente contraditórios que produzem sobre as paisagens políticas, institucionais e discursivas que aspiram reorganizar. Os processos de neoliberalização derivam muito de seu ímpeto e de sua lógica precisamente das paisagens regulatórias desiguais que combativamente encontram, e subsequentemente refazem, de uma maneira dependente da trajetória, embora experimental. Isso significa, por sua vez, que a diferenciação espacial e os caminhos

evolucionários dos processos de neoliberalização não podem ser compreendidos como uma simples difusão territorial na qual um modelo pré-fornecido é instalado, ampliado e/ou replicado em uma área cada vez maior.

Dada a nossa ênfase na dependência da trajetória dos processos de neoliberalização, nossa abordagem sublinha a necessidade de investigações de padrões de experimentação regulatória que sejam sensíveis ao contexto. Contudo, nossa conceituação pode ser distinguida das abordagens puramente “de baixo para cima”, indutivas ou conscientemente “rasas” a estudos de neoliberalização que são, às vezes, associados a modos pós-estruturalistas de análise. Conforme entendido aqui, os espaços de mudança regulatória – unidades jurisdicionais que abarcam bairros, cidades, regiões, Estados nacionais e zonas multinacionais – são relacionalmente interconectados dentro de um sistema de governança transnacional, senão global. Os processos de neoliberalização assumem, necessariamente, formas contextualmente específicas e dependentes da trajetória, mas raramente se originam de um único local; suas consequências político-institucionais geralmente transcendem qualquer contexto, e há semelhanças de família significativas entre eles.

Finalmente, concebemos os processos de neoliberalização como sendo intrinsecamente contraditórios – isto é, envolvem estratégias regulatórias que frequentemente minam as próprias condições socioinstitucionais e político-econômicas necessárias para sua implementação bem-sucedida (GILL, 2003; HARVEY, 1995). Consequentemente, a falha das políticas não é apenas central para o *modus operandi* exploratório dos processos de neoliberalização; fornece um ímpeto adicional e poderoso para sua proliferação acelerada e reinvenção contínua em locais e escalas. Assim, é crucial notar que a falha endêmica das políticas na verdade tende a estimular outras séries de reformas dentro de parâmetros políticos e institucionais amplamente neoliberalizados: desencadeia a reinvenção contínua dos repertórios de políticas neoliberais, ao invés de seu abandono (PECK, 2010a).

Em direção a um “mapa em movimento” da neoliberalização Harvey (2005, p. 87) ressaltou as dificuldades de se construir um “mapa em movimento do progresso da neoliberalização no cenário mundial desde 1970”. O autor enfatiza especialmente o caráter parcial e desigual dos realinhamentos das políticas neoliberais nos Estados nacionais individuais; a frequência de “inversões lentas” e mobilizações políticas contrárias em resposta a investidas neoliberais iniciais, mais radicais e induzidas pela crise; e as vicissitudes das lutas pelo poder político que se desenrolam juntamente com mudanças de políticas neoliberalizadoras e transformações institucionais, além das tendências de crise associadas. O desafio, propõe Harvey (2005, p. 87), é “entender como as transformações locais se relacionam a tendências mais amplas”, localizando as “correntes turbulentas do desenvolvimento geográfico desigual” que são produzidas através dos processos de neoliberalização.

Como enfrentar esse desafio? Como seria um mapa em movimento dos processos de neoliberalização que ocorreram durante os últimos 30 anos? Com algumas exceções dignas de nota, as literaturas existentes sobre neoliberalização têm produzido não mais do que respostas parciais a esse desafio, principalmente devido a suas conceituações inadequadas de desenvolvimento regulatório desigual (BRENNER *et al.*, 2010). Embora tenham identificado as características-chave das paisagens perpetuamente mutantes da mudança regulatória pós-1970 disciplinada pelo mercado, a maioria das explicações não se preocupa muito em relacionar esses elementos uns aos outros, nem às “correntes mais amplas de desenvolvimento geográfico desigual” às quais Harvey se refere.

Por exemplo, a maior parte da literatura sobre neoliberalização ainda focaliza os realinhamentos de políticas em nível nacional. Tais relatos frequentemente aludem a contextos geoeconômicos e geopolíticos, mas tendem a pressupor a suposição metodologicamente nacionalista de que os Estados nacionais representam a unidade natural ou primária da transformação regulatória (para críticas, cf. BRENNER, 2004; PECK;

THEODORE, 2007). Tais tendências metodologicamente nacionalistas têm sido neutralizadas com sucesso quando a neoliberalização é tratada como um bloco globalmente hegemônico, assim como em trabalhos mais recentes sobre a neoliberalização da governança urbana e regional. No entanto, por mais valiosos que sejam tais engajamentos, nenhuma vertente da discussão abordou plenamente o caráter constitutivamente desigual dos processos de neoliberalização, conforme delineado acima. Embora descrições globalistas tenham enfatizado produtivamente a capacidade de atores e instituições hegemônicas de impor parâmetros disciplinados pelo mercado sobre instituições subordinadas e configurações regulatórias, relatos sintonizados localmente e regionalmente têm focado, em geral, as transformações regulatórias que parecem ser circunscritas a territórios subnacionais particulares ou nichos escalares. O conceito de neoliberalização propiciou que pesquisadores em ambas as vertentes dessa discussão vinculassem suas análises a metanarrativas mais amplas sobre formas pós-1970 de reestruturação e reorganização regulatória induzidas pela crise. Contudo, esse conceito é frequentemente empregado imprecisamente ou sem a devida reflexão, como se fosse um *explanans* autoevidente, ao passo que os próprios processos aos quais se refere requerem interrogação e explanação continuadas.

O trabalho recente de Simmons, Dobbin e Garrett (2008) aborda muito mais explicitamente a questão de como os processos de neoliberalização evoluíram ao longo do tempo e do espaço. Sua análise examina os diferentes impactos de quatro mecanismos causais distintos – coerção, competição, aprendizado e emulação – ao explicarem o que os autores caracterizam como a “difusão” do liberalismo econômico no final do século XX (SIMMONS *et al.*, 2008, p. 2, *passim*). Entretanto, a preocupação dos autores em adjudicar entre esses mecanismos causais é acompanhada de uma teorização pouco desenvolvida do próprio processo de neoliberalização, que é retratado como uma “disseminação” de protótipos de políticas orientadas para o mercado em territórios nacionais, dentro de um sistema internacional interdependente (para uma crítica bem-argumentada, cf. PECK, 2010b). Além das

tendências metodologicamente nacionalistas dessa abordagem, a metáfora da difusão contém sérias limitações como base para se compreender as geografias desiguais dos processos de neoliberalização durante os últimos 40 anos. A neoliberalização não foi simplesmente inventada em um local (nacional) e depois projetada – por coerção, competição, aprendizado, imitação ou qualquer outro mecanismo – em círculos progressivamente maiores de influência territorial. Ao invés disso, “assemelha-se mais a um regime multipolar de (re)mobilização contínua, que é animado e reanimado tanto pelas falhas das ondas anteriores de intervenção e regulação inadequadas, como por visões estratégicas inovadoras” (PECK, 2010b, p. 29).

Assim compreendidas, as geografias da neoliberalização não emanam para fora a partir de um ponto de origem para “preencher” outras zonas de regulação geograficamente dispersas. Ao invés disso, como enfatizamos em nosso esboço, estamos lidando com um processo multicêntrico e dependente da trajetória, cuja dinâmica evolucionária e consequências político-institucionais transformam continuamente as condições globais, nacionais e locais sob as quais as estratégias subseqüentes de reestruturação regulatória emergem e se desenvolvem em todas as escalas espaciais. Também é crucial perceber que os processos de neoliberalização são espacialmente desiguais, temporalmente descontínuos e permeados por tendências experimentais, híbridas e frequentemente autoenfraquecedoras. Acreditamos que tais considerações devem estar no centro de qualquer esforço para se construir o “mapa em movimento” da neoliberalização visualizado por Harvey (2005)¹.

¹ As análises empíricas apresentadas por Simmons, Dobbin e Garret (2008) são, na verdade, muito mais complexas institucionalmente e matizadas geograficamente do que seu próprio uso da metáfora de “difusão” dá a entender. É interessante notar que, em suas discussões mais concretas sobre cada um dos quatro mecanismos de difusão, os autores sinalizam uma conceituação alternativa da neoliberalização que enfatiza a reorganização regulatória multinível e multicêntrica, a heterogeneidade institucional, a contestação de políticas e a dependência da trajetória. Dessa forma, seu relato na verdade rompe substancialmente com a literatura difusionista ao redor da qual constroem sua narrativa.

Três dimensões analíticas

Para abordar essas tarefas, distinguimos três dimensões analíticas centrais dos processos de neoliberalização²:

- **Experimentos regulatórios:** projetos específicos de locais, territórios e escalas, elaborados para impor, intensificar ou reproduzir modalidades de governança disciplinadas pelo mercado. Tais projetos são necessariamente dependentes da trajetória, e geralmente envolvem tanto um momento destrutivo (esforços para reverter arranjos regulatórios não mercado, antimercado, ou que restringem o mercado) como um momento criativo (estratégias para promover uma nova infraestrutura político-institucional para formas regulatórias mercantilizadas) (BRENNER; THEODORE, 2002; PECK; TICKELL, 2002). Esse aspecto da neoliberalização tem sido investigado de forma abrangente pela vasta literatura baseada em estudos de caso sobre exemplos nacionais, regionais e locais da forma regulatória neoliberal.
- **Sistemas de transferência interjurisdicional de políticas:** mecanismos institucionais e redes de compartilhamento de conhecimentos através dos quais protótipos de políticas neoliberais circulam por locais, territórios e escalas, geralmente transnacionalmente, para serem reempregados em outro local. Ao estabelecer certos tipos de estratégias regulatórias como “prototípicas”, tais redes aumentam a legitimidade ideológica dos modelos de políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que ampliam sua disponibilidade como “soluções” prontamente acessíveis para qualquer problema e crise regulatórios contextualmente específicos. Contudo, até mesmo as formas mais aparentemente “prototípicas” de polí-

² Esse conjunto de distinções pode ser aplicável a outras formações de reestruturação regulatória – e.g. ao “liberalismo incrustado” (RUGGIE, 1982) ou “constitucionalismo progressivo” (GILL, 2000) no capitalismo fordista-keynesiano do pós-guerra, ou ao liberalismo clássico do final do século XIX (SILVER; ARRIGHI, 2003). Para os nossos propósitos neste artigo, contudo, são entendidas como dimensões da reestruturação regulatória associadas à neoliberalização transnacional.

ticas neoliberais são transformadas qualitativamente através de sua circulação por essas redes. Embora pareçam estar prontamente disponíveis para uma transferência suave em uma rede circulatória que se move rapidamente e, portanto, pareçam ser capazes de promover uma homogeneização do espaço regulatório, tais mobilidades das políticas permanecem incrustadas em contextos político-institucionais que modelam sua forma, conteúdo, recepção e evolução, geralmente levando a resultados imprevisíveis, não intencionais e intensamente diversificados (PECK, 2010b). Assim, no contexto dos processos de neoliberalização, a transferência interjurisdicional de políticas é um mecanismo importante, não apenas de consolidação espacial, mas também de diferenciação institucional. Uma das primeiras investigações sobre as formas neoliberalizadoras da transferência de políticas foi o estudo clássico de Tabb (1982) sobre as políticas de austeridade fiscal na cidade de Nova York durante a década de 1970, que esboça paradigmaticamente como uma resposta localmente específica a uma crise administrativa foi transformada em um modelo de reforma mais geral, subsequentemente “exportada” para outros municípios atingidos pela crise nos EUA. O estudo de Peck (2001) esboça uma narrativa formalmente análoga, mas transnacional, com referência às geografias da transferência de políticas rápidas de assistência ao trabalho em regiões e Estados nacionais desde a década de 1980. Em escalas nacionais e transnacionais, esse aspecto da neoliberalização também foi investigado por Bockman e Eyal (2002) no contexto da Europa Oriental, por Dezalay e Garth (2002) no contexto latino-americano e, em um nível mais geral, pela literatura sobre transferência de “políticas rápidas” (PECK, 2010B; PECK; THEODORE 2001; 2010).

- **Regimes de normas transnacionais:** arranjos institucionais em larga escala, arcabouços regulatórios, sistemas legais e revezamentos de políticas que impõem as “regras do jogo” em formas contextualmente específicas de experimentação

de políticas e reorganização regulatória, enquadrando, assim, as atividades de atores e instituições em parâmetros político-institucionais específicos. Esse aspecto “parametrizante” da neoliberalização foi analisado por Gill (2003) em sua descrição do novo constitucionalismo. Para Gill, o novo constitucionalismo representa um projeto para institucionalizar preceitos de políticas neoliberais em longo prazo, e globalmente, através de vários dispositivos legais supranacionais. Trabalha para obrigar os Estados nacionais e todas as outras instituições políticas subordinadas a adotar preceitos de políticas neoliberalizadas em esferas regulatórias importantes (por exemplo, comércio, investimento de capitais, trabalho, direitos de propriedade). Trabalhos recentes de Holman (2004) e Harmes (2006), juntamente com o estudo de Peet *et al.* (2003) sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, também ressaltaram o papel dos arranjos de governança multiníveis na construção, imposição e reprodução de arranjos regulatórios neoliberalizados e disciplinados pelo mercado em arenas nacionais e subnacionais. Tais regimes de normas multiníveis servem para promover “mecanismos institucionais circunscritivos para separar o econômico e o político sob condições de democracia” (HARMES, 2006, p. 732). Dessa forma, servem para criar e manter parâmetros precisos e disciplinados pelo mercado ao redor de formas subordinadas de contestação de políticas e desenvolvimento institucional.

Paisagens inquietas de neoliberalização

Qualquer mapeamento dos processos de neoliberalização derivado dessas distinções contrastaria fortemente com os modelos difusionistas que prevalecem na literatura ortodoxa, os quais são estreitamente alinhados à antecipação da convergência de políticas e a várias formas de nacionalismo metodológico. Mas tal mapeamento não poderia, por si só, iluminar cada aspecto concreto das

paisagens da neoliberalização, em diferentes contextos espaciais e temporais. No entanto, em um nível mais abstrato, tal abordagem pode servir como uma base analítica a partir da qual interpretar as trajetórias criativamente destrutivas e o desenvolvimento desigual dos processos de neoliberalização desde o início da década de 1970. E, como sugerimos abaixo, também tem implicações úteis para se decifrar possíveis alternativas às formas regulatórias neoliberalizadas na esteira da crise econômica global de 2008-2009. Aqui, esboçamos essas manobras interpretativas com pinceladas relativamente grossas; sua elaboração e refinamento concretos aguardam pesquisa e análise mais detalhadas.

O Diagrama 7.1 apresenta uma periodização estilizada dos processos de neoliberalização que deriva das distinções introduzidas acima. Nessa figura, as três dimensões da reestruturação regulatória não mais servem como categorias ideais-típicas, mas são agora mobilizadas para iluminar a evolução histórico-geográfica dos próprios processos de neoliberalização. A linha superior da figura apresenta cada uma das três distinções especificadas acima, entendidas como dimensões interligadas da reestruturação regulatória sob condições de neoliberalização em andamento. A primeira coluna especifica uma linha do tempo genérica, baseada em décadas, de 1970 até a década de 2000. As células sombreadas denotam as dimensões da reestruturação regulatória nas quais, segundo a nossa leitura, a neoliberalização tem sido mais pronunciada desde sua elaboração institucional inicial na década de 1970. Concomitantemente, as células brancas nos quadrantes superiores da figura denotam zonas de atividade regulatória que, durante a(s) década(s) correspondente(s) especificadas na primeira coluna, foram largamente configuradas de acordo com princípios de restrição de mercado (keynesianismo, “constitucionalismo progressivo”)³. A cada década sucessiva, as zonas sombreadas na figura

³ Essa representação não se destina a negar a presença de projetos regulatórios que restringem o mercado dentro das zonas sombreadas da figura, nem tampouco sugerir que os processos de neoliberalização não figuraram de maneira alguma dentro dos quadrantes brancos. O objetivo, ao invés disso, é demarcar analiticamente a trajetória geral da reestruturação regulatória disciplinada pelo mercado.

são alargadas para incluir uma coluna adicional. Isso denota o que consideramos uma mudança tendencial, macroespacial, de formas desarticuladas a formas aprofundadas de neoliberalização⁴. Para simplificar, delineamos essa série de transformações década a década, mas aqui, também, uma especificação mais precisa é necessária.

Conforme retratado na segunda linha do Diagrama 7.1, a neoliberalização desarticulada cristalizou-se durante a década de 1970, e se baseou predominantemente em formas de experimentação regulatória disciplinada pelo mercado específicas de locais, territórios e escalas. Obviamente, a doutrina neoliberal havia surgido durante as décadas de 1930 e 1940, quando foi mobilizada predominantemente como uma crítica à ordem político-econômica keynesiana, que estava se consolidando (PECK, 2010a). Contudo, foi apenas no início da década de 1970 que os experimentos de neoliberalização em tempo real foram elaborados, embora em um contexto geoeconômico largamente hostil, definido por arranjos regulatórios keynesianos posteriores e estratégias de gerenciamento de crise. Embora baseadas em redes intelectuais transnacionais (derivadas da economia austríaca, do Ordoliberalismo, Manchesterismo e da economia da Escola de Chicago), as paisagens institucionais com as quais colidiram haviam sido moldadas por agendas regulatórias opostas, intervencionistas de Estado e redistributivas – incluindo, principalmente, o keynesianismo e o nacional-desenvolvimentismo. “Locais” conjunturalmente específicos para esses experimentos regulatórios neoliberalizadores incluíram o Chile pós-nacionalização de Pinochet, a Grã-Bretanha pós-resgate do FMI, os EUA em processo de desindustrialização de Reagan e várias cidades e regiões atingidas pela crise no mundo capitalista mais antigo, que estavam tentando atrair investimento de capital transnacional “livre” através de várias formas de arbitragem regulatória.

⁴ Em um artigo relacionado, analisamos esses processos transformativos como uma mudança do desenvolvimento desigual da neoliberalização para a neoliberalização do desenvolvimento regulatório desigual (BRENNER et al., 2010).

Diagrama 7.1

Da neoliberalização desarticulada à neoliberalização profunda/aprofundada: um esboço estilizado

DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO REGULATÓRIA		
FORMAS CONTEXTUALMENTE ESPECÍFICAS DE EXPERIMENTAÇÃO REGULATÓRIA	SISTEMAS DE TRANSFERÊNCIA INTERJURISDICCIONAL DE POLÍTICAS	REGIMES DE NORMAS E PROCESSOS DE PARAMETRIZAÇÃO
<p>1970</p> <p>↓</p> <p>NEOLIBERALIZAÇÃO DESARTICULADA Os projetos de neoliberalização assumem formas específicas de lugares, territórios e escalas em um contexto geoeconômico “hostil”, ainda definido por arranjos regulatórios keynesianos e tendências emergentes de crises</p>	<p>Intensificação de formas neokeynesianas de transferência transjurisdiccional de políticas em resposta à volatilidade geoeconômica penetrante, especialmente na zona da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)</p> <p>Tendência de surgimento de formas neoliberalizadoras de transferência de políticas em vetores geopolíticos intersticiais (e.g. de Chicago para Santiago)</p> <p>Aceleração das críticas ideológicas às doutrinas econômicas keynesianas: sinais cada vez mais evidentes de crise sistêmica no regime de normas internacional do liberalismo incrustado do pós-guerra</p>	
<p>1980</p> <p>↓</p> <p>Intensificação contínua das formas impulsionadas pelo mercado de experimentação regulatória e reforma institucional em várias escalas espaciais e em zonas estratégicas (e.g. EUA, Reino Unido, América Latina) Tendência de enfraquecimento/exaustão das redes neokeynesianas de transferência de políticas, em conjunto com buscas intensamente contestadas por novas “correções institucionais” para resolver crises georregulatórias persistentes Tendência ao adensamento, transnacionalização, recursão mútua, integração programática e coevolução de redes de políticas orientadas para experimentos regulatórios e reformas institucionais impulsionados pelo mercado (e.g. monetarismo, liberalização, privatização, empreendedorismo urbano, governança reinventada)</p>		<p>Tendência à destruição do “constitucionalismo progressivo” em escalas globais, supranacionais e nacionais</p> <p>Tendência à consolidação de um “novo constitucionalismo” pela redefinição impulsionada pelo mercado de várias instituições regulatórias globais, supranacionais e nacionais</p>
<p>1990</p> <p>↓</p> <p>NEOLIBERALIZAÇÃO PROFUNDA/APROFUNDADA Sendo ou não explicitamente impulsionadas pelo mercado ou restritoras do mercado, as formas contextualmente específicas da experimentação regulatória e da reforma institucional são cada vez mais moldadas dentro de parâmetros amplamente neoliberalizados ou das “regras do jogo” Sistemas neoliberalizados de transferência de políticas são cada vez mais mobilizados para abordar as tendências de crise e as contradições engendradas através de séries anteriores de reestruturação regulatória impulsionada pelo mercado Arcabouços institucionais macroespaciais passam a ser remodelados em termos neoliberalizados – parâmetros baseados no mercado são, assim, cada vez mais impostos a escalas subordinadas de experimentação regulatória</p>		

Durante a década de 1980, uma nova fronteira de neoliberalização foi aberta quando um repertório de modelos de políticas neoliberais começou a circular transnacionalmente e a adquirir o *status* de soluções “milagrosas” para qualquer problema regulatório e tendência de crise (Diagrama 7.1, fileira 2).

Embora isso tenha ocorrido em parte através de uma “colonização” de redes existentes e neokeynesianas de transferência de políticas (por exemplo, na OCDE, Banco Mundial e FMI), também envolveu a construção de novos circuitos interjurisdicionais para a promoção, legitimação e entrega dos modelos de políticas neoliberais, mediadas por um quadro cada vez mais influente de peritos e líderes políticos com habilidades técnicas, como os infames Chicago Boys. Através de uma série de manobras, manipulações, negociações e lutas do tipo tentativa e erro, muitos dos principais experimentos regulatórios neoliberalizadores da década de 1970 – como privatização, financeirização, liberalização, assistência ao trabalho e empreendedorismo urbano – adquiriram, subsequentemente, algo próximo ao *status* “prototípico”, e se tornaram pontos de referência importantes para projetos posteriores de neoliberalização. Formas neoliberalizadoras de reestruturação regulatória foram, assim, mobilizadas em diversas arenas de políticas por instituições nacionais, regionais e locais, não apenas na América do Norte e na Europa Ocidental, mas também em um *patchwork* desigual e globalmente disperso de Estados pós-desenvolvimentais e zonas pós-comunistas da América Latina, sul da Ásia e África Subsaariana, incluindo Europa Oriental e Ásia. Para facilitar a circulação, imposição e legitimação de estratégias de reforma baseadas no mercado, novos revezamentos políticos e extrajurisdicionais foram construídos. Tais redes de políticas rápidas foram reforçadas no final da década de 1980, logo após a crise da dívida latino-americana e, subsequentemente, o colapso do Bloco Soviético. A formação da neoliberalização desarticulada foi, assim, transformada em uma formação organizada em rede e orquestrada transnacionalmente de estratégias de reformas de políticas mutuamente recursivas e inter-referenciais. Nessas circuns-

tâncias, os projetos de neoliberalização não mais surgiam como exemplos relativamente isolados de experimentação regulatória disciplinada pelo mercado, alojados em um ambiente político-econômico hostil. Ao invés disso, padrões de influência, coordenação e troca recíprocas foram estabelecidos entre programas de reforma neoliberalizadores em contextos e escalas jurisdicionais diversos. Cada vez mais, tais programas foram interconectados recursivamente para acelerar, aprofundar e intensificar sua circulação e implementação transnacionais.

Esse aprofundamento da formação da neoliberalização consolidou-se ainda mais durante a década de 1990, quando as agendas de reformas disciplinadas pelo mercado foram institucionalizadas em escala mundial através de uma série de reformas e rearranjos jurídico-institucionais mundiais, multilaterais, multiníveis e supranacionais. Essa tendência é retratada na linha inferior, totalmente sombreada, do Diagrama 7.1, que delinea as tendências de aprofundamento da neoliberalização dentro de cada uma das três principais dimensões da reestruturação regulatória, agora incluindo aquela dos regimes de normas e processos de parametrização. Antes desse período, instituições regulatórias do pós-guerra, como o FMI, o Banco Mundial, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e, até o início da década de 1970, o acordo de Bretton Woods, haviam estabelecido um arcabouço amplamente keynesiano para a produção e o comércio mundiais, um regime de normas que tem sido descrito como “liberalismo incrustado” (RUGGIE, 1982) ou “constitucionalismo progressivo” (GILL, 2003). Embora tais arranjos tenham sido desestabilizados durante as décadas de 1970 e 1980, somente na década de 1990 um regime de normas pós-keynesiano, neoliberalizado e global foi consolidado. Através da construção do redesenho disciplinado pelo mercado dos arranjos institucionais globais e supranacionais, incluindo-se desde a OCDE, o Banco Mundial e o FMI até a OMC, a CE pós-Maastricht e o NAFTA, entre outros, os processos de neoliberalização passaram a impactar e reestruturar os próprios arcabouços geoinstitucionais que

governam as formas nacionais e subnacionais de experimentação regulatória. Essa configuração geoinstitucional tendencialmente neoliberalizada é frequentemente referida como o “Consenso de Washington”, mas seus elementos regulatórios e suas geografias político-econômicas não podem ser reduzidos a um projeto hegemônico puramente baseado nos EUA. Ao invés disso, o “novo constitucionalismo” associado ao regime de normas global, neoliberalizado e ascendente também depende de acordos de condicionalidade impostos pela OMC; órgãos regulatórios supranacionais e zonas regionais de livre comércio, como a CE, NAFTA, CAFTA, APEC e ASEAN; organizações multinacionais como o G8 e a OCDE; assim como órgãos econômicos globais quase independentes, como o Banco de Compensações Internacionais (GILL, 2003). A consolidação desses regimes de normas neoliberalizados globais e supranacionais, que são projetados para impor parâmetros disciplinados pelo mercado a instituições e formações políticas nacionais e subnacionais, talvez possa ser considerada uma das consequências de maior alcance das últimas três décadas de reforma político-econômica neoliberalizadora.

As cartografias dinâmicas da neoliberalização aqui esboçadas envolvem rastrear sistematicamente o desenvolvimento desigual e a circulação transnacional dos modelos de políticas neoliberalizadas, além de seus impactos diversificados, dependentes da trajetória e contextualmente específicos, em locais, territórios e escalas diversos. Contudo, embora esse desenvolvimento desigual dos processos de neoliberalização tenha sido claramente essencial para a paisagem global da reestruturação regulatória pós-1970, representa apenas uma camada dentro de um processo multidimensional de destruição criativa institucional e espacial. Pois, como indica a linha inferior do Diagrama 7.1, os processos de neoliberalização também transformaram os próprios arcabouços geoinstitucionais dentro dos quais o desenvolvimento regulatório desigual se desenrola, fazendo com que formas contextualmente específicas de experimentação regulatória e transferência interjurisdicional de políticas sejam canali-

zadas ao longo de caminhos com tendência a serem disciplinados pelo mercado. Esse regime de normas certamente não diminuiu nem dissolveu a dependência endêmica da trajetória e a especificidade contextual dos projetos de reforma neoliberalizadores. Porém, transformou qualitativamente o que poderia ser chamado o “contexto do contexto”, isto é, o terreno político, institucional e jurídico dentro do qual os caminhos localmente, regionalmente e nacionalmente específicos da reestruturação regulatória são forjados. Acreditamos que nenhum mapa em movimento da neoliberalização pode ser completo se não der atenção a esses arcabouços macroespaciais e parâmetros político-institucionais, pois têm implicações cruciais para os processos contextualmente situados de experimentação regulatória, sejam eles disciplinados pelo mercado ou controladores do mercado.

Cenários de contraneoliberalização

As trajetórias de médio e longo prazo dos padrões contemporâneos da reestruturação regulatória são inerentemente imprevisíveis; necessitam ser iniciadas através de lutas incrustadas em conjunturas específicas, provocadas pelas contradições das primeiras ocorrências de neoliberalização. Todavia, as considerações acima sugerem uma abordagem para confrontar tais questões – uma abordagem que dê atenção, simultaneamente, a choques regulatórios globais e suas ramificações em locais, territórios e escalas específicos, e que, ao mesmo tempo, evite modelos dualísticos de transição e declarações a respeito da morte do neoliberalismo. Esboçamos aqui vários cenários possíveis para as trajetórias futuras da reestruturação regulatória. Eles estão resumidos no Diagrama 7.2.

O Diagrama 7.2 está organizado em paralelo ao Diagrama 7.1, com exceção de que a posição das células sombreadas que retratam as três dimensões da neoliberalização foi invertida. A linha superior apresenta cada uma das três dimensões da neoliberalização; a coluna mais à esquerda lista quatro cenários distintos para os futuros caminhos da reestruturação

regulatória. Conforme indicado pelo padrão sombreado na figura, cada um dos quatro cenários envolve um grau diferente de neoliberalização, definido, em cada caso, com referência a uma combinação entre as três dimensões listadas na linha superior.

O cenário da neoliberalização zumbi é retratado na primeira linha. Nesse cenário, apesar de suas consequências disruptivas e destrutivas, a crise econômica global de 2008-2009 não mina significativamente as tendências de neoliberalização das últimas três décadas (PECK, 2009). O regime de normas neoliberalizado que havia sido consolidado durante a década de 1990 e o início da década de 2000 pode ser recalibrado ou reconstituído para restringir certas formas de especulação financeira, mas sua orientação básica em direção à imposição de parâmetros disciplinados pelo mercado sobre economias supranacionais, nacionais, regionais e locais permanece dominante. A ideologia neoliberal ortodoxa vem sendo cada vez mais questionada, mas a maquinaria política da disciplina de mercado imposta pelo Estado permanece essencialmente intacta; as agendas de políticas sociais e econômicas continuam a ser subordinadas à prioridade de manter a confiança do investidor e uma atmosfera boa para os negócios; e as agendas de políticas como livre comércio, privatização, mercados de trabalho flexíveis e competitividade territorial urbana continuam a ser tidas como certas. Nesse cenário, como propõe Bond (2009, p. 193), o resultado mais provável da atual crise geoeconômica é um “neoliberalismo e um imperialismo relegitimados”. Consequentemente, há um maior arraigamento dos arranjos regulatórios disciplinados pelo mercado, maior lubrificação e aceleração dos sistemas neoliberalizados de transferência interjurisdicional de políticas e um arraigamento ainda maior das formas neoliberalizadas de experimentação regulatória em diferentes contextos.

Diagrama 7.2

Contraneoliberalização: caminhos e cenários futuros

	DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO REGULATÓRIA		
	REGULATÓRIA	POLÍTICA	PARAMETRIZAÇÃO
Cenário 1: neoliberalização zumbi	A ideologia neoliberal ortodoxa é gravemente abalada, mas há uma neoliberalização contínua de cada uma das três dimensões da reestruturação regulatória, frequentemente por meios tecnocráticos. As tendências de crise e as falhas dos arranjos regulatórios impulsivados pelo mercado contribuem para um arraigamento ainda maior dos projetos de neoliberalização como “soluções” putativas a dilemas regulatórios persistentes em escalas, territórios e contextos		
Cenário 2: contraliberalização desarticulada	Tendência à mobilização de experimentos regulatórios redistributivos, restritores do mercado e/ou regressivos em contextos dispersos e desarticulados, em escalas locais, regionais e nacionais	Neoliberalização contínua de sistemas de transferência de políticas e regimes de normas transnacionais Os projetos de contraliberalização permanecem relativamente fragmentados, desconectados e insuficientemente coordenados - não se infiltraram significativamente em arenas institucionais multilaterais, supranacionais ou globais Regimes de normas macroespaciais continuam a ser dominados pela lógica do mercado, apesar de críticas persistentes realizadas a partir de locais extrainstitucionais e de “instâncias inferiores” (e.g. o movimento de justiça global)	
Cenário 3: contraliberalização orquestrada	Intensificação da orquestração, recursão mútua e coevolução tendencial de experimentos regulatórios redistributivos e restritores do mercado em contextos cada vez mais interligados Adensamento, intensificação e ampliação das redes de transferência de políticas com base em alternativas (progressivas ou regressivas) ao regime de mercado		Neoliberalização continuada dos regimes de normas: os projetos de contraliberalização podem começar a se infiltrar em instituições macroespaciais que estabelecem as regras (e.g. Banco Mundial, União Europeia), mas não conseguem reorientar suas tendências básicas voltadas ao mercado
Cenário 4: socialização profunda	Intensificação continuada de (formas progressivas ou reacionárias de) experimentação regulatória redistributiva, socializadora, reinscrustadora e restritora do mercado Elaboração contínua e consolidação transnacional de formas de transferência transjurisdicional de políticas que são redistributivas, socializadoras e restritoras do mercado Desestabilização/desmantelamento de regimes de normas neoliberais: construção de arcabouços alternativos, restritores do mercado, redistributivos e socializadores para a organização regulatória macroespacial		

Em um segundo cenário, a contraneoliberalização desarticulada, um regime de normas neoliberalizado e os sistemas associados de transferência de políticas neoliberais persistem, mas, nesse meio tempo, a crise econômica global oferece novas oportunidades estratégicas, embora dentro de arenas político-institucionais relativamente dispersas, para forças sociais e alianças políticas preocupadas em promover estratégias regulatórias que restrinjam ou que transcendam o mercado. Mesmo antes da crise financeira global mais recente, havia muita oposição organizada às políticas neoliberais, realizada pelos movimentos de trabalhadores, movimentos de camponeses, movimentos urbanos, por várias vertentes do movimento antiglobalização e, em alguns casos, por partidos políticos oficiais social-democráticos, comunistas e populistas (AMOORE, 2005; LEITNER *et al.*, 2007). Na esteira da crise econômica atual, pode haver novas aberturas estratégicas para tais movimentos sociais e organizações políticas perseguirem essas agendas que restringem o mercado, enquanto disseminam críticas mais amplamente produtivas ao capitalismo neoliberalizado. Nesse cenário, contudo, esses projetos contra-neoliberalizadores permanecem relativamente desarticulados – isto é, são confinados a parâmetros localizados, regionalizados ou, em alguns casos, nacionalizados e, ao mesmo tempo, ainda permanecem incrustados em contextos geoinstitucionais dominados por arranjos regulatórios disciplinados pelo mercado e por redes de transferência de políticas. Claramente, os experimentos regulatórios contextualmente específicos associados a formas desarticuladas de contraneoliberalização são uma fronteira estrategicamente essencial para explorar alternativas a uma ordem geoeconômica neoliberalizada. Mas, a menos que estejam interconectadas em lugares, territórios e escalas, e ligadas a recalibrações institucionais, essas iniciativas confrontam restrições sistêmicas que podem minar sua reprodutibilidade em médio e longo prazo, circunscrevendo sua capacidade de generalização interespaial.

Em um terceiro cenário, as formas orquestradas de experimentação regulatória contra-neoliberalização e restritoras do

mercado não mais ocorrem isoladamente, como “postos avançados” de dissidência relativamente fechados em si mesmos, mas são recursivamente interconectadas em lugares, territórios e escalas. Nessas condições, há esforços sustentados para criar redes antissistêmicas de compartilhamento de conhecimentos, transferência de políticas e construção de instituições entre os diversos locais e escalas de mobilização contraneoliberal. Esse cenário pode assumir uma forma relativamente estatista – por exemplo, uma coalizão de governos nacionais, regionais ou locais neokeynesianos, social-democratas ou ecossocialistas, talvez dentro ou entre regiões globais importantes. Tal cenário também pode assumir uma forma baseada em movimento – por exemplo, aquela do Fórum Social Mundial, com seu projeto de criar uma rede alternativa de transferência progressiva de políticas, vinculando ativistas e formuladores de políticas de diversas instituições, setores e contextos no sistema mundial (MARCUSE, 2005). Impulsionadas pelo Estado ou levadas pelos movimentos, tais redes ganham significado e se tornam cada vez mais coordenadas nesse cenário, levando, possivelmente, ao desenvolvimento de novas visões, solidárias e ecologicamente sãs, para a regulação econômica global e para as relações interespaciais. Como argumentamos acima, a criação de redes transnacionais para a transferência de conhecimentos e políticas foi essencial para a consolidação, reprodução e evolução dos processos neoliberalizadores durante as três últimas décadas, e tais redes certamente serão igualmente essenciais para qualquer projeto que aspire a desestabilizar os arranjos georregulatórios disciplinados pelo mercado. No entanto, no cenário da contraneoliberalização orquestrada, as redes de transferência de políticas contraneoliberalizadoras recentemente estabelecidas e cada vez mais coordenadas ainda não têm a capacidade de se infiltrar nos escalões do poder político-econômico global, como as agências multilaterais, os blocos de comércio supranacionais e governos nacionais poderosos. Consequentemente, embora o regime de normas global neoliberalizado possa tender a ser desestabilizado, sobrevive intacto.

Será que um regime de normas global alternativo pode ser

forjado? Em um quarto cenário, socialização profunda, o regime de normas global neoliberalizado é sujeito a um maior escrutínio público e à crítica popular. Subsequentemente, os arcabouços institucionais da neoliberalização que foram herdados são infiltrados em todas as escalas espaciais por forças sociais e alianças políticas orientadas para agendas alternativas que restringem o mercado. Estas poderiam incluir controles de capital e de trocas; perdão de dívidas; regimes de impostos progressivos; esquemas de crédito de base não lucrativa, governados por cooperativas e desglobalizados; redistribuição global mais sistemática; investimentos em obras públicas; e a descomodificação e desglobalização das necessidades sociais básicas, como abrigo, água, transporte, assistência à saúde e utilidades públicas. Das cinzas do regime de normas global neoliberalizado surge um modelo de regulamentação global alternativo, social-democrático, solidário e/ou ecossocialista. O conteúdo político significativo de tal regime de normas é – na verdade, tem sido há muito tempo – uma questão de debate intenso dentro da Esquerda global (cf., por exemplo, AMIN, 2009; GORZ, 1988; HOLLOWAY, 2002). Mas um de seus elementos principais seria uma democratização radical das tomadas de decisões e capacidades de alocação em todas as escalas espaciais – uma possibilidade que contrasta fortemente com os princípios da disciplina de mercado e regra corporativa nos quais a neoliberalização se baseia (HARVEY, 2008; PURCELL, 2008).

Também deve ser enfatizado que nem todas as alternativas a um regime de normas neoliberalizado envolvem essa visão normativa progressiva, solidária e radicalmente democrática. Como Brie (2009) indica, qualquer número de cenários regressivos, até mesmo bárbaros, é possível, incluindo várias formas de reação, hiperpolarização, neoimperialismo, remilitarização e degradação ecológica neoconservadoras, neototalitárias e neofundamentalistas. Questões básicas também podem ser colocadas em relação à configuração geográfica de qualquer regime de normas global futuro. Será cada vez mais China-cêntrico, como prevê Arrighi (2007)? Será fundamentado em uma ordem

mundial multipolar, como espera Amin (2009)? Envolverá um arquipélago de redes interurbanas ou inter-regionais progressivamente orientadas, em conjunto com novas formas de exclusão socioespacial mundial, como Scott (1998) antecipa? Ou envolverá alguma outra formação ainda não visualizada de desenvolvimento espacial desigual? Essas perguntas não podem ser respondidas aqui; destinam-se simplesmente a provocar reflexão e debate sobre as possíveis consequências de médio e longo prazo dos projetos de contraneoliberalização dentro de cada uma das três dimensões da reestruturação regulatória.

Conclusões

Esta linha de análise é, reconhecidamente, especulativa, e ainda há muito trabalho a ser feito em um nível mais concreto para operacionalizar algumas das orientações metodológicas aqui apresentadas, principalmente com referência às últimas três décadas dos processos de neoliberalização e com referência à conjuntura contemporânea da formação de crises, particularmente em relação às transformações dos tipos de paisagens urbanas que estão em discussão nessa questão. Em nossa conceituação, a neoliberalização não é uma totalidade global que abarca tudo, mas sim um padrão de reestruturação desenvolvido de maneira desigual que tem sido produzido através de uma sucessão de colisões dependentes da trajetória entre projetos regulatórios emergentes, disciplinados pelo mercado e paisagens institucionais herdadas em locais, territórios e escalas. Consequentemente, para considerar as possibilidades contemporâneas de transcender ou inverter a influência dos processos de neoliberalização, tanto dentro como entre cidades, é necessário distinguir várias dimensões de sua articulação espacial-temporal, incluindo a experimentação regulatória, os sistemas interjurisdicionais de transferência de políticas e os regimes de normas globais.

Experimentos regulatórios contraneoliberalizadores permanecem estrategicamente cruciais, especialmente no contexto

urbano, mas na ausência de redes orquestradas de transferência de políticas contraneoliberalizadoras, provavelmente permanecerão confinados em locais, escalas e territórios específicos. Também é importante notar que a construção de sistemas contra-neoliberalizadores de transferência de políticas, tanto em meio a movimentos sociais, como em cidades, regiões ou Estados, representa um grande passo à frente para os ativistas e os formuladores de políticas progressistas. Porém, na ausência de uma visão plausível para um regime de normas global alternativo, tais redes provavelmente permanecerão intersticiais, meros incômodos à maquinaria global da neoliberalização, ao invés de ameaças que poderiam transformar sua influência hegemônica.

Entretanto, nossa intenção aqui não é priorizar nenhum dos três níveis de engajamento político – todos são estrategicamente essenciais e possuem ramificações estruturais significativas. Claramente, na ausência de experimentos regulatórios viáveis, contextualmente específicos, nossa imaginação em relação a como poderia ser uma alternativa global à neoliberalização permanecerá seriamente limitada. Mas também é importante notar que, se analistas urbanos e ativistas progressivos focalizarem seus esforços predominantemente sobre “economias alternativas” localmente e regionalmente específicas, e vincularem os sistemas mais amplos de transferência de políticas e os arca-bouços geoinstitucionais que impõem as regras do jogo a tais contextos, também estarão limitando seriamente sua habilidade de imaginar – e perceber – um mundo em que os processos de acumulação de capital não determinem as condições básicas da existência humana. Portanto, em nosso ponto de vista, arca-bouços interpretativos do “grande cenário” são mais essenciais do que nunca, não apenas para analisar as origens, expressões e consequências da crise financeira global contemporânea, mas também como pontos de referência estruturais e estratégicos para mobilizar alternativas contra-hegemônicas às práticas político-econômicas atualmente dominantes (para uma versão anterior dessa argumentação, cf. PECK; TICKELL, 1994). É claro que os experimentos locais têm importância, e devem ser encarados

seriamente, mas o mesmo se aplica aos regimes de normas institucionais mais amplos e aos revezamentos interlocalidades de políticas que enquadram e constituem caminhos contextualmente específicos da reorganização regulatória. Essa é a razão da ênfase que colocamos aqui nas dialéticas inter e extralocais da transformação regulatória.

Assim, nossa análise aponta para duas conclusões gerais para estudos de paisagens regulatórias urbanas e, de maneira mais geral, para o estudo de transformações regulatórias supraurbanas. Em primeiro lugar, podemos antecipar que as trajetórias da reestruturação regulatória pós-2008 serão moldadas poderosamente pelas formas político-institucionais específicas de locais, territórios e escalas nas quais as séries anteriores de neoliberalização foram articuladas. Em segundo lugar, nossa discussão sugere que, na ausência de estratégias contraneoliberalizadoras para fraturar, desestabilizar, reconfigurar e finalmente suplantam os regimes de normas disciplinados pelo mercado que têm prevalecido globalmente desde o final da década de 1980, os parâmetros para formas alternativas de experimentação regulatória nacional, regional e local continuarão a ser intensamente circunscritos.

Referências

- ALTVATER, E. Postneoliberalism or postcapitalism. **Development Dialogue**, 51(1), p. 73-88, 2009.
- AMIN, S. **The World We Wish to See**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- AMOORE, L. (Ed.) **The Global Resistance Reader**. New York: Routledge, 2005.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing**. New York: Verso, 2007.
- BOCKMAN, J.; EYAL, G. Eastern Europe as a laboratory for economic knowledge: the transnational roots of neo-liberalism. **American Journal of Sociology**, 108(2), p. 310-352, 2002.
- BOND, P. Realistic postneoliberalism. **Development Dialogue**, 51(1), p. 193-211, 2009.
- BRENNER, N. **New State Spaces**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization: Geographies, pathways, modalities. **Global Networks**, 10 (2), p. 182-222, 2010.

- BRENNER, N.; THEODORE, N. Cities and the geographies of “actually existing neoliberalism”. **Antipode**, 34(3), p. 349-379, 2002.
- BRIE, M. Ways out of the crisis of neoliberalism. **Development Dialogue**, 51(1), p. 15-32, 2009.
- CLARKE, J. Living with/in and without neo-liberalism. **Focaal**, 51(1), p. 135-147, 2008.
- DEZELAY, Y.; GARTH, B. G. **The Internationalization of Palace Wars**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- FRIEDMAN, T. **The World is Flat**. New York: Farrar Straus & Giroux, 2005.
- GILL, S. **Power and Resistance in the New World Order**. London: Palgrave, 2003.
- GORZ, A. **Critique of Economic Reason**. New York: Verso, 1988.
- HARMES, A. Neoliberalism and multilevel governance. **Review of International Political Economy**, 13(5), p. 725-749, 2006.
- HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review**, 53, p. 23-40, 2008.
- HOLLOWAY, J. **Change the World Without Taking Power**. London: Pluto, 2002.
- HOLMAN, O. Asymmetrical regulation and multilevel governance in the European Union. **Review of International Political Economy**, 11(4), p. 714-735, 2004.
- JESSOP, B. Liberalism, neoliberalism and urban governance. **Antipode**, 34(3), p. 452-472, 2002.
- KLEIN, N. **Shock Doctrine**. New York: Metropolitan Books, 2007.
- LEITNER, H.; PECK, J.; SHEPPARD, E. (Eds.) **Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers**. New York: Guilford, 2007.
- MARCUSE, P. Are social forums the future of social movements? **International Journal of Urban and Regional Research**, 29 (2), p. 417-424, 2005.
- McMICHAEL, P. **Development and Social Change**. London: Sage, 1996.
- MITTELMAN, R. H. **The Globalization Syndrome**. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2000.
- PECK, J. **Workfare States**. New York: Guilford, 2001.
- PECK, J. Geography and public policy: constructions of neoliberalism. **Progress in Human Geography**, 28(3), p. 392-405, 2004.
- PECK, J. Zombie neoliberalism and the ambidextrous state. **Theoretical Criminology**, 13(3), p. 104-110, 2009.
- PECK, J. **Constructions of Neoliberal Reason**. Oxford: Oxford University Press, 2010a.
- PECK, J. **Geographies of policy: from transfer and diffusion to mobility**

and mutation. Mimeo Department of Geography, University of British Columbia, 2010b.

PECK, J.; THEODORE, N. Exporting workfare/importing welfare-to-work. **Political Geography**, 20 (4), p. 427-460, 2001.

PECK, J.; THEODORE, N. Variegated capitalism. **Progress in Human Geography**, 31 (6), p. 731-772, 2007.

PECK, J.; THEODORE, N. Recombinant workfare, across the Americas. **Geoforum**, 41(2), p. 195-208, 2010.

PECK, J.; TICKELL, A. Searching for a new institutional fix: the after-Fordist crisis and the global-local disorder. IN: AMIN, A. (Ed.) **Post-Fordism: A Reader**. London: Blackwell, p. 280-315, 1994.

Cidade aberta ou o direito à cidade?

Em todo o mundo, arquitetos, paisagistas e *urban designers* progressistas e de mentalidade criativa têm se envolvido em projetos de *place-making*, propondo a criação de “cidades mais abertas”. Trata-se do mesmo tipo de cidade que, na formulação sucinta de Gerald Frug (2009), habilitaria “cada residente e visitante a sentir que ele ou ela pertence à cidade [...] independentemente da sua condição econômica, raça, religião ou orientação sexual, e de qualquer outra maneira que discrimine as pessoas em categorias”. Embora tais iniciativas sejam geralmente comandadas pelo Estado, bem como por promotores imobiliários e clientes corporativos, elas também vêm surgindo, na maioria das vezes, como resposta às lutas contra as formas de privatização, gentrificação, remoção, isolamento e exclusão socioespaciais desencadeadas no capitalismo pós-keynesiano e neoliberal. No contexto desta crise financeira global em curso, na qual o fundamentalismo do mercado continua a ser a ideologia política dominante da maioria dos governos nacionais e locais, propostas para confrontar essas profundas divisões sociais e espaciais das cidades do século XXI são certamente bem-vindas por todos aqueles que se empenham em promover formas mais justas, igualitárias, democráticas, diversas, cosmopolitas e tolerantes de vida urbana (FAINSTAIN, 2009; SOJA, 2010).

Mas, de que modo intervenções relativamente pequenas no desenho urbano poderiam enfrentar a tarefa monstruosamente difícil – tal como Richard Sennett questiona – de “curar as divisões da sociedade em raça, classe e etnia”? (SENNETT, 2013). Hoje em dia, até mesmo os *designers* mais radicais também se veem enredados nos contextos político-institucionais em que trabalham, contextos esses geralmente definidos pelos imperativos naturali-

zados da política econômica urbana orientada para o mercado e para o crescimento “acima de tudo” e das abordagens de governança urbana nas quais os interesses corporativos e de incorporação imobiliária mantêm controle hegemônico sobre os regimes locais de uso do solo. Na prática, vale dizer que as propostas dos *designers* em “abrir” a cidade por meio de iniciativas baseadas naqueles tipos de projetos contribuíram, amiúde, para intensificar ainda mais as próprias formas de injustiça espacial às quais pretendiam combater originalmente, pelo menos em termos retóricos. Isso ocorre porque as condições espaciais associadas a esse tipo de “urbanismo aberto” – a exemplo do surgimento de áreas densas de centralidade, interação, trocas mútuas, diversidade e encontro espontâneos – também geram, frequentemente, grandes retornos econômicos na forma de lucros privados apropriados pelos donos de terra ou de imóveis situados no próprio local ou nos arredores contemplados por esses projetos.

Embora muitos lugares tenham se valido temporariamente da utilização de instrumentos de reinvestimento comunitário, com zeladores locais e mecanismos de participação nos lucros, nessas áreas experimentais do urbanismo, a tendência global predominante continua a apontá-lo para os interesses das “máquinas de crescimento” – interesses frequentemente vinculados a investimentos especulativos e predatórios dos recursos financeiros globais de mercados – de modo a colher as principais recompensas financeiras derivadas daí. Por conseguinte, essas iniciativas do início do século XXI em prol da construção de um “bem comum urbano” também produzem reiteradamente o efeito oposto: a produção de uma cidade em que as classes dominantes continuam a reforçar seu controle rígido da produção e da apropriação do espaço urbano. Por mais socialmente vibrantes e esteticamente atraentes esses tipos de urbanismos chegam a ser, por outro, muitas das vezes, não oferecem mais do que um vislumbre fugaz do que seria o modelo de urbanismo genuinamente democrático e socialmente igualitário impedido de se ampliar numa escala maior, urbana ou metropolitana, pelas forças político-institucionais e coalizações que geralmente os levam a se circuns-

creverem a uma escala menor. A “cidade aberta” se transforma, assim, numa ideologia que mascara, ou que talvez simplesmente suaviza, as abordagens *top-down* do planejamento urbano, a governança orientada pelo mercado, a exclusão e as remoções em jogo durante e após o redesenho desses espaços supostamente “revitalizados”.

O caso do High Line, no bairro do Chelsea, em Manhattan, Nova York, exemplifica esse problema. Uma intervenção urbana brilhante e bem planejada, inicialmente liderada por uma iniciativa comunitária, destinou um espaço industrial até então inacessível para o uso público, contando com grande aclamação popular. Porém, ao fazê-lo dessa maneira, incitou um processo de gentrificação a partir da onda de novos investimentos orientados principalmente para consumidores da elite, que acometeu as quadras no entorno com a chegada de hotéis e residências de luxo, restaurantes de alta qualidade, cafés e lojas que só podem ser desfrutados pelos moradores mais ricos e pelos turistas. Assim, nota-se uma intervenção urbana que, embora inicialmente orientada para expandir e ativar a esfera do bem comum urbano, acabou por estimular processos de gentrificação, remoção, segregação e exclusão na escala de bairro e do próprio espaço urbano (LOUGHRAN, 2014; REICHL, 2016). Dessa forma, a construção de um espaço urbano supostamente “aberto” criou novas barreiras ao desenvolvimento de um urbanismo genuinamente público, democrático, diverso e igualitário, não apenas no local de intervenção, mas em todo o tecido urbano que circunda os edifícios, quadras e bairros inteiros. Nas principais cidades do mundo, em diferentes contextos, narrativas parecidas à do High Line poderiam ser infelizmente elencadas tendo como referência uma lista extensa de projetos proeminentes de desenho urbano, cujos efeitos desfavoráveis advieram, apesar disso, da implementação de conceitos criativos, habilidosos e ostensivamente progressistas de *design* (SORKIN, 2009; FAINSTEIN, 2011).

Em que medida, e de que forma, a prática do desenho provoca resultados tão retrógrados? À primeira vista, esses problemas parecem ser menos culpa da complexidade em si das

concepções do desenho urbano do que do sistema mais amplo de leis, por exemplo, que rege o uso da terra, a propriedade, o financiamento, a tributação, o investimento e os bens públicos na cidade, região e território porventura atendidos por esses projetos. Certamente, os *designers* não podem ser criticados por condicionarem sua criatividade às restrições impostas por esses regimes legislativos. Afinal, quais outras opções poderiam escolher, uma vez que não detêm controle ou influência sobre os fluxos de investimento, propriedades e decisões políticas? E, mesmo que as condições de trabalho impostas pelo cliente sejam inferiores às condições ideais necessárias, não é muito melhor ver um projeto bom, criativo e imaginativo implementado do que um mau, pouco autêntico e chato?

Do meu ponto de vista, as formulações acima oferecem uma perspectiva insuficientemente crítica sobre o papel dos *designers* e das profissões correlatas, cujas experiências, capacidades criativas e força de trabalho são recorrentemente aproveitados, no entanto, para mascarar, naturalizar, gerenciar ou suavizar as contradições espaciais do urbanismo neoliberal. De forma bastante ingênua, esse posicionamento insinua que o desenho urbano se trata de um produto isolado tanto como prática profissional, bem como forma de engajamento social dos contextos político-econômicos mais amplos em que está incorporado e que alimenta e enquadra ativamente suas operações cotidianas. Esses pressupostos são insustentáveis, tanto na perspectiva empírica e política, como na ética; tal como observa Edward Soja (2009), eles envolvem um reducionismo bastante míope no qual a problemática da remodelação da vida urbana é reduzida a um exame microscópico “de como ela se organiza e na qual a aparência do bando de prédios e edifícios que a compõem está dissociada de seu contexto urbano e regional maior” (p. 258).

Os *designers* preocupados com a justiça social – isto é, com a cidade aberta em um sentido genuinamente democrático e igualitário – podem e devem amadurecer, para além da visão formal e espacialmente reducionista da cidade como se fosse constituída por um “bando de edifícios construídos dentro de

pequenas bolhas flutuantes” para tratá-la, por sua vez, a exemplo do que Soja propõe, como “o arranjo de regiões que se estendem pelos espaços desde os corpos individuais e os múltiplos níveis de atividade e identidade humana até as escalas metropolitanas, regionais, subnacionais e globais” (*Idem*, p. 258-259). Acredito que, somente dessa maneira, os *designers* – com sua especialidade técnica, capacidade criativa, influência profissional e imaginação política – conseguirão conceber estratégias que combatam as regras, restrições e ideologias impostas pelos sistemas de governança urbana neoliberais orientados para o mercado e as formas de injustiça socioespacial daí derivadas em várias escalas. Assim, uma cidade genuinamente aberta seria aquela em que o investimento seja canalizado para atender às necessidades sociais e não ao lucro privado; aquela em que as instituições públicas assegurem e protegem os recursos de bens comuns frente à apropriação privada; e aquela em que todos os habitantes dispõem de capacidades igualitárias na influência das decisões que afetam os espaços, as instituições e os recursos públicos. Qualquer intervenção urbana que reivindique promover uma cidade aberta sem se atentar para esses objetivos principais será uma intervenção comprometedoramente incompleta, senão delusória.

Portanto, a falha das intervenções discutidas não incide na questão “externa”, exclusiva e antidemocrática do desenho urbano, mas sim na constatação de que a visão de projeto por si só é muito limitada, tanto em termos espaciais como operacionais. Em termos espaciais, porque corre-se o perigo de circunscrever o lugar a ser remodelado de maneira simplória demais e, assim, estimular o desenvolvimento restrito desse urbanismo dentro de um “bolsão” ou “enclave” cujas atividades, limitadas por essa realidade, não conseguem interferir mais amplamente nos sistemas de uso do solo baseados no mercado, no investimento e nas remoções em maiores escalas, em vários locais e territórios. Em termos operacionais, por sua vez, porque corre-se o perigo de se idealizar a intervenção prevista no projeto por meio de uma epistemologia que se debruça apenas sobre elementos como o consumismo, a “qualidade de vida” e a provisão de

amenidades urbanas ao invés de se abrir espaço para processos de apropriação, autogestão e transformação contínua “de baixo para cima” guiados pelos próprios usuários desse espaço¹. Na medida em que as intervenções urbanas para uma cidade aberta se restringem a elementos formais, estéticos e/ou que fetichizam uma visão limitada de consumo do domínio público, observa-se o impacto de que isto dê cobertura ideológica ainda maior para acentuar os urbanismos da injustiça, remoção e exclusão que continuam se alastrando dramaticamente nas cidades e metrópoles neoliberais em todo o mundo (PECK, 2012).

Em meio aos tumultuados episódios de maio de 1968 em Paris, o teórico francês Henri Lefebvre introduziu, em seus escritos, um conceito que continua desafiando essas mistificações sobre o urbano – *o direito à cidade*. Esse conceito ressoa poderosamente nos debates contemporâneos mediados pelos *designers* em prol da cidade aberta, visto que ambas as concepções preveem uma cidade apropriada e acessível para todos os habitantes. Mas, o conceito de Lefebvre vai além disso. Não trata-se apenas do chamado a favor de um maior acesso popular em relação àquele já existente nas cidades – ou seja, o sentido radicalmente inclusivo de “pertencimento” delineado por Gerald Frug comentado no início deste texto. Ainda mais radical do que esse, a noção de Lefebvre sobre o direito à cidade também é uma demanda militante e persistente em prol da democratização do controle sobre os meios coletivos de produção do espaço urbano. Nesse sentido, uma cidade aberta não é apenas um espaço que pode ser acessado e apreciado por todos, e no qual todos os tipos de pessoas sentem que pertencem a ele igualmente. Também corresponde a um domínio onde a *capacidade institucional* para *produzir e transformar o espaço* urbano foi radicalmente democratizada, tornando-o disponível para todos os que nele habitam – para repetir a formulação precisa de Frug (2009) – “independentemente não apenas de condição econômica, raça, religião ou

¹ Para uma leitura mais produtiva sobre “contra-projetos” produzidos pelos “usuários” do espaço, recomendo ler as contribuições de Kenny Cupers (Org.), *Use Matters: Towards an Alternative History of Architecture* (New York: Routledge, 2013).

orientação sexual, mas de qualquer outra maneira de discriminar as pessoas em categorias”. Lefebvre referiu-se a essa capacidade como uma *autogestão* das bases – insistindo que, “longe de ser estabelecida de uma vez por todas, ela é por si só o lugar e a arena de disputas” (LEFEBVRE, 2009, p. 134).

O escopo do direito à cidade, portanto, exige que não produzamos apenas espaços de acesso aberto, seja em locais específicos contemplados por projetos de revitalização urbana, seja em escalas espaciais maiores. A busca desse direito exige que encontremos formas para transformar as regras da governança urbana de modo com que se abra o espaço urbano ao redesenho democrático através de um processo contínuo de apropriação e reapropriação das bases. Ao integrarem questões de caráter institucional, de processo regulatório, de capacitação democrática, de uso coletivo e de transformação socioespacial na perspectiva que fazem do lugar, da intervenção e do projeto, os *designers* conseguirão desempenhar melhor um papel estratégico e politicamente essencial na luta contínua pelo direito à cidade.

Referências

- CUPERS, K. (Org.) **Use Matters**: Towards an Alternative History of Architecture. New York: Routledge, 2013.
- FAINSTEIN, S. **The Just City**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2009.
- FRUG, G. “Legalizing openness”. In: RIENIETS, T.; SIGLER, J.; CHRISTIAANSE, K. (Orgs.) **Open City**: Designing Coexistence. Zurich and Rotterdam: Sun Publishers and International Architecture Biennial Rotterdam, p. 167, 2009.
- LEFEBVRE, H. “Comments on a new state form”. In: BRENNER, N.; ELDEN, S. (Orgs.) **State, Space, World**: Selected Writings. Traduzido por Gerald Moore, Neil Brenner, e Stuart Elden. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 134, 2009.
- LOUGHRAN, K. “Parks for profit: the High Line, growth machines and the uneven development of public spaces”. **City & Community**, 13, n. 1, p. 49-68, 2014.
- PECK, J. “Austerity Urbanism”. **CITY**, 16, n. 6, p. 626-55, 2012.
- REICHL, A. “The High Line and the ideal of democratic public space”. **Urban Geography**, 37, n. 6, 2016. DOI: 10.1080/02723638.2016.1152843.
- SENNET, R. “**The Open City**”. Disponível em: <<http://www.richardsennett.com>>

com/site/SENN/UploadedResources/The%20Open%20City.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SOJA, E. W. “Designing the postmetropolis”. In: KRIEGER, A. (Org.) **Urban Design**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, p. 258, 2009.

SOJA, E. W. **Seeking Spatial Justice**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 2010.

SORKIN, M. “The ends of design”. In: KRIEGER, A. (Ed.) **Urban Design**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, p. 155-182, 2009.

Seria o “urbanismo tático” uma alternativa contra o urbanismo neoliberal?

Quais benefícios o “urbanismo tático” poderia oferecer às cidades que vivem sob a tensão do rápido crescimento populacional que intensifica a reestruturação industrial (agravando a situação das infraestruturas físicas sociais – que passam a ser consideradas inadequadas), que aumenta em níveis cada vez mais crescentes a polarização das classes sociais (mantendo precariamente o funcionamento de instituições públicas em geral) e que ajuda a proliferar os desastres ambientais e a vertiginosa alienação popular? Uma exposição apresentada sobre o crescimento desigual das cidades no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) pretendeu explorar essa questão através de intervenções especulativas formuladas por uma equipe de arquitetos cuja missão era apresentar propostas de desenho urbano para seis “megacidades” do mundo: Hong Kong, Istambul, Lagos, Mumbai, Nova York e Rio de Janeiro¹. Essa exposição provocou um debate considerável a respeito da nossa condição urbana planetária contemporânea e, mais especificamente, sobre as capacidades profissionais dos arquitetos, *urban designers*, urbanistas e planejadores urbanos em conseguirem influenciar essa condição de forma mais progressista e produtiva.

¹ A exposição foi realizada no MoMA, Nova York, entre 22 de novembro de 2014 e 25 de maio de 2015. Foi documentada por Pedro Gadanho (Ed.), no livro *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* (New York: The Museum of Modern Art, 2014). Para ler uma resenha, veja a de Mimi Zeiger, “Bottom-up, in-between and beyond: on the initial process of uneven growth”, *post: Notes on Modern & Contemporary Art around the Globe*, 4 de fevereiro de 2015: <http://post.at.moma.org/content_items/390-bottom-up-in-between-and-beyond-on-the-initial-process-of-uneven-growth>. Agradeço ao curador da exposição, Pedro Gadanho, por me convidar para contribuir com uma versão deste ensaio para a revista *online* do MoMA, e por sua exemplar integridade intelectual ao concordar em publicá-lo lá, apesar desta minha avaliação crítica do projeto.

Esse debate é oportuno na medida em que os paradigmas herdados de intervenção urbana – desde aqueles presentes nos programas modernistas-estatistas da época do pós-guerra até as diretrizes “neoliberalizantes” e fundamentalistas do pós-1980 – parecem não ser mais viáveis de execução. Enquanto isso, como David Harvey (2014, p. 29) observa em seu comentário sobre a exposição apresentada no MoMA, “a crise da urbanização planetária” está se intensificando. As megacidades e as economias territoriais mais amplas das quais elas dependem parecem estar mal equipadas tanto em termos operacionais como políticos para resolverem os monstruosos problemas de governança e os conflitos sociais que enfrentam. Sob essas condições, Harvey declara sombriamente: “Estamos em meio a uma enorme crise – ecológica, social e política – de urbanização planetária sem que, aparentemente, consigamos conhecê-la ou mesmo delimitá-la”.

Figura 9.1

Instalação da mostra “Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities”, entre 22 de novembro 2014 e 10 de maio de 2015



Fonte: © 2016 The Museum of Modern Art, New York. Photograph: Thomas Griesel.

Figura 9.2

Instalação da mostra “Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities”, entre 22 de novembro 2014 e 10 de maio de 2015



Fonte: © 2016 The Museum of Modern Art, New York. Photograph: Thomas Griesel.

Contra esse pressentimento, os “urbanismos táticos” seriam capazes de oferecer soluções inteligíveis, ou pelo menos, esclarecer algumas perspectivas mais produtivas que ajudassem a delinear a projeção de futuros urbanos alternativos ao que se vê hoje? Seria irrealista esperar que qualquer abordagem única da intervenção urbana resolvesse os “problemas perversos” enfrentados pelos territórios urbanizadores contemporâneos, especialmente numa época em que os modelos herdados para moldar as nossas condições urbanas estejam sendo tão amplamente questionados². Entretanto, apesar do tom cautelosamente exploratório dos textos opinativos de seus curadores no catálogo da exposição, o projeto do MoMA sobre o crescimento desigual articula um forte conjunto de reivindicações sobre os potenciais do urbanismo tático (BERGDOLL, 2014; GADANHO, 2014). De fato, a

² Sobre esses “problemas perversos” na área do planejamento urbano, ver artigo de Horst Rittel e Melvin Webber (1973).

própria decisão de dedicar as plataformas públicas do Departamento de Arquitetura e Design do MoMA a um conjunto de propostas em torno do que chamamos de “urbanismo tático” sugere uma afirmação desse conceito. Nos vários documentos e textos associados à exposição, a noção de urbanismo tático é apresentada a partir de um quadro interpretativo robusto para a compreensão de uma variedade de experimentos emergentes de projetos urbanos em megacidades contemporâneas. O curador do MoMA, Pedro Gadanho (2014), justifica a escolha desse conceito como base para estimular o debate e a experimentação prática sobre possíveis caminhos futuros de intervenção no *design* urbano e, acima de tudo, como meio de promover a “justiça social na concepção e apropriação do espaço urbano” (p. 23). À medida que a busca por novas abordagens para reorganizar nosso futuro urbano planetário coletivo ganha urgência crescente, esses discursos amplamente afirmativos em torno de um urbanismo tático vão exigindo um exame crítico³.

Crise urbana, respostas táticas

No catálogo da exposição, Gadanho e vários outros curadores e pensadores urbanos influentes em nível internacional (incluindo Barry Bergdoll, Ricky Burdett, Teddy Cruz, Saskia Sassen e Nader Tehrani) enquadram a compreensão do urbanismo tático que fundamentou essa mostra. Eles oferecem uma variedade de reflexões contextuais e formulações interpretativas para explicar os elementos essenciais do urbanismo tático. Em meio a orientações e preocupações díspares, surgiram vários pontos de convergência:

³ Enquanto este capítulo enfoca principalmente nas agendas e visões apresentadas na exposição do MoMA, a noção de urbanismo tático atraiu um interesse, um engajamento e um debate mais amplos entre as disciplinas de *design* e de outras para além dessa. Para ver resenhas e explicações de alguns dos proponentes desse conceito, ver Mike Lydon e Anthony Garcia (2015); Jaime Lerner (2014); e Karen Franck e Quentin Stevens (2007).

- O urbanismo tático surge no contexto de uma crise de governança mais ampla nas cidades contemporâneas, em que tanto os Estados como os mercados falharam sistematicamente na provisão de bens públicos básicos (como habitação, transporte e espaço público) às populações urbanas em rápida expansão.
- O urbanismo tático não é um movimento ou técnica unificada, mas uma rubrica geral através da qual se pode captar uma ampla gama de projetos urbanos emergentes, provisórios, experimentais e *ad hoc*.
- O urbanismo tático é mobilizado “de baixo para cima” através de intervenções organizacionais e culturais ideologicamente diversas para enfrentar as questões urbanas emergentes. Os *designers* profissionais, bem como governos, desenvolvedores e corporações, em geral, podem participar e estimular ativamente o urbanismo tático. Mas, suas fontes geradoras devem estar fora do controle de qualquer ideologia específica de especialistas ou qualquer instituição específica, classe social ou coligação política.
- O urbanismo tático propõe modos imediatos de intervenção, “acupunturais” em relação a questões locais vistas como extremamente urgentes por seus proponentes. Seu horizonte de tempo é, portanto, relativamente curto, até mesmo “impulsivo” e “espontâneo”. Sua escala espacial também tende a ser relativamente circunscrita a um limite bem determinado – por exemplo, ao parque, ao prédio, à rua ou ao bairro.
- Projetos específicos de urbanismo tático podem evoluir de forma fluida em relação a mudanças mais amplas nas condições político-econômicas, arranjos institucionais ou dinâmicas de coalizão. Essas qualidades de maleabilidade e de abertura são amplamente elogiadas nas discussões sobre o urbanismo tático, geralmente em contraste com os planos abrangentes, os códigos jurídicos formais e os

esquemas rígidos que caracterizavam os projetos modernistas-estatistas de intervenção urbana.

- O urbanismo tático geralmente promove uma visão de base, participativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, na qual aqueles que são mais diretamente afetados por uma questão mobilizam-se ativamente para enfrentá-la, podendo, ainda, mobilizar-se continuamente para influenciar a evolução dos métodos e metas necessárias de alcance. Por essa razão, o urbanismo tático é, muitas das vezes, apresentado como um modelo de ação de “fonte aberta” e como uma forma de “reapropriação” do espaço urbano por seus usuários.

A maioria dos comentaristas envolvida na referida exposição apresenta projetos urbanísticos táticos como alternativa aos paradigmas modernista-estatista e neoliberal de intervenção urbana porque se fundamentam na democracia participativa; porque visam a promover a coesão social; porque não são formalmente pré-programados ou impostos “de cima para baixo”. Contudo, é o perfil da oposição do urbanismo tático quanto às formas modernas e abrangentes de planejamento urbano aquele que mais fortemente foi demarcado nas narrativas associadas à mostra. Essas narrativas argumentam que os modos modernista-estatista de planejamento urbano recuaram devido à ascendência ideológica do neoliberalismo, estando muito vinculada, além disso, ao “desmantelamento dos Estados-nações” (Saskia Sassen) desde os anos 1980. Na medida em que alguns elementos e ramificações dessa tradição ainda estão sendo mobilizados nas megacidades do mundo em desenvolvimento através de um planejamento holístico e abrangente de “ação de cima para baixo”, eles estão frequentemente “envolvidos em políticas ineficientes, burocracia corrupta e insuficiência econômica” (Pedro Gadanho). O urbanismo tático é, assim, apresentado como um potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos que as instituições públicas e os procedimentos formais de planejamento urbano, em particular, não conseguiram discutir adequadamente até agora.

Corromper o urbanismo neoliberal?

No entanto, apesar das muitas afirmações otimistas dos contribuintes para a exposição “Uneven Growth”, é necessário reconhecer a não obviedade de se conhecer a melhor maneira como os projetos associados ao urbanismo tático poderia efetivamente combater o urbanismo neoliberal. De fato, especialmente à luz da retórica estridentemente “antiplanejamento” que permeia muitas intervenções táticas urbanas – e sua tendência em privilegiar mobilizações informais, incrementais e *ad hoc* sobre programas de reforma de maior escala e de longo prazo financiados publicamente –, parece razoável perguntar de que maneira, na realidade, essa alternativa geraria qualquer fricção mais séria contra o neoliberalismo e, principalmente, sobre sua capacidade de corrompê-lo⁴. Em alguns casos, os tipos de urbanismos táticos parecem mais propensos a *reforçar* os urbanismos neoliberais, suavizando-os temporariamente, ou talvez simplesmente deslocando alguns de seus efeitos sociais e espaciais perturbadores, mas sem interromper os regimes básicos associados a um desenvolvimento urbano – tudo isto sem desafiar a confiança fundacional das instituições governamentais que sustentam o projeto neoliberal.

A relação entre as formas de urbanismo tático e neoliberal é, assim, consideravelmente mais complexa, contenciosa e confusa do que é geralmente reconhecido nas contribuições para o debate sobre o crescimento desigual mostrado na exposição, bem como em outras afirmações contemporâneas a respeito dessas abordagens mais táticas. Não pode-se simplesmente presumir que, por causa de suas lógicas operacionais ou orientações político-normativas, as intervenções táticas irão de fato contra-atacar o urbanismo neoliberal. Pelo contrário, como ilustra a lista abaixo, não se pode imaginar menos de cinco tipos específicos de relação entre esses projetos, dos quais apenas dois (4 e 5 na lista) podem

⁴ O texto-chave sobre as formas neoliberais de governança urbana continua sendo o clássico ensaio de David Harvey: “From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of urban governance in late capitalism”, *Geografiska Annaler: Series B Human Geography* 71, n. 1, pp. 3-17, 1989.

envolver algum tipo de desafio à política urbana fundamentalista de mercado. Há pelo menos três cenários altamente plausíveis nos quais o urbanismo tático terá impactos insignificantes ou ativamente benéficos sobre um regime de regras urbanas “neoliberalizadas”:

- *Cenário 1: reforço.* O urbanismo tático suaviza algumas das falhas de governança e consequências socioespaciais disruptivas do urbanismo neoliberal, mas sem ameaçar seu controle sobre o marco regulatório que governa o desenvolvimento urbano.
- *Cenário 2: entrincheiramento.* O urbanismo tático internaliza uma agenda neoliberal (por exemplo, relacionada a uma diminuição do papel das instituições públicas e/ou uma extensão das forças de mercado) e, assim, contribui para o posterior enraizamento, consolidação e extensão do urbanismo neoliberal.
- *Cenário 3: neutralidade.* O urbanismo tático surge em espaços intersticiais que não são nem funcionais, nem perturbadores ao projeto neoliberal. Coexiste, assim, com o urbanismo neoliberal em uma relação que não é nem simbiótica, parasitária, tampouco destrutiva.
- *Cenário 4: contingência.* O urbanismo tático abre um espaço de experimentação regulatória que, sob certas condições, contribui para a subversão dos programas neoliberais. Mas, em outros contextos, com muitas das mesmas condições presentes, isso não ocorre. Os impactos do urbanismo tático sobre o urbanismo neoliberal são, portanto, contingentes; esses impactos dependem diretamente de fatores extrínsecos a ele.
- *Cenário 5: subversão.* O urbanismo tático interrompe as lógicas básicas de uma governança urbana orientada para o crescimento e orienta-se para futuros urbanos alternativos baseados em formas mais profundas de inclusão, equidade social, democracia de base e justiça espacial.

O urbanismo tático pode ser *narrado* como uma alternativa autoevidente ao urbanismo neoliberal; mas, devemos perguntar: sendo esse realmente o caso, como, onde, sob que condições, por quais métodos, quais consequências e para quem? O esclarecimento dessas questões (inegavelmente complicadas) é essencial para se fazer qualquer consideração mais séria dos potenciais e limites do urbanismo tático em condições contemporâneas.

Vicissitudes e variedades do urbanismo neoliberal

O urbanismo neoliberal, é bom sublinhar, não se trata de uma formação unificada e homogênea de governança urbana, mas representa uma síndrome *ampla* de instituições, políticas e estratégias regulatórias de mercado (BRENNER; PECK; THEODORE, 2012; 2010; PECK; THEODORE; BRENNER, 2012). Embora certamente ligada à ideologia do capitalismo de livre mercado, essa síndrome assumiu formas políticas, organizacionais e espaciais profundamente variadas em diferentes lugares e territórios do mundo e suas expressões político-institucionais têm evoluído consideravelmente desde as crises econômicas globais e os choques geopolíticos da década de 1970. Porém, diante de toda a diversidade contextual e mutação evolutiva, o denominador comum dos urbanismos neoliberais é o projeto fundamentalista do mercado de ativação das instituições públicas locais e capacitação dos atores privados para estender a mercantilização no tecido social urbano, coordenando a vida coletiva da cidade através de relações de mercado e promovendo, assim, o desmantelamento de espaços urbanos não mercantilizados e autogestionários.

Como observou sucintamente Teddy Cruz, tudo isso tem promovido a “mudança do perfil das urbanizações beneficiando o modelo de muita lucratividade urbana para poucos”. Considerando a ideia de que “as urbanizações beneficiando muitos” corresponda amplamente aos megaprojetos agora desacreditados vinculados às técnicas de planejamento modernista-estatista, a promoção do “lucro urbano para poucos” tem sido a tendência predominante desde a década de 1980, tanto no mundo capitalista

mais antigo, como no antigo mundo socialista, e na maior parte do mundo pós-colonial e em desenvolvimento. Apesar da abundância de variações interterritoriais, de resistência social, de contestação política, mas também de repressão bastante contundente, essa tendência persiste, e até vem se intensificando através das muitas ondas de reestruturação industrial e de crise financeira que “ricochetaram” todas as zonas da economia mundial desde aquele período – especialmente desde a mais recente “grande recessão” da última metade da década. Os padrões de “crescimento desigual” examinados na exposição do MoMA devem ser entendidos como expressões diretas de um produto. Nader Tehrani destaca relevantemente esse ponto fundamental na sua contribuição para o catálogo da exposição, questionando se as condições urbanas nas megacidades contemporâneas resultariam menos de percalços de projetos anteriores, crescimento populacional explosivo ou mais da expansão física sintetizada na carência de condições básicas para uma política de bem-estar social: acesso à educação, saúde e moradia (TEHRANI, 2014, p. 60).

Portanto, não seria nem a condição urbana contemporânea “como tal” tampouco as ineficiências do planejamento urbano pós-guerra modernista-estatista que mais apontaram diretamente as situações e problemas aos quais as formas contemporâneas de urbanismo tático estão procurando responder. Ao invés disso, os urbanismos táticos de hoje vêm surgindo em contextos poderosamente corrompidos e remodelados por formas histórico-geográficas específicas de urbanização neoliberal, baseadas no projeto de classe que restringe o “direito à cidade” (Henri Lefebvre) aos mais ricos, à elite e aos poderosos, reorientando grandes investimentos públicos e regimes políticos de modo que esse projeto seja priorizado acima de todos os outros (HARVEY, 2005). Apesar de suas persistentes falhas de governança, de suas consequências socioambientais poderosamente destrutivas e de suas – cada vez mais – evidentes vulnerabilidades ideológicas, o neoliberalismo continua representando o “senso comum” assumido sobre o qual a prática de desenvolvimento urbano em todo o mundo ainda está sendo forjada. A questão de como os *designers* podem

contribuir para futuros urbanos alternativos deve, portanto, ser enquadrada mais diretamente – e, na minha perspectiva, muito mais combativamente – em relação à aparente resiliência e elasticidade das formas neoliberais de governança urbana.

Uma consequência importante a ser percebida nessas observações é a proposição de que as disciplinas de arquitetura e *design* poderiam aumentar significativamente sua capacidade de realizar intervenções urbanas duradouras e progressivas, engajando-se mais sistematicamente em questões de um (re)projeto institucional – isto é, criando um sistema de regras vinculadas coletivamente de modo a governar a produção, uso, ocupação e apropriação do espaço⁵. Estes últimos são pontos ainda mais indiscutivelmente essenciais para as visões ambiciosas e futuras das megacidades propostas na exposição “Uneven Growth” do que os projetos táticos e acupunturais de reestruturação física e infraestrutural em si nos quais a maior parte da exposição esteve enfocada. De fato, não havendo um papel de participação mais assertiva das instituições governamentais – financiadas publicamente por meio de um regime tributário mais justo, democraticamente legitimado, legalmente regulamentado e transparente, além de orientado para o interesse público – é difícil imaginar como as propostas táticas dos urbanistas apresentadas na exposição poderiam atingir os impactos de maior escala e de mais longo prazo com os quais os contribuintes da exposição se mostraram interessados.

É aqui onde deparamos com uma contradição potencialmente séria. A retórica antiestatal e antiplanejamento de muitas intervenções táticas urbanistas pode, na prática, reduzir significativamente a capacidade de enfrentar os desafios, aumentando, por outro lado, os riscos de insucesso. Na medida em que os defensores do urbanismo tático enquadram suas diretrizes como uma alternativa ao papel ativista das instituições públicas na produção do espaço urbano, podem, em consequência, acabar reforçando os regimes

⁵ Para ver um argumento paralelo, conferir Jerold Kayden (2014). Elaboraões adicionais também são mostradas de modo relevante em Simin Davoudi e Ali Madanipour (2015).

neoliberais aos quais eles aparentemente fazem oposição. Isso não significa, de forma alguma, sugerir que os projetos de urbanismo tático deveriam ignorar os sérios *deficits* da participação do Estado nas megacidades contemporâneas. Pelo contrário, a crítica de como as políticas de Estado voltadas para o mercado (incluindo a privatização, a desregulamentação e a liberalização) vêm minando as instituições públicas em prol de formas privatizadas de apropriação urbana é essencial para implantar qualquer projeto contraneoliberal e regulador. Mas, tão importante, nesse contexto, é a demanda coletiva por um apoio público mais amplo às dimensões-chave da reprodução social, que são as infraestruturas básicas associadas à habitação, ao transporte, à educação, ao espaço público, à saúde, à recreação, à expressão cultural etc.⁶ O ponto aqui, então, é simplesmente observar a tendência de se gerar profundas tensões entre o projeto de se encontrar alternativas viáveis ao urbanismo neoliberal e a qualquer tradição de intervenção urbana, tática ou não, que procure distanciar-se das instituições, atribuições e responsabilidades do Estado.

Em sua contribuição para o catálogo da exposição “Uneven Growth”, Teddy Cruz (2014, p. 51) oferece uma formulação precisa e assertiva dos principais desafios associados a esse estado da arte, especialmente entre os arquitetos e *designers*:

Without altering the exclusionary policies that have decimated a civic imagination in the first place, architecture will remain a decorative tool to camouflage the neoconservative politics and economics of urban development that have eroded the primacy of public infrastructure worldwide [...] the major problems of urbanization today [...] are grounded in the inability of institutions of urban development to more meaningfully engage urban informality, socioeconomic inequity, environmental degradation, lack of affordable housing, inclusive public infrastructure, and civil participation⁷.

⁶ Quem dá alta relevância a essas questões é Robert Lake, em “Bring back big government,” *International Journal of Urban and Regional Research* 26, no. 4, pp. 815–822, 2002.

⁷ Cruz, “Rethinking uneven growth”, p. 51. Em tradução livre: “Sem alterar as políticas de exclusão que dizimaram uma imaginação cívica, a arquitetura continuará a ser uma

Fundamentalmente, esse é o dilema da questão: como os urbanismos táticos podem fazer mais do que servirem de “camuflagem” às vicissitudes, aos deslocamentos e às tendências de crise do urbanismo neoliberal? A formulação de Cruz (2014) ressalta uma das condições-chave sob as quais essa alternativa poderia começar a ser posta em prática: através da reformulação do *design*, não apenas como uma “ferramenta decorativa” ou conjunto formal de técnicas de contratação pelas classes dominantes, mas como base para se fazer perguntas críticas acerca do urbanismo contemporâneo, funcionando, do mesmo modo, como um conjunto de capacidades criativas coletivas compartilhadas através das quais pode ser “coproduzida a cidade, assim como novos modelos de convivência e coexistência para se avançar na diretriz de inclusão socioeconômica”. Esses objetivos não podem ser realizados simplesmente através do redesenho e da reapropriação de locais físicos específicos dentro da cidade, pois exigem a criação de “um novo papel para uma política progressista, [e] uma forma de governo mais eficiente, transparente, inclusiva e colaborativa”⁸. Ou seja, a busca por urbanismos alternativos exige a criação não só de novos espaços urbanos, mas de novos espaços de Estado, também.

Desvio, retirada, regressão...

Essas considerações fornecem uma perspectiva crítica a partir da qual se pode examinar mais a contento algumas das propostas de *design* para megacidades contemporâneas em exibição na exposição “Uneven Growth”, do MoMA, naquela ocasião. A função de Gadanho (2014), do curador do MoMA, para as seis equipes de *design* não era apenas de propor uma intervenção tática para uma megacidade específica –

ferramenta decorativa para camuflar a política neoconservadora e a economia do desenvolvimento urbano que têm corroído a primazia da infraestrutura pública mundial [...] os principais problemas da urbanização hoje [...] baseiam-se na incapacidade das instituições de desenvolvimento urbano de cuidar, de forma mais significativa, da informalidade urbana, da desigualdade socioeconômica, da degradação ambiental, da falta de habitação acessível, da infraestrutura pública inclusiva e a participação civil”.

⁸ Ibid., 55.

“perspectivas acupunturais sobre como a mudança *para melhor* poderia ser induzida em diversos contextos urbanos” –, mas, ao fazê-lo, oferece uma nova perspectiva de como uma arquitetura socialmente engajada poderia refletir-se tanto hoje como no futuro. Devemos, portanto, considerar os materiais expositivos, ao mesmo tempo, como possíveis cenários para um futuro urbanismo e, também, como visões de como as disciplinas de *design* podem usar abordagens táticas para contribuir para a realização dessas projeções. Gadanho (2014) enfatiza que o objetivo da exposição não é oferecer soluções imediatas para os problemas urbanos atuais, mas apresentar visões mais amplas e especulativas que possam “alimentar o debate público sobre essas questões”. Concomitantemente, ele enfatizou adequadamente a necessidade de escalabilidade, ou seja, a perspectiva de uma aplicação *trans-local* de ideias táticas progressivas – “soluções que poderiam ser replicadas em contextos diferentes”. Mesmo que aproveitem as capacidades especulativas do *design*, as propostas exibidas na exposição não são claramente significadas para que sejam vistas como ficções puras, pois são apresentadas como ferramentas críticas “para refletir sobre os problemas de hoje” (pp. 16-23).

A minha impressão é que apenas algumas das propostas de *design* apresentadas na exposição respondem eficazmente a essa missão. Enquanto os teóricos da exposição concordam amplamente sobre os contornos de um urbanismo tático, há evidentemente uma confusão considerável, ou talvez simplesmente uma divergência, sobre o significado e implicações desta noção entre os próprios *designers*. Embora todos os cenários de projeto sejam apresentados sob a rubrica compartilhada do urbanismo tático, alguns têm pouca semelhança com uma intervenção acupuntural, participativa, e de fonte aberta. De fato, várias das propostas de projeto apresentadas na exposição envolvem megaprojetos em larga escala acompanhados de transformações na paisagem que, provavelmente, só poderiam ser implementadas através de um poderoso e bem-dotado aparato estatal. Logo, são difíceis de encarar como mais do que resultados parciais de métodos táticos. Enquanto isso, outras propostas de projeto são consistentemente enquadradas em parâmetros táticos,

mas produzem uma visão do futuro urbano inteiramente compatível com as prioridades neoliberais. Tais intervenções podem responder de forma eficaz às questões especulativas sobre o futuro das megacidades colocadas para as equipes de *design*, embora ignorem as complexidades de explorar alternativas reais ao sistema atualmente dominante de regra do mercado.

Várias propostas contornaram inteiramente questões aplicáveis. Com base em esforços de pesquisa locais e visualizações associadas, eles propõem soluções de *design* relativamente descontextualizadas dos problemas prementes do desenvolvimento das megacidades – por exemplo, em relação à escassez de água, à falta de terras para habitação, aos estrangulamentos de transporte ou às questões de fornecimento de energia. De fato, várias das propostas podem ser mais facilmente classificadas dentro do gênero bastante familiar de fantasias distópicas de *design* e profecias tecnológicas em relação às quais o curador Pedro Gadanho propõe distinguir considerando o projeto mais socialmente engajado do MoMA. Por coligarem as formidáveis restrições associadas à implementação de um projeto sob um regime de regras neoliberais, esses cenários de projeto permanecem em um nível puramente hipotético, como visões de um universo alternativo utópicas no sentido literal da palavra, já que não estão localizados em nenhum lugar. Assim, esses projetos põem inequivocamente em evidência as capacidades do pensamento contemporâneo do *design*, muitas vezes com impressionantes recriações visuais, mas que teriam um impacto consideravelmente maior caso a viabilidade para a realização desses projetos fosse mais séria e previamente debatida. Tais propostas podem muito bem ter outros méritos – por exemplo, compromissos criativos com ambientes específicos de megacidade e contribuições para a cultura arquitetural global. No entanto, os espectadores que procuraram na mostra “Uneven Growth” alguns recursos intelectuais e práticos para elaborar alternativas ao urbanismo neoliberal não se viram suscetíveis a encontrarem respostas plausíveis para as suas inquietações.

Aberturas estratégicas?

Entre as contribuições para a exposição “Uneven Growth” que mais tentaram mobilizar mais diretamente as intervenções táticas como parte de um “ataque” mais amplo ao urbanismo neoliberal, os cenários elaborados pela equipe de *design* de Mumbai (Laboratório URBZ / Ensemble-POP), a equipe de *design* de Istambul (Atelier d’Architecture Autogérée / Superpool) e uma das equipes da cidade de Nova York (Cohabitation Strategies-CohStra) são particularmente promissores. Particularmente, cada uma das equipes assentou suas estratégias por meio de um engajamento particular com a questão da habitação, que tem sido um terreno fundamental de intervenção de projeto e luta política ao longo da história da urbanização capitalista, e que, certamente, é marca fundamental deste “planeta das favelas”. Seguros do que propunham, as equipes ilustraram como uma visão ampliada do *design* – como um conjunto de capacidades combinadas de intervenção espacial, empoderamento social e crítica política – poderia contribuir com a luta em curso por intermédio de urbanismos alternativos.

As propostas de Mumbai, apresentadas pelo laboratório URBZ/Ensemble-POP, mobilizaram intervenções táticas para proteger os chamados bairros de “favelas”, como Dharavi e Shivaji Nagar em crítica às pressões da especulação imobiliária associadas à economia largamente neoliberalizada e financeirizada de Mumbai. Essa foi uma proposta multifacetada, refletindo, talvez, as diferentes posições das equipes de projeto em relação à própria favela; URBZ é um grupo de *designers* ativistas com forte enraizamento nos bairros pobres de Mumbai, enquanto o laboratório POP é afiliado ao Massachusetts Institute of Technology (MIT). No núcleo, o projeto apresenta uma série de estratégias de projeto incremental para promover uma visão alternativa da “favela” como um espaço de produtividade e criatividade – uma “*tabula pronta*”, na visão da equipe, ao invés de uma *tabula rasa* que pudesse ser facilmente arrasada para dar lugar a novas zonas

de habitação de massa. Ao invés de impor um novo protótipo de habitação partindo de fora para dentro, os projetistas propuseram aprimorar práticas espaciais de urbanização que já estão em curso nesses bairros – tais como a integração de espaços residenciais com espaços de trabalho, ou com as “casas de ferramentas” [*tool houses*] existentes por lá. Ao fornecer um modelo de construção que permite aos moradores construir novas plataformas para o trabalho e para a vida cotidiana no pavimento superior de suas casas, cria-se, assim, uma rede de “supraestruturas” em um plano extensivo como um “tapete mágico” acima das telhas, mostrando como novas possibilidades de desenvolvimento econômico local endógeno e de interação social são vislumbradas por eles. Os potenciais de desenvolvimento assim desencadeados serviriam de forte contraponto às ideologias dominantes da favela como espaço de atraso e de patologias, estimulando a elaboração de um padrão de crescimento urbano menos polarizado no tecido urbano-metropolitano.

Figura 9.3
Mumbai: Reclaiming Growth



Fonte: © 2016 Ensemble Studio/MIT-POPlab and URBZ: user-generated cities.

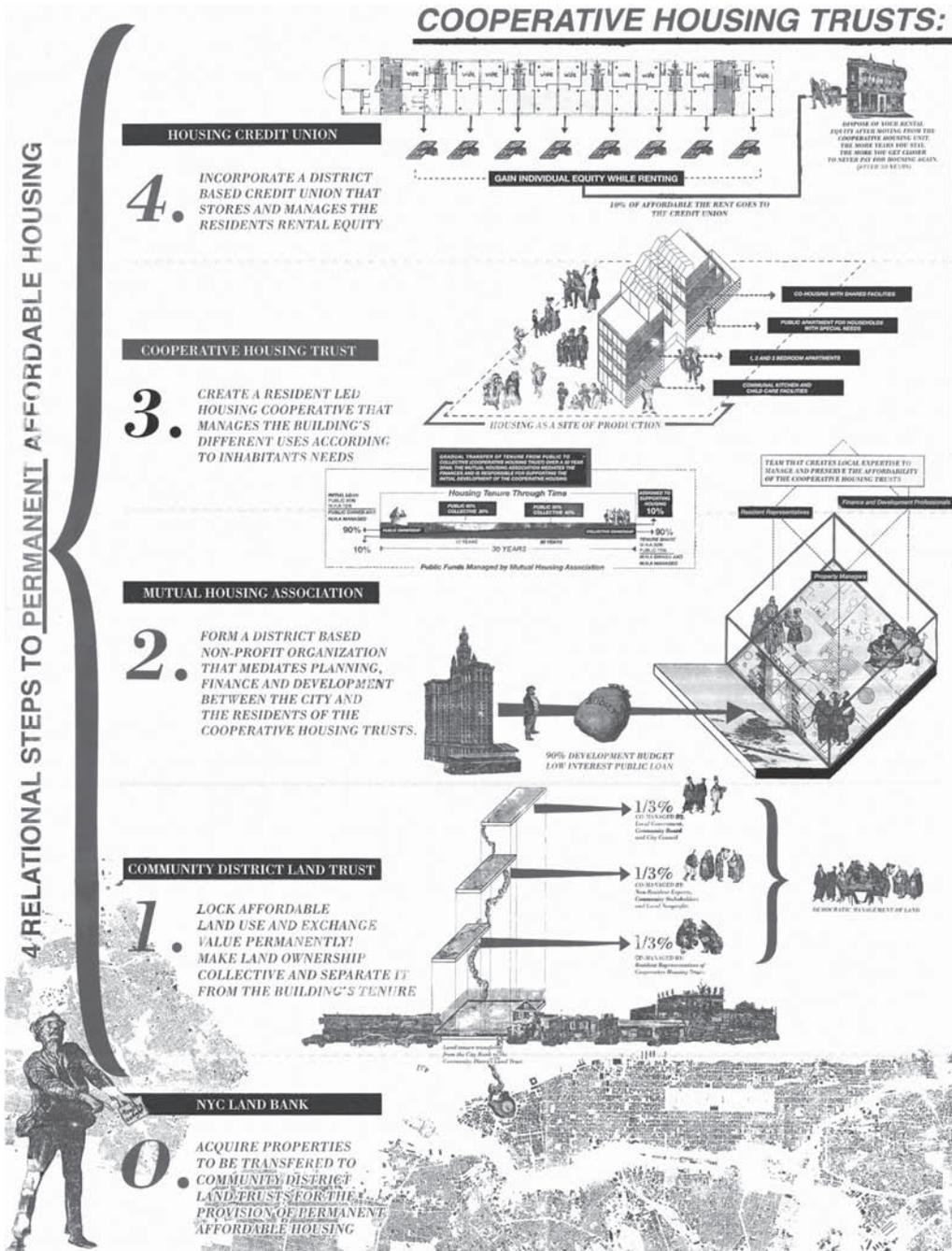
Perguntas espinhosas permanecem, naturalmente, sobre o grau em que as intervenções táticas propostas poderiam, por si mesmas, proteger os bairros localizados em áreas estratégicas pressionadas pela especulação imobiliária, especialmente na ausência de um movimento político mais amplo que questione o modelo de mercado urbano em crescimento no qual a cidade de Mumbai se enredou após a liberalização da economia indiana na década de 1990. Por meio de quais mecanismos institucionais e coalizões políticas poderiam garantir a segurança dos moradores de favelas que vivem em zonas da cidade consideradas atrativas pelos interesses da “máquina de crescimento”? Como o geógrafo radical Neil Smith (1996) apontou há algum tempo, quando as instituições do governo local se alinham com os interesses do desenvolvimento para explorar esse *rent gap* no mercado de terra urbano, a resistência organizada provavelmente será enfrentada por meio de uma forte repressão. No entanto, não há dúvida de que o *design* tem um papel fundamental a desempenhar na defesa de populações vulneráveis e bairros contra um maior deslocamento, desapropriação e deslocamento espacial. A proposta de Bombaim pelo laboratório URBZ/Ensamble-POP coloca essa questão de forma muito produtiva na diretriz da exposição. Espera-se que essa proposta inspire outros *designers* a assumirem esse modelo em outras megacidades, em colaboração com os habitantes e movimentos sociais locais, além de organizações não governamentais que compartilhem das mesmas preocupações⁹.

Enquanto as propostas de projeto apresentadas pelas equipes de Istambul e de Nova York contêm importantes elementos arquitetônicos/morfológicos (pertencentes, por exemplo, a edifícios, infraestruturas e bairros), seu radica-

⁹ Para saber maiores detalhes sobre como a equipe da URBZ procura desenvolver seu trabalho em Dharavi, além de suas poderosas críticas sobre as diversas ideologias desenvolvimentistas associadas à “narrativa da favela”, veja Matias Echanove and Rahul Srivastava (2014).

lismo criativo está fortemente enraizado em novos modelos de arranjos institucionais que capacitariam cada uma dessas cidades, levando os habitantes de baixa ou média renda a ocuparem, apropriarem e regenerarem espaços atualmente abandonados, degradados ou sujeitos a novas formas de vulnerabilidade. No contexto de Nova York, a equipe da CohStra concentrou-se em uma variedade de espaços intersticiais ou subutilizados no núcleo da cidade – de lotes vagos e prédios abandonados a vários tipos de provisões de habitação de menor densidade – para propor uma estrutura alternativa para a propriedade da terra), provisão de habitação (associações de moradores), gestão de edifícios (cooperativas de habitação fiduciária) e financiamento doméstico (cooperativas comunitárias de crédito). No caso de Istambul, a proposta de *design* do Atelier d’Architecture Autogérée destina-se aos complexos habitacionais de massa que foram construídos para as classes médias mais burguesas durante o período pós-1990 pela Agência de Desenvolvimento de Moradias da Turquia, conhecida como TOKI, predominantemente localizadas em áreas mais periféricas, sendo distritos dentro do território metropolitano que vivenciam rápida urbanização em Istambul. Aqui, os projetistas propõem a adaptação de conjuntos de casas da TOKI existentes e de suas paisagens circunvizinhas com o objetivo de facilitar a criação de novas formas de auto-gestão comunal pelos habitantes – incluindo, como a proposta da CohStra para Nova York, outras formas de gestão coletiva de infraestrutura, como a agricultura comunitária e jardins, pesca, oficinas, fontes de energia verde e instalações em prol de reparos, em geral.

Figura 9.4 - Uma "Outra" Nova York, 2014



Source: © 2016 Cohabitation Strategies / CohStra.

A HYBRID TENURE FRAMEWORK FOR NYC

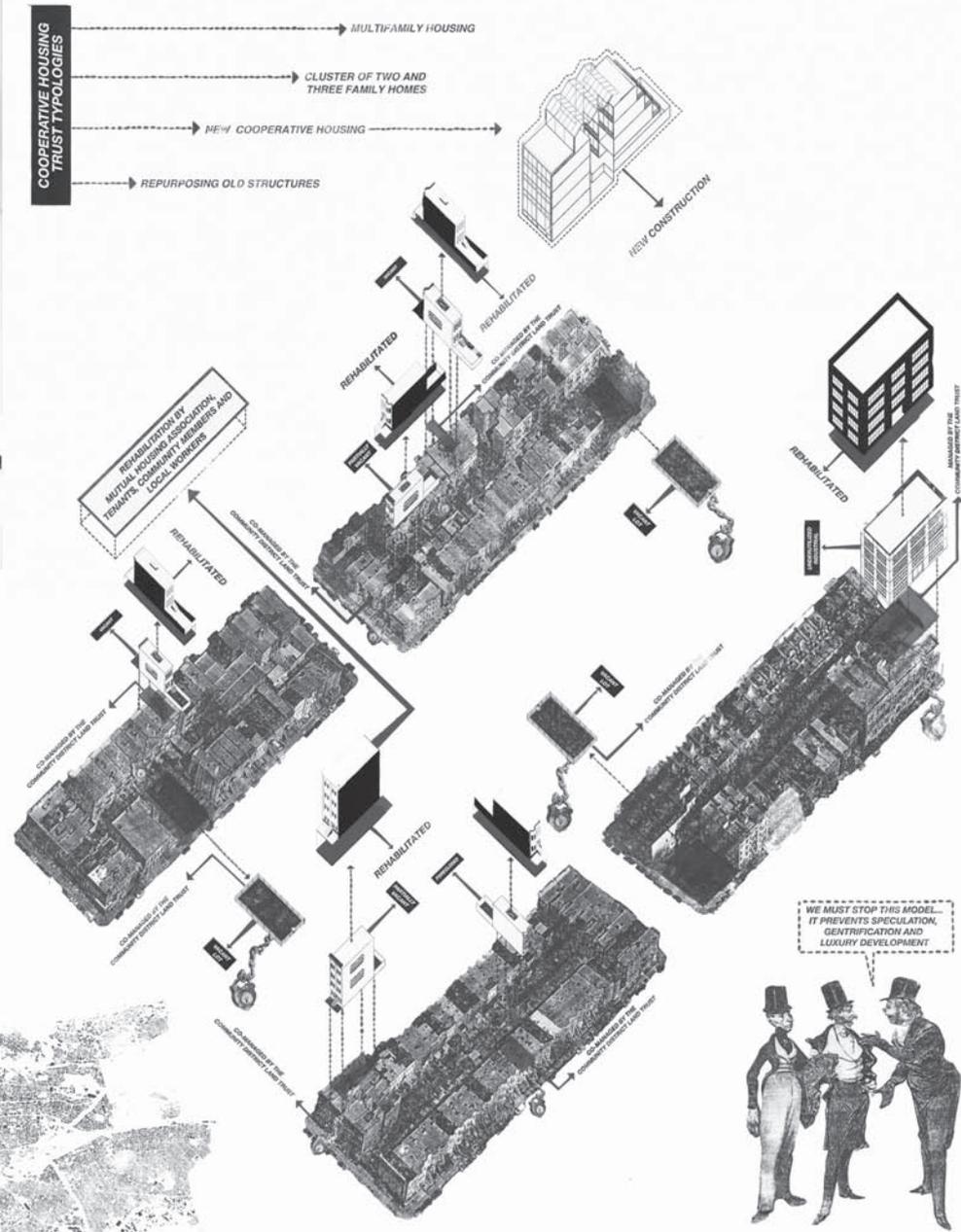
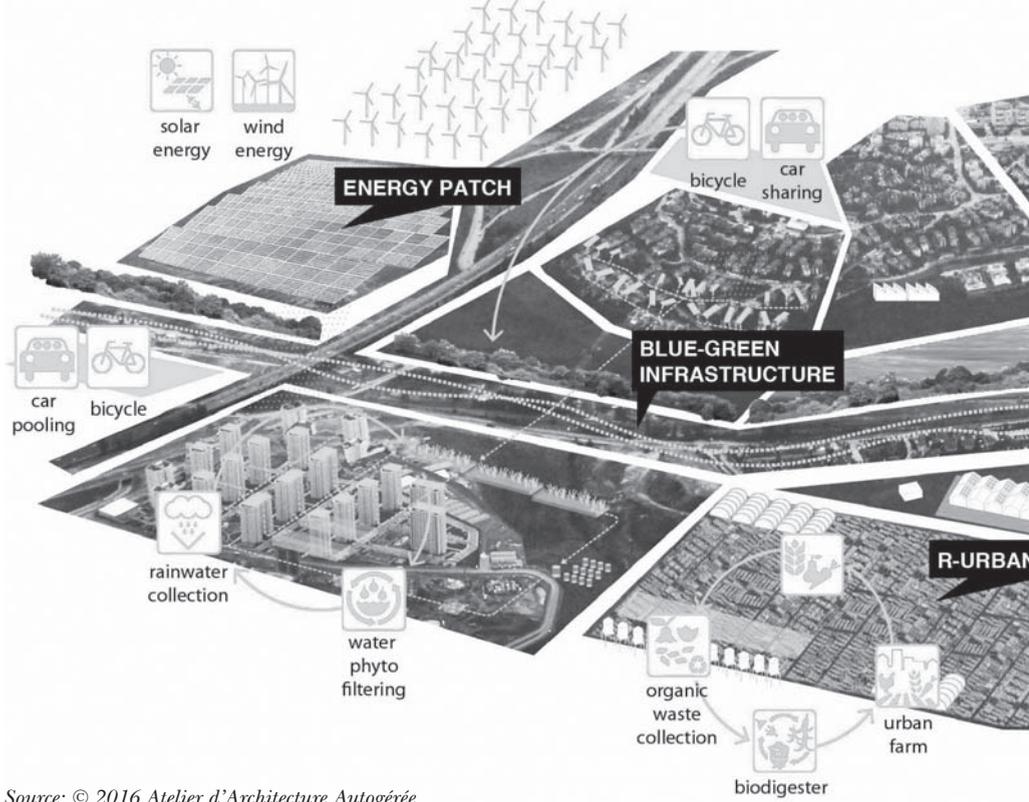
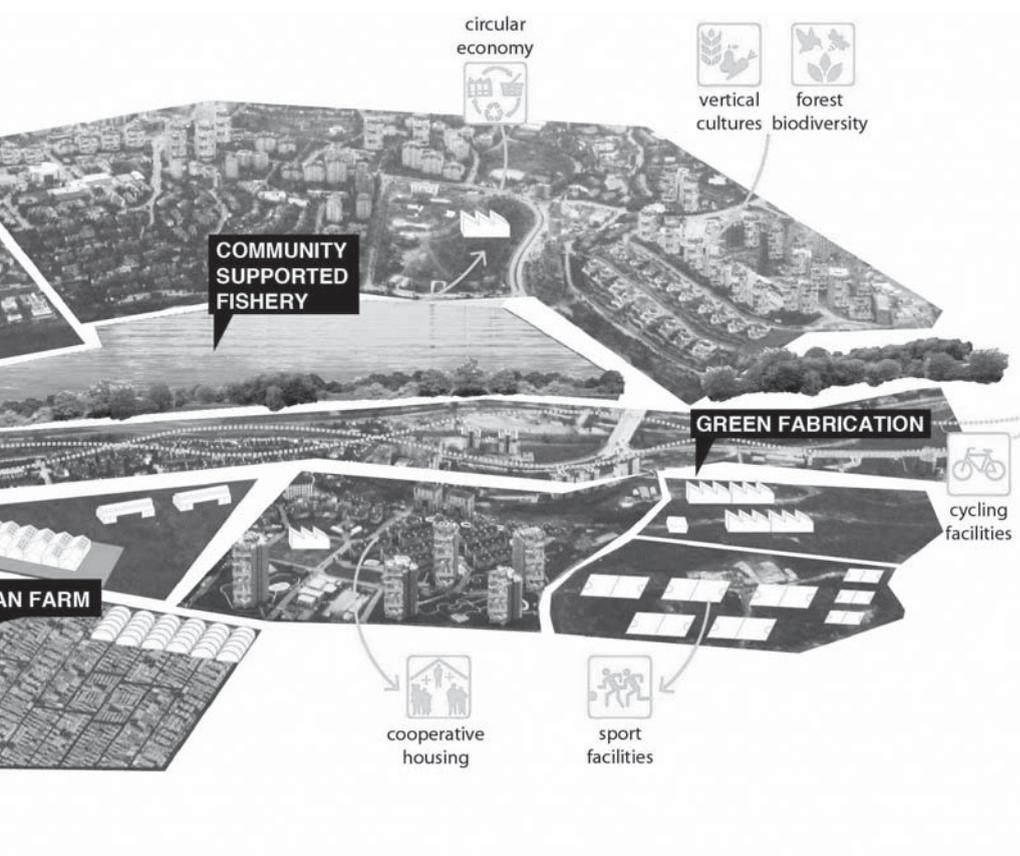


Figura 9.5 - **Istanbul: Táticas para um desenvolvimento pós-urbano resiliente, 2014**



Source: © 2016 Atelier d'Architecture Autogérée.

Como acontece com a proposta da equipe de Mumbai, cada uma dessas intervenções táticas é enquadrada como uma resposta a um conjunto específico e imediato de ameaças à vida urbana impostas pelo modelo de crescimento neoliberal na cidade que discutem: a “crise de acessibilidade” para nova-iorquinos economicamente ativos e a desestabilização do modelo de consumismo de classe média promovido em Istambul através da habitação em massa pela TOKI. No entanto, a CohStra e o Atelier d'Architecture Autogérée vão muito além de uma postura defensiva em relação a essas questões, oferecendo uma visão de como os espaços que estão sendo degradados sob o urbanismo neoliberal podem se tornar âncoras de uma visão alternativa da cidade como um espaço de vida comum e de autogestão coletiva. Em



ambos os projetos, o local de intervenção de projeto é visto como um bem comum, um espaço de apropriação contínua e coletiva e de transformação por seus usuários. Ambas as equipes oferecem uma visão desse patrimônio como um processo ao qual os *designers* podem contribuir de maneira fundamental, não somente elaborando propostas espaciais para a reorganização de funções habitacionais ou outras dimensões da reprodução social, mas repensando como tanto as instituições básicas como as privadas da propriedade, do investimento imobiliário orientado para o lucro, dos mercados de terras urbanas e da burocracia municipal podem ser transformados, e até substituídos, para atender às necessidades sociais, capacitando os habitantes urbanos a contribuir para a criação de uma verdadeira esfera pública urbana.

Embora os projetos de Istambul e Nova York sejam apresentados em termos táticos, eles claramente se destinam a serem mais do que intervenções “acupunturais” pontuais. Parte do seu apelo, do meu ponto de vista, é precisamente que eles oferecem um modelo de urbanismo tático que pode ser intensamente escalonado e convertido em um abrigo municipal ou metropolitano contra o modelo neoliberal. Inicialmente, oferecendo uma espécie de enclave protegido para uma população vulnerável, cada projeto deveria ser transformado em uma alternativa generalizável às formas específicas de mercantilização da habitação e de acumulação por desapropriação que sustentaram e exacerbaram o “crescimento desigual” em suas respectivas megacidades. A meu ver, é essa tentativa reflexiva de conectar os métodos do urbanismo tático a um redesenho de duas localidades espaciais e instituições urbanas o que torna as propostas dessas equipes como ferramentas efetivas para visualizarmos, de fato, alternativas contra a cidade neoliberal. Nesse sentido, porém, as propostas do Atelier d’Architecture Autogérée e da CohStra avançam rapidamente para além do domínio do urbanismo tático: em vez de ser um ponto focal para a investigação como tal, este último torna-se uma espécie de plataforma de lançamento para prever e implementar uma “política do espaço” (Henri Lefebvre) – isto é, uma estratégia política de transformação socioespacial de grande escala.

Por outro lado, é claro, também vemos as inevitáveis questões da viabilidade de implementação aparecendo no horizonte imediato. Como essa visão dos bens comuns (e das práticas comuns) pode ser realizada quando os interesses de classe dominantes e as alianças políticas em cada megacidade continuam a promover um modelo de crescimento orientado para o lucro e para a especulação? Onde estão as forças sociais e as coalizões políticas que poderiam contrariar esse modelo, e em que medida eles realmente optariam pelo nível de coordenação coletiva e compartilhamento proposto por essas equipes de projeto? Como as economias alternativas locais poderiam ser protegidas das incursões de produtores orientados para o

lucro, mais capazes de (por exemplo, através de economias de escala, ou formas mais racionalizadas de exploração do trabalho) oferecer produtos mais acessíveis ou desejáveis a consumidores sem dinheiro? *Designers* não podem responder a essas perguntas, pelo menos, não entre eles; qualquer decisão somente pode ser tomada através de deliberação política, debate público e luta em curso, tanto em nível local como em escalas supralocais. Mas, como a CohStra e o Atelier d’Architecture Autogérée tomaram o passo fundamental de integrar tais considerações político-institucionais e horizontes multiescalares em suas propostas espaciais, contribuíram, portanto, produtivamente para esse processo. As propostas também articulam uma visão mais socialmente engajada e politicamente combativa do que as disciplinas de *design* têm para oferecer à esfera pública urbana em uma época de aprofundamento da desigualdade e visões alarmantemente polarizadas de nossa visão global do futuro urbano.

De volta ao planejamento?

Dadas as dificuldades que algumas das equipes de projeto parecem ter tido com o quadro interpretativo do urbanismo tático, não podemos deixar de nos perguntar se essa linha de pensamento ofereceu um terreno muito estreito ou um conjunto de ferramentas muito limitado para se pensar nos vastos e variados desafios que estão surgindo atualmente nas megacidades do mundo. No seu “Prefácio” ao catálogo da exposição, o curador do MoMA, Barry Bergdoll (2014, p. 12), antecipa esse enigma, notando a diferença entre a “escala modesta de algumas intervenções [táticas]” e as “dimensões da crise urbana e econômica mundial que precisam urgentemente de respostas”¹⁰. Diante desses desafios, seria injusto julgar ou censurar as equipes que optaram por ousar com propostas ambiciosamente grandes ao

¹⁰ Na “Introdução” de outra exposição bastante similar exibida no MoMA, curada por Andres Lepik, *Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement* (New York: Museum of Modern Art, 2010), Bergdoll oferece uma avaliação relacionada a esta, sugerindo que um “meio intermediário potencial” deve ser encontrado hoje em dia entre as visões heroicas do modernismo e o esteticismo radical do pós-modernismo.

invés daquelas que se restringiram a pensar uma simples e mera “tática”.

Mas, aqui surge uma contradição adicional ao projeto da exposição “Uneven Growth”. Uma forma mais pura de urbanismo tático teria que ser sistematicamente antiprogramática, pois só poderia manter uma abordagem consistentemente tática, resistindo e rejeitando qualquer movimento para a institucionalização¹¹. No entanto, na medida em que os experimentos de desenho tático em exibição na mostra articulam uma visão mais ampla do urbanismo e da transformação urbana, necessariamente dependem da (eventual) articulação de uma visão abrangente do todo. A generalização do urbanismo tático implicará, assim, na sua autodissolução ou, mais precisamente, na sua transformação num projeto que requer uma coordenação a ser pensada mais em termos de longo prazo; uma coordenação que também seja estabilizada, executiva e vinculada ao coletivo; e algum tipo de pessoal destinado às tarefas de gestão territorial – ou seja, planejamento. Retornamos, dessa maneira, ao terreno supostamente desacreditado e ultrapassado do modernismo-estatista, ao reino das grandes ambições, aos grandes planos, aos elaborados procedimentos burocráticos e aos planos abrangentes, em oposição aos quais os preceitos do urbanismo tático são recorrentemente enquadrados. Mesmo que se prefiram os métodos táticos sobre os de burocracias de perfil *top-down* (ou, aliás, os de desenvolvedores famintos por lucros e corporações transnacionais), parece que uma séria discussão sobre os planos territoriais em larga escala, a (re)organização institucional, os códigos legais e suas estratégias políticas de implementação é inevitável, pelo menos se o objetivo é realisticamente vislumbrar um futuro mais social e espacialmente justo, democrático, habitável e ambientalmente saudável para as megacidades do que a atual condição urbana global assinala.

¹¹ Nos seus escritos sobre o direito à cidade e a autogestão nos anos 1970, o teórico urbano radical Henri Lefebvre combatia repetidamente esse dilema com uma versão antiga dessa questão. Veja, entre outros textos, “The right to the city” (1996) e *State, Space, World: Selected Writings* (2009).

Para quem se simpatiza com o urbanismo tático e com o projeto de transformação urbana progressiva em larga escala, lidar com essa contradição é provavelmente inevitável. Poderia ser algo produtivo, e até mesmo sustentável? Talvez o potencial radical do urbanismo tático resida menos em seu papel como um método multifacetado para projetar futuros urbanos, do que como um contrapeso radicalmente democrático a qualquer e todos os sistemas institucionais, seja ele governado pelo Estado, seja dominado pelo mercado ou de outra forma. Algumas das contribuições mais valiosas nessa exposição do MoMA servem precisamente para esse objetivo: elas apontam para a possibilidade de que, ao invés de serem instrumentalizadas para engenharia social, controle político, desfrute privado ou lucro corporativo, as capacidades dos projetos possam ser encaradas como ferramentas de capacitação para os usuários do espaço urbano, permitindo-lhes ocupar e apropriar-se dele, continuamente transformando-o, e, assim, produzir uma cidade diferente daquela que qualquer um poderia ter planejado antecipadamente.

Porém, mesmo nesse enquadramento profundamente otimista do urbanismo tático, as “grandes questões” sobre como (re)projetar a cidade do futuro – sua economia, suas regras de desenvolvimento imobiliário e relações de trabalho, seus espaços de circulação, de reprodução social e da vida cotidiana, seus modos de governança, suas articulações com os fluxos de capital mundiais, suas interfaces com os processos ambientais/biofísicos e assim por diante, permanecem completamente não resolvidos. Como o Departamento de Arquitetura e Design do MoMA continua seu engajamento produtivo com o urbanismo, esperemos que tais questões continuem sendo colocadas em suas diretrizes e que as capacidades criativas dos *designers* possam ser aproveitadas para enfrentá-las com toda a força crítica, imaginação política e visão sistemática que o urbanismo tático exige.

Referências

- BERGDOLL, B. “Preface”. In: GADANHO, P. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. New York: The Museum of Modern Art, 2014.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. “Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways”. **Global Networks**, 10, n. 2, p. 182-222, 2010.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. **The Afterlives of Neoliberalism**. Civic City Cahiers (CCC). London: Bedford Press/Architectural Association, 2012.
- CRUZ, T. “Rethinking uneven growth”. In: GADANHO, P. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. New York: The Museum of Modern Art, 2014.
- DAVOUDI, S.; MADANIPOUR, A. (Orgs.) **Reconsidering Localism**. London: Routledge, 2015.
- ECHANOVE, M.; SRIVASTAVA, R. **URBZ, The Slum Outside: Elusive Dharavi**. Moscow: Strelka Press, 2014.
- FRANCK, K.; STEVENS, Q. (Orgs.) **Loose Space: Possibility and Diversity in Urban Life**. New York: Routledge, 2007.
- GADANHO, P. “Mirroring uneven growth: a speculation on tomorrow’s cities today”. In: GADANHO, P. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. New York: The Museum of Modern Art, p. 11-25, 2014.
- HARVEY, D. “From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of urban governance in late capitalism”. **Geografiska Annaler: Series B Human Geography**, 71, n. 1, p. 3-17, 1989.
- HARVEY, D. “The crisis of planetary urbanization”. In: GADANHO, P. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. New York: The Museum of Modern Art, p. 29, 2014.
- HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- KAYDEN, J. “Why implementation matters”. **Harvard Design Magazine**, 37, p. 57-59, 2014.
- LAKE, R. “Bring back big government”. **International Journal of Urban and Regional Research**, 26, n. 4, p. 815-822, 2002.
- LEFEBVRE, H. “The right to the city”. **Writings on Cities**. Organizado e traduzido para o inglês por Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1996.
- LEFEBVRE, H. “The worldwide and the planetary”. In: BRENNER, N.; ELDEN, S. (Orgs.) **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, p. 206, 2009.
- LERNER, J. **Urban Acupuncture**. Washington, D.C.: Island Press, 2014.
- LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism: Short-Term Action for Long-**

Term Change Washington, D.C.: Island Press, 2015.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. “Neoliberalism resurgent? Market rule after the great recession”. **South Atlantic Quarterly**, 111, n. 2, p. 265-88, 2012.

RITTEL, H.; WEBBER, M. “Dilemmas in a general theory of planning”. **Policy Sciences**, 4, p. 155-69, 1973.

SMITH, N. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City**. New York: Routledge, 1996.

TEHRANI, N. “Urban challenges: specifications of form and the indeterminacy of public reception”, In: GADANHO, P. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. New York: The Museum of Modern Art, p. 60, 2014.

Revolução urbana?

A questão urbana tem sido um tema caloroso de debate entre os pesquisadores dedicados a estudar a natureza das cidades e os seus processos de urbanização. Apesar das profundas diferenças de metodologia, enfoque e orientação política entre elas, as principais correntes do século XX fizeram com que uma entidade geralmente rotulada como “cidade” (ou suas variações lexicais) se transformasse na principal unidade de análise e local de investigação dessa questão.

Esse foco epistemológico foi canonizado pela missão da sociologia urbana declarada em 1925 por Ernest Burgess e Robert Park (1967 [1925]), fundadores da Escola de Chicago, através do conciso, mas bem fundamentado livro *The City*. Com o passar do tempo, a “cidade” foi se tornando um pressuposto tão óbvio de diversas tradições da pesquisa urbana que, hoje, não exige maiores explicações sobre esses porquês. Apesar das diferenças significativas dessas tradições de pesquisa em relação àquelas primárias da sociologia urbana da Escola de Chicago, vale destacar que as correntes da segunda fase do século XX também procuraram realçar, da mesma maneira que essa, um olhar analítico sobre a cidade enquanto sinônimo de uma unidade socioespacial nodal, relativamente grande, densamente povoada e fechada em si própria. Independentemente das diretrizes metodológicas e políticas adotadas, vale dizer que todas essas principais correntes da questão urbana têm (a) replicado a ideia de que as cidades são tipos similares de ocupação humana sobre vastos territórios; (b) se valido de nomenclaturas – cidade mercantil, cidade industrial, fordista-keynesiana, pós-keynesiana, pós-fordista, global, mega, neoliberal, pós-colonial etc. – para demarcarem suas correspondentes perspectivas

de “cidade” enquanto subconjuntos de uma comunidade que se pretende socioespacialmente homogênea.

Nesse meio tempo, a oferta de novos termos para rotular a cidade só cresceu – entre eles, metrópole, aglomeração urbana, cidade-região, área metropolitana, megalópole, zona megapolitana etc. –, refletindo cada qual seus próprios limites, morfologias e padrões de ocupação humana. Entretanto, no âmbito das principais tradições da teoria e da pesquisa urbanas, já faz algum tempo que se nota a ocorrência de debates que criticam as origens, dinâmicas e consequências da produção material da cidade e, em geral, as funções que lhe são atribuídas frente às suas transformações políticas, econômicas, socioculturais e demográficas. Ao mesmo tempo, em meio a desacordos e à implacável mudança de paradigmas sobre essa questão, persistiu um consenso básico: de que a problemática urbana continua sendo pensada para ser associada diretamente às *cidades*, concebidas como tipos de assentamentos caracterizados por grandes populações, densidade e diversidade social qualitativamente distintos de um mundo social *não urbano* (suburbano, rural, numa região de natureza selvagem) localizado supostamente para além ou exterior aos seus limites territoriais.

Nos meus trabalhos atuais de pesquisa, e, também, em colaboração com Christian Schmid e outros pesquisadores, temos procurado desenvolver uma maneira diferente e radical de se conceituar a imagem e a operacionalidade dos processos urbanos que se evidenciam na paisagem planetária. Nosso objetivo é substituir os entendimentos previamente estabelecidos do espaço urbano a favor de concepções mais multiescalares, territorialmente diferenciadas, morfologicamente variadas e rigorosamente processuais. Vários reposicionamentos epistemológicos e metodológicos radicais decorreram dessa reorientação. Entre estes, e não menos importante, é o requisito metodológico que demanda a reformulação da divisão espacial urbana/não urbana, que há tempos serviu de âncora para o campo da teoria, pesquisa e prática urbanas (BRENNER; SCHMID, 2015; BRENNER, 2014).

Implosões e explosões

Por que devemos superar a distinção que se faz entre urbano e não urbano, e por que agora? Ao longo destes tempos, os diferentes assentamentos espaciais foram diferenciados uns dos outros por topônimos, contribuindo para que passássemos a conceber o espaço urbano como metonímia de grandes cidades tais como Londres, Nova York, Shenzhen, Mumbai, Lagos etc., dado todo o simbolismo urbano associado historicamente ao imaginário desses nomes de lugares. Mesmo em meio à intensa volatilidade que caracteriza a reestruturação geoeconômica acelerada do mundo em que vivemos hoje, esses lugares ainda continuam existindo como tais e, de fato, o tamanho e a importância econômica estratégica que lhes foram atribuídos no passado parecem continuar aumentando progressivamente, e não o contrário. Assim, o que seriam exatamente esses lugares, além de topônimos institucionalizados por Estados nacionais e marcados como locais a se investir recursos? O que os distingue qualitativamente de lugares localizados dentro ou nas vizinhanças de uma determinada região? Por exemplo, o que há de diferente entre o sudeste da Inglaterra e o restante da Europa Ocidental? Entre o nordeste dos Estados Unidos e o restante da América do Norte? Entre o Delta do Rio das Pérolas, no sul da China, e o Leste Asiático? Entre Maarashtra, na Índia, e o sul da Ásia? Ou entre o sul da Nigéria e a África Ocidental? Esses locais dispõem de alguma qualidade especial que os tornam únicos em relação aos demais – a extensão territorial ou, talvez, sua densidade populacional explicam? O quanto gastam com infraestrutura? O lugar que ocupam como centralidade estratégica nos fluxos globais de capital e trabalho?

Mas, e se este for o caso, ainda é possível dizer que qualquer cidade, independentemente do seu tamanho, conta com fronteiras coerentes e bem definidas? Qual a influência das relações sociais cotidianas, da relação entre empresas, dos mercados de trabalho, dos ambientes construídos, dos corredores de transporte e das características socioambientais associados àqueles

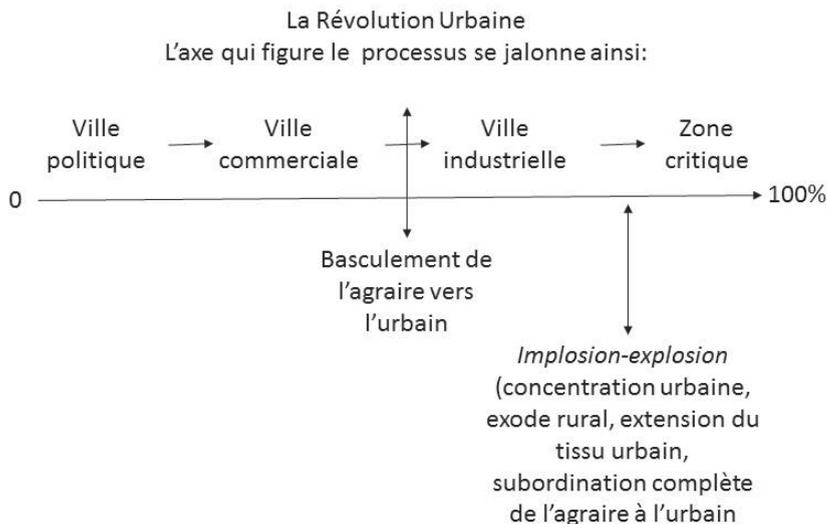
clusters adensados em si mesmos agora expandidos, ainda mais adensados, sobrepostos e entrelaçados uns aos outros para forjar aquilo que Jean Gottmann (1961, p. 5), uma vez, descreveu brilhantemente como uma “mistura irregular de paisagens rurais e suburbanas” em escalas nacionais, internacionais, continentais e até globais? E, na medida em que vemos tudo isso de fato acontecendo, não deveríamos abandonar a compreensão herdada do espaço urbano como um tipo de assentamento distinto aos demais, ou, pelo menos, não deveríamos reconceituá-lo de forma mais radical?

Essa foi a conclusão tirada por Henri Lefebvre (2003) há mais de quatro décadas, quando pontuou em seu clássico livro *A Revolução Urbana* a hipótese provocadora de que a “sociedade estava sendo completamente urbanizada” (p. 1). Embora Lefebvre tenha tratado a urbanização completa da sociedade como um objeto virtual – isto é, como uma condição emergente ao invés de uma realidade de fato –, ele sugeriu que os indícios de uma urbanização completa já estavam sendo evidenciados durante a década de 1960 na Europa Ocidental. De acordo com os seus argumentos, esses indícios se notavam na fragmentação e destruição das cidades tradicionais europeias; na formação de uma megalópole territorial de grande escala que se estendia da Inglaterra, passando por Paris e pela região do Ruhr, até alcançar a Escandinávia; na ampliação das infraestruturas logísticas, comerciais e turísticas em áreas consideradas remotas no passado; na construção de grandes empreendimentos industriais e conjuntos habitacionais em locais até então periféricos na França, Espanha e Itália; na destruição de comunidades agrárias quase autônomas em zonas que, um dia, já haviam sido consideradas majoritariamente rurais; e em processos abrangentes de degradação ambiental percebidos em todo o continente (LEFEBVRE, 1996; 2003; 2009). Quando elevadas à escala planetária, sugeriu Lefebvre, essas tendências resultariam num implacável e fragmentado entrelaçamento do tecido urbano, constituindo uma “rede irregular de malhas urbanas” em todo o mundo, incluindo superfícies terrestres, bacias hidrográficas

e estratos subterrâneos, os oceanos e a atmosfera, e tudo mais que possa ser diretamente operacionalizado como insumo à sede voraz do crescimento industrial capitalista (LEFEBVRE, 1996, p. 71; 2003, p. 1-23). Assim, ao invés de se conceber o espaço urbano como um espaço distintivo de assentamento passível de contraste com as zonas suburbanas, periurbanas, rurais, selvagens ou outros locais não urbanos, Lefebvre (2003, p. 4) argumentou que a urbanização capitalista poderia ser mais bem compreendida como uma rede intrincada de camadas de “densidade, espessura e atividade variáveis” que, agora, estariam sendo expandidas por toda a superfície planetária.

Em diversas formulações interessantes, Lefebvre caracterizou a generalização da urbanização planetária capitalista como um processo de “explosão e implosão” de modo a explicar os laços mútuos existentes entre as formas de aglomeração capitalistas e as transformações mais amplas do território, da paisagem e do meio ambiente. Em um diagrama provocativo e muito discutido no capítulo inicial de *A Revolução Urbana*, Lefebvre usou essa noção de explosão e implosão para referenciar a série de transformações histórico-geográficas que, na sua crença, anunciavam o início da urbanização completa em uma escala mundial, mais especificamente na forma de “concentração urbana, êxodo rural, expansão do tecido urbano, ou seja, numa completa subordinação do agrário ao urbano” (Figura 10.1).

Figura 10.1
O diagrama de Henri Lefebvre sobre a urbanização completa



Fonte: Henri Lefebvre, *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970, p. 26).

Uma vez alcançado esse “ponto crítico”, sugeriu Lefebvre, a condição de urbanização completa não seria mais hipotética – ou seja, um mero “objeto virtual” cujas tendências se manifestariam seletivamente em territórios particulares, seja na Europa, seja em qualquer outro lugar. Em vez disso, se tornaria um parâmetro básico para definir as relações sociais e ambientais em escala planetária, impondo novas restrições ao uso, apropriação e transformação do ambiente mundial construído e não construído, incitando desigualdades, conflitos e perigos potencialmente catastróficos, mas também, por outro lado, abrindo novas oportunidades para a apropriação democrática, ocupação e autogestão do espaço em todas as esferas. Em um de seus textos finais, na década de 1980, Lefebvre (2014, p. 566-571)¹ sugeriu que o ponto crítico

¹ O ensaio original foi publicado na *Le Monde diplomatique* em maio de 1989 com o título “Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire”.

da urbanização completa – a “revolução urbana” do famoso título de seu livro anterior – havia sido realmente alcançado, e, assim, uma “urbanização planetária” já passava a se realizar na prática.

Diversas vezes, a hipótese de Lefebvre foi mal interpretada ou considerada caricata por descrever uma visão de adensamento populacional planetário semelhante às fantasias distópicas de ficção científica de escritores como H. G. Wells, J. G. Ballard ou Isaac Asimov, em que a Terra é vista por um conjunto de recursos artificiais loteado de infraestruturas feitas de metal ou de concreto. No entanto, mais recentemente, essa noção de Lefebvre sobre uma revolução urbana mundial passou a ser reconsiderada de modo mais produtivo pelos teóricos urbanos críticos dedicados a decifrar alguns dos padrões e caminhos emergentes do desenvolvimento espacial desigual dos processos de urbanização deste início do século XXI. Baseando-se em várias ideias de Lefebvre, por exemplo, o teórico e crítico urbano radical Andy Merrifield interpretou a urbanização planetária como um processo de instrumentalização e transformação simultâneas do antigo “rural” no contexto espacial de uma malha inigualável e densamente urbanizada de estratégias de acumulação capitalista em todo o mundo:

A urbanização mundial é uma espécie de exteriorização do interior, bem como a interiorização do exterior: o urbano se desdobra no campo, assim como o campo *se desdobra* na cidade [...] No entanto, as falhas entre esses dois mundos não são definidas por qualquer simples divisão entre urbano-rural, nem por nada parecido como Norte-Sul; em vez disso, os centros e as periferias são *intrínsecos* à acumulação do próprio capital [...]. A centralidade cria sua própria periferia, com crises que atingem ambos os lados. Os dois mundos – centro e periferia – existem lado a lado em todos os lugares, isolados uns dos outros [...] Absorvidos e obliterados por unidades socioespaciais mais vastas, os lugares

tidos como rurais tornaram-se parte integrante da produção pós-industrial e da especulação financeira, engolido por um ‘tecido urbano’ que se expande continuamente para além de suas fronteiras, corroendo incessantemente o resíduo da vida agrária, destruindo tudo em todos os lugares a fim de aumentar a mais-valia e acumular capital (MERRIFIELD, 2014, pp. 523-532).

Dentro dessa inigualável e confusa condição urbana-planetary, as grandiosas operações industriais, as infraestruturas e as ecologias políticas da urbanização capitalista já não são mais fortemente peculiares apenas a aglomerações densas ou a regiões metropolitanas policêntricas, onde, no passado, poderiam ser contrapostas ao seu reino “exterior” dada a existência de um lado rural – considerado uma inquestionável caixa preta da “não cidade”. Nesse sentido, as formas de urbanização capitalistas vêm transcendendo, entranhando e substituindo cada vez mais a antiga divisão urbano/rural, expandindo-se por toda a superfície terrestre, assim como pelas suas camadas mais subterrâneas e, também, pela atmosfera.

As paisagens operacionais resultantes daí estão compostas por infraestruturas sociais e técnicas enredadas umas nas outras em escala planetária, buscando atender às principais operações industriais, logísticas e metabólicas que apoiam e sustentam a vida urbana – incluindo a extração de recursos, a geração de combustível e energia, a produção agroindustrial e apropriação de biomassa, o transporte e as comunicações, assim como o abastecimento de água, o descarte de resíduos, entre outras práticas de gestão ambiental². Entendida dessa maneira, a urbanização planetária intensifica de forma desigual a interdependência, a diferenciação e a polarização entre os lugares, os territórios e as escalas ao invés de generalizar a cidade como uma forma espacial universal, ou nesse caso, como uma forma inerente a um “mundo

² Sobre as dimensões metabólicas dos processos de urbanização, ver os textos de Erik Swyngedouw. (2006) e Daniel Ibañez e Nikos (2014). Sobre a centralidade da produção de *commodities* primárias no desenvolvimento capitalista mundial, ver Jason W. Moore (2015) e Stephen G. Bunker e Paul S. Ciccantell (2005).

sem fronteiras” imaginado por uma geração anterior de entusiastas da globalização.

Nesse sentido, vê-se claramente que as formas emergentes da urbanização planetária vêm “embaçando”, e até mesmo desmantelando, fronteiras espaciais até então enraizadas em seus dualismos ideológicos. Isso vem acontecendo não só entre as noções de cidade e campo, urbano e rural, núcleo e periferia, metrópole e colônia, sociedade e natureza, humano e não humano, mas também entre as escalas urbana, regional, nacional e global. Logo, criaram-se novas configurações espaciais de uma paisagem densamente urbanizada, não obstante de modo desigual, cujos contornos são extremamente difíceis, se não impossíveis, de teorizar e mapear com base nas epistemologias urbanas tradicionais. Tudo isso representa um enorme desafio para os urbanistas e planejadores urbanos preocupados em decifrar, entender e moldar os padrões emergentes dos caminhos contemporâneos da urbanização. Na medida em que a gramática conceitual básica e o quadro metageográfico da teoria urbana são produto de um determinado período de organização territorial capitalista e que vem sendo amplamente remodelado, é essencial que experimentemos “mapas cognitivos” alternativos do espaço urbano com o objetivo de apreendermos mais efetivamente as geografias em rápida mutação presentes na nossa existência urbana-planetária³.

A urbanização e suas paisagens operacionais

Ao propormos e explorarmos essas diretrizes emergentes, reiteramos que a nossa reivindicação não incide na ideia de que as cidades (ou, mais precisamente, as zonas de aglomeração) estejam se diluindo em um tipo de sociedade onde os fluxos globais não ocorrem mais de forma local, ou locais onde haja

³ Ver Brenner e Schmid (2014) e Ananya Roy (2014). O conceito de mapeamento cognitivo é desenvolvido com base numa leitura de Kevin Lynch realizada por Frederic Jameson (1992).

uma dispersão aleatória da população, com infraestruturas amorfas e uma conectividade sem fronteiras entre os lugares, tal como alguns urbanistas chegaram a afirmar em alguns momentos⁴. Também não estamos sugerindo que a densidade populacional, o agrupamento entre empresas, os efeitos de aglomeração ou a concentração espacial de infraestrutura – para citar apenas algumas das condições comumente associadas ao fenômeno da cidade no capitalismo moderno – não sejam mais características operacionais significativas da economia contemporânea da sociedade. Pelo contrário; a abordagem proposta aqui permanece fundamentalmente preocupada em entender os processos de aglomeração urbana, seu papel em mudança nos regimes de desenvolvimento econômico e suas expressões multifacetadas em diversas configurações morfológicas, institucionais, demográficas e espaciais – desde regiões urbanas de grande escala, territórios metropolitanos policêntricos e corredores econômicos lineares até redes e hierarquias inter/urbanas em nível mundial. Mas, ao considerarmos essa série de questões, nosso trabalho insiste que “as cidades sejam apenas mais uma das formas de urbanização” e, portanto, que devem ser entendidas como lugares, arenas e resultados de processos mais abrangentes de transformação social, espacial e ecológica. Na formulação sucinta de David Harvey (2014, p. 61), “a ‘coisa’ que chamamos de ‘cidade’ é o resultado de um ‘processo’ que chamamos de ‘urbanização’”.

Mas, como teorizar de modo mais preciso esse *processo* de urbanização e suas geografias variadas? De fato, essa tarefa coloca desafios consideráveis porque, embora o conceito de urbanização pareça estar implicado em qualidades dinâmicas e processuais, por outro lado, há muito tempo vem sendo tratado pelos pressupostos epistemológicos de um urbanismo no qual a cidade é vista como uma forma socioespacial autoevidente, territorialmente delimitada e universalmente replicável. Somado a outros conceitos tais como industrialização,

⁴ O *locus classicus* desses argumentos está em Melvin Webber (1968). Para uma revisão crítica mais recente desses argumentos, ver Stephen Graham (1998).

modernização, democratização e racionalização, o conceito de urbanização tem seu histórico nas Ciências Sociais e Humanas modernas, sendo, em geral, usado para invocar apenas um dos supostos megaprocessos de constituição espacial do capitalismo moderno. No entanto, na maioria das vezes, esse conceito se limita a referir-se, simplesmente, como “o processo de crescimento da cidade”; em outras palavras, limita-se a explicar a urbanização apenas como sinônimo de crescimento físico, ou talvez até mesmo de crescimento em termos de densidade ou diversidade, geralmente associado a algumas das outras macro-tendências da modernidade capitalista da qual esse próprio conceito faz parte.

Embora suas origens possam ser atribuídas a diversas vertentes da teoria social do século XIX e início do século XX, essa conceituação do urbano centrada na cidade foi personificada de forma mais paradigmática na definição clássica de urbanização do sociólogo americano Kingsley Davis (1955), em meados do século XX, como a expansão da população assentada no espaço urbano em relação à população nacional total. Ao invés de definir cidades em termos sociais, morfológicos ou funcionais, Davis se valeu de limiares numéricos e arbitrários de população – geralmente 20 mil ou 100 mil pessoas – para demarcar a especificidade da cidade como um tipo de assentamento espacial urbano. Davis resumiu esse entendimento, estritamente empírico, na fórmula: $U = P_c / P_t$ (U = urbanização; P_c = população das cidades e P_t = população nacional total). Posteriormente, dedicou-se durante décadas à realização de uma pesquisa cuidadosa para a realização da aplicação internacional dessa fórmula, chegando a produzir a primeira pesquisa mundial abrangente sobre tamanhos populacionais-urbanos (DAVIS, 1969; 1972).

Essa definição de Davis está hoje solidamente institucionalizada nos sistemas de levantamento de dados que ainda são usados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por outras organizações internacionais, além de estar rigorosamente presente, também, em diversas vertentes contem-

porâneas das ciências sociais, do planejamento urbano, da política social e da saúde pública. De fato, é precisamente essa conceituação empirista centrada na cidade como símbolo da urbanização que sustenta a afirmação corrente e extremamente influente de que mais de 50% da população mundial já se deslocou do “campo” para a “cidade”. Não obstante os seus pontos cegos empíricos, que são consideráveis diante da padronização dos tipos de assentamentos populacionais considerados como urbanos e que podem ser particularmente mais relevantes a determinados contextos nacionais do que a outros, aspecto que as planilhas de dados da ONU não levam em conta, nosso trabalho sugere que essa proposição é um meio bastante enganoso para entender a revolução urbana contemporânea e global. Acreditamos que essa premissa a-histórica e centrada universalmente na concepção populacional da cidade não compreende adequadamente a escala e diversidade extraordinárias dos processos de aglomeração em desenvolvimento nas principais regiões do mundo (SCHMID, 2014; ROY, 2009). Tão importante quanto, a noção de um “limiar” urbano de 50% também não consegue esclarecer as operações e impactos mais amplos dos processos de urbanização que estão se desdobrando para além dos grandes centros de aglomeração, inclusive nas zonas de extração de recursos naturais, de produção agroindustrial, de silvicultura e pastagens, de infraestrutura de logística e comunicações, de turismo, de descarte de lixo e serviços ecossistêmicos, que, muitas das vezes, perpassam locais periféricos, remotos e supostamente “rurais” ou “selvagens”. Embora tais paisagens operacionais não disponham de densidades populacionais e perfis de ocupação do solo, tecido social e infraestrutura comumente associados aos grandes centros de concentração populacional, por outro lado desempenham um papel estratégico essencial no apoio à cidade, seja por fornecimento de matérias-primas, energia, água, alimentos ou trabalho, seja através de funções de logística, comunicações, ecologias ou processamento de resíduos.

Hoje, essas paisagens estão passando por um processo abrangente de “destruição criativa” através do aumento sem precedentes de investimentos colossais em infraestrutura, privatização de terras e estratégias de planejamento territorial, muitas das vezes coordenados de modo transnacional como respostas especulativas às flutuações globais dos preços das *commodities* projetadas para apoiar a aceleração do crescimento de diversas aglomerações ao redor do mundo (ARBOLEDA, 2015; 2016; LABBAN, 2014). Os ritmos de desenvolvimento e ecologias políticas dessas paisagens operacionais estão sendo cada vez mais cadenciados com os próprios ritmos dos principais centros urbanos através das divisões globais dos circuitos trabalhistas e financeiros, e sua contínua mercantilização, privatização de terras e degradação socioecológica estão contribuindo diretamente com as destruições e os deslocamentos populacionais em massa, celebrados no discurso da política urbana *mainstream* atual sob a rubrica de uma mudança demográfica “rural-urbana” (AJL, 2014; LUKE, 2003; 2009). Conseqüentemente, se realmente estamos vivendo em uma “era urbana”, essa condição deveria ser explorada não apenas com referência à formação de cidades globais, regiões metropolitanas, megacidades e redes interurbanas em nível mundial, mas também em relação à operacionalização contínua, senão profundamente desigual, especulativa e conflituosa, de todo o planeta, incluindo o espaço terrestre, subterrâneo, fluvial, oceânico e atmosférico, para atender a um processo acelerado e intensivo de desenvolvimento urbano industrial. Na medida em que o modelo dominante de urbanização capitalista continua baseando-se na extração, na produção e no consumo generalizados de combustíveis fósseis, geralmente extraídos de zonas localizadas fora dos principais centros, também envolve-se diretamente em formas de poluição ecológica global que vêm alterando permanentemente o clima da Terra ao permitirmos que quantidades absurdas de poluentes e resíduos tóxicos se infiltrem nos solos, oceanos, rios e na própria atmosfera.

Repensando a revolução urbana

Desse ponto de vista, as abordagens mais singulares ou centradas unicamente na morfologia do tamanho populacional para definir o que é o urbano são perspectivas que limitam a compreensão da dinâmica emergente, desigual e variada da urbanização planetária. Esse processo não pode ser entendido adequadamente a partir dessas abordagens, seja naquela que considera o urbano como resultado do crescimento populacional intensificado nas maiores cidades do mundo, seja com base naquela onde o urbano seria uma replicação de tipos de assentamentos semelhantes a cidades em toda a superfície terrestre. Da mesma forma como as noções tradicionais que designam o que é o “interior” ou o “rural” não capturam adequadamente os padrões de transformação socioespacial, financeira e ecológica por meio dos quais os espaços anteriormente marginalizados ou remotos vêm sendo operacionalizados, infraestruturados e redesenhados para apoiarem o processo de aglomeração contínua de atividades econômicas das megacidades mundiais. Faz-se necessária uma nova compreensão da urbanização para explorar as relações mútuas existentes entre as aglomerações e suas paisagens operacionais, incluindo as formas de intensificação do uso da terra, expansão de infraestruturas, transformação social e metabólica da natureza, coordenação logística, especulação financeira e redesenho territorial que acompanham-nas em todas as escalas espaciais. Nesse entendimento, o desenvolvimento, a intensificação e a expansão mundial do capitalismo produzem um terreno vasto e intensamente variado de condições urbanizadas que se estendem progressivamente para além das zonas tradicionais de aglomeração populacional que por tanto tempo monopolizaram a atenção dos pesquisadores urbanos. Entretanto, enquanto o domínio não urbano continuar sendo cada vez mais subordinado e operacionalizado por um processo de urbanização capitalista desigual, abrangente em todo o mundo, a sua natureza deverá

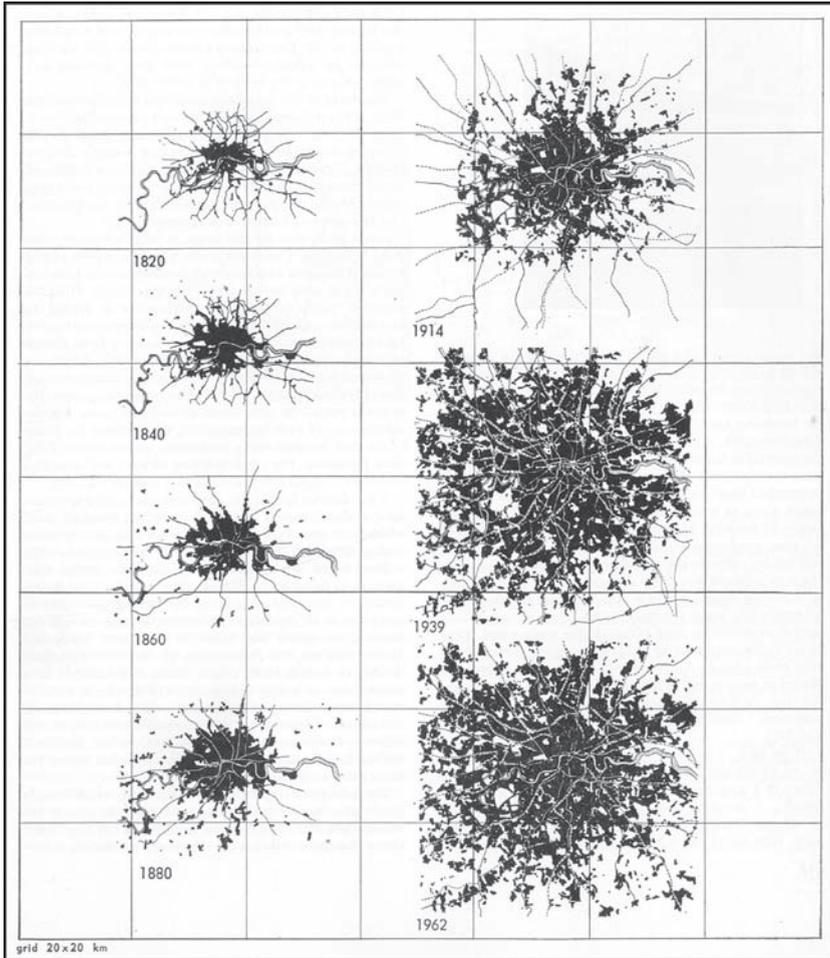
ser fundamentalmente re-imaginada e remapeada tanto na teoria como na prática.

Em colaboração com Christian Schmid, os meus recentes esforços para enfrentar esse desafio têm se articulado na principal distinção conceitual entre urbanização concentrada e extensiva⁵. A *urbanização concentrada* refere-se à formação permanente e, ao mesmo tempo, à reestruturação contínua de aglomerações relativamente densas (cidades, cidades-regiões, megalópoles, megacidades e similares). As geografias da urbanização concentrada se assemelham bastante às das cidades, regiões urbanas e áreas metropolitanas tradicionalmente compreendidas e observadas por pesquisadores urbanos como produto de sucessivas formações históricas da organização territorial urbana. Essas geografias são ilustradas esquematicamente na Figura 10.2 por uma sequência de mapas criados por Constantinos Doxiadis na década de 1960, que retrata a expansão territorial da aglomeração populacional londrina nos últimos dois séculos. Como mostra a ilustração, numa perspectiva metropolitana, as tendências de descentralização implicam, geralmente, na consolidação territorial de um espaço previamente assentado em escalas progressivamente maiores em toda a paisagem. A dinâmica da urbanização concentrada tem sido amplamente representada nas paisagens globais da urbanização desde o século XIX em todo o mundo, assim como a literatura a respeito da forma urbana no período moderno, cujo enfoque se deu essencialmente nas morfologias variadas de urbanização concentrada em diversos períodos históricos e contextos geográficos⁶.

⁵ Para explicações mais aprofundadas, ver Brenner e Schmid, “Towards a new epistemology of the urban”; Brenner e Schmid, “The ‘urban age’ in question”; e as contribuições gerais de Brenner (2014), *Implosions/Explosions*.

⁶ Veja, por exemplo, a síntese clássica de Edward Soja (2000). Para um panorama histórico dessa questão, recomendo a leitura de Paul Bairoch em “Cities and Economic Development: from the Dawn of History to the Present”, traduzido para o inglês por Christopher Braider (Chicago: University of Chicago Press, 1988).

Figura 10.2
A escala da expansão da urbanização concentrada: a expansão da
aglomeração em Londres, 1820-1962.



Fonte: Constantinos Doxiadis, *Ekistics. An introduction to the science of human settlements*. New York: Oxford University Press, p. 200, 1968.

Em contrapartida, a *urbanização extensiva* denota a produção e a reorganização permanente de paisagens operacionais cada vez mais vastas – incluindo as infraestruturas aí instaladas para extração de recursos, logística e comunicação, energia e produção de alimentos, abastecimento e gerenciamento de água,

eliminação de resíduos e planejamento ambiental – que sirvam de apoio à dinâmica econômica das aglomerações espaciais⁷. Embora a urbanização extensiva tenha sido largamente ignorada ou tratada como tabu pelos teóricos urbanos sob a justificativa de que se tratava de lugares rurais, localizados no “campo” ou na “hinterlândia” – regiões com função de abastecimento para a cidade e/ou de descarte de resíduos oriundos delas –, tipos socioespaciais consagrados como *drosscapes*⁸, *terrains vagues*, *Zwischenstädte*⁹, *metapolis territories*¹⁰, urbanização horizontal, *holey planes*¹¹, *desakota regions*¹², zonas tranquilas, terras em pousio, paisagens liminares e a “decomposição” (Abbau)¹³ fazem parte

⁷ O conceito de urbanização extensiva foi introduzido por Roberto-Luís Monte-Mór em seus estudos sobre a produção de espaços e das redes urbanas industrializadas na Amazônia brasileira. O termo foi posteriormente usado por Edward Soja em seus estudos de urbanização regional; outra variação foi desenvolvida por Terry McGee em sua pesquisa pioneira sobre as regiões do tipo *desakota* no Sudeste Asiático. Os textos-chave que discutem a urbanização extensiva por esses e vários outros autores estão incluídos no meu livro *Implosões / Explosões*. Embora tenhamos sido fortemente inspirados por essas proposições, usamos a noção de urbanização extensiva nos termos específicos definidos no texto corrente. Essa perspectiva é mais consistente com aquela defendida por Monte-Mór, muito embora incorpore sua concepção anterior dentro de nossa própria estrutura epistemológica e conceitual em desenvolvimento.

⁸ *Drosscapes* equivale à “paisagem residual” ou “desperdício de vida”. É o título de um livro do teórico da paisagem, Alan Berger, que investiga o desperdício de terras sob condições de industrialização pós-fordista.

⁹ *Zwischenstädte* é um termo alemão que significa literalmente “em/entre cidades”. Alude à consolidação e disseminação de zonas periurbanas nos espaços intersticiais entre grandes áreas metropolitanas. É, também, o título de um livro bastante influente do planejador alemão Thomas Sieverts, traduzido para o inglês como *Cities without Cities*.

¹⁰ *Metapolis* é um conceito desenvolvido por François Ascher no livro *Métapolis ou l'avenir des villes* (1995), que designa um grupo de espaços em que parte ou total dos seus habitantes, das atividades econômicas e dos territórios está integrada no funcionamento diário de um conjunto de grandes cidades. Concentrando parcela comum de emprego, de residência e atividades, a *metapolis* é formada por espaços heterogêneos e não necessariamente contíguos, compreendendo uma centena de milhares de habitantes. Apresentando-se de maneiras bastante variadas, a *metapolis* se constitui das metrópoles preexistentes, integrando um conjunto heterogêneo de espaços novos e diversos.

¹¹ Esse termo foi cunhado pelo teórico urbano e da arquitetura, Lars Lerup, em seu estudo sobre o tecido urbano de Houston, no Texas. Em suma, *holey planes* designam a perfuração do tecido urbano por espaços desconectados de corredores maiores de circulação.

¹² *Desakota regions* significam, literalmente, “aldeia-cidade” em indonésio. Esse termo foi cunhado pelo geógrafo Terry McGee para descrever a migração sazonal de trabalhadores entre cidades e sertões agrícolas dominados pelo cultivo de arroz. A ideia repousa na hipótese de que essas regiões transpassam a divisão urbana/rural tradicionalmente referenciada, porque as populações urbanas e agrárias, as infraestruturas e os sistemas de uso da terra aí evidenciados interatuam em um mesmo terreno regional.

¹³ O termo *Abbau* foi introduzido por Lewis Mumford (1962) em *Cities in History*, e,

do processo urbano no capitalismo. Surpreendentemente, esses tipos de paisagens também adquiriram, recentemente, um significado sem precedentes para os urbanistas dedicados a analisar as diversas condições sociais, arquitetônicas, materiais e de infraestrutura exteriores aos limites tradicionalmente definidos das cidades¹⁴. Para os nossos propósitos, visualizar as infraestruturas de transporte em todo o mundo (transporte rodoviário, ferroviário e marítimo), tal como foi apontado por Nikos Katsikis, oferece uma entre muitas estratégias possíveis de representação para interpretar as conexões variadas e sua importância sistêmica para a dinâmica da urbanização planetária (Figura 10.3).

Acreditamos que a distinção entre a urbanização concentrada e a urbanização extensiva possa fornecer uma base analítica frutífera para gerar novos conceitos às geografias urbanas que estão experimentando um processo de rápida mutação. Também pode oferecer uma perspectiva na qual seja possível explorar mais a contento a hipótese clássica de Lefebvre sobre uma revolução urbana, tanto em termos históricos como contemporâneos. Do ponto de vista da urbanização concentrada, a revolução urbana envolveria a expansão espacial e o crescimento da importância da centralidade estratégica das principais regiões metropolitanas, postuladas por teóricos da cidade global e por outros estudiosos no tocante ao papel desempenhado pelas cidades na vida econômica. No entanto, a consideração da problemática da urbanização extensiva contribui para sofisticar uma conceituação

literalmente, significa “demolição” em alemão, conotando, nesse caso, a ideia de degradação ou desconstrução do espaço construído e não construído através do processo de urbanização. Pode ser o resultado da violência da guerra, mas também os estragos impostos pela reestruturação econômica sobre as populações humanas e, também, formas de vida não humanas, como peixes e aves.

¹⁴ Entre outros, a crescente preocupação de *designers* em relação aos territórios operacionais da urbanização foi paradigmaticamente ilustrado no trabalho de OMA sobre os cenários futuros para as infraestruturas energéticas no Mar do Norte (<http://www.oma.com/projects/2008/zeekracht/>), os projetos no Lateral Office no Ártico (<http://lateraloffice.com/NEXT-NORTH-2011>), os escritos de Keller Easterling sobre as “geopolíticas da subtração” (<https://www.domusweb.it/en/architecture/2012/12/05/the-geopolitics-of-subtraction.html>) e vários outros ensaios de Neeraj Bhatia, Felipe Correa, Ana María Durán Calisto e outros sobre urbanismos de extração de petróleo e recursos naturais (ver, por exemplo, <http://www.petropia.org/publications/articles/>). Ver também Charles Waldheim e Alan Berger (2008), assim como Neeraj Bhatia (2015), disponível em: <http://scenarijournal.com/article/the-cheap-frontier/>.

mais variada, territorialmente diferenciada e multiescalar da própria noção lefebvriana de uma revolução urbana, a qual consideramos essencial e basilar para interpretar, investigar e visualizar as formas emergentes de urbanização planetária.

Nessa perspectiva, sublinha-se que a revolução urbana contemporânea engendra uma relação mais consolidada entre as aglomerações urbanas populacionais e suas paisagens operacionais em zonas cada vez mais remotas da economia mundial. Estas últimas não são mais tratadas como locais “atrasados” ou de abastecimento de recursos, e/ou onde se implantam lixões que sustentam o crescimento e o descarte de resíduos das cidades – isto é, os reinos da degradação ecológica planetária (*Abbau*), a mesma que Lewis Mumford observou de forma alarmista no início década de 1960. Hoje em dia, por sua vez, as paisagens operacionais da urbanização extensiva estão cada vez mais sistematicamente privatizadas, industrializadas, infraestruturadas, financiadas, interligadas e geridas para fins funcionais específicos dentro das divisões espaciais do trabalho e das ecologias geopolíticas tão peculiares ao processo de urbanização planetária em rápida evolução. Em suma, a transformação contínua da chamada hinterlândia em paisagens operacionais altamente capitalizadas, financiadas, transnacionalizadas, geopoliticamente estratégicas e monitoradas ecologicamente representa uma das tendências distintivas da revolução urbana planetária que se desenlaça¹⁵.

Entendendo a urbanização planetária

Apesar de sua mensagem epistemológica e cartograficamente explosiva, a iconografia usada no projeto de capa de *A Revolução Urbana* de Lefebvre – tanto em sua versão original de 1970 quanto em sua tradução para o inglês em 2003 – é surpreendentemente convencional (Figura 10.4).

¹⁵ Essa transformação exige maiores colaborações de pesquisa entre urbanistas, arquitetos paisagistas e acadêmicos da área de extração industrial, agricultura, logística, ecologia florestal e política. Para obter recentes incursões no tocante a esse diálogo, ver Arboleda (2014), Labban (2014) e Luke (2003; 2009).

Figura 10.3

Um tecido urbano planetário emergente: redes mundiais de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo.



Fonte: Nikos Katsikis, Urban Theory Lab-GSD and terraurbis.com, baseado em dados da National Imagery Mapping Agency (NIMA) 1997 e do National Center for Ecological Analysis and Synthesis (NCEAS).



Figura 10.4
Iconografia gráfica da capa do livro “The Urban Revolution”,
de Henri Lefebvre (1970 e 2003).



Na versão francesa original, foi adotada uma representação clássica de densidade urbana ilustrada por uma “colagem” de grandes edifícios icônicos perfurados por trilhos elevados de metrô. Por sua vez, na tradução mais recente para o inglês, foi utilizada uma iconografia semelhante, e mais facilmente reconhecível, de um dos grandes boulevares parisienses de Haussmann, que perfura em linha reta toda a imagem de um denso tecido urbano que se estende infinitamente no horizonte.

Devido à ênfase que dou ao caráter multifacetado, variado e volátil das paisagens emergentes da urbanização planetária, seria inadequada a sugestão de se representar iconicamente essas paisagens por meio de uma única imagem, gênero ou cartografia. No entanto, à medida que as representações tradicionais do espaço urbano repousam em ideologias visuais – por exemplo, a verticalização, densidade e delimitações espaciais – que naturalizam

a “cidade” como uma unidade da vida social, elaborar visualizações críticas e reflexivas do espaço urbano se mostra uma base importante para provocar e substituir as noções convencionais por outras que resultem do desenvolvimento de interpretações alternativas dos padrões emergentes e dos rumos atuais da urbanização. Entre as muitas estratégias de visualização crítica que poderiam ser utilizadas em prol desse esforço, tem-se o trabalho fotográfico publicado recentemente por Edward Burtynsky, Garth Lenz e David Maisel, que oferece um conjunto particularmente poderoso de intervenções realizadas em paisagens de onde se extraem recursos e matérias-primas para a indústria¹⁶.

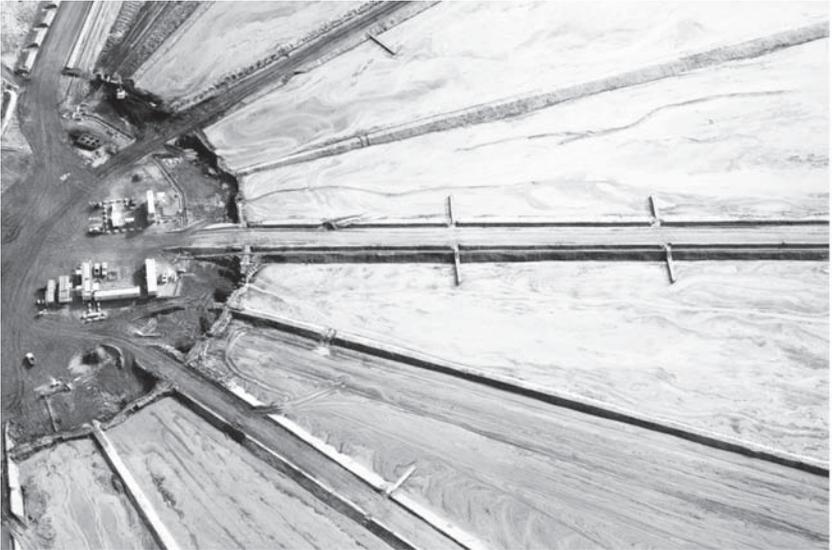
Em muitas das imagens difundidas sobre essas paisagens, o espectro da destruição ecológica mundial é retratado a partir de uma abstração bastante estética e da qual alguns críticos chegaram a descrever esse gênero por meio de frases como “sublime tóxico” ou “sublime apocalíptico”¹⁷. Em uma série notável de fotografias aéreas realizadas por Garth Lenz no campo de petróleo das Areias Betuminosas do Athabasca, no Canadá (Figura 10.5), somos levados a visitar zonas longínquas nas quais a superfície da Terra é vista por camadas de uma lama viscosa, atravessada por estradas lodosas margeadas por lagoas repletas de resíduos tóxicos que ali se acumulam. Essas imagens oferecem um panorama dramático e inquietante das paisagens operacionais da urbanização extensiva, tanto do ponto de vista social como do ecológico. Lefebvre certamente descreveria essas imagens como exemplos de um “terrícidio”, como locais forjados a apoiarem a reprodução das cidades sob o capitalismo do início do século XXI¹⁸.

¹⁶ Para um panorama mais útil desse trabalho, com especial referência à fotografia de Burtynsky, ver Merle Patchett e Andriko Lozowy (2012). Uma relevante apresentação do trabalho de David Maisel (2013), seguido de comentários críticos, pode ser encontrado no livro, bastante digno de nota, intitulado *Black Maps: American Landscape and the Apocalyptic Sublime* (Göttingen: Steidl, 2013). Por sua vez, um panorama do trabalho de Lenz também pode ser encontrado no artigo de Becky Harlan, “Garth Lenz’s abstract energyscapes,” publicado na *National Geographic Online*, 29 agosto de 2014. Disponível em: <<http://proof.nationalgeographic.com/2014/08/29/garth-lenzs-abstract-energyscapes/>>.

¹⁷ Para essa discussão, conferir Patchett e Lozowy, “Reframing the Canadian Oil Sands.”

¹⁸ Para entender a noção de Lefebvre sobre o “terrícidio”, conferir Stuart Elden (2013).

Figura 10.5
Paisagens industrializadas de extração de recursos: Tar Sands



Fonte: © Garth Lenz).

É possível dizer que as fotografias alarmantes das Areias Betuminosas do Athabasca oferecem uma perspectiva crítica para decifrar nossa condição urbano-planetária? Se, no passado, os bulevares geométricos de Haussmann ofereciam um símbolo

icônico para representar uma forma específica de expansão urbana anterior e centrada nas aglomerações, em que os habitantes dessas mesmas aglomerações foram deslocados do seu “centro” para se criar um outro ambiente construído ali voltado para o capital imobiliário, é bem possível que as fotografias aéreas de Lenz sobre os terricídios industrializados constituam metáforas evocativas desse processo global de neo-Haussmannização que se desencadeou sob a urbanização planetária. As remoções, as privatizações e dispossessões continuam acontecendo, mas agora numa escala muito maior que transcendem os ambientes construídos herdados de fases anteriores de desenvolvimento urbano, levando-nos a uma devastação social, de contaminação tóxica e destruição ambiental nunca antes experimentada. Como Andy Merrifield (2014, p. 526) explica:

O barão Haussmann reconfigurou todo o centro de Paris, incluindo seus antigos bairros e populações pobres, deslocando estes para a periferia em prol da especulação; a forma urbana construída ali tornou-se simultaneamente numa máquina de propriedade e num meio de dividir e dominar; hoje, o processo de neo-Haussmannização evidencia um processo similar que integra interesses financeiros, corporativos e estaduais, reconfigurando, agora, todo o mundo ao embargar terras graças à destruição forçada de favelas sob um domínio eminente que revaloriza essas terras na medida em que subordina os antigos residentes a viverem no centro do mal-estar pós-industrial.

Nessas condições, é mais urgente do que nunca desenvolver novas teorias, análises e cartografias que situem mais adequadamente essas paisagens operacionais: os sistemas de uso da terra e configurações de infraestrutura ali aplicados; seus regimes trabalhistas e relações de propriedade; suas formas de governança; seus impactos ecológicos; e seus tecidos sociais em acelerada mutação – atributos bastante centrais no tocante à nossa compreensão da condição urbana contemporânea. As perspectivas epistemológicas propostas no nosso trabalho de urbanização planetária avançam na esperança de que uma nova compreensão do urbano possa ser útil para as lutas em curso *contra* a neo-Haussmanni-

zação, o cerco territorial, o fundamentalismo de mercado e a pilhagem ecológica global, e *em prol de* um modelo diferente de urbanização, uma *alter-urbanização*, orientada para a reapropriação coletiva e gestão democrática do “espaço planetário como obra da espécie humana” (LEFEBVRE, 2009, p. 206).

Referências

- AJL, M. “The hypertrophic city versus the planet of fields”. In: BRENNER, N. **Implosions/Explosions**. Berlin: Jovis, p. 533-550, 2014.
- ARBOLEDA, M. “Financialization, totality and planetary urbanization in the Chilean Andes”. **Geoforum**, 67, p. 4-13, 2015.
- ARBOLEDA, M. “In the nature of the non-city: expanded infrastructural networks and the political ecology of planetary urbanisation”. **Antipode**, 48, n. 2, p. 233-251, 2016.
- ASCHER, F. **Métapolis ou l’avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- BAIROCH, P. **Cities and Economic Development: from the Dawn of History to the Present**. Traduzido para o inglês por Christopher Braider. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- BRENNER, N. (Org.) **Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis, 2014.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. “Towards a new epistemology of the urban”. **CITY**, 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- BUNKER, S. G.; CICCANTELL, P. S. **Globalization and the Race for Resources**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.
- DAVIS, K. “The origins and growth of urbanization in the world”. **American Journal of Sociology**, 60, n. 5, p. 429-37, 1955.
- DAVIS, K. **World Urbanization: 1950-1970**, Volume I: Basic Data for Cities, Countries, and Regions, Population Monograph Series No. 4. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1969.
- _____. **World Urbanization: 1950-1970**, Volume II: Analysis of Trends, Relationships and Development, Population Series No. 9. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1972.
- DOXIADIS, C. **Ekistics**. An Introduction to the Science of Human Settlements. New York: Oxford University Press, p. 200, 1968.
- ELDEN, S. **Terricide**: Lefebvre, geopolitics and the killing of the earth. Department of Politics, University of Warwick, manuscrito não publicado, 2013.
- GOTTMAN, J. **Megalopolis**. New York: The Twentieth Century Fund, p. 5, 1961.
- GRAHAM, S. “The end of geography or the explosion of place: conceptualizing space, place and information technology”. **Progress in Human Geography**, 22, n. 2, p. 165-85, 1998.

- HARVEY, D. "Cities or urbanization?" In: BRENNER, N. **Implosions/Explosions**. Berlin: Jovis, p. 61, 2014.
- IBAÑEZ, D.; KATSIKIS, N. (Orgs.) **New Geographies 6: Grounding Metabolism**. Graduate School of Design, Harvard University, 2014.
- JAMESON, F. "Cognitive mapping". In: GROSSBERG, L.; NELSON, C. **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago: University of Illinois Press, p. 347-357, 1992.
- LABBAN, M. "Deterritorializing extraction: bioaccumulation and the planetary mine". **Annals of the Association of American Geographers**, 104, n. 3, p. 560-576, 2014.
- LEFEBVRE, H. "Dissolving city, planetary metamorphosis". In: BRENNER, N. **Implosions/Explosions**. Berlin: Jovis, p. 566-71, 2014.
- LEFEBVRE, H. "Reflections on the politics of space". In: BRENNER, N.; ELDEN, S. **State, Space, World: Selected Writings**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 2009.
- LEFEBVRE, H. "The right to the city". **Writings on Cities**. Organizado e traduzido para o inglês por Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1996.
- LEFEBVRE, H. "The worldwide and the planetary". In: BRENNER, N.; ELDEN, S. (Orgs.) **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, p. 206, 2009.
- LEFEBVRE, H. **The Urban Revolution**. Tradução para o inglês de Robert Bononno. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 2003.
- LUKE, T. "Developing planetarian accountancy: fabricating nature as stock, service and system for green governmentality". **Nature, Knowledge and Negation**, 26, p. 129-159, 2009.
- LUKE, T. "Global Cities *versus* 'global cities': rethinking contemporary urbanism as public ecology". **Studies in Political Economy**, 70, p. 11-33, Spring 2003.
- MAISEL, D. **Black Maps: American Landscape and the Apocalyptic Sublime**. Göttingen: Steidl, 2013.
- MERRIFIELD, A. "The right to the city and beyond: notes on a Lefebvrian conceptualization". In: BRENNER, N. **Implosions/Explosions**. Berlin: Jovis, p. 523-532, 2014.
- MOORE, J. W. **Capitalism in the Web of Life**. New York: Verso, 2015.
- PARK, R.; BURGESS, E. (Orgs.) **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1967 [1925].
- PATCHETT, M.; LOZOWY, A. "Reframing the Canadian Oil Sands". **Imaginations: Journal of Cross-Cultural Image Studies**, 3, 2, p. 140-169, 2012.
- ROBINSON, J. "New geographies of theorizing the urban: putting comparison to work for global urban studies". In: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. **The Routledge Handbook on Cities of the Global South**. New York: Routledge, p. 57-70, 2014.

ROY, A. "The 21st century metropolis: new geographies of theory". **Regional Studies**, 43, n. 6, p. 819-830, 2009.

ROY, A. "Worlding the south: towards a post-colonial urban theory". In: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. **The Routledge Handbook on Cities of the Global South**. New York: Routledge, p. 09-20, 2014.

SCHMID, C. "Specificity and urbanization: a theoretical outlook". In: ETH Studio Basel (Org.) **The Inevitable Specificity of Cities**. Zurich: Lars Müller Publishers, p. 282-297, 2014.

SOJA, E. **Postmetropolis**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 2000.

SWYNGEDOUW, E. "Metabolic urbanization: the making of cyborg cities". In: HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. **The nature of cities: urban political ecology and the politics of urban metabolism**. New York: Routledge, p. 21-40, 2006.

WEBBER, M. "The post-city age". **Daedalus**, 94, n. 4, p. 1.091-110, 1968.

Teses sobre a urbanização

No começo da década de 1970, um jovem sociólogo marxista chamado Manuel Castells (na época, exilado em Paris), iniciou sua intervenção, que logo se tornaria um clássico, *A Questão Urbana*, ao declarar seu “espanto” com o debate a respeito dos “problemas urbanos” que estavam se tornando “um elemento essencial nas políticas de governos, nas preocupações da mídia de massa e, conseqüentemente, no dia a dia de grande parte da população” (1977 [1972]: 1). Para Castells, esse espanto surgiu da sua perspectiva marxista ortodoxa, que pressupunha que a preocupação pelas questões urbanas eram ideológicas. Acreditava que o verdadeiro motor da mudança social residia em outro lado, na ação da classe trabalhadora e a mobilização anti-imperialista. Sobre essa base, Castells procedeu a desconstruir aquilo que via como a “ideologia urbana” predominante sob o capitalismo gerencial do pós-guerra: sua teoria levava a sério a construção social do fenômeno urbano no discurso acadêmico e político, mas em última instância associava essas representações com processos supostamente fundacionais, relacionados com o capitalismo e o papel do Estado na reprodução da força laboral.

Quatro décadas depois da intervenção clássica de Castells, o discurso sobre as questões urbanas presente na primeira parte do século XXI pode provocar facilmente um assombro similar: não porque mascara as operações do capitalismo mas porque se tornou uma das metanarrativas dominantes por meio da qual se interpreta (tanto em meios acadêmicos quanto na esfera pública) nossa atual situação planetária. Hoje, a educação interdisciplinar avançada nas ciências sociais, planejamento e desenho está florescendo nas principais universidades, e os temas urbanos estão

sendo debatidos energeticamente por historiadores, críticos literários e outros especialistas da área de Humanas.

Da mesma maneira, os cientistas físicos e computacionais e ecologistas, contribuem para o desenvolvimento dos estudos urbanos por meio de suas explorações de informações baseadas em satélites, análises georreferenciadas e tecnologias de sistemas de informação geográfica (sigla em inglês: GIS), que oferecem perspectivas mais diferenciadas sobre as geografias da urbanização (POTERE; SCHNEIDER, 2007; GAMBA; HEROLD, 2009; ANGEL, 2011). Alguns textos clássicos, como *Morte e vida das grandes cidades americanas* de Jane Jacobs (1965) e *Cidade de quartzo* (1991) de Mike Davis, seguem animando as discussões sobre o urbanismo contemporâneo, e mais recente, livros populares sobre cidades, como *The Triumph Of The City* de Edward Glaeser (2011), *Welcome to the Urban Revolution* de Jeb Brugmann (2010), e *Who's your city?* de Richard Florida (2008), junto com documentários como *Urbanized* (direção de Gary Hustwit; 2011) e *Megacities* (direção de Michael Glawogger; 1998), são amplamente discutidos na esfera pública¹.

A Exposição Universal de 2010, celebrada em Shangai sob o lema “Uma melhor cidade, uma melhor vida”, e grandes museus, exposições, e bienais de Nova York, Veneza, Christchurch e Hong Kong dedicam grande atenção às questões da cultura urbana, desenho urbano e desenvolvimento (SEIJDEL, 2009; KROEBER, 2012; MADDEN, *no prelo*). O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat 1996) declarou o advento de uma “era urbana”, gerada pelo rápido crescimento da população mundial²² nas cidades. Essa visão urbano-cêntrica do atual momento geohistórico se popularizou por meio de uma série de conferências temáticas desenvolvidas em algumas das principais metrópoles do mundo, que foram organizadas e financiadas mediante uma iniciativa

¹ Para uma crítica mais forte de Florida 2008, Brugmann 2010 e Glaeser 2011, entre outros, ver Gleeson 2012.

² Para uma contextualização histórica e crítica detalhada dessa proposição da ONU, ver Brenner e Schmid 2012a.

conjunta da London School of Economics e o Deutsche Bank (BURDETT; SUDJIC, 2006). Até os debates sobre as mudanças climáticas e o futuro da biosfera estão sendo conectados com assuntos sobre a urbanização. Agora se reconhece que o entorno construído do planeta – em efeito, a infraestrutura sociomaterial da urbanização – contribui diretamente para estabelecer transformações transcendentais na atmosfera, os hábitos bióticos, as superfícies do uso da terra e as condições oceânicas, o que produz consequências a longo prazo para o metabolismo das formas de vida humana e não humanas (LUKE, 1997; SAYRE, 2010). Essas reorientações intelectuais e culturais coincidem temporalmente com uma série de transformações espaciais, reposicionamentos institucionais e mobilizações sociais em larga escala, que têm intensificado o significado e a magnitude das condições urbanas.

Em primeiro lugar, as geografias da urbanização (concebidas durante muito tempo com respeito às populações densamente concentradas e aos entornos construídos das cidades) estão adquirindo morfologias novas e de maior envergadura, que perfuram, atravessam e fazem explodir a antiga divisão entre o urbano e o rural (ver Figura 11.1). Como explicam Edward Soja e Miguel Kanai (2006, p. 58):

O urbanismo como modo de vida, circunscrito em outros tempos ao centro metropolitano histórico, se propagou externamente, criando densidades urbanas e novas cidades ‘externas’ e ‘periféricas’ onde antes havia subúrbios, campos verdes ou zonas rurais. Em algumas áreas, a urbanização se expandiu em escala regional, o que gerou galáxias urbanas gigantes, com tamanhos de população e graus de policentrismo que superam amplamente qualquer coisa imaginada há apenas algumas décadas (...). Em certos casos, as regiões metropolitanas se unem e formam conglomerados ainda maiores, como parte de um processo que poderia ser chamado de “urbanização regional extensiva”.

Figura 11.1

Como essa imagem de satélite com luzes à noite ilustra, as geografias da urbanização explodiram as barreiras das cidades, metrópoles, região e território: assumiram uma escala planetária.



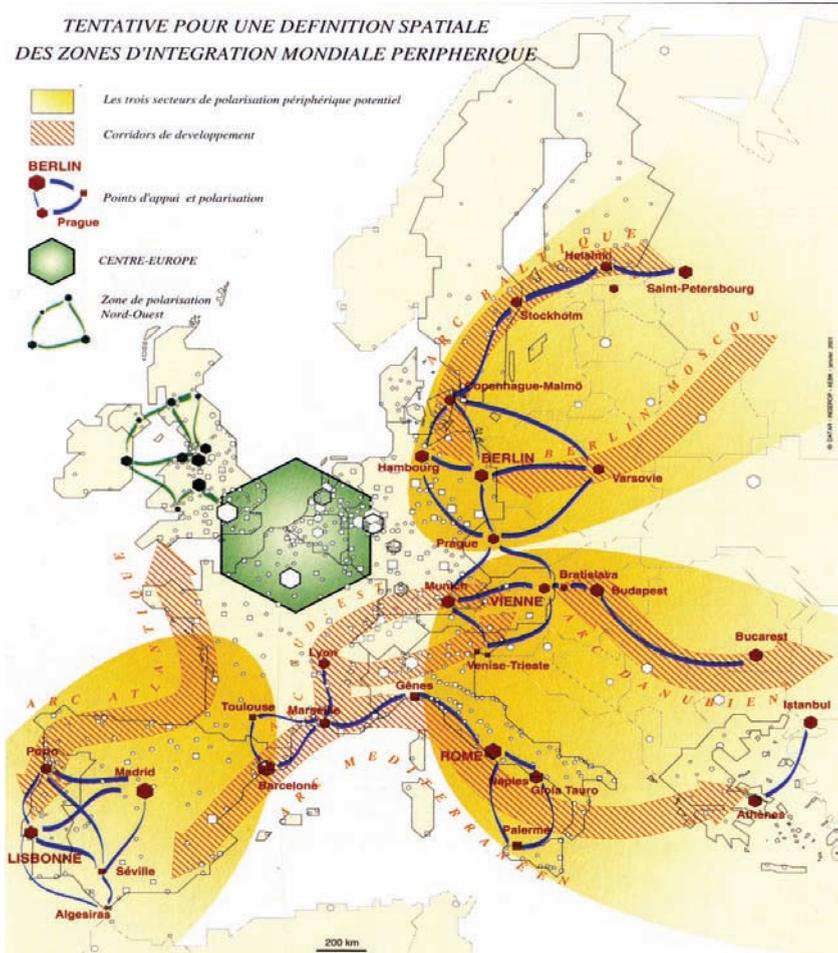


Em segundo lugar, ao longo de cada uma das principais regiões econômicas do mundo, os respectivos governos nacionais, estaduais e municipais têm impulsionado iniciativas políticas espacialmente seletivas para criar novas matrizes vinculadas ao investimento de capitais transnacionais e o desenvolvimento urbano em vastas zonas de seus territórios (ONG, 2000; BRENNER, 2004; CORREA, 2011; PARK; CHILD HILL; SAITO, 2011). Essas estratégias públicas às vezes apontam para os núcleos metropolitanos tradicionais, mas também articulam amplas estruturas de acumulação e regulação espacial, que se organizam ao longo de corredores intercontinentais de transporte, grandes redes de infraestrutura, telecomunicações e energia, zonas de livre comércio, triângulos de crescimento transnacionais e regiões fronteiriças internacionais. Essa paisagem extensiva de urbanização é agora um campo de força constituído por estratégias estatais regulatórias entrecruzadas, que têm sido desenhadas para territorializar, em longo prazo, investimentos de larga escala no ambiente construído e para canalizar fluxos de matéria-prima, energia, produtos básicos, trabalho e capital por meio do espaço transnacional (ver Figuras 11.2 e 11.3).

Um terceiro aspecto consiste em que, dentro desse tumulto mundial de reorganização socioespacial e regulatória, estão se cristalizando novos vetores de luta social urbana. Michael Hardt e Antonio Negri (2009, p. 250) sugeriram recentemente que a metrópole contemporânea se converteu em um ponto de mobilização sociopolítica, cujo papel é análogo ao que desempenhou a fábrica durante a época industrial. De acordo com esses filósofos, a cidade representa agora o “espaço dos comuns” e, por conseguinte, a base territorial para a ação coletiva sob as condições do capitalismo globalizador, os Estados neoliberalizadores e o império reconstruído. Em muitas regiões urbanas do planeta, a noção de direito à cidade (desenvolvida no final da década de 1960 por Henri Lefebvre) se transformou em um grito de combate para os movimentos sociais, as coalizões e os setores reformistas de tendências dominantes e radicais, assim como para diversas organizações não governamentais globais,

Figura 11.2

Novas formas de planejamento espacial na União Europeia preveem uma infraestrutura integrada de extensão continental para transporte e comunicação – em efeito, uma matriz europeia de urbanização.



a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fórum Urbano Mundial (HARVEY, 2012; MAYER, 2012; MERRIFIELD, 2012; SCHMID, 2012). Logo, o urbano já não é somente um local ou arena de conflitos políticos, mas se tornou um de seus principais interesses em disputa. Cada vez mais, a reorganização das condições urbanas aparece

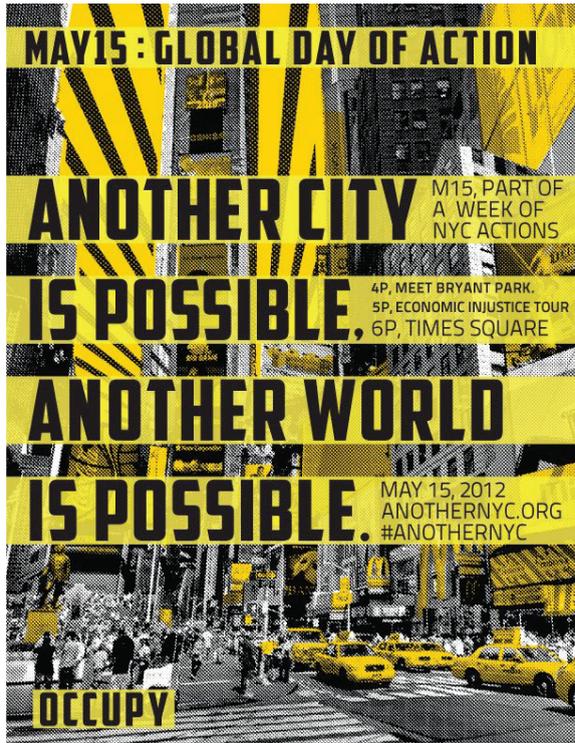
Figura 11.3

Novas geografias transnacionais de intervenção estatal no processo urbano estão emergindo, como ilustrado nesse mapa de 2011 do projeto para a Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) Project Portfolio.



como um meio para modificar, em seu conjunto, as estruturas político-econômicas e as formações espaciais gerais do capitalismo mundial correspondentes à primeira fase do século XXI (ver Figura 11.4).

Figura 11.4
Outra cidade, outro mundo (2011) – Ange Tran, Not an Alternative.



Essas tendências são multifacetadas, voláteis e contraditórias, e suas importâncias acumuladas representam uma questão que, sem dúvida, está sujeita a interpretações e a um intenso debate. Embora, como mínimo, poderia se dizer que os espaços urbanos têm se tornado essenciais para a vida política, econômica, social e cultural, assim como para as condições socioambientais do mundo. Diversos campos da pesquisa social, a intervenção política e o discurso público sustentam agora que a configuração dos entornos urbanos/urbanizadores construídos e das respectivas instituições tem consequências significativas para o futuro do capitalismo, a política e, de fato, o ecossistema planetário em sua totalidade. Para aqueles que há muito tempo se preocupam com questões

urbanas, seja na teoria, seja na pesquisa, ou na prática, esses são desenvolvimentos muito estimulantes. Mas, também são acompanhados por novos desafios e perigos – por exemplo, a proliferação da confusão sobre a especificidade do urbano propriamente dito, tanto como uma categoria de análise para teoria e pesquisa social, quanto como categoria de prática na política e vida cotidiana³.

Ao final da década de 1930, o sociólogo urbano da Escola de Chicago Louis Wirth (1969 [1937]) escreveu um artigo em que delineou os contornos analíticos do urbanismo com referência à uma tríade clássica de propriedades sociológicas – grande tamanho da população, alta densidade demográfica e elevados níveis de heterogeneidade demográfica. Para Wirth, a coexistência espacial dessas propriedades dentro das áreas urbanas distinguia essas zonas de qualquer outro tipo de assentamento e justificava a adoção de estratégias específicas – ferramentas de um campo diferente da sociologia urbana – para a pesquisa. Ao contrário, no começo do século XXI, o urbano parece ter se convertido na quintessência do significante difuso: sem nenhuma clarividência em parâmetros de definição, coerência morfológica ou rigor cartográfico, usam-se essas estratégias para referenciar uma variedade aparentemente ilimitada de processos, transformações, trajetórias, potenciais e condições socioespaciais contemporâneas. Ash Amin e Nigel Thrift (2002, p. 1) descrevem essa situação da seguinte maneira:

A cidade está em todos os lados e em todas as coisas. Se o mundo urbanizado é agora uma cadeia de áreas metropolitanas conectadas por lugares/corredores de comu-

³ A distinção entre categorias de análise e categorias de prática é desenvolvida por Rogers Brubaker e Frederick Cooper (2000). Para uma mediação poderosa sobre essas aplicações sobre as questões urbanas, ver Wachsmuth (2014), e, em um contexto prévio, Sayer (1984).

nicação (aeroportos e linhas aéreas, estações e ferrovias, estacionamentos e estradas, teleportos e autopistas informáticas), então o que não é o urbano? É o povo, a aldeia, o campo? Talvez, mas apenas a um grau delimitado. As pegadas da cidade estão em todos esses lugares, na forma daqueles que viajam diariamente para o trabalho, turistas, trabalho à distância, meios de comunicação e urbanização dos modos de vida. A divisão tradicional entre a cidade e o campo foi perfurada.

O processo emergente de urbanização extensiva está produzindo uma estrutura variada que, em lugar de concentrar-se em pontos nodais ou de circunscrever-se em regiões delimitadas, é tecido, agora, de maneira desigual e com uma densidade cada vez maior em grandes extensões de todo o mundo. Acaba sendo impossível entender adequadamente essa formação por meio dos conceitos tradicionais relacionados com a urbanidade, o metropolitano ou o esquema binário urbano/rural, que pressupõe uma separação espacial coerente dos distintos tipos de assentamentos. Tampouco se pode conseguir uma compreensão eficaz sobre a base de ideias mais recém-desenvolvidas em torno da cidade global(izadora), já que a maioria de suas variantes pressupõem uma limitação territorial das unidades urbanas, embora, agora, entendidas como ligadas com outras cidades mediante redes transnacionais de capital, trabalho e infraestruturas de transporte/comunicação⁴. Paradoxalmente, no mesmo momento em que o urbano parece ter adquirido uma importância estratégica sem precedentes para um amplo arco de instituições, organizações, pesquisadores, atores e ativistas, o seu contorno se tornou “escorregadio”. A aparente ubiquidade da condição urbana contemporânea faz com que se pareça impossível definir.

Sob essas condições, o campo teórico herdado de Wirth, Castells e outros urbanistas importantes do século XX se

⁴ Ver Brenner e Schmid (2012a). *Cities*, de Amin e Thrift (2002), desenvolve uma versão produtiva dessa crítica, embora seja orientada em direção a um caminho metodológico diferente do que o desenvolvido aqui.

encontra agora em um estado de desordem. Se o urbano já não pode ser entendido como um lugar particular – é dizer, como um tipo de assentamento discreto, distintivo e relativamente delimitado, onde prevalecem formas específicas de relações sociais – o que poderia então justificar a existência de um campo intelectual dedicado a sua investigação?

Na atualidade, o mundo dos estudos urbanos acadêmicos hospeda diversos “sintomas mórbidos”, que parecem significar a última entre uma longa sucessão de crises epistemológicas que têm periodicamente ricocheteado, por meio do campo, desde suas origens, há quase um século⁵.

Os pesquisadores mais especializados e orientados empiricamente desenvolvem tarefas formidáveis no que diz respeito à coleta de dados, e refinamento metodológico e os estudos concretos se mantêm em pé frente ao desafio de lidar com a decadência das bases epistemológicas. Desse modo, a especialização disciplinária e subdisciplinária produz um “campo cego” – segundo a denominação de Lefebvre (2003 [1970]: p. 29, p. 53) – onde as investigações concretas sobre temas tradicionais continuam acumulando-se, apesar de que o “fenômeno urbano tomado como um todo” está oculto da nossa vista⁶. Enquanto isso, entre os urbanistas que se mostram interessados em abordar essas questões, existe uma maior confusão enquanto as bases analíticas e a “razão de ser” do campo em sua totalidade. Uma revisão superficial dos trabalhos recentes sobre teoria urbana revela que existem discrepâncias de base em quase todos os temas imagináveis: tanto para conceituar o que estudam (ou deveriam estudar) os urbanistas, como justi-

⁵ Para crises prévias, ver Castells (1976) e Abu-Lughod (1969). Sobre desafios contemporâneos, ver, entre outros trabalhos, Roy (2009); Roy e Ong (2011); Zukin (2011); e Schmid (s.d.).

⁶ O conceito de “campo cego” é emprestado da polêmica de Lefebvre contra o excesso de especialização nos estudos urbanos da corrente principal, uma situação que, em sua visão, contribui para uma fragmentação de seu objeto básico de análise e para mascarar a totalidade mundial formada pela urbanização capitalista. Ver Lefebvre (2003 [1970]).

ficar por que o fazem (ou por que deveriam fazê-lo), e para determinar qual é a melhor maneira de alcançar seus objetivos⁷. Essa situação gerou uma “Torre de Babel acadêmica” (LEFEBVRE, 2003 [1970], p. 54) em que, mesmo quando existem inovações conceituais produtivas, a fragmentação das realidades urbanas na prática política, econômica e cultural cotidiana é replicada sem demasiado sentido crítico dentro do terreno discursivo da teoria urbana.

Dentro desse marco, uma tendência particularmente problemática é o giro contextualista que se tornou moda entre muitos urbanistas marcados pela teoria do ator-rede de Bruno Latour e, associados a ela, os conceitos neodeleuzianos de agenciamento. Sobretudo em suas variantes moduladas ontologicamente, esses enfoques rejeitam as formas abstratas ou macroestruturais de argumentação em favor de narrativas baseadas em lugares específicos e descrições densas, que parecem oferecer um meio mais direto para acessar os contornos microssociais de uma paisagem urbana que muda rapidamente⁸. Essas posições podem rodear parcialmente alguns dos pontos cegos estruturalistas correspondentes às posturas metateóricas anteriores; e, em certos casos, conseguir abrir novos e frutíferos horizontes para indagar sobre os processos urbanos, particularmente em respeito ao papel dos agentes não humanos na estruturação dos lugares. Porém, lamentavelmente, a maioria dos trabalhos sobre agenciamentos urbanos nem sequer abordam os enigmas epistemológicos de base delineados anteriormente e, por conseguinte, estão muito longe de começar a resolvê-los⁹. Também aqui, o conceito do

⁷ Para um resumo útil e avaliações críticas sobre esse assunto, ver Soja (2000) e Roy (2009). Outro recurso útil sobre esse debate é o periódico *CITY: Analysis of Urban Trends, Culture, Theory, Policy, Action*, que dedica grande atenção às discussões de bases teóricas/epistemológicas e suas ramificações políticas.

⁸ Os textos-chave nessa linha de pesquisa incluem Latour e Hermant (2006; 1998); Farías e Bender (2010); e McFarlane (2011a; 2011b).

⁹ Uma importante exceção à essa generalização é o trabalho de Ignacio Farías (2010), que explicitamente confronta tais questões e propõe uma radical, senão controversa, reflexão da questão urbana. Uma avaliação mais cautelosa do potencial de tais abordagens na pesquisa urbana é apresentado em Bender (2010).

urbano está unido a um conjunto extraordinariamente difuso de referências, conotações e condições. Todos esses fatores derivam com frequência das categorias cotidianas da prática, que logo se convertem de maneira não reflexiva em compromissos analíticos. Assim, a indeterminação teórica do campo se aprofunda ainda mais, enquanto o contexto do contexto – as amplas dimensões geopolíticas e geoeconômicas dos processos contemporâneos de urbanização e as formas associadas que mostram o sistema capitalista mundial enquanto a reestruturação, a expropriação e o desenvolvimento espacial desigual – é submetido a uma análise de “caixa preta”¹⁰.

Existe algum futuro para a teoria urbana em um mundo onde a urbanização foi generalizada? O que os urbanistas devem fazer? Afirmar o caráter aparentemente amorfo do terreno escolhido para sua pesquisa e resignar a tarefa de rastrear a vida social e a forma especial de lugares definidos genericamente? Ou devem os estudos urbanos hoje em dia serem seguidos utilizando o controvertido marco não espacial proposto por Peter Saunders, nos anos 1980 (1986 [1981]), que enfatizava processos sociais constitutivos (em particular, o consumo coletivo) ao invés de sua materialização em formas espaciais? Ou, desde um ponto de vista ainda mais radical, talvez seja tempo de falar do campo anteriormente conhecido como estudos urbanos, considerando que o trabalho nesse âmbito de investigação corresponde a uma fase da modernidade capitalista cujas pré-condições socioespaciais já foram substituídas? Em uma recente reflexão de tom provocador, o eminente sociólogo urbano Herbert Gans (2009) sugere algo dessa índole: propõe substituir a problemática herdada dos estudos urbanos por outra vinculada a uma “sociologia de assentamentos”, com base em tipologias reinventadas da organização espacial humana e em uma compreensão menos rígida dos limites entre lugares. Ao contrário de

¹⁰ Sobre a noção de contexto do contexto, ver Brenner, Peck e Theodore (2010). Uma versão dessa linha de crítica é desenvolvida em Brenner, Madden e Wachsmuth (2010) e também em Wachsmuth, Madden e Brenner (2011).

Saunders, Gans (2009) insiste que o campo em debate deve reter um componente especial, mas opta por abandonar a cartografia do espaço de assentamento urbano que durante muito tempo apoiou a sociologia urbana, incluindo suas próprias investigações pioneiras desenvolvidas a partir dos anos 1960.

É tentador seguir a direção de Gans (2009) e confrontar os cenários emergentes de urbanização com um quadro-negro conceitual mais ou menos em branco, desprovido da bagagem epistemológica desajeitada associada ao último século de debates sobre cidades, formas metropolitanas e questões urbanas. Fazê-lo, porém, implicaria reintroduzir uma versão da recusa prévia de Castells frente ao discurso urbano como pura ideologia. Essa posição não teria elementos suficientes para explicar a contínua e poderosa ressonância do urbano ao longo de diversas áreas da teoria e da pesquisa, assim como sua invocação difundida como local, objetivo ou projeto em tantas esferas de reorganização institucional, estratégia político-econômica e luta popular. Certamente, o compromisso intensificado com as condições e potencialidades urbanas – esboçado anteriormente – indica que o mundo contemporâneo está atravessando transformações socioespaciais sistêmicas e demonstra o esforço atual para construir esse mapa cognitivo do qual falou Fredric Jameson (1988, p. 347-57), que permitia assegurar a orientação cartográfica em condições de profundo deslocamento fenomenológico¹¹.

Independentemente de suas dimensões ideológicas, que são consideráveis, a noção do urbano não pode se reduzir a uma categoria de prática; segue sendo uma ferramenta conceitual crítica em qualquer tentativa de teorizar a atual destruição criativa do espaço político-econômico sob o capitalismo do começo do século XXI¹². Como reconheceu Lefebvre (2003 [1970]), esse processo

¹¹ O conceito neoalthusseriano de Jameson (1988) baseia-se na estrita noção fenomenológica introduzida pelo designer urbano Kevin Lynch em seu texto clássico *The Image of the City* (1960).

¹² Sobre a destruição criativa do espaço urbano, ver Harvey (1989).

de destruição criativa (em seus termos, “implosão-explosão”) não se limita a nenhum lugar, território ou escala de tipo específico; gera uma “problemática”, uma síndrome de condições, processos, transformações, projetos e lutas emergentes, que se conecta à generalização desigual da urbanização em escala planetária. Consequentemente, deve-se sustentar a continuação da teoria urbana, embora em uma forma reinventada criticamente, que identifique o caráter incessantemente dinâmico e criativamente destrutivo do “fenômeno urbano” (LEFEBVRE, 2003 [1970]) sob a ordem capitalista e que, sobre essa base, ajude a decifrar os padrões emergentes da urbanização planetária. De acordo com a adequada formulação combativa de Ananya Roy (2009, p. 820), esse momento é sem dúvida o ideal para “abrir novas geografias teóricas”, para uma abordagem rejuvenescida dos estudos urbanos críticos.

Sem intenção de provocar um curto-circuito no processo dessa aberta e turbulenta experimentação teórica que requer tal iniciativa, o restante deste ensaio apresenta uma série de teses destinadas a promover um debate sobre a condição urbana contemporânea no planeta, o estado de nosso patrimônio intelectual nos campos acadêmicos dedicados à sua investigação e as perspectivas para a adoção de novas estratégias conceituais capazes de decifrar as realidades e as potencialidades urbanas emergentes em diversos lugares, territórios e escalas. Várias dessas teses estão vinculadas à vasta literatura acadêmica sobre estudos urbanos que foi se desenvolvendo durante quase um século. Outras teses confrontam um terreno analítico o qual corresponde à pouca pesquisa urbana, ou que foi previamente abordado por meio de caminhos que, geralmente, caem para fora da órbita dos estudos urbanos, pelo menos no sentido tradicional do campo.

Enquanto essas teses sustentam um argumento de que deve-se seguir prestando atenção nas questões urbanas, elas

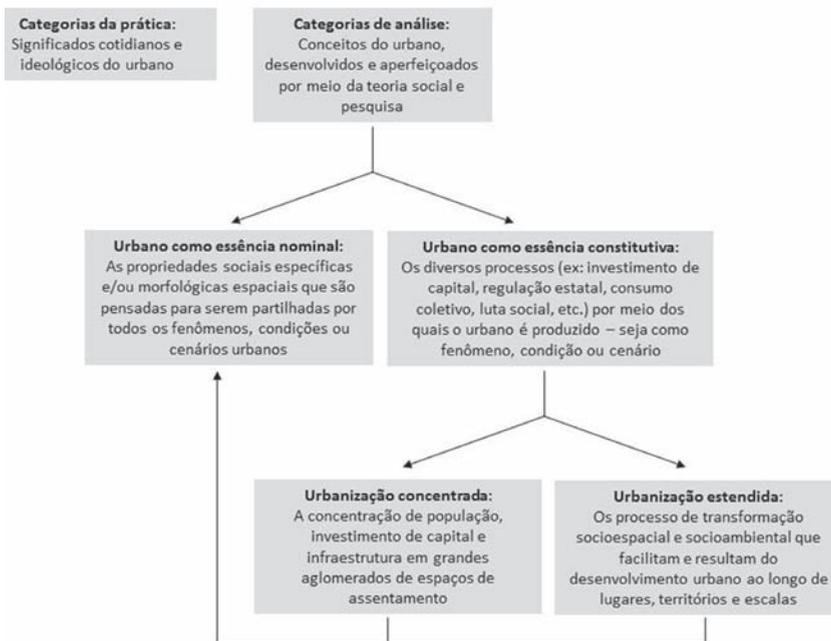
propõem uma visão reconstituída do “lugar” dessas questões. Como enfatizou acertadamente Andrea Kahn (2005, p. 287), a demarcação dos lugares urbanos sempre implica complexas manobras epistemológicas, políticas e cartográficas; se trata mais de “configurações multiescalares heteroglóssicas para interações e interseções” que de artefatos espaciais, discretos, preestabelecidos ou autônomos. Entretanto, de uma maneira mais abstrata, a orientação teórica aqui desenvolvida sugere que o caráter urbano de qualquer local (desde a escala do bairro até a do mundo inteiro) só pode ser definido em termos substantivos, com respeito aos processos socioespaciais históricos que o produzem. Como se tem apontado, o urbano é, então, uma “abstração concreta”, na qual as relações socioespaciais contraditórias do capitalismo (mercantilização, circulação e acumulação de capital e formas conexas de regulação/impugnação política) são territorializadas (incorporadas em contextos concretos e, por fim, fragmentadas) e ao mesmo tempo se generalizam (estendidas ao longo de cada lugar, território e escala e, então, universalizadas) (BRENNER, 1998; SCHMID, 2005; STANEK, 2011, p. 151-56). Assim, o conceito de urbano tem o potencial de iluminar o cenário socioespacial moderno modelado criativamente-destrutivo, não somente dentro de cidades, áreas metropolitanas e outras zonas consideradas tradicionalmente no âmbito do urbanismo, mas também por meio do espaço do mundo como um todo¹³.

Desde o aspecto metodológico, e, por acaso, também desde o substancial, essas proporções se inspiram em Lefebvre (2003 [1970]: 66) e em sua chamada metafilosofia da urbanização:

¹³ As noções de global, planetário, e o mundo são igualmente filosófica e politicamente contestadas e requerem mais análises. Ver Elden (2011); Sarkis (2011); Madden, *no prelo*; e os vários textos reunidos em Lefebvre (2009). Para motivos presentes, deve ser suficiente simplesmente notar que o “mundo”, como utilizado aqui, refere-se a um planeta que abrange zona de ação, imaginação e potencialidade que é dialeticamente coproduzida com o urbano: não é somente “preenchido” pela extensão global da urbanização, mas é ativamente constituído e perpetuamente reorganizado nas e pelas relações urbanas socioespaciais. Esse ponto é lucidamente desenvolvido em Madden, *no prelo*.

um enfoque exploratório que “proporciona orientação, ... abre caminhos e revela um horizonte”, ao invés de fazer declarações sobre uma condição atualizada ou um processo completo. Na medida em que os mapas cognitivos herdados da condição urbana demonstram ser cada vez mais inadequados (ou talvez obsoletos), a qualidade tentativa e experimental desse método adquire grande relevância. Necessita-se com urgência de um novo mapa cognitivo, cujos elementos essenciais guardem coerência de uma forma compreensível. Cabe assinalar que muitas das proposições delineadas abaixo não são mais do que esquemas especulativos orientados para vias de concepção e pesquisa que ainda devem ser abordadas. Seu potencial para informar mapeamentos futuros sobre a condição urbana planetária ainda precisa ser explorada e elaborada. O Diagrama 11.1 oferece um resumo esquemático de algumas das distinções apresentadas no texto.

Diagrama 11.1
Algumas distinções úteis para uma teoria da urbanização planetária



1. *O urbano é uma construção teórica.* O urbano não é um local, espaço ou objeto preestabelecido; sua demarcação como zona de pensamento, representação, imaginação ou ação somente pode se produzir por meio de um processo de abstração teórica (MARTINDALE, 1958; ABU-LUGHOD, 1969; CASTELLS, 1977 [1972]). Tais abstrações condicionam “o modo que ‘esculpimos’ nosso objeto de estudo e as propriedades que devemos considerar nos objetos particulares” (SAYER, 1984, p. 281; ver também SAYER, 1981). Assim, eles têm um impacto enormemente estruturador em investigações concretas de todos os aspectos pertencentes ao entorno construído e à reestruturação socioespacial. Nesse sentido, as questões de conceitualização configuram o núcleo de todas as formas de estudo urbano, ainda nos casos mostrados no Diagrama 12.1. Elas não são meras condições de fundo ou dispositivos de moldura, mas constituem o próprio tecido interpretativo por meio do qual os urbanistas entrelaçam metanarrativas, orientações político-normativas, análises de dados empíricos e estratégias de intervenção.

2. *O local e o objeto da pesquisa urbana são essencialmente contestados.* Desde a institucionalização formal dessa área sociológica no começo do século XX, a demarcação conceitual do urbano tem sido um tema de intensos debates e desacordos dentro das nas Ciências Sociais. A partir de então, a trajetória da pesquisa urbana não só compreende a acumulação de estudos concretos em seus espaços urbanizantes, mas também a contínua rearticulação teórica de sua especificidade como tal, tanto no plano social como espacial. Durante o último século, muitos dos grandes avanços conquistados nesse campo se produziram mediante a elaboração de novos “cortes” teóricos na natureza da questão urbana (GOTTDIENER, 1985; SAUNDERS, 1986 [1981]; MERRIFIELD, 2002).

3. *As principais vertentes dos estudos urbanos não demarcam seu local e objeto em termos de reflexividade teórica.* Em grande parte dos estudos específicos realizados durante o século XX, as cidades e os espaços urbanos foram considerados como locais de pesquisas transparentes e empiricamente coerentes. Conse-

quentemente, o caráter do estudo urbano foi concebido simplesmente com referência à circunstância de que seu ponto focal está localizado dentro de um lugar rotulado como “cidade”. Porém, essas posições empiricistas e predominantes não podem justificar suas próprias condições históricas e geográficas de possibilidade: necessariamente, pressupõem determinados postulados teóricos com respeito à especificidade da cidade e/ou o urbano, que moldam de maneira firme a trajetória da investigação concreta, geralmente em modos que não são examinados. Talvez a reflexividade crítica nos estudos urbanos somente possa ser cumprida se esses postulados forem explícitos, sujeitos a uma análise sistemática e revisados continuamente tendo em conta o desenvolvimento de questões da pesquisa, orientações político-normativas e preocupações práticas (CASTELLS, 1976).

4. *Tradicionalmente, os estudos urbanos demarcaram o urbano em contraposição aos espaços presumidamente não urbanos.* Desde suas origens, o campo de pesquisa dos estudos urbanos concebeu o urbano como um espaço de assentamento específico, que em um plano qualitativo é diferente dos espaços presumidamente não urbanos que o rodeiam: desde os subúrbios, a cidade e a aldeia até a zona rural, o campo e o deserto (WIRTH, 1969 [1937]; GANS, 2009). Sociólogos urbanos da Escola de Chicago, importantes economistas dedicados ao tema, teóricos destacados, demógrafos urbanos, geógrafos neomarxistas e teóricos da cidade global podem discordar da base dessa especificidade, mas todos se engajam na manobra analítica dirigida a delinear a singularidade urbana mediante um contraste explícito ou implícito frente às condições socioespaciais situadas “em outro lugar”¹⁴. Em efeito, o terreno do não urbano, esse “outro lugar” eternamente presente, serviu durante muito tempo como um constitutivo exterior que estabiliza a mesma inteligibilidade do campo desses estudos. O não urbano aparece simultaneamente como o “outro” ontológico do urbano, seu oposto radical, e como

¹⁴ Debates sobre a questão urbana como uma questão de escala (BRENNER, 2009) representam uma exceção parcial à essa generalização, desde que eles envolvem analiticamente ao contrastar o urbano a escalas supraurbanas (um vetor comparativo vertical) ao invés de territórios extraurbanos (um vetor comparativo horizontal).

sua condição epistemológica de possibilidade, a base sobre a qual pode ser reconhecido como tal (ver Figuras 11.5 e 11.6)¹⁵.

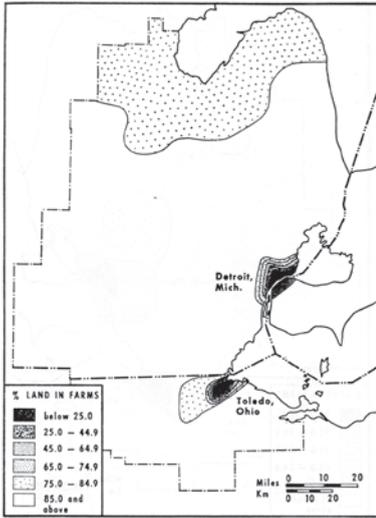
5. *O interesse pelas tipologias dos assentamentos (essências nominais) deve ser substituído pela análise dos processos socioespaciais (essências constitutivas)*. O desenvolvimento de tipologias que dizem respeito ao espaço de assentamento, urbano e de algum outro modo, exige delinear uma essência nominal através da qual a distinção das formas ou condições socioespaciais particulares seja compreendida. Essa aspiração metodológica foi uma preocupação de grande importância para as principais vertentes teóricas do século XX, e se mantém dentro de várias tradições importantes da investigação urbana contemporânea. Mas, é tempo dos urbanistas abandonarem a busca por uma essência nominal destinada a distinguir o urbano como um tipo de assentamento (concebido como cidade, cidade-região, megacidade, metrópole, megalópole etc.) e a concepção similar de outros espaços (suburbanos, rurais, naturais etc.) como não urbanos devido à sua suposta separação das condições, as tendências e os efeitos urbanos. Para compreender a produção e a implacável transformação da diferenciação espacial, a teoria urbana deve priorizar a investigação de essências constitutivas, ou seja, os processos por meio dos quais são produzidas as paisagens heterogêneas do capitalismo moderno¹⁶.

¹⁵ O binarismo urbano/não urbano é produtivamente explodido no livro clássico de William Cronon sobre o desenvolvimento simultâneo de Chicago e do Grande Oeste, *Nature's Metropolis* (1991). O mesmo conjunto de questões é poderosamente explorado no estudo brilhante de Alan Berger (2006) sobre “desperdício de paisagens” e urbanização horizontal na América do Norte desindustrializada. Uma das primeiras tentativas explicitamente para tratar o não urbano como uma zona de significância teórica ao projeto da teoria urbana é a edição de 2012 do *MONU (Revista sobre urbanismo)* intitulado *Non-urbanism* (n. 16).

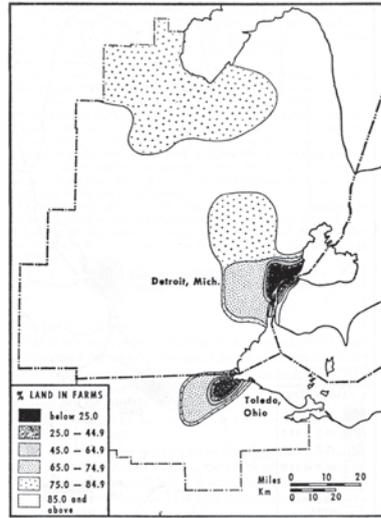
¹⁶ A distinção entre essências nominais e constitutivas deriva de Sayer (1984). Sobre a teorização baseada em processo, ver Harvey (1982) e Ollman (1993). A metodologia com base em processos aqui proposta sustenta há muito tempo abordagens histórico-geográficas materialistas para a teoria socioespacial, mas com pequenas exceções importantes (HEYNEN; KAIKA; SWYNGEDOUW, 2006), suas ramificações inteiras para as fundações teóricas da pesquisa urbana ainda precisam ser elaboradas por completo. Particularmente quando se despe de sua “metodologia da cidade” latente (ANGELO; WACHSMUTH, s.d.; WACHSMUTH, *no prelo*), o conceito de “metabolismo” urbano é uma ferramenta analítica extremamente frutífera para avançar tal metodologia.

Figura 11.5

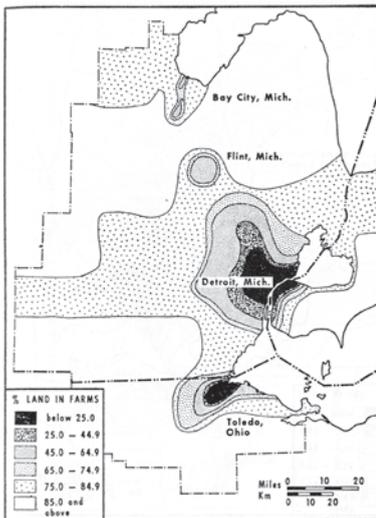
Nessa representação de uma série cronológica, o geógrafo Brian J. L. Berry (1973) utilizou um indicador empírico simples para demarcar a interface mutante urbano/rural – a porcentagem de terra dedicada às funções agropecuárias.



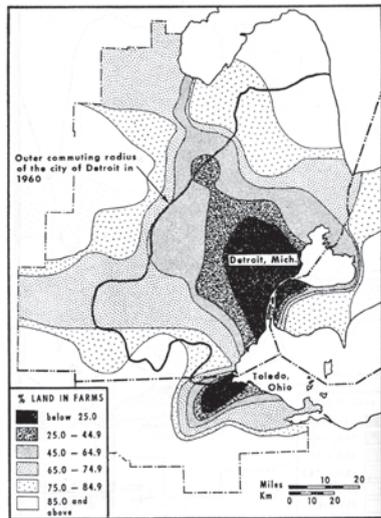
Urbanisation in the Detroit region in 1900



Urbanisation in the Detroit region in 1920



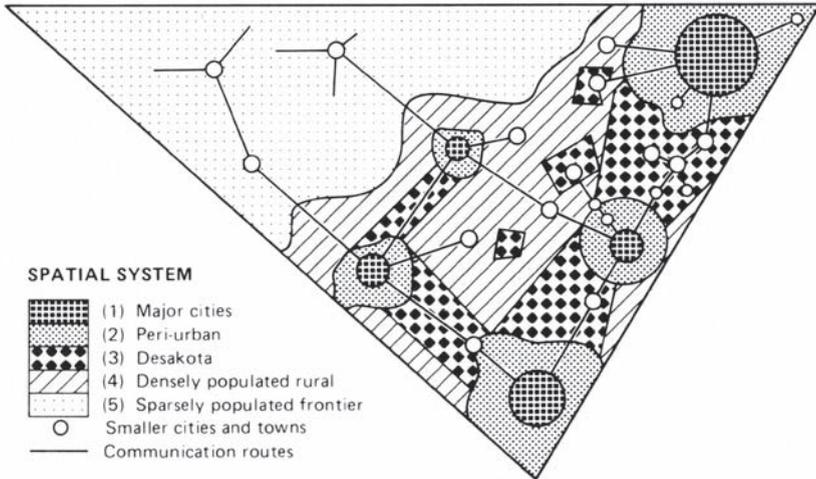
Urbanisation in the Detroit region in 1940



Urbanisation in the Detroit region in 1959

Figura 11.6

Terry McGee (1991) apresentou o conceito de região desakota (literalmente, o termo significa “aldeia-cidade” em indonésio) para marcar o limite irregular entre espaços urbanos e não urbanos na Ásia.



6. *Faz-se necessário um novo léxico de diferenciação socioespacial.* As geografias do capitalismo estão mais variadas do que nunca: os processos contemporâneos de urbanização dificilmente significam a transcendência do desenvolvimento espacial desigual e a desigualdade territorial em todas as escalas geográficas. Porém, é necessário contar com um novo léxico de diferenciação socioespacial para compreender os padrões e caminhos emergentes da reorganização urbana planetária. Na atualidade, a diferença espacial já não assume a forma de uma divisão entre o urbano e o rural, mas se articula mediante uma explosão de padrões e potenciais de desenvolvimento dentro de um tecido de urbanização mundial que se engrossa (mesmo que de uma maneira desigual)¹⁷. Os vocabulários herdados sobre espaços de assentamento, tanto vernaculares quanto científico-sociais, não oferecem mais que um ponto de partida epistemológico para essa iniciativa. Eles somente podem ser executados criticamente efetivos em um marco que enfatize a agitação perpétua das formações socioespaciais sob o capitalismo, em vez de pressupor sua estabi-

¹⁷ Essa é a tese central de Diener *et al.* (2001).

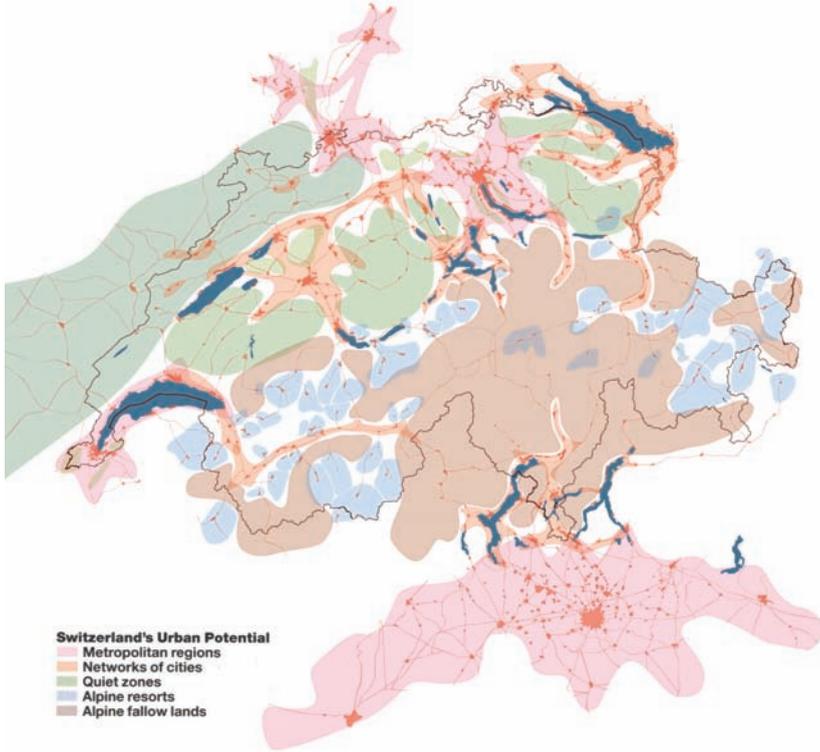
lização dentro de entornos construídos, envelopes jurisdicionais ou paisagens ecológicas. Esse enfoque foi impulsionado com grande sistematicidade por uma equipe de acadêmicos, arquitetos e desenhistas no ETH Studio de Basileia, liderando o desenvolvimento do “retrato urbano” da Suíça, ilustrado na Figura 11.7 (SCHMID, 2001; 2012b). Cabe destacar que as zonas representadas no mapa não são concebidas como arenas territoriais fechadas ou como a materialização de distintos tipos de assentamento, mas como indicadores de processos contraditórios (mesmo que interconectados) ocorridos na reestruturação socioespacial sob a atual reorganização industrial, trabalhista, político-regulatória e ambiental. Sua presença demarca o legado geográfico deixado pelas séries anteriores de reestruturações urbanas, assim como o marco territorial onde serão produzidos os futuros caminhos e potenciais.

7. Efeitos urbanos persistem dentro de uma paisagem socioespacial muito heterogênea. Esse esforço também deve prestar atenção sistematicamente na atual produção e reconstituição de ideologias urbanas, incluindo as que propagam visões da cidade como uma unidade diferente, distinta e territorialmente delimitada, se em contraposição ao rural ou natural, como um sistema autônomo, como um tipo ideal ou como um objetivo estratégico para a intervenção (WACHSMUTH, *no prelo*; ver também GOONEWARDENA, 2005). A desconstrução desses efeitos urbanos desempenha, há muito tempo, um papel central para o projeto de teoria urbana crítica, enquanto que essa tarefa adquiriu uma renovada urgência sob as condições de urbanização planetária que parecem ter ampliado o abismo entre os mapas cognitivos cotidianos e os cenários mundiais de destruição criativa¹⁸. Que práticas e estratégias produzem o efeito experimental persistente da diferenciação social, a limitação territorial ou a estruturação coerente em matéria urbana? Como variam esses últimos aspectos por meio de lugares e territórios? Como as práticas e estratégias (e seus efeitos) se transformaram durante o desenvolvimento capitalista mundial e sob as condições contemporâneas?

¹⁸ Uma preocupação similar com o abismo entre experiência e a totalidade produzida pelo capital, anima a teorização clássica de Jameson (1988) do mapeamento cognitivo.

Figura 11.7

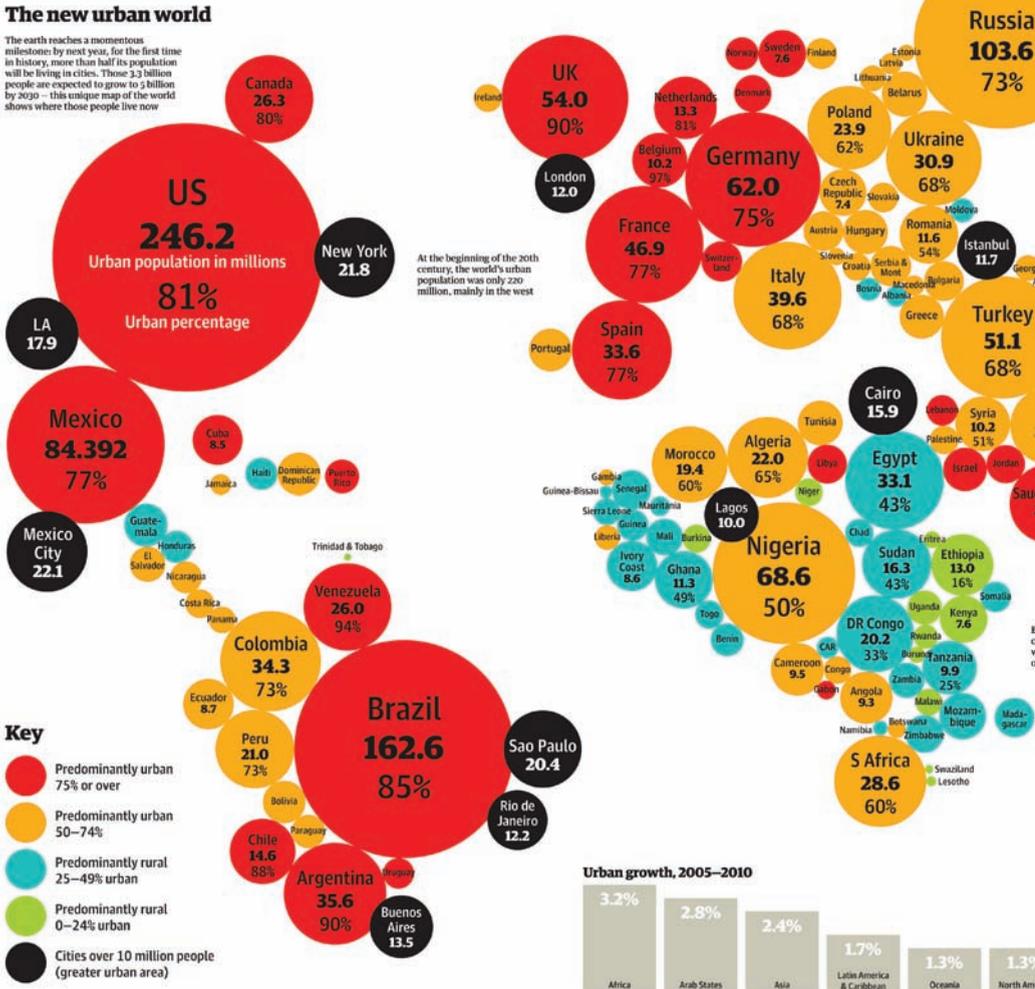
Esse mapa da paisagem urbana da Suíça, elaborado pelo ETH Studio Basileia (2005), substitui o tradicional binarismo urbano/rural por uma classificação de cinco partes das regiões metropolitanas, redes de cidades, zonas quietas, *resorts* alpinos e terras alpinas não cultiváveis.



8. *O conceito de urbanização requer uma reinvenção sistemática.* Devido à sua sintonização com a problemática das essências constitutivas, o conceito de urbanização é uma ferramenta crucial para investigar o processo urbano planetário. Porém, para servir a esse propósito, deve escapar das tradições urbano-cêntricas, metodologicamente territorialistas e predominantemente demográficas que até agora monopolizaram seu uso. As abordagens convencionais equiparam a urbanização com o crescimento de determinados tipos de assentamento (cidades, áreas urbanas, metrópoles), concebidas como unidades territorialmente discretas, delimitadas e autônomas, incorporadas a um cenário mais amplo de caráter urbano ou rural. Ademais, essas perspectivas privilegiam frequentemente

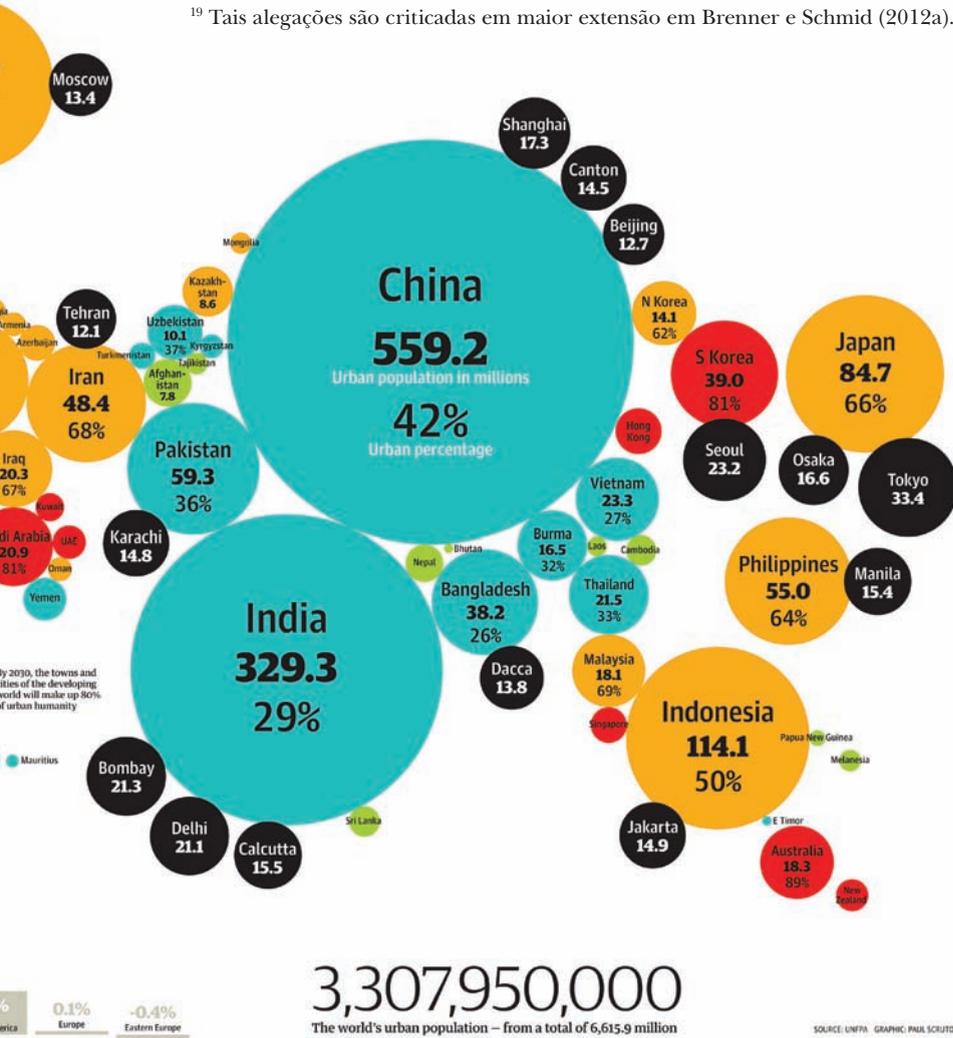
critérios puramente demográficos, tais como limiares demográficos e/ou gradientes de densidade, como a base pela qual se classifica padrões de desenvolvimento urbano e caminhos. Consequentemente, a urbanização é reduzida a um processo em que, dentro de cada território nacional, as populações dos lugares densamente

Figura 11.8 - A noção atualmente difundida de uma era urbana é baseada na assunção problemática de que a urbanização pode ser entendida, em primeiro lugar, com referência ao crescimento dos níveis de população da cidade. Gráfico por Paul Scruton, de um artigo escrito por John Vidal, "Burgeoning Cities Face Catastrophe, Says UN", para o *The Guardian*, 27 de junho de 2007.



habitados (“cidades”) parecem expandir-se em termos relativos e absolutos. Esse é o modelo que tem sido utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde o começo da década de 1970, quando a instituição começou a produzir dados sobre níveis de população urbana no mundo, e respalda as declarações contemporâneas de que estamos vivenciando uma “era urbana” porque mais da metade da população mundial aparentemente mora em cidades (ver Figura 11.8)¹⁹. Embora essas interpretações capturem dimensões significativas da mudança demográfica produzida dentro de

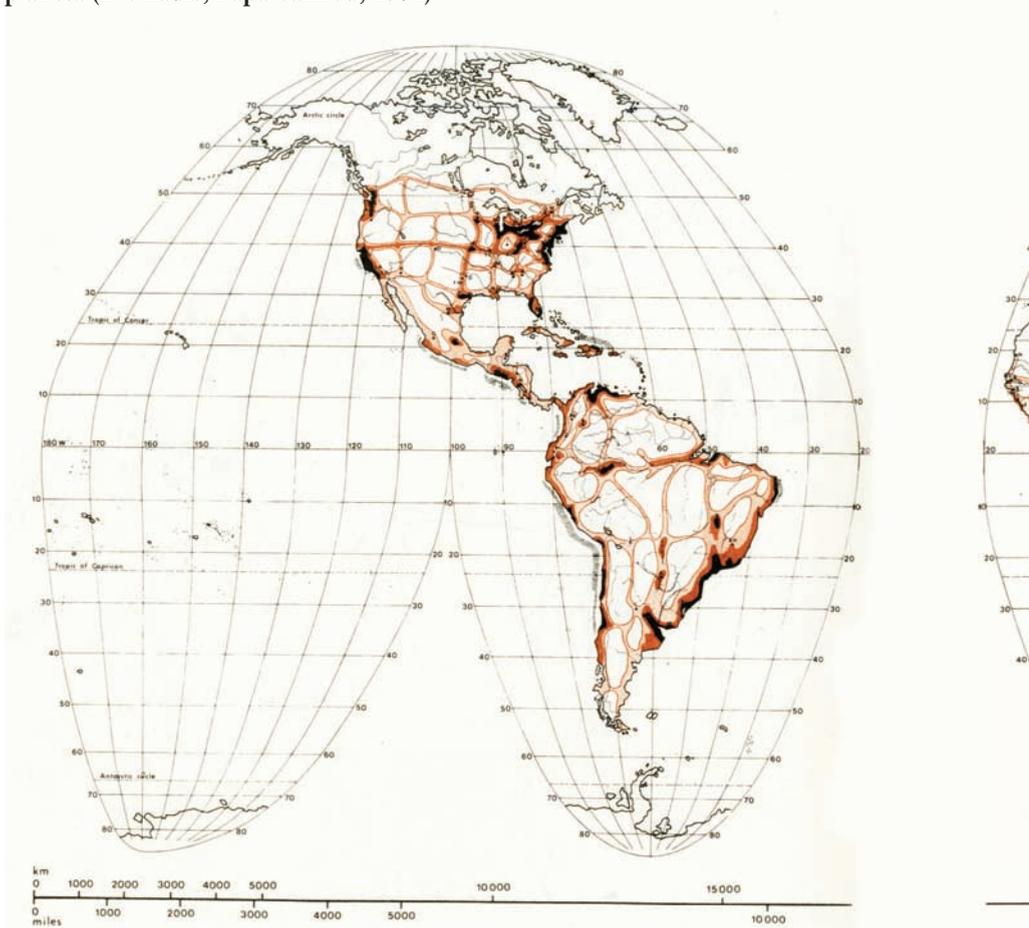
¹⁹ Tais alegações são criticadas em maior extensão em Brenner e Schmid (2012a).



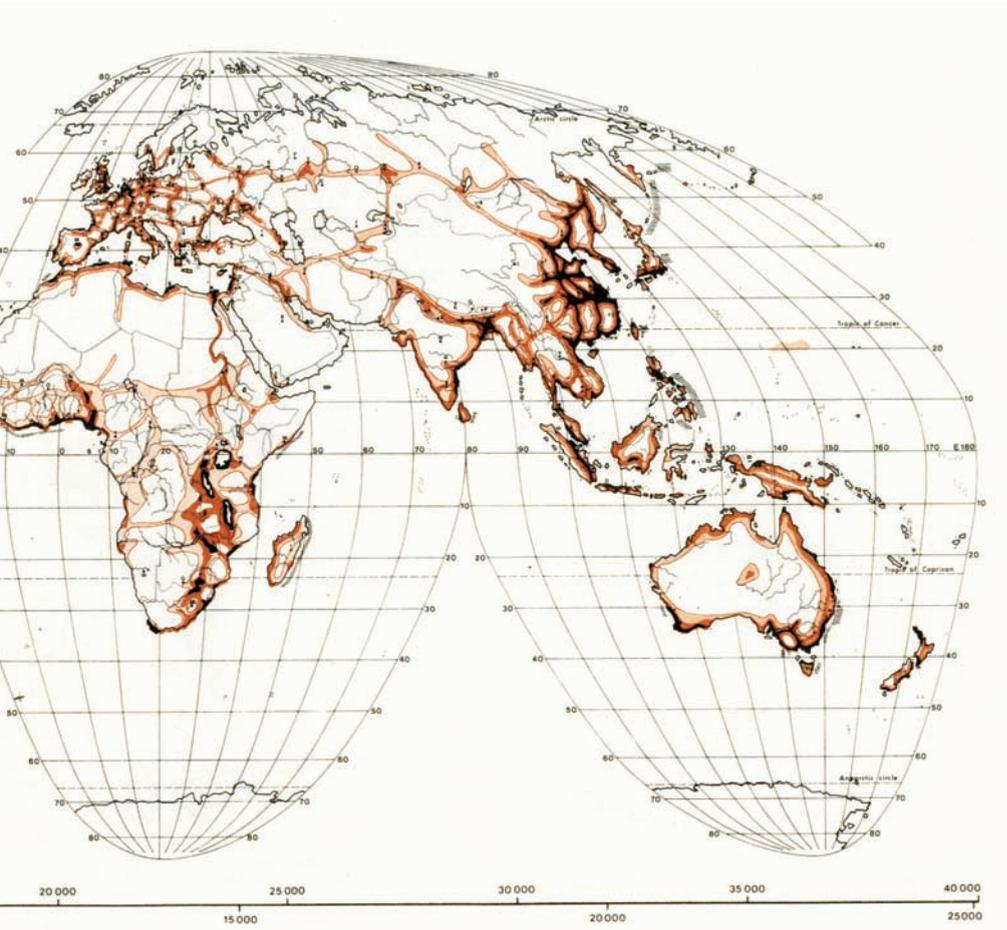
um sistema global de assentamentos em desenvolvimento, são limitadas tanto empírica (os critérios para os tipos de assentamentos urbanos apresentam enormes diferenças de acordo com o contexto de cada país) quanto teoricamente (não há uma concepção coerente, reflexiva e historicamente dinâmica da especificidade urbana). Enquanto isso, várias tradições da teoria urbana do século XX que, em seu momento, foram marginalizadas ou subestimadas podem

Figura 11.9

No início da década de 1970, Constantinos Dioxiadis construiu uma visão altamente especulativa da urbanização mundial, que postulava a formação de franjas de assentamento em grande escala que rodeavam boa parte do planeta (Dioxiadis; Papaioannou, 1974).



agora oferecer valiosos elementos conceituais e orientações cartográficas para revitalizar a teoria de urbanização (ver, por exemplo, GOTTMANN, 1961; FRIEDMANN; MILLER, 1965; DIOXIADIS; PAPAIOANNOU, 1974; e acima de tudo, LEFEBVRE 2003 [1970]). A possibilidade de que as geografias da urbanização transcendam a cidade, a metrópole e a região foi considerada apenas ocasionalmente por teóricos urbanos do pós-guerra, mas sob as condições planetárias contemporâneas tem uma ressonância intelectual extraordinária (ver Figura 11.9).



9. *A urbanização contém dois momentos dialeticamente inter-relacionados: concentração e extensão*²⁰. Durante muito tempo, a teoria urbana concebeu a urbanização principalmente em termos de aglomeração, ou seja, a concentração densa de população, infraestrutura e investimento em determinados lugares situados sobre um plano territorial de maior amplitude e menor densidade demográfica. Embora se saiba que a escala e a morfologia dessas concentrações experimentam mudanças drásticas ao longo do tempo, em geral, a urbanização foi definida com referência a essa tendência socioespacial básica (ver Figuras 11.10 e 11.11).

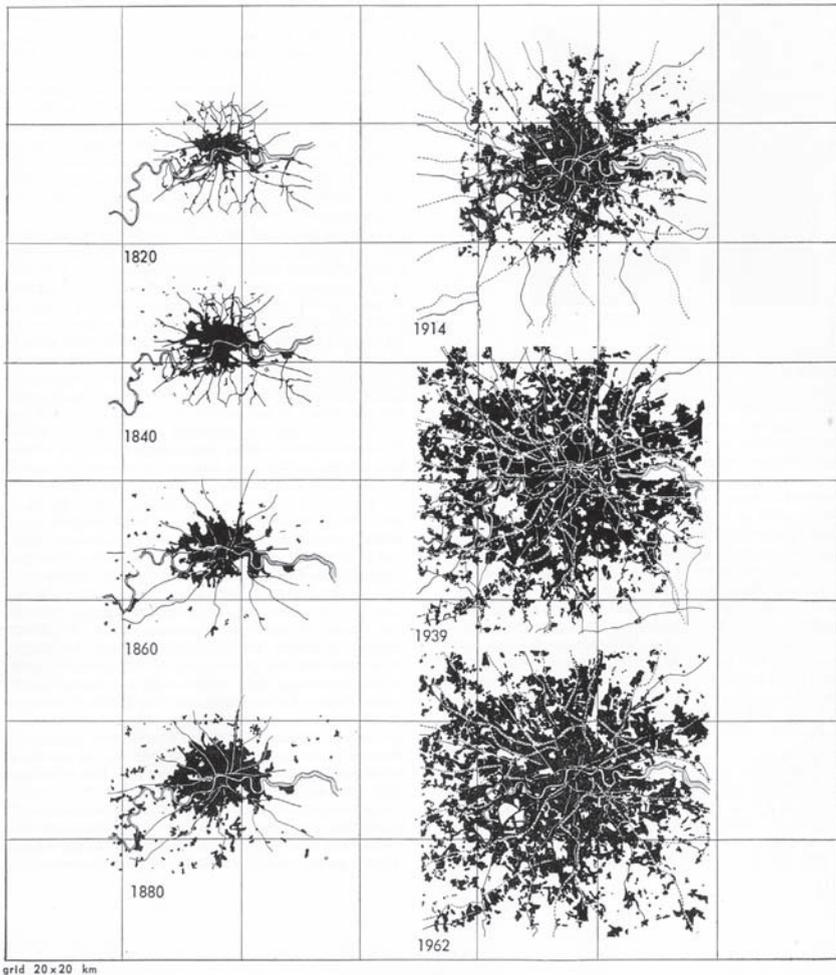
Muito menos atenção foi dedicada a outro tema vinculado ao processo de aglomeração: como se origina e, por sua vez, deixa uma marca nas amplas transformações da organização socioespacial e as condições ecológicas/ambientais presentes no resto do mundo. Embora grande parte dos teóricos urbanos as ignoraram ou relegaram ao plano analítico, tais transformações (materializadas em densos circuitos de trabalho, produtos básicos, formas culturais, energia, matéria prima e nutrientes) simultaneamente irradiam para fora da zona imediata de aglomeração e retornam simultaneamente à maneira de implosão à medida que se desdobra o processo de urbanização. Dentro desse campo de desenvolvimento urbano, extensivo e cada vez mais universal, as aglomerações se formam, se expandem, contraem e se transformam de maneira contínua, mas sempre por meio de densas redes de relações com outros lugares, territórios e escalas, incluídos os âmbitos tradicionalmente classificados como alheios à condição urbana. Esses últimos abarcam, por exemplo, povos pequenos e médios, aldeias situadas em regiões periféricas e zonas agroindustriais, corredores intercontinentais de transporte, rotas transoceânicas, circuitos de energia e infraestrutura de comunicação em grande escala, cenários desti-

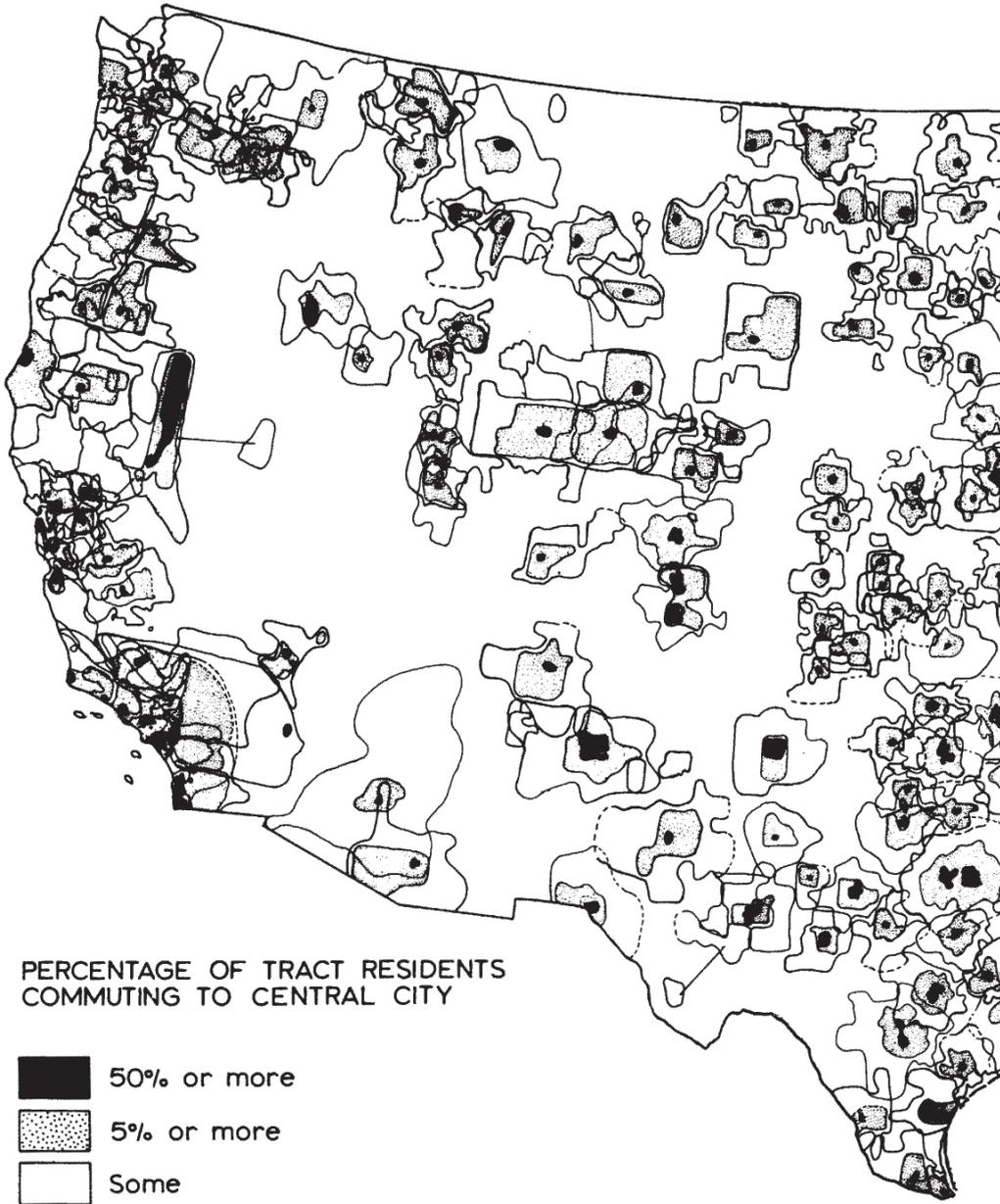
²⁰ Essa tese, e em particular a distinção entre urbanização concentrada e extensiva, deriva do trabalho colaborativo em curso com Christian Schmid; eu sou grato por sua permissão de apresentar aqui de maneira altamente abreviada. Essa concepção foi desenvolvida em Brenner e Schmid (2012b) e, também, em nosso livro manuscrito, *Planetary Urbanization*. O conceito de urbanização extensiva foi inicialmente proposto por Roberto Luis de Melo Monte-Mór (2004, 2005) em uma investigação pioneira da Amazônia brasileira.

nados à extração de recursos do subsolo, órbitas dos satélites e ainda a própria biosfera. Consequentemente, desde a perspectiva aqui anunciada, a urbanização compreende a concentração e a extensão: esses momentos estão dialeticamente inter-relacionados, na medida em que pressupõem-se e contrapõem-se mutuamente de forma simultânea.

Figura 11.10

Durante a evolução do capitalismo moderno, a escala da urbanização concentrada se expandiu consideravelmente, como ilustra esse mapa da evolução espacial de Londres no longo prazo.





Por um lado, essa proposição sugere que as condições e trajetórias das aglomerações (cidades, cidades-regiões etc.) devem se conectar analiticamente com processos de maior escala relacio-

Figura 11.11.

O processo de urbanização concentrada inclui fluxos de trabalhadores dentro e ao redor de aglomerações em grande escala.



nados com a reorganização territorial, a circulação (de trabalho, produtos básicos, matérias primas, nutrientes e energia), e a extração de recursos, que, em definitivo, abarcam o espaço do

mundo inteiro (ver Figuras 11.12 e 11.13). Ao mesmo tempo, essa perspectiva sugere que, na realidade, as transformações socioambientais importantes ocorridas em zonas geralmente não vinculadas às condições urbanas (desde circuitos agroindustriais e cenários dedicados à extração de petróleo, gás natural e carvão até redes transoceânicas de infraestrutura, tubagens subterrâneas e órbitas de satélites) estão cada vez mais inter-relacionadas com os ritmos de desenvolvimento das aglomerações urbanas. Em consequência, independentemente de sua demarcação administrativa, morfologia socioespacial, densidade populacional, ou posição dentro do sistema capitalista global, tais espaços devem ser considerados como componentes integrados de um tecido urbano extensivo, de caráter mundial (ver Figuras 11.14 e 11.15). Essa dialética de implosão (concentração, aglomeração) e explosão (extensão do tecido urbano, intensificação da conectividade interespaçial em diferentes lugares, territórios e escalas) é um horizonte analítico, empírico e político essencial para qualquer teoria crítica de urbanização nessa primeira parte do século XXI.

Voltamos, então, à clássica pergunta formulada há quatro décadas por Castells (1977 [1972], p. 101) em *A Questão Urbana*: “Existem unidades urbanas específicas?” Dadas as condições nas quais a urbanização se generaliza hoje em escala planetária, a pergunta deveria ser reformulada para: “Existe um processo urbano?”.

De maneira muito similar à forma “nação” (segundo a análise efetuada por críticos radicais no nacionalismo), a forma “urbano” sob o capitalismo é um efeito ideológico de práticas específicas nos planos históricos e geográficos, que criam um aspecto estrutural de singularidade, coerência e delimitação territorial dentro de um turbilhão mundial mais amplo caracterizado pela rápida transformação socioespacial (GOSWAMI, 2002)²¹. Durante muito tempo, o campo de estudos urbanos pres-

²¹ Essa reivindicação é desenvolvida produtivamente em relação à ideologia urbana em

supôs o caráter “tipo unidade” do urbano, ou tentou explicá-lo com relação a uma suposta essência nominal, inerente à organização do espaço de assentamento. O efeito urbano foi naturalizado, ao invés de ser visto como um enigma que requer teorização e análise. Na medida em que os urbanistas perpetuam essa naturalização selecionando determinadas categorias de análise, o campo segue atado a um obstáculo epistemológico. Se trata de um fenômeno similar ao que obstaculizou os estudos sobre nacionalismo antes das intervenções orientadas aos processos, promovidas há mais de três décadas por acadêmicos como Nicos Poulantzas, Benedict Anderson e Étienne Balibar, entre outros. Mais que nunca, resulta urgente decifrar a interação entre a urbanização e os padrões de desenvolvimento espacial desigual, mas as noções territorialistas da cidade, o urbano e a metrópole são ferramentas conceituais cada vez menos adequadas para esse fim.

Essas considerações sugerem vários horizontes possíveis para a teoria e pesquisa urbana, incluindo as seguintes:

– *Destruição criativa de paisagens urbanas*. Desde muito tempo, as formas capitalistas de urbanização implicam processos de destruição criativa: as infraestruturas produzidas socialmente para a circulação de capital, a regulação estatal e a luta sociopolítica, assim como os cenários socioambientais, sofrem as tendências de crises sistêmicas e se reorganizam de maneira radical. As aglomerações urbanas são somente um dos muitos lugares socioespaciais estratégicos onde se desdobraram esses processos de destruição criativa durante a geo-história do desenvolvimento capitalista. Qual é a especificidade das formas contemporâneas de destruição criativa em cada lugar, território e escala, e como estão transformando tudo o que foi herdado em matéria de geografias globais/urbanas, cenários socioambientais e padrões de desenvolvimento espacial desigual? Quais são os projetos políticos em disputa, neoliberais e de outro tipo, que aspiram modelar e dar um novo caminho a essas formas?

Wachsmuth (*no prelo*); uma explicação análoga mais próxima é implícita no conceito de coerência estruturada em David Harvey (1989).

Figura 11.12

O desenvolvimento de aglomerações urbanas depende de infraestruturas cada vez mais densas e de transporte global: são uma expressão essencial da urbanização extensiva.

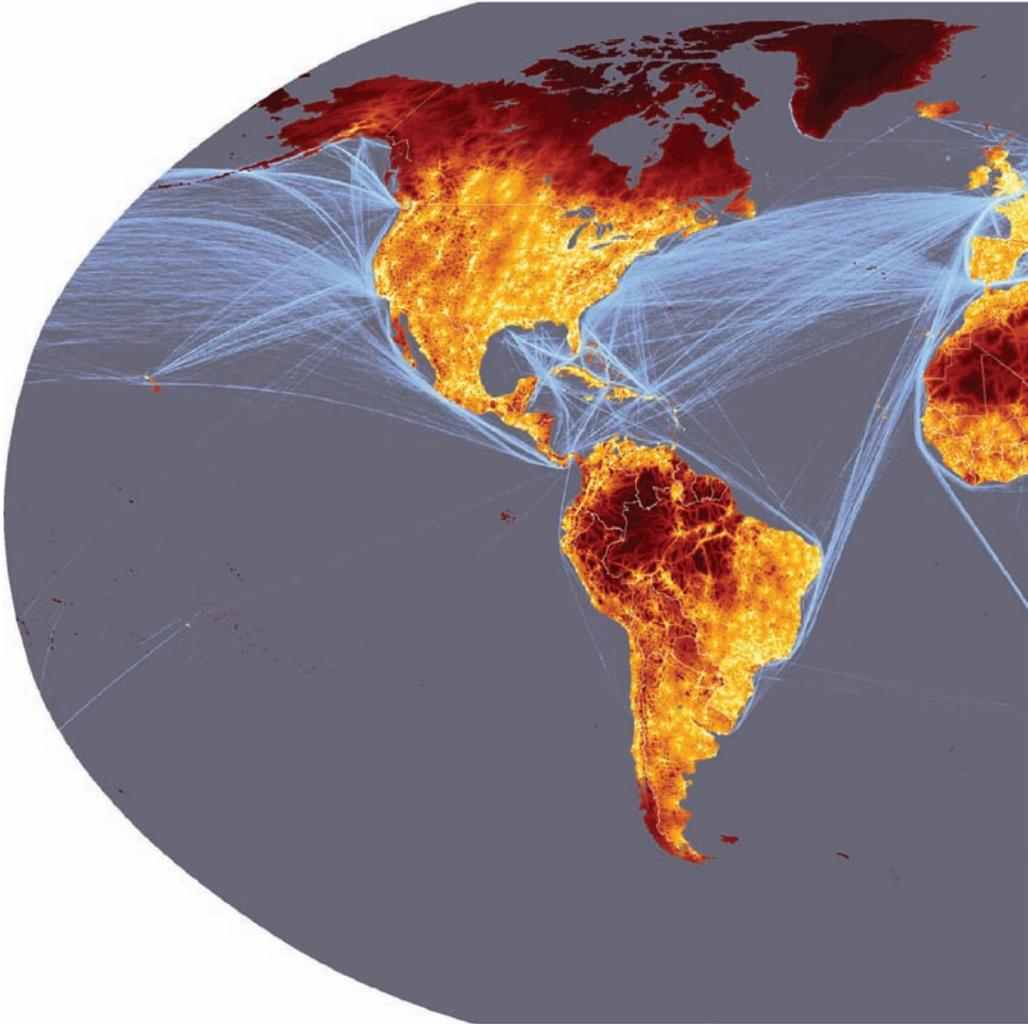


PORTATION SYSTEM



Figura 11.13

O campo extensivo da urbanização é caracterizado por elevar níveis de mobilidade ao longo de enormes territórios – como ilustrado pelas zonas espalhadas de “alta capacidade” que são sombreadadas em amarelo luminoso neste mapa. (Nota: as sombras de amarelo mais luminoso no mapa demarcam



tempos de viagem de menos de um dia para grandes centros urbanos, enquanto as sombras mais escuras significam progressivamente mais tempo de viagem). Andrew Nelson (2008).

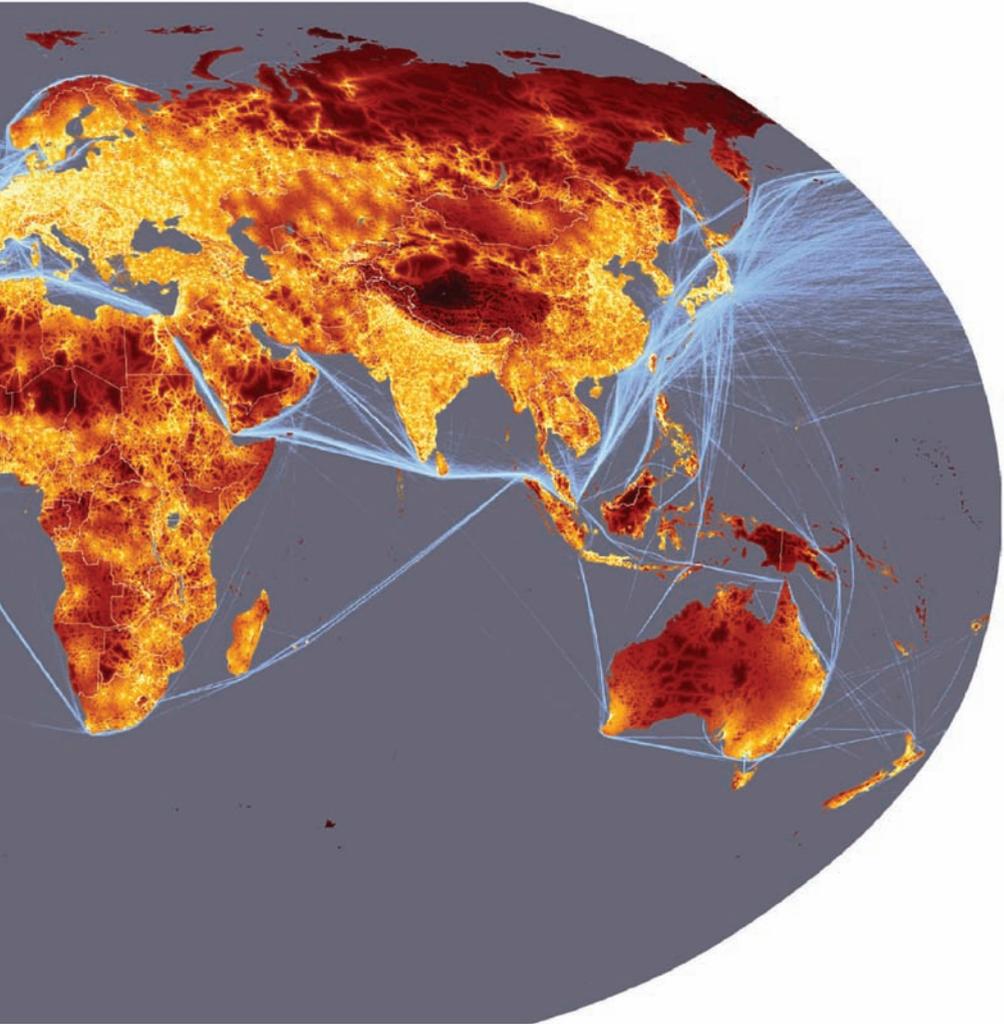
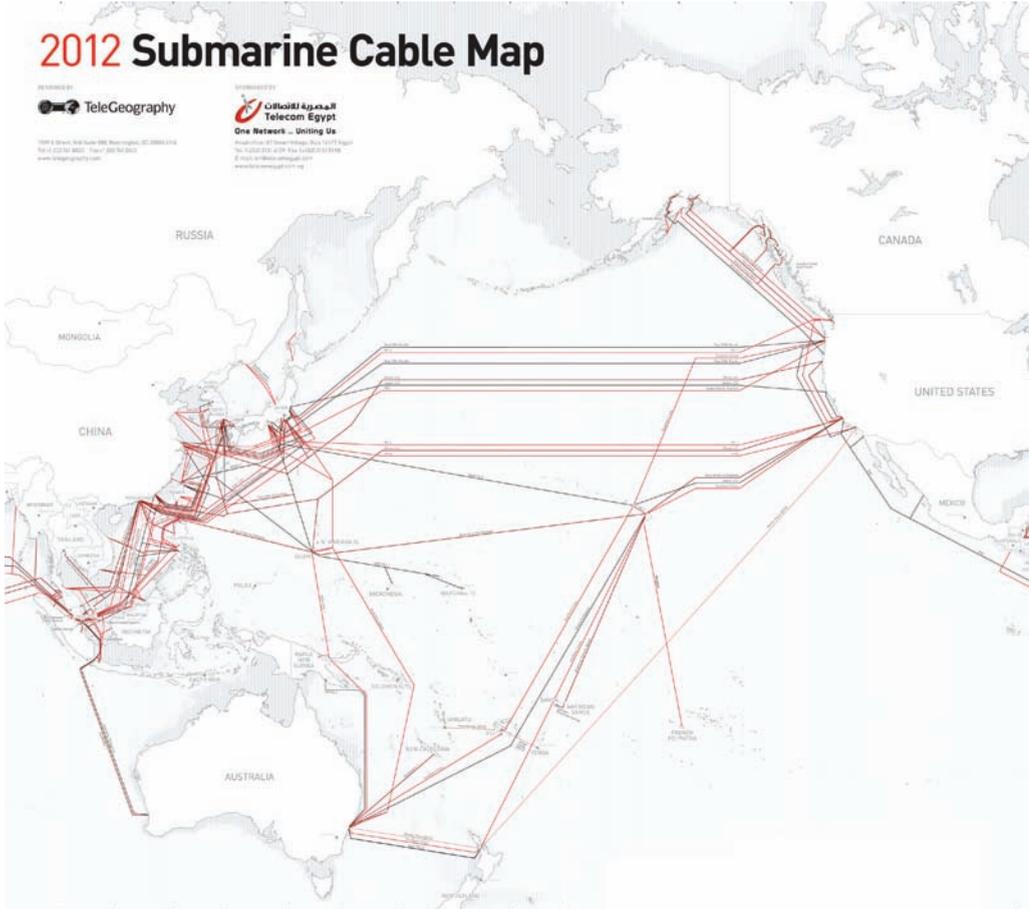
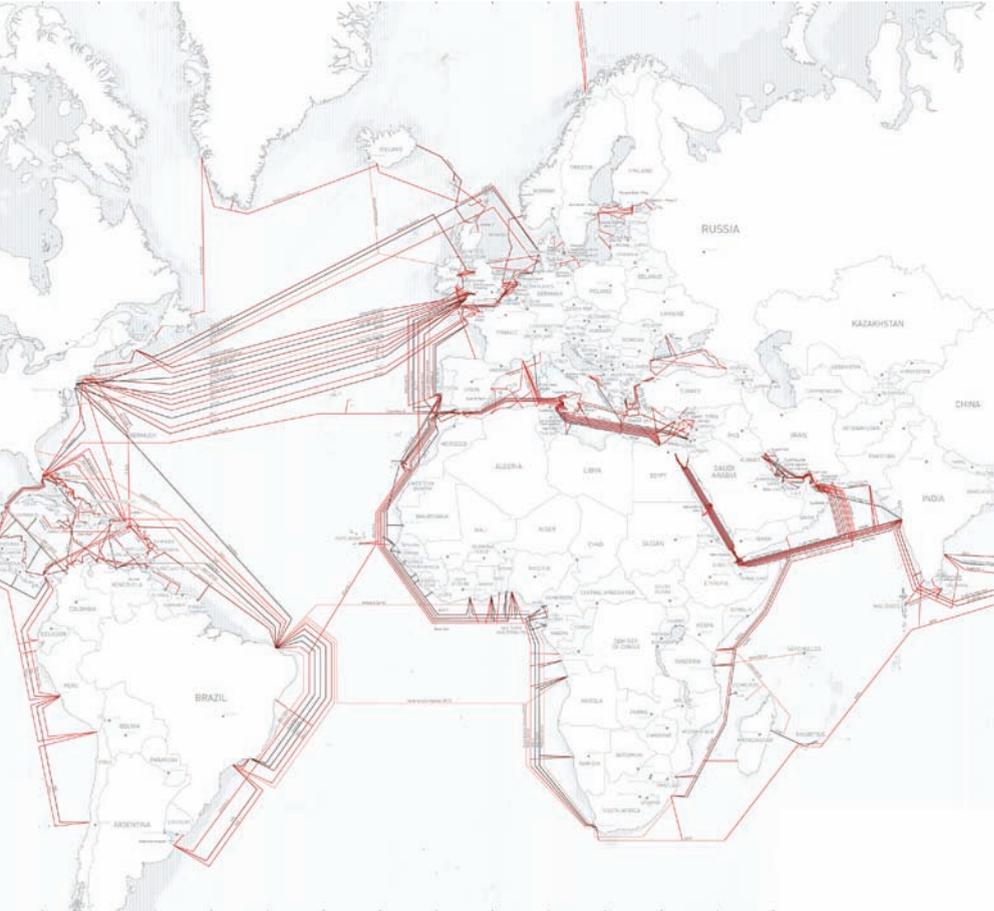


Figura 11.14 - Os vastos territórios dos oceanos do mundo se transformaram em espaços estratégicos da urbanização extensiva por meio das infraestruturas de fiação submarina (mostradas aqui) e por meio das vias de navegação e sistemas de extração de recursos submarinos.



- *Geografias de urbanização.* Como evoluiu a relação entre urbanização concentrada e extensiva durante a história do capitalismo? Desde a primeira revolução industrial no século XIX, as grandes aglomerações e os centros metropolitanos figuram entre os principais âmbitos de destruição criativa capitalista; atuaram como as “frentes primárias” na hora de formular estratégias para produzir, circular e absorver os excedentes de capital e trabalho e, por fim, facilitar a dinâmica de acumulação de capital em



escala mundial (HARVEY, 1989). Ao que diz respeito ao cenário extensivo de urbanização, com suas infraestruturas cada vez mais planetárias de circulação de capital, fluxo de nutrientes e energia e extração de recursos, em que medida se converteu hoje em um terreno estrategicamente essencial (se não, primário) de destruição criativa capitalista? Na era do “Antropoceno”, quando a lógica de industrialização capitalista transformou de maneira indelével os sistemas de vida planetária, existem tendências de novas crises

e barreiras socioecológicas (como transtornos no abastecimento de alimentos, esgotamento de recursos, escassez de água, novas formas de vulnerabilidade ambiental e diversas manifestações locais e mudanças climáticas globais) que desestabilizem os ritmos de desenvolvimento da urbanização extensiva? Quais são as consequências desses processos para as futuras formas e vias de urbanização concentrada e, desde um ponto de vista mais geral, para a organização de entornos construídos pelos seres humanos?

- *Horizontes políticos.* Os atuais debates sobre o direito à cidade conseguiram chamar a atenção para temas vinculados à política de espaço e à luta pelo bem comum local nas grandes cidades do mundo, ou seja, as zonas densamente aglomeradas associadas com o processo de urbanização concentrada. Não obstante, a análise precedente sugere que essas lutas devem se conectar a uma política mais ampla do bem comum mundial; é necessário que nos demais lugares, os camponeses, pequenos proprietários de terras, trabalhadores agrícolas, populações indígenas e setores afins, persigam os mesmos objetivos ao longo dos variados cenários de urbanização extensiva. Também nesse caso, a dinâmica de acumulação por expropriação e cercamento gerou efeitos de destruição criativa na vida cotidiana, a reprodução social e as condições socioambientais, que são politizadas por diversos movimentos sociais em cada lugar, território e escala. Cada vez mais, essas transformações e objeções do entorno construído e extensivo de circulação de capital ressoa e se produz junto com aquelas que durante muito tempo se difundiram dentro das aglomerações urbanas e ao redor delas²². O enfoque aqui proposto abre uma perspectiva para a teoria urbana crítica. Em tal marco, se realizam conexões analíticas e estratégicas entre as diversas formas de expropriação produzidas e contestadas ao longo do cenário socioespacial planetário.

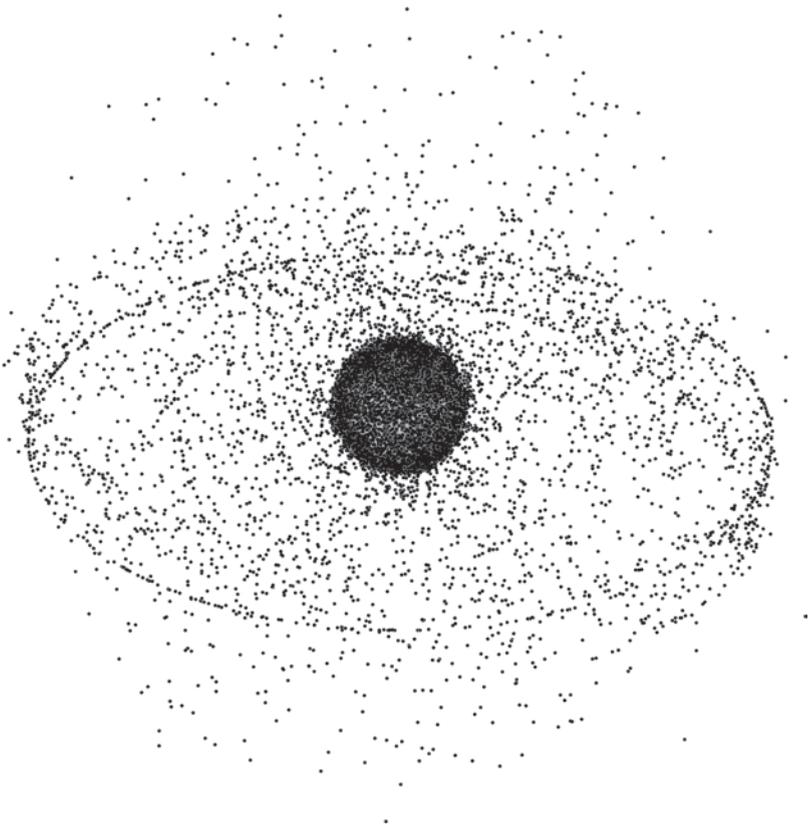
Uma vez que o caráter “tipo unidade” do urbano é entendido

²² Um argumento ao longo dessas linhas é sugerido na literatura sobre “novos cercos”, especialmente em De Angelis (2007). Para uma análise de escopo mais amplo de formas emergentes de contestação sobre o “global comum” (incluindo questões relacionadas à apropriação da terra, água, ar e comida), ver Heynen *et al.* (2007); Magdoff e Tokar (2010); e Peet, Robbins, e Watts (2011).

como um produto estrutural das práticas sociais e as estratégias políticas (e deixa de ser sua pressuposição), é possível colocar a investigação sobre urbanização, a destruição criativa do espaço político-econômico sob o capitalismo, no epicentro analítico da teoria urbana. O que sustenta em maior medida a problemática contemporânea da urbanização não é a formação de uma rede mundial de cidades globais ou uma única megalópole universal, mas a extensão desigual desse processo de destruição criativa capitalista em escala planetária.

Figura 11.15

A área da urbanização extensiva se expande até em direção à atmosfera terrestre por meio de uma rede cada vez mais espessa de satélites em órbita e lixo espacial.



Nota

Este artigo foi construído a partir de muitos anos de debate e com o trabalho de colaboração em curso com Christian Schmid, do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique. O autor agradece a Travis Bost e Nikos Katsikis, da Harvard Graduate School of Design, por sua ajuda com ideias e imagens. O Centro Weatherhead para Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard deu apoio às pesquisas. Hillary Angelo, Eric Klinenberg, Peter Marcuse, Margit Mayer, Jen Petersen, Xuefei Ren e David Wachsmuth forneceram um *feedback* inestimável para as primeiras versões deste texto. Elas são, certamente, absolvidas de responsabilidade por suas limitações restantes e demais pontos cegos.

Referências

- ABU-LUGHOD, J. **The city is dead – long live the city**: Some thoughts on urbanity. Monograph 12. Berkeley: Center for Planning and Development Research, University of California, Berkeley, 1969.
- AMIN, A.; THRIFT, N. **Cities**: Reimagining the urban. Cambridge, U.K.: Polity, 2002.
- ANGELO, H.; WACHSMUTH, D. **The political ecology of urbanization**. Unpublished manuscript. New York: Urban Theory Lab/NYC, s. d.
- BENDER, T. “Reassembling the city: Networks and urban imaginaries”. In: FARÍAS, I.; BENDER, T. **Urban assemblages**: How actor-network theory changes urban research. New York: Routledge, p. 303-323, 2010.
- BERGER, A. **Drosscape**: Wasting land in urban America. Princeton (N.J.): Princeton Architectural Press, 2006.
- BRENNER, N. Between fixity and motion: Accumulation, territorial organization, and the historical geography of spatial scales. **Environment and Planning D: Society and Space**, 16 (4), p. 459-81, 1998.
- BRENNER, N. **New state spaces**: Urban governance and the rescaling of statehood. New York: Oxford University Press, 2004.
- BRENNER, N. Restructuring, rescaling, and the urban question. **Critical Planning**, 16, p. 60-79, 2009.
- BRENNER, N.; MADDEN, D. J.; WACHSMUTH, D. Assemblage urbanism and the challenges of critical urban theory. **City**, 15 (2), p. 225-40, 2010.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization: Geographies, pathways, modalities. **Global Networks**, 10 (2), p. 182-222, 2010.

- BRENNER, N.; SCHMID, C. "Planetary urbanization". In: GANDY, M. **Urban constellations**. Berlin: Jovis, p. 10-13, 2012a.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. **The urban age in question**. Cambridge, Mass.: Urban Theory Lab, Harvard Graduate School of Design; Zurich: ETH Zurich, 2012b.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. **Towards a theory of extended urbanization**. Unpublished manuscript. Cambridge, Mass.: Urban Theory Lab, Harvard Graduate School of Design; Zurich: ETH Zurich, s.d.
- BRUBAKER, R.; COOPER, F. Beyond identity. **Theory and Society**, 29 (1), p. 1-47, 2000.
- BRUGMANN, J. **Welcome to the urban revolution**. New York: Bloomsbury, 2010.
- BURDETT, R.; SUDJIC, D. (Orgs.) **The endless city: The Urban Age Project** by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London: Phaidon, 2006.
- CASTELLS, M. 1977 (1972). **The urban question: A Marxist approach**. Translated by Alan Sheridan. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1977 (1972).
- CASTELLS, M. Is there an urban sociology? In: BURDETT, R.; SUDJIC, D. **Urban sociology: Critical essays**. London: Tavistock, p. 33-59, 1976.
- CORREA, F. A projective space for the South American hinterland: Resource-extraction urbanism. **Harvard Design Magazine**, n. 34, p. 174-85, 2011.
- CRONON, W. **Nature's metropolis: Chicago and the Great West**. New York: Norton, 1991.
- DAVID, P.; SCHNEIDER, A. A critical look at representations of urban areas in global maps. **GeoJournal**, 69 (1-2), p. 55-80, 2007.
- DAVIS, M. **City of quartz**. New York: Vintage, 1991.
- DE ANGELIS, M. **The beginning of history: Value struggles and global capital**. London: Pluto, 2007.
- DIENER, R.; HERZOG, J.; MEILI, M.; MEURON, P.; et al. **Switzerland – an urban portrait**. Vols. 1-4. Zurich: ETH Studio Basel/Birkhäuser, 2001.
- DOXIADIS, C.; PAPAIOANNOU, J. G. **Ecumenopolis: The inevitable city of the future**. New York: Norton, 1974.
- ELDEN, S. The space of the world. **New Geographies**, 4, p. 26-31, 2011.
- FARÍAS, I. "Introduction: Decentering the object of urban studies". In: FARÍAS, I.; BENDER, T. **Urban assemblages: How actor-network theory changes urban research**. New York: Routledge, p. 1-24, 2010.
- FARÍAS, I.; BENDER, T. (Org.) **Urban assemblages: How actor-network theory changes urban research**. New York: Routledge, 2010.
- FLORIDA, R. **Who's your city?** New York: Basic Books, 2008.
- FRIEDMANN, J.; MILLER, J. The urban field. **Journal of the American Planning Association**, 31 (4), p. 312-20, 1965.
- GAMBA, P.; HEROLD, M. (Orgs.) **Global mapping of human settlement**. New York: Taylor and Francis, 2009.

- GANS, H. Some problems of and futures for urban sociology: Toward a sociology of settlements. **City and Community**, 8 (3), p. 211-19, 2009.
- GLAESER, E. **Triumph of the city**: How our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier. New York: Penguin, 2011.
- GLEESON, B. The urban age: Paradox and prospect. **Urban Studies**, 49 (5), p. 931-43, 2012.
- GOONEWARDENA, K. "The urban sensorium: space, ideology, and the aestheticization of politics". **Antipode**, 37, n. 1, p. 46-71, 2005.
- GOSWAMI, M. Rethinking the modular nation form: Toward a socio-historical conception of nationalism. **Comparative Studies in Society and History**, 44 (4), p. 770-99, 2002.
- GOTTDIENER, M. **The social production of urban space**. 2nd. ed. Austin: University of Texas Press, 1985.
- GOTTMANN, J. **Megalopolis**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1961.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth**. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- HARVEY, D. **Rebel cities**: From the right to the city to the urban revolution. London: Verso, 2012.
- _____. **The limits to capital**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- _____. **The urban experience**. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1989.
- HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. (Orgs.) **In the nature of cities**: Urban political ecology and the politics of urban metabolism. New York: Routledge, 2006.
- HEYNEN, N.; MCCARTHY, J.; PRUDHAM, S.; ROBBINS, P. (Orgs.) **Neoliberal environments**: False promises and unnatural consequences. New York: Routledge, 2007.
- JACOBS, J. **The death and life of great American cities**. New York: Modern Library, 1965.
- JAMESON, F. "Cognitive mapping". In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana: University of Illinois Press, p. 347-57, 1988.
- KAHN, A. "Defining urban sites". In: BURNS, C.; KAHN, A. **Site matters**: Design concepts, histories, and strategies. New York: Routledge, p. 281-96, 2005.
- KROEBER, G. **Experience economies**: Event in the cultural economies of capital. Master's of Design Studies thesis, Harvard University Graduate School of Design, 2012.
- LATOUR, B.; HERMANT, E. **Paris**: Invisible city. Traduzido por Liz Carey Libbrecht. Livro virtual. 2006 [1998]. Disponível em: <www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/viii_paris-city-gb.pdf>.
- LEFEBVRE, H. **State, Space, World**: Selected Essays. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 2009.

- _____. **The Urban Revolution**, tradução para o inglês de Robert Bononno. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 2003.
- LUKE, T. At the end of nature: Cyborgs, “humachines,” and environments in postmodernity. **Environment and Planning A**, 29 (8), p. 1.367-80, 1997.
- LYNCH, K. **The image of the city**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1960.
- MADDEN, D. City becoming world: Nancy, Lefebvre, and the global-urban imagination. **Environment and Planning D: Society and Space**, no prelo.
- MAGDOFF, F.; TOKAR, B. (Org.) **Agriculture and food in crisis: Conflict, resistance, and renewal**. New York: Monthly Review Press, 2011.
- MARTINDALE, D. “Prefatory remarks: The theory of the city”. In: WEBER, M. **The city**. Traduzido e editado por Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Glencoe, Ill.: Free Press, p. 9-64, 1958.
- MAYER, M. “The ‘right to the city’ in the context of shifting mottos of urban social movements”. In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. **Cities for People, not for Profit**. New York: Routledge, p. 63-85, 2011.
- McFARLANE, C. Assemblage and critical urbanism. **City**, 15 (2), p. 204-24, 2011a.
- McFARLANE, C. The city as assemblage: Dwelling and urban space. **Environment and Planning D: Society and Space**, 29 (4), p. 649-71, 2011b.
- MERRIFIELD, A. **Metromarxism: A Marxist tale of the city**. New York: Routledge, 2002.
- MERRIFIELD, A. The politics of the encounter and the urbanization of the world. **City**, 16 (2), p. 265-79, 2012.
- MONTE-MÓR, R. L. M. **Modernities in the jungle: Extended urbanization in the Brazilian Amazon**. Ph.D. diss., University of California, Los Angeles, 2004.
- MONTE-MÓR, R. L. M. What is the urban in the contemporary world? **Cadernos de Saúde Pública (Reports on Public Health)**, 21 (3), p. 942-48, 2005.
- OLLMAN, B. **Dialectical investigations**. London: Routledge, 1993.
- ONG, A. 2000. Graduated sovereignty in SouthEast Asia. **Theory, Culture and Society**, 17 (4), p. 55-75, 2000.
- ONU-HABITAT. **An urbanizing world: Global report on human settlements**. Oxford: Oxford University Press for UN-Habitat, 1996.
- PARK, B-G.; CHILD HILLD, R.; SAITO, A. (Orgs.) **Locating neoliberalism in East Asia: Neoliberalizing spaces in developmental states**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M. J. (Orgs.) **Global political ecology**. New York: Routledge, 2011.
- ROY, A. “The 21st century metropolis: new geographies of theory”. **Regional Studies**, 43, n. 6, p. 819-830, 2009.
- ROY, A.; ONG, A. (Org.) **Worlding cities: Asian experiments and the art of being global**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

- SARKIS, H. "The world according to architecture: Beyond cosmopolis". **New Geographies**, 4: p. 104-8, 2011.
- SAUNDERS, P. **Social theory and the urban question**. 2nd. ed. London: Routledge, 1986 [1981].
- SAYER, A. "Abstraction: A realist interpretation". **Radical Philosophy**, n. 28: p. 6-15, 1981.
- SAYER, A. "Defining the urban". **GeoJournal**, 9 (3), p. 279-85, 1984.
- SAYRE, N. Climate change, scale, and devaluation: The challenge of our built environment. **Washington and Lee Journal of Energy, Climate, and the Environment**, 1 (1), p. 93-105, 2010.
- SCHMID, C. "Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream". In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. **Cities for People, not for Profit**. New York: Routledge, p. 42-62, 2011.
- SCHMID, C. "Theory". In: DIENER, R.; HERZOG, J.; MEILI, M.; MEURON, P.; SCHMID, C. **Switzerland – an Urban Portrait**. Zurich: Birkhäuser, 1: p. 163-224, 2001.
- SCHMID, C. **Patterns and pathways of global urbanisation: Towards a comparative analysis**. Unpublished manuscript. Zurich: Urban Theory Lab ETH Zurich, s.d.
- SCHMID, C. **Stadt, Raum, und Gesellschaft: Henri Lefebvre und die Theorie der Produktion des Raumes (City, region, and society: Henri Lefebvre and the theory of the production of space)**. Stuttgart: Franz Steiner, 2005.
- SEIJDEL, J. "Editorial". In: **The art biennial as a global phenomenon: Strategies in neo-political times**, special issue, Open 16, 2009.
- SHLOMO, A. **Making room for a planet of cities**. Policy focus report. Cambridge, Mass.: Lincoln Institute of Land Policy, 2011.
- SOJA, E. **Postmetropolis**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 2000.
- SOJA, E.; KANAI, M. The urbanization of the world. In: BURDETT, R.; SUDJIC, D. **The endless city: The Urban Age Project**, by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London: Phaidon, p. 54-68, 2006.
- STANEK, K. **Henri Lefebvre on space: Architecture, urban research, and the production of theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- SWYNGEDOUW, E. "Metabolic urbanization: The making of cyborg cities". In: HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. **In the nature of cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism**. New York: Routledge, p. 21-62, 2006.
- WACHSMUTH, D. "City as ideology". **Environment and Planning D: Society and Space**, 32, n. 1, p. 75-90, 2014.
- WACHSMUTH, D. "Three ecologies: Urban metabolism and the society/nature opposition". **Sociological Quarterly**, no prelo.
- WACHSMUTH, D.; MADDEN, D. J.; BRENNER, N. Between abstraction

and complexity: Meta-theoretical observations on the assemblage debate. **City**, 15 (6), p. 740-50, 2011.

WIRTH, L. Urbanism as a way of life. In: SENNET, R. **Classic essays on the culture of cities**. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice-Hall, p. 143-64, 1969 (1937).

ZUKIN, S. "Is there an urban sociology? Questions on a field and a vision". **Sociologica**, 3, p. 1-18, 2011.

A hinterlândia, urbanizada?

Começo este artigo com a lembrança já familiarizada de um fato aparentemente indiscutível e que foi divulgado a partir de uma fonte confiável: em 2007 (ou seria 2003?), os estatísticos da Organização das Nações Unidas (ONU) determinaram que mais de 50% da população mundial, naquele momento, já estavam vivendo em áreas urbanas. Embora permeada por esforços que procuram decifrar o modo como se deu a acelerada industrialização capitalista no século XIX no eixo da Europa-América do Norte, a noção de um mundo em urbanização tornou-se hoje um quadro interpretativo onipresente (BRENNER; SCHMID, 2014). E em virtude de o início deste artigo trazer um dado já popularmente aceito, o leitor pode acabar desconhecendo a outra perspectiva de interpretação sobre o tema. É até mesmo capaz de que as expectativas de leitura recaiam em ideias mais comuns sobre as cidades, tais como o papel delas nas transformações globais da atualidade, ou sobre a reestruturação em curso pela qual vêm passando. Isso nos leva a indagar tais questões, propondo um debate exclusivamente sobre o que são as cidades. Todo mundo parece concordar que elas são unidades espaciais elementares da idade urbana contemporânea. Contudo, existiria alguma outra referência a mais a qual poderia estar associado o conceito de urbano?

A problemática da urbanização

A noção de urbanização tem sido utilizada de maneiras surpreendentemente a-teóricas, como se fosse uma base de interpretação puramente descritiva e empírica para referenciar uma tendência natural de organização espacial humana. Dentro desse contexto, Ross Exo Adams (2014) explica:

Assim como as condições climáticas, a urbanização é algo que existe ‘à nossa revelia’, uma condição bastante ‘complexa’ de ser apresentada como um objeto restrito à análise dos seus próprios termos e, portanto, complexa de ser mapeada, monitorada, comparada e catalogada¹.

A compreensão empirista, naturalista e quase ambientalista da urbanização persistiu de várias maneiras ao longo do século XX. Nas décadas mais recentes, os modelos naturalísticos de urbanização ganharam novos enquadramentos interpretativos com base no volume de dados produzido pelas ciências estatísticas, que, por sua vez, tendem a considerar a densidade urbana como uma condição basicamente semelhante ao de um sistema biológico fechado sujeito a leis científicas, previsíveis e, portanto, tecnicamente programáveis (GLEESON, 2013).

As declarações contemporâneas da ONU quanto a este mundo majoritariamente urbano em que estamos vivendo, assim como as principais vertentes dos discursos de políticas globais voltadas ao planejamento e ao desenho urbano, ainda compreendem o fenômeno da urbanização através de um *dispositivo* (BRENNER; SCHMID, 2014) de conhecimento naturalista, a-histórico e empirista. Nesse caso, a urbanização é vista como o crescimento populacional simultâneo à difusão espacial das cidades, sendo, portanto, concebida como tipos genéricos e universalmente aplicáveis de assentamentos humanos. Uma vez entendida essa ideia, a era urbana contemporânea representaria, então, uma congregação de tendências que aumentam cumulativamente a população nos centros urbanos. Por esse ângulo, a metanarrativa da era urbana contribuiria para servir a um quadro não apenas de interpretação, mas também de justificativa a uma enorme variedade de intervenções espaciais destinadas a promover, segundo classificação do geógrafo Terry McGee (1971), a “dominância da cidade”.

Globalmente, o objetivo comum dessas estratégias de

¹ Tradução livre. Ver original: Ross Exo Adams, “The burden of the present: on the concept of urbanisation”. *Society and Space*. Disponível em: <<http://societyandspace.com/2014/02/11/ross-exo-adams-the-burden-of-the-present-on-the-concept-of-urbanisation/>>.

urbanização é construir a “cidade hipertrófica”, seja por meios de aumento da densidade e extensão das áreas metropolitanas já existentes, seja por meio da criação de novas zonas de assentamento urbano *ex nihilo* às margens de antigas áreas rurais ou dos principais corredores de transporte; ou através da intensificação do fluxo migratório do rural para urbano ocasionado pelos efeitos nocivos de programas de ajustamento estrutural de terra, grilagem, expansão agroindustrial, pilhagem ecológica etc. (AJL, 2014; DAVIS, 2006).

Por outro lado, essa urbanização vista como o reflexo singular do crescimento das zonas urbanas da cidade é autoevidente. Analisando-as pela ótica de um nível empírico básico, as limitações dos dados divulgados pelo Censo da ONU sobre a urbanização são bem conhecidas. O problema simples, mas ainda aparentemente intratável ao qual o sociólogo Kingsley Davis já havia dedicado grande atenção crítica na década de 1950, se refere ao fato de que cada Censo Nacional utiliza seu próprio critério para medir as condições urbanas, tornando inconsistentes os dados comparativos internacionais sobre a urbanização. Na década atual, por exemplo, entre os países que demarcam seus tipos de assentamentos urbanos com base no tamanho da população (101 dos 232 Estados-membros da ONU o fazem), o limiar para tal classificação varia de 200 para 50 mil pessoas; menos de 23 países optam pelo mínimo de 2.000, ao passo que 21 outros países especificam tal valor para 5.000. Uma série de problemas em termos de comparabilidade surge daí, tendo em vista que as localidades “urbanas” dentro de uma jurisdição nacional podem ter pouco em comum com aquelas classificadas do mesmo modo em outro lugar.

Outros critérios de mensuração baseados em referências da administração pública, densidade, infraestrutura e/ou em índices socioeconômicos utilizados pelos outros 131 Estados-membros da ONU, quando comparados entre si, contribuem ainda mais para desalinhar um conjunto de dados já extremamente heterogêneo. Algumas áreas administrativas deveriam ser, portanto, automaticamente classificadas como urbanas? O critério de densidade

populacional, se houvesse, seria o mais apropriado para classificá-las como tais? A concentração de níveis de emprego não rurais deveria ser vista como peculiar a áreas urbanas (como acontece na Índia, apesar de tal critério levar em conta apenas os residentes do sexo masculino)? Em suma, essa rápida análise de como a ONU tabula e interpreta seus dados revela que a noção de um mundo majoritariamente urbano não é um fato, assim, tão evidente. É, antes de nada, um artefato estatístico construído por meio de um agrupamento grosseiro de dados dos Censos nacionais, que, por sua vez, derivam de definições inconsistentes do fenômeno a ser mensurado.

Incorporando o entorno constitutivo do urbano

Aqui, surge um problema teórico mais profundo diante do discurso da era urbana contemporânea. Mesmo se a especificidade do crescimento da “cidade” fosse relacionada a outras formas de reestruturação demográfica, socioeconômica e espacial, sendo possível, desse modo, ser coerentemente delineada também por meio de indicadores geoespaciais avançados que detectassem certas aglomerações (por exemplo), a questão permaneceria: como esboçar o processo de urbanização em termos conceituais? Apesar de sua representação generalizada como um parâmetro genérico e neutro permeado por relações espaciais, o processo de urbanização deveria ser submetido a um exame mais teórico. Desse modo, pelo menos duas grandes fissuras epistemológicas seriam reveladas – logicamente irresolúveis, mas que acarretam em problemas analíticos recorrentes – dentro do *dispositivo* hegemônico do conhecimento urbano.

Em primeiro lugar, tal como é popularmente entendida, a urbanização implica a difusão universal das “cidades” como unidades elementares de assentamento humano. Contudo, como amplamente reconhecido, essas unidades de assentamento, supostamente universais, têm assumido diversas morfologias e igualmente reorganizadas através de uma variedade de escalas espaciais. Também têm sido remensuradas por meio de uma

gama de forças institucionais, políticas, sociais, militares e ambientais, e articuladas distintamente às suas áreas vizinhas, paisagens e ecossistemas, bem como a outros centros populacionais mais distantes. Diante desse contexto, e dada essa heterogeneidade que caracteriza os padrões atuais de aglomeração, a noção universal do que “é” a cidade poderia ser mantida? E se nós rejeitássemos de fato a equação hegemônica simplista que formula a *urbanidade* que caracteriza as cidades, não deveríamos também abandonar a visão de urbanização tida como um processo universal único de difusão espacial? Como alternativa, a heterogeneidade e a diferenciação não deveriam ser reconhecidos apenas como atributos empiricamente complexos, mas também como atributos intrínsecos, produzidos sistematicamente pelas propriedades do processo de urbanização (ROBINSON, 2011; ROY, 2009).

Em segundo lugar, no *dispositivo* do saber hegemônico, a urbanização é definida como o crescimento das “cidades” enquanto unidades de assentamento espacial limitadas dentro de um território. Essa equação conceitual (urbanização = crescimento da cidade), juntamente com a hipótese igualmente difundida da limitação espacial, exige, por lógica, diferenciar as cidades, enquanto unidades, de locais supostamente não urbanos existentes fora delas. Entretanto, a demarcação de uma dicotomia coerente entre urbano e não urbano tem se mostrado problemática desde o momento em que se deu o aceleração da industrialização do capital em todo o mundo no século XIX. Assim sendo, na perspectiva popular do *dispositivo* do saber urbano, é preliminarmente *necessário* delinear o que seria um “entorno não urbano” (lembrando-se, ao mesmo tempo, de este tratar-se de um local que contribui diretamente na constituição urbana das cidades), pois somente nesses termos é que a heterogeneidade particularizada ao urbano poderia ser mais bem demarcada; embora, por outro lado, delinear-lo também se mostraria *impossível*, uma vez que (a) não existem critérios padronizados para diferenciar tipos de assentamentos urbanos de não urbanos; além de que (b) as aparentes fronteiras entre assentamentos urbanos

e seu suposto “exterior” não urbano têm sido constantemente expandidas e reformuladas em todas as escalas espaciais.

Apesar da renitente naturalização e incorporação das tipologias históricas de assentamentos (urbanos, suburbanos, rurais, silvestres) no discurso geográfico popular, a extensão territorial inevitável de grandes centros urbanos para as suas “franjas”, periferias e *Umlände* tem sido amplamente observada pelos urbanistas e planejadores urbanos do século XXI. Na verdade, apesar da tendência em ser relegado pelo cânone das narrativas históricas, o processo de extensão territorial urbano foi uma das preocupações formativas na qual a concepção moderna da disciplina de planejamento urbano se consolidou. Em outras palavras, esse campo do conhecimento tem procurado desde o princípio guiar-se por um viés mais territorial do que simplesmente circunscrever-se a condições de análise básicas na produção do seu saber, tais como densidade populacional e identificação de assentamentos espaciais bem limitados (FRIEDMANN; WEAVER, 1979)².

Não menos importante, o desenvolvimento das aglomerações capitalistas têm sido intimamente entrelaçado com as transformações em grande escala de espaços não urbanos, muitas das vezes localizados a consideráveis distâncias dos grandes centros de capital, trabalho e comércio. Mumford descreveu essa relação como a ação combinada entre “*up-building*”, isto é, a implantação de um conjunto de tipos de indústria e de infraestrutura tanto verticais e horizontais assim como subterrâneos, e “*un-building*” (*Abbau*), que seria o processo de degradação de paisagens ao redor das zonas urbanas da cidade por meio da intensificação do papel desses locais como supridores de energia, matérias primas, água e comida, e também como autogestoras dos resíduos produzidos dentro de suas fronteiras (MUMFORD, 1961).

Com a desapropriação das populações outrora rurais por meio do adensamento territorial para o aumento do uso da terra, a chegada de investimentos de infraestrutura de larga escala e a

² Como contrapartida, ver o livro *Cities of Tomorrow* (Cambridge, Mass.: Blackwell, 2002), de Peter Hall, que incorpora uma abordagem cêntrica da cidade na história do planejamento urbano.

industrialização progressiva de economias rurais em geral para custear a extração, cultivo, produção e circulação de mercadorias, facilitou diretamente o crescimento urbano das cidades através de mudanças colossais e abruptas, se não desiguais, de naturezas industriais e ambientais em todo o planeta.

Por esse ângulo, o rural, o interior ou a hinterlândia não podem ser reduzidos a meras áreas coadjuvantes de cultivo que deram o suporte necessário para catapultar as operações econômicas principais dos grandes centros populacionais. Independentemente da sua composição demográfica, desde a densa rede de cidades em torno do Rio Ganges ou do Rio Java ao deserto estéril da Sibéria ou o deserto dos estepes de Gobi, ao longo da história do desenvolvimento capitalista global desigual, os espaços “não urbanos” têm sido continuamente operacionalizados a favor de processos de formações urbanas. Esses espaços são, portanto, estrategicamente centrais aos processos de destruição criativa que sustenta a “urbanização do capital”, no mesmo grau de importância dos extensos e densos centros urbanos que por muito tempo monopolizaram a atenção dos urbanistas (HARVEY, 1985).

Assim, se confrontarmos essa interação inevitável entre acumulação e espoliação dos arranjos espaciais, e considerando também a difusão massiva das condições urbanas através das paisagens variadas do capitalismo global, a concepção de urbanização baseada na ideia de “assentamentos” poderia ser mantida? Poderia, ainda, o “fenômeno” urbano continuar ancorado exclusivamente “dentro” da cidade (LEFEBVRE, 2003; BRENNER; SCHMID, 2014)? De fato, na medida em que as rígidas limitações analíticas impostas por essas suposições “pontilhadas” do urbano vão ficando mais flexíveis, os dualismos estáticos da teoria urbana popular (cidade/campo, urbano/rural, interior/exterior, sociedade/natureza) também se tornam mais capazes de serem rapidamente superados. Desse modo, novos horizontes analíticos se abrem: as geografias da urbanização podem ser produtivamente reconceitualizadas em formas que deem visibilidade não apenas aos variados padrões e tendências de aglomeração, mas também

à contínua produção e transformação do tecido urbano, que se constitui de maneira desigual por vastas áreas onde predomina a atividade industrial (agricultura, extração, silvicultura, turismo e logística). Geografias que, ainda hoje, são classificadas erroneamente em função da herança deixada pelas noções do que seria o interior, o rural, a hinterlândia e/ou o deserto.

Dadas as totalizações e os pontos cegos associados ao *dispositivo* do conhecimento urbano herdado, como uma teoria urbana que não considerasse um lado “externo” e oposto ao urbano conseguiria se posicionar na busca por novas perspectivas produtivas tanto para o campo da pesquisa como para o campo da ação diante de paisagens de urbanização emergente em nível planetário (BRENNER, 2014)?

Desenhando outras urbanizações

As estratégias teóricas propostas aqui têm o objetivo não simplesmente de permitir um melhor reconhecimento concreto da complexidade empírica existente no estudo dos centros urbanos, mas também de prover uma base epistêmica para reconceitualizar as propriedades essenciais desse processo que estamos investigando, abrindo, portanto, novos horizontes para entender e influenciar a urbanização contemporânea. Como Christian Schmid e eu chegamos a argumentar em outro artigo, as fissuras epistêmicas tanto do discurso como da prática urbana contemporânea só poderão ser transcendidas através de uma ruptura radical com o *dispositivo* do conhecimento urbano hegemônico devido à condição urbana em que ele se ancora (BRENNER; SCHMID, 2014). Em qualquer campo intelectual e prático, novos *dispositivos* de interpretação conseguirão emergir somente quando as condições históricas desestabilizarem esses enquadramentos dóxicos da pesquisa, engendrando, dessa maneira, a busca de uma base alternativa de compreensão e transformação do mundo. Como evidenciado na recente rodada de debates epistemológicos entre urbanistas críticos, o campo da teoria urbana parece atualmente estar no cerne de tal questão.

Nesse contexto, o atual renascimento do interesse no rural, no interior e na hinterlândia entre muitos arquitetos, teóricos e urbanistas já seria a representatividade de um saliente, embora ainda indeterminado, desenvolvimento dessa problemática. Mas, será que essas iniciativas mais focadas no “rural” seriam apenas parte de uma mudança estratégica, por parte dos arquitetos, no desenvolvimento de projetos mais criativos de captação de energia alternativa? Ou, pensando de outra forma, uma exploração arquitetônica mais sistemática de espaços não urbanos do mundo poderia contribuir com o projeto de desenvolvimento de novas análises, perspectivas e desenhos do nosso tecido urbano planetário em emergência? Duas propostas em vias de conclusão poderiam oferecer algum tipo de suporte para essa “empreitada”:

- A herança deixada pelo vocabulário que descreve os espaços não urbanos – rural, interior, hinterlândia – está enquadrada em um fundamento bastante externalista que tende a diferenciar esses espaços em termos analíticos e espaciais com relação às zonas tradicionalmente urbanas das cidades. Entretanto, hoje em dia é preciso encontrar novas formas de interpretar e mapear os variados territórios, paisagens e ecossistemas do planeta em urbanização de modo que não sejam binariamente postos em oposição a essas “cidades” e/ou que não tenham suas utilidades operacionais desvalorizadas quando observadas pelo fetiche dos critérios demográficos. A “não cidade” não pode mais ser vista como algo exterior ao urbano; ela vem se transformando em terreno estrategicamente essencial para a urbanização capitalista.
- A forma capitalista de urbanização continua a produzir padrões contextuais de aglomeração, mas isso tem transformado inevitavelmente, do mesmo modo, espaços não urbanos em intensas e extensas zonas de infraestrutura industrial – as *paisagens operacionais*. Em contraste às conhecidas hinterlândias, nas quais diferentes “dádivas”

da natureza presentes nesses locais (como matérias-primas, fontes de energia, trabalho, comida e água) são apropriadas para a produção de *commodities*, as paisagens operacionais consistem no redesenho industrial das atividades extrativistas, agricultoras e logísticas desses territórios para engendrar uma melhor otimização das condições sociais, institucionais, biológicas, ecológicas e de infraestrutura que favoreçam a acumulação de capital, em geral voltado à exportação. Assim sendo, enquanto as hinterlândias **são meras** “incubadoras” da produção de *commodities* dentro de um determinado terreno, as paisagens operacionais, por sua vez, são espaços planejados mediante as configurações do espaço urbano-industrial, sendo reflexivamente desenhados e monitorados para acelerarem e intensificarem a acumulação de capital no mercado mundial.

As implicações dessas ideias para as intervenções arquitetônicas nos variados espaços não urbanos do mundo ainda precisam ser elaboradas. No mínimo, pelo menos, já levantam dúvidas sobre qualquer abordagem que aspire criar enclaves fortificados e privatizados (voltados ao turismo de luxo ou especializados em atividades industriais de exportação) nesses antigos meios rurais. Sem mencionar a ênfase que a implicação dessas ideias vem incidindo no desafio de se estabelecer modos político e democraticamente coordenados (além de alternativas social e ambientalmente sãs) de integração entre os vários lugares, regiões, territórios e ecossistemas em que os seres humanos dependem coletivamente para a nossa vida planetária em comum. Na medida em que essas ideias vão mobilizando novas capacidades de constituição desse campo em emergência, os arquitetos e urbanistas passam a ser confrontados por uma importante escolha ética quanto à natureza de intervenção do seu trabalho: ajudar na produção de eficientes paisagens operacionais para a acumulação de capital, ou, em troca, explorar novas formas de apropriação e reorganização das geografias de urbanização das não cidades para usos coletivos e/ou de bem comum.

A perspectiva apresentada aqui neste artigo é orientada por um projeto contraideológico, no qual os urbanistas dedicados ao estudo desses espaços não urbanos têm importância elementar de contribuição. Nesse sentido, como nós poderíamos visualizar, e, portanto, politizar, essas “teias” abrangentes, mas geralmente invisíveis, que enredam o estilo de vida urbano com a silenciosa e violenta acumulação por espoliação e a destruição ambiental que ocorrem nas nossas hinterlândias e paisagens operacionais do mundo? À medida que os urbanistas levantam formas distintas de inteligência e de capacidades de visualização espacial para esses locais, paralelamente, eles também vão tendo um papel inestimável em construir novos mapas cognitivos do tecido urbano constituído desigualmente em termos planetários. Em troca, esses mapas propiciariam as tão-necessárias diretrizes de orientação a todos aqueles que aspiram redesenhar, em formas mais socialmente progressistas, politicamente inclusivas e igualmente ecológicas, o nosso tecido urbano. Tendo em vista que esses argumentos desafiam o dogma da cidade hipertrófica – isto é, a suposição predominante de que as cidades cada vez maiores representam o inevitável futuro da humanidade –, eles também ampliam o horizonte para que imaginemos uma alternativa de urbanização. Muitas urbanizações são, de fato, possíveis. Em vez de serem predeterminados por questões tecnológicas ou pela necessidade econômica, os projetos de urbanização são um meio e produto da energia, imaginação, luta e experimento das políticas coletivas. Seria possível imaginar, por exemplo, uma forma de urbanização em que vários padrões de assentamento e de arranjos estruturais diferenciados fossem cultivados dentro de um enquadramento holístico de desenvolvimento territorial baseado na prevalência ecológica e na gestão equilibrada dos recursos? Poderíamos imaginar também uma forma de urbanização em que as famílias e as comunidades que optassem por permanecer em zonas menos densamente povoadas ou remotas conseguissem desfrutar, mesmo assim, do acesso às infraestruturas públicas viáveis, aos meios de subsistência sustentáveis e à alguma medida de controle político sobre as condições básicas

que permeiam suas vidas cotidianas? Talvez o papel dos urbanistas dedicados a desenharem os espaços não urbanos do mundo seja este, o de facilitar a imaginação e a produção dessas alternativas de urbanizações.

Referências

- ADAMS, R. E. "The burden of the present: on the concept of urbanisation". **Society and Space**. Disponível em: <<http://societyandspace.com/2014/02/11/ross-exo-adams-the-burden-of-the-present-on-the-concept-of-urbanisation/>>. Acesso em: fev. 2016.
- AJL, M. "The hypertrophic city *versus* the planet of fields". In: BRENNER, N. **Implosions/Explosions**. Berlin: Jovis, p. 533-550, 2014.
- BRENNER, N. "Urban theory without an outside". In: BRENNER, N. **Implosions/Explosions**. Berlin: Jovis, p. 14-35, 2014.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. "The 'urban age' in question". **International Journal of Urban and Regional Research**, 38 (3), p. 731-755, 2014. Para dados mais específicos divulgados pela ONU, acesse: <http://esa.un.org/unpd/wup/>.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. "Towards a new epistemology of the urban". **CITY**, 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- DAVIS, M. **Planet of Slums**. London: Verso, 2006.
- FRIEDMAN, J.; WEAVER, C. **Territory and Function**. Berkeley: University of California Press, 1979.
- GLEESON, B. "What role for social science in the 'urban age'". **International Journal of Urban and Regional Research**, 37 (5), p. 1.839-1.851, 2013.
- HALL, P. **Cities of Tomorrow**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 2002.
- HARVEY, D. **The Urbanization of Capital**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.
- LEFEBVRE, H. **The Urban Revolution**. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 2003 [1970].
- McGEE, T. **The Urbanization Process in the Third World**. London: Bell & Sons, 1971.
- MUMFORD, L. **The City in History**. New York: Harcourt, Brace and World, p. 446-481, 1962.
- ROBINSON, J. "Cities in a world of cities: the comparative gesture". **International Journal of Urban and Regional Research**, 51 (1), p. 1-23, 2011.
- ROY, A. "The 21st century metropolis: new geographies of theory". **Regional Studies**, 43 (6), p. 819-830, 2009.

Epílogo:

Teoria urbana crítica, repaginada?

(entrevista com Martín Arboleda)

Martín Arboleda (MA): Eu gostaria de começar essa conversa falando sobre o seu trabalho atual a respeito da urbanização planetária, parte do qual foi resumido na Parte Quatro do seu livro *The Explosion of the Urban* (2016). Em seu projeto colaborativo com Christian Schmid e em muitos de seus escritos recentes, você sugere que um processo emergente de urbanização extensiva está produzindo um tecido urbano que, ao invés de se concentrar unicamente em pontos nodais específicos ou em regiões metropolitanas, agora também vem costurando diversas porções espaciais do mundo, tornando, portanto, obsoleta a distinção tradicional entre urbano e rural. Alguma versão dessa ideia parece ter estado presente em seus primeiros escritos sobre as dimensões escalares das questões urbanas e, também, sobre o reescalonamento da participação do Estado no capitalismo neoliberal, conforme foi resumido nas Partes Duas e Três desse mesmo livro. Você poderia explicar a genealogia da noção de urbanização planetária discutida em seu trabalho? Quais teorias ou circunstâncias moldam essa noção atualmente?

Neil Brenner (NB): No meu trabalho anterior, passei a me dedicar à questão da escala numa tentativa de substituir a compreensão bastante limitada do “urbano” fruto de um contexto acadêmico e político definido pelos debates sobre a “globalização”. Este trabalho surgiu no meio da década de 1990, quando a teoria da cidade global estava ganhando impulso e gerando novas perspectivas interessantes sobre o urbanismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, Bob Jessop, Jamie Peck e outros estudiosos da escola regulatória lideravam o caminho rumo a

uma abordagem mais reflexivamente espacializada da teoria do Estado como os localismos, regionalismos e sistemas emergentes de governança em diversos níveis. Com base nessas discussões e nas inovações metodológicas que introduziam, minha própria “mudança escalar” envolveu um esforço para explorar o papel das estratégias espaciais notavelmente neoliberais e pós-keynesianas do Estado para facilitar o entendimento daquilo que passava a ser visto, então, como uma aceleração da globalização do espaço urbano. A formação global da cidade, os novos localismos e regionalismos também foram, conforme eu argumentei, se estreitando com as reformulações de intervenção estatal nas quais as grandes regiões urbanas emergiam como alvos estratégicos da reorganização institucional, inovação política, desenvolvimento de infraestruturas, megaprojetos, e assim por adiante. Assim, uma abordagem escalar mostrou-se muito útil para investigar todas essas questões, porque me permitiu explorar a importância estratégica da governança urbana na remodelação do espaço nacional durante esse período, bem como as formas pelas quais as instituições estatais reescaladas também contribuíram para acelerar o processo de reestruturação urbana e territorial. Nessa abordagem multiescalar da governança urbana, as cidades e as economias locais não foram tratadas como unidades socioespaciais discretas e delimitadas, mas tratadas analiticamente como um conjunto de camadas dinâmicas sobre as hierarquias geoeconômicas e geopolíticas (BRENNER, 2014b; BRENNER, JESSOP, JONES *et al.*, 2003; BRENNER, *no prelo*).

No contexto dessas discussões, e com base na abordagem de escala que anteriormente havia sido desenvolvida por geógrafos radicais como Neil Smith e Erik Swyngedouw, eu estava realmente preocupado em questionar as geografias binárias tradicionais nas quais a visão de cidade como sinônimo de urbanização haviam sido originalmente definidas. Em vez de contrastar os territórios urbanos a territórios suburbanos ou rurais, uma abordagem escalar implicava distinguir as escalas urbanas e não urbanas e, assim, incorporar o urbano no contexto de uma paisagem mais ampla, hierarquicamente estruturada e mutante,

que contribui para abrandar o desenvolvimento espacial desigual. Em tal concepção, o urbano não é um tipo de assentamento articulado de modo horizontal e posicionado em uma determinada superfície (e correspondentemente contrastado com outros tipos de assentamentos, sejam esses suburbanos, rurais ou quaisquer outros), mas sim constituído por uma hierarquia de escalas. Aqui, o ambiente urbano contrasta com o regional, o nacional, o supranacional e o global, cada um dos quais é constituído e transformado de forma relacional através de processos socioespaciais (por exemplo, acumulação de capital, regulação estadual, migração, mobilização política) diferenciados internamente ao longo das dimensões escalares. Essa generalização somente se aplica se estivermos considerando questões de desenvolvimento econômico urbano ou governança urbana, ou qualquer outro processo que produza uma escala distintivamente urbana de organização socioespacial. Em cada caso, uma delimitação escalar do urbano exige que nós o contrastemos com as escalas supraurbanas de estratégia, operação e institucionalização, ao invés de tipos ou territórios supostamente “não urbanos”.

Definitivamente, meu trabalho atual sobre a urbanização planetária baseia-se nos fundamentos metodológicos dessa retomada escalar anterior e da pesquisa decorrente dela. E, certamente, trata-se de um trabalho que continua criticando as abordagens *mainstream* que dominam há tanto tempo o campo dos estudos urbanos. No entanto, ao invés de privilegiar uma lente puramente escalar, esse trabalho mais recente aproxima as dimensões territoriais da urbanização de forma muito mais sistemática do que eu fiz em minhas incursões anteriores. Com efeito, esse trabalho combina uma abordagem reflexivamente multiescalar de uma conceituação da urbanização capitalista enquanto processo de territorialização e reterritorialização que abrange uma variedade de diferentes condições espaciais, paisagens e ecologias, dentro e fora das zonas de aglomeração metropolitana. Assim, persiste a minha tentativa anterior de desestabilizar o binarismo urbano/não urbano, mas, agora, através de um caminho metodológico diferente.

Nessa concepção, o urbano já não descreve mais um tipo de assentamento discreto ou a condição de uso da terra, mas refere-se ao vasto campo de força de transformações socioespaciais e ecológicas variadas associadas à industrialização capitalista, ao mesmo tempo em cidades grandes e densas, bem como em diversos tipos de “interiores” industrializados ou em “paisagens operacionais” construídas para sustentar os modos de existência urbanos. Com base nos escritos anteriores de Lefebvre sobre a urbanização geral da sociedade, a noção de urbano é, portanto, ampliada para abranger a maior parte do planeta e incluir zonas de produção de *commodities* primárias industriais (paisagens agrícolas, pecuárias e extrativistas, florestas industriais e pescarias etc.), infraestruturas de logística e gestão de resíduos, bem como os oceanos, subsolo ou as zonas subterâneas e até a atmosfera terrestre. Juntamente com os meus colaboradores, propusemos uma abordagem à teoria urbana sem considerar “um lado de fora”: na medida em que grande parte do planeta está sendo atualmente operacionalizado através de processos de urbanização (embora, obviamente, em padrões e intensidades contextualmente específicos em lugares, regiões e territórios) já não parece mais tão produtivo assim, para nós, definir o urbano através de um contraste com as zonas externas “não urbanas”.

Mas, essa proposta abre uma série de novos desafios conceituais e metodológicos que estamos começamos a explorar apenas agora: como conceituar os padrões de diferenciação socioespacial e o desenvolvimento espacial desigual que se cristalizam *dentro* desse tecido dividido e constantemente mutante de urbanização planetária? Como Christian Schmid e eu discutimos prolongadamente em alguns de nossos textos recentes, urge o desenvolvimento de novos vocabulários e de uma nova gramática de diferenciação espacial para investigar e teorizar os modos de conexão e desconexão entre zonas de aglomeração e outros tipos de lugares, territórios e paisagens em todo o planeta (BRENNER; SCHMID, 2015).

Vou me antecipar para enfatizar algo: não estamos sugere-

rindo que as aglomerações espaciais não sejam mais importantes; e nem estamos afirmando que o mundo inteiro se tornou uma única mega-aglomeração, uma grande rede e vasta paisagem “metálica” na qual não se percebem quaisquer gradientes de densidade populacional, como a Estrela da Morte na série de filmes de *Guerra Nas Estrelas*, ou o planeta de Trantor na clássica série de ficção científica *Fundação*, produzida por Isaac Asimov. Ao invés disso, estamos propondo adicionar uma nova dimensão à teoria urbana, que é a noção de urbanização extensiva. Por ela, entende-se a produção de paisagens operacionais que apoiam e, por sua vez, são continuamente transformadas pelas formas de *urbanização concentrada* em que os pesquisadores urbanos têm enfocado seu olhar analítico. Essas paisagens operacionais cada vez mais industrializadas, infraestruturadas e fechadas em si próprias são tratadas única ou parcialmente através de conceitos tradicionais como os da “hinterlândia”, do “rural” ou do “interior”; por isso temos muito trabalho a fazer para desenvolver uma teoria que relacione dialética e historicamente caminhos específicos que expliquem de forma mais apropriada as geografias da urbanização (concentrada) durante os últimos 150 anos ou mais.

Também deveria me adiantar para acrescentar que, ao prosseguir dessa forma, não estou de forma alguma tentando abolir conceitos de escala ou território, ou, para esse caso, de lugar ou rede. Cada um desses conceitos – escala, território, lugar e rede – permanecem fundamentais para a teoria socioespacial crítica. De fato, talvez também precisemos de outros termos, como os de paisagem e de sociedade-natureza, para apreender a multiplicidade superestimada da estruturação socioespacial no capitalismo moderno (BRENNER, 2009; JESSOP; BRENNER; JONES, 2008). O ponto é simplesmente que eu não definiria mais o urbano, principalmente ou exclusivamente, em termos escalares ou territoriais. As diretrizes metodológicas em que estou trabalhando ainda estão em desacordo com as propostas para uma “geografia humana sem escala” e uma “ontologia plana” elaboradas no que, atualmente, podemos ver como o final de

alguns dos debates que geraram tanta controvérsia acadêmica no início e meio dos anos 2000¹.

(MA) A noção de paisagem operacional poderia desconstruir definitivamente muitos pressupostos do senso comum atribuído aos limites do urbano. É por isso que a capa do seu livro editado em 2014 sobre urbanização planetária, *Implosions/Explosions* (2014a), inclui a fotografia de um cenário aparentemente não urbano basicamente para afirmar que os limites do urbano são muito mais instáveis do que aqueles considerados historicamente?

(NB) A capa de *Implosions/Explosions* é uma fotografia aérea das Areias Betuminosas do Athabaska, no norte de Alberta, de Garth Lenz, um fotógrafo brilhante e, também, ativista ambiental preocupado em documentar a enorme onda de destruição ecológica em andamento naquela parte do Canadá nos dias de hoje. Essa é uma área enorme, que tem aproximadamente o tamanho da Flórida e que é efetivamente fechada, infraestruturada, industrializada, financiada e saqueada para fornecer combustíveis fósseis aos grandes centros populacionais da América do Norte, entre outros.

Nos últimos tempos, já vem sendo documentado que as bacias hidrográficas e os ecossistemas inteiros em torno das Areias Betuminosas do Athabaska estão sendo destruídos permanentemente, sem mencionar o impacto devastador da saúde pública ao longo de muitas gerações nos assentamentos vizinhos, e especialmente entre as populações das nações de Primeiro Mundo (BLACK; D'ARCY; WEIS *et al.*, 2014). Análoga à fotografia paisagística de Edward Burtynsky e David Maisel, a imagem de Garth Lenz funciona como uma metáfora provocativa para simbolizar um processo global de degradação e dispossessão social-ambiental industrial cada vez mais inseparável do crescimento acelerado e expansivo das regiões metropolitanas ao redor do mundo. Se definimos o urbano em

¹ Veja, por exemplo, Sallie Marston, John Paul Jones, e Keith Woodward, "Human geography without scale," *Transactions of the Institute of British Geographers* 30 (2005): 416-432. Para contrapontos críticos, veja Helga Leitner e Bryon Miller (2007), e Neil Brenner (2001).

termos do conjunto mais amplo de relacionamentos (sociais, político-institucionais e ecológicos) e infraestruturas (sistemas de extração, comunicação, transporte, produção de energia, abastecimento de água e alimentos etc.) que apoiam essas aglomerações, então, podemos dizer que paisagens operacionais como essa devem ser incluídas de forma bastante central na problemática urbana.

Em outras palavras, acredito precisamente no que Lefebvre nos pediu para fazer com o seu conceito de tecido urbano. Hoje, esse tecido está sendo costurado cada vez mais denso e intensivamente em todo o planeta; não pode mais ser reduzido apenas aos pontos nodais e às aglomerações metropolitanas sobre as quais os urbanistas enfocaram seu olhar por tanto tempo. Para mim, portanto, simplesmente não há como olhar para o campo de petróleo do norte de Alberta sem associar a operacionalização dessa paisagem aos processos históricos e contemporâneos de urbanização capitalista baseados em combustíveis fósseis. Precisamos vincular os pontos – de forma analítica, cartográfica e política – entre essas paisagens sombrias de megaextração industrial, ecocida e dispossessão com o metabolismo social e ecológico diário das regiões metropolitanas ao redor do mundo.

E você está bastante correto ao dizer que pretendo provocar uma reflexão com essa imagem de capa. Ao invés de usar uma imagem icônica do urbano, como um arranha-céu, um projeto de desenvolvimento urbano à beira-mar, o panorama de um bairro urbano denso ou uma imagem de satélite que enfoque a vista aérea de uma megacidade, para esse livro, nós escolhemos a ilustração de um ambiente novo e colossalmente diferente essencial para sustentar e materializar o processo de urbanização. A imagem de capa mostrando o panorama das Areias Betuminosas do Athabaska pretende, acima de tudo, denotar uma metáfora espacial para o argumento mais amplo que temos realizado sobre a urbanização extensiva no capitalismo do início do século XXI. Porém, também poderíamos ter escolhido outros locais e infraestruturas “não cidadinas” para ilustrar as condições variadas asso-

ciadas à urbanização extensiva – como, por exemplo, um navio de contêineres do tipo New Panamax, o grande depósito de lixo do Pacífico, uma plataforma de petróleo no Mar do Norte, o transporte tubular de gás no deserto do Saara, as camadas de detritos espaciais que orbitam ao redor da Terra, uma rodovia que atravessa a Amazônia, uma plantação de óleo de palma em Sumatra, um enclave de mineração no norte do Chile, na Austrália Ocidental, no deserto de Gobi ou na Sibéria, uma represa hidrelétrica no Himalaia ou nos Andes, a rede de cabo submarino transoceânico ou um laboratório de criação de plantas da Monsanto em Maui, no Havai.

(MA) Considerando que a noção de paisagem operacional procura esclarecer as densas redes de mediações socioecológicas que alimentam os processos de urbanização contemporânea, que tipo de relação você supõe existir entre a sua ideia de urbanização extensiva e o conceito de urbanização metabólica, conforme delineado pela escola marxista de Ecologia Política Urbana (UPE)? O seu trabalho baseia-se na estrutura da UPE ou pressupõe uma reformulação dessas diretrizes?

(NB) Há fortes paralelos entre elas na medida em que ambas as abordagens reagem contra certos entendimentos binários da cidade e seus supostos lados “de fora”. Além disso, ambas as abordagens visam a desconstruir visões reificadas da materialidade urbana em prol de reconceituações baseadas em processos que enfatizam o metabolismo, a circulação, a destruição criativa social e ecológica, a implosão/explosão, e assim por diante. No caso da UPE, a principal preocupação deles é em substituir a divisão da sociedade *versus* natureza que herdamos (bem como aquilo entre o mundo humano *versus* o mundo não humano), analisando cidades e regiões urbanas como montagens sociais e naturais complexas em que fluxos metabólicos e as relações sociais se unem para produzir configurações historicamente específicas de poder espacial. Para mim, essa abordagem é altamente utilitária para fortalecer o meu próprio pensamento sobre as questões urbanas. Por exemplo, não há dúvida de que o conceito

processual do metabolismo, derivado sobretudo de Marx, seja absolutamente fundamental para o projeto de reinventar a teoria urbana crítica. E muitos dos pontos de vista metodológicos e imperativos da UPE encontraram-se de forma bastante central em nossos esforços para desenvolver uma teorização da urbanização planetária.

Mas, também há algumas ambiguidades no projeto da UPE, ou pelo menos em suas elaborações teóricas durante a última década. Como Hillary Angelo e David Wachsmuth argumentaram, grande parte da pesquisa da UPE se concentrou em focar apenas na cidade tradicional e limitada: apesar do seu potencial metodológico radical e de longo alcance, seu objeto de pesquisa tem sido delineado de maneira relativamente tradicional, simplesmente como um meio urbano de aglomeração onde se situam essas transformações metabólicas.

Angelo e Wachsmuth (2015) desenvolvem um argumento poderoso de que as potencialidades lefebvrianas da UPE no desenvolvimento de uma abordagem socionatural e metabólica para designar a urbanização, e não apenas “a cidade”, ainda não foram totalmente exploradas. Não há dúvida de que alguns dos pesquisadores pioneiros da UPE, como Matthew Gandy, Maria Kaika e Erik Swyngedouw, lideraram efetivamente essa tendência rumo a uma “metodologia cidadina”, explorando alguns dos projetos de engenharia em grande escala e outras configurações gigantescas de infraestrutura que apoiam e, de fato, constituem a vida urbana sob o capitalismo moderno. No entanto, também é claro que ainda temos muito trabalho a fazer para analisar e teorizar as geografias e ecologias ampliadas de urbanização sobre as quais a construção e reprodução de grandes aglomerações metropolitanas densamente compactas são inevitavelmente dependentes. As ferramentas da UPE são essenciais para esse projeto, mas eles precisam ser aplicados provavelmente de forma mais sistemática para além dos limites pré-definidos da cidade de modo a se explorar as geografias em larga escala, desiguais e variadas da urbanização planetária como um todo.

(MA) Embora seja possível argumentar que a história comum do urbano e do rural remonte a milhares de anos atrás, a periodização que você se vale dessa dialética parece estar circunscrita à história do capitalismo em si. Por que você aplica sua teoria da urbanização dessa maneira ao invés de utilizar um princípio histórico mais geral?

(NB) Na medida em que os assentamentos humanos sempre dependeram de conexões sociais, econômicas, infraestruturais e ecológicas mais amplas em relação aos seus territórios circundantes, bem como das redes de comércio de longa distância, a distinção entre a urbanização concentrada e extensiva pode aparecer inicialmente como uma base trans-histórica para se explorar uma grande variedade de fluxos de cidade/não cidade e configurações de energia associadas ao império, extração, comércio e civilização, desde o surgimento precoce e crescimento de cidades e redes comerciais interurbanas em sistemas mundiais pré-modernos, antes da expansão mundial do capitalismo. Nesse sentido, à primeira vista, esse quadro parece ressoar com os tipos de argumentos que, por exemplo, Lewis Mumford (1956) e Jane Jacobs (1970) exploraram sobre a relação da cidade com o seu ecossistema rural circundante durante a história mundial, ou com o trabalho clássico nas cidades e territórios por historiadores econômicos urbanos a exemplo de Paul Bairoch (1988). Mas, em nosso trabalho, estamos diretamente preocupados com a especificidade histórica da forma capitalista de urbanização. Nós mobilizamos a distinção entre urbanização concentrada e extensiva como um dispositivo analítico para esse propósito específico, e não como base para uma análise histórico-mundial, de longa duração (*longue durée*) das cidades e seus territórios ou ambientes.

Dessa forma, acho que acabamos sendo “lefebvrianos” bastante consistentes: ou seja, endossamos fortemente a sugestão de Lefebvre de que a forma de urbanização capitalista está intimamente interligada com a generalização da industrialização no capitalismo do século XIX em diante. Por um lado, a urbanização assume uma forma particular dentro de qualquer formação social que se baseie na acumulação generalizada de

capital, com processos associados de mercantilização do trabalho e da terra e de cercos territoriais. Mas, o que é mais importante para nós, a forma de urbanização capitalista sofreu uma nova transformação qualitativa quando a acumulação de capital foi industrializada de modo mais abrangente, ou seja, quando o processo trabalhista, a circulação de capital e a organização dos fluxos metabólicos (extração de materiais, produção de energia, apropriação de biomassa, abastecimento de água e alimentos, gestão de resíduos e assim por diante) foram mais intensamente racionalizados através da mobilização sistemática da ciência e da tecnologia incorporada em montagens de *máquinas, equipamentos e infraestrutura* de forma a intensificar a extração de mais-valias.

Essas dinâmicas de transformação industrial capitalista têm implicações maciças na organização espacial, não só em cidades industriais, mas também nas paisagens variadas das hinterlândias e até, em alguns casos, nas paisagens anteriormente consideradas por zonas “desertas” ou “selvagens”. Vistas originalmente como propriedades privadas capitalistas, nos dias de hoje, essas paisagens são ainda mais racionalizadas, infraestruturadas, planejadas e financiadas para sustentarem as operações sociometabólicas da acumulação de capital: a apropriação institucionalizada de “presentes gratuitos” dados pela natureza (alimentos, energia, materiais) é cada vez mais intensificada, acelerada e gerenciada dentro de modos de organização territorial especificamente capitalistas. Através da industrialização capitalista, as hinterlândias se transformam no que denominamos de “paisagens operacionais” (BRENNER, 2015; KATSIKIS, 2016).

Para além do momento inicial de cercamento territorial, as formas intrinsecamente capitalistas de organização espacial são agora consolidadas para intensificar os modos de cultivo agrícola, extração de recursos, produção de energia, logística, silvicultura e gestão ambiental, gerados com fins lucrativos nas divisões espaciais de trabalho em rápida evolução em todo o mundo. Num sentido importante, a transformação das hinterlândias em paisagens operacionais, expressas através de uma explosão planetária cada vez maior de urbanização extensiva,

representa uma tendência para a subsunção real do território sob o capital².

Historicamente, na corrente do trabalho pioneiro de David Harvey, a teoria urbana radical se concentrou principalmente nas implicações da industrialização capitalista para a racionalização e a implacável transformação dos ambientes construídos pelas cidades. Por exemplo, a sua subordinação aos imperativos da produção e circulação baseada em lucro e sua sujeição recorrente aos processos de destruição criativa induzida pela crise, em que o movimento direto do desenvolvimento capitalista os torna disfuncionais e até obsoletos, levando à reestruturação acelerada e às novas formações de organização espacial. Assim, nossas periodizações sobre o padrão de desenvolvimento urbano se concentram na morfologia da cidade, na expansão regional e nas relações entre elas, desde as formas de desenvolvimento urbano, industrial, corporativo-monopolístico e fordista-keynesiano de desenvolvimento urbano até as nossas formas presentes, globalizadas ou neoliberalizadas. Contudo, em nosso trabalho, já temos concluído que os processos poderosos de reterritorialização e destruição criativa – das infraestruturas socioespaciais, das relações socioambientais e dos sistemas institucional e regulatório – também foram simultaneamente perpassando as paisagens da urbanização extensiva, especialmente desde a década de 1850.

Embora estejam claramente ligados a ciclos mais amplos de industrialização capitalista e à formação de crises, ainda não temos uma forte compreensão de como – sob quais mecanismos e ritmos temporais – esses processos de destruição criativa nas paisagens operacionais da urbanização extensiva são articulados em relação àquelas situadas dentro ou entre as aglomerações metropolitanas. De todo modo, parece evidente, à luz dessa pesquisa inicial, a necessidade de explorar de forma muito mais sistemática as conexões variadas – analíticas, espaciais e histó-

² Conferir Japhy Wilson e Manuel Bayón (2015), assim como Daniel Buck (2007). Sobre a aplicação da distinção marxista entre subsunção formal e real da produção de *commodities* primárias, ver William Boyd, W. Scott Prudham e Rachel Shurman (2001).

ricas – entre os processos de urbanização concentrada e extensiva dentro das divisões espaciais evolutivas e emergentes do trabalho no capitalismo moderno. Assim como os entendimentos centrados na cidade e nas aglomerações nodais vêm se tornando cada vez mais problemáticos, os entendimentos correspondentes ao seu “lado de fora” baseados na hinterlândia, no rural e nos locais selvagens também vêm se revelando como fatores limitantes de explicação, tanto em termos analíticos como políticos. Ao invés de perpetuarmos esses dualismos conceituais herdados, precisamos reciclar esses campos de força mutuamente constitutivos e dialeticamente interconectados da transformação socioespacial e ambiental capitalista em prol de uma teoria revigorada sobre a urbanização capitalista desigual, variada e planetária. Então, em nossa estrutura, esses campos tratar-se-iam das geografias variadas do resultado urbano da coevolução dos processos de aglomeração e a contínua construção/transformação de paisagens operacionais durante sucessivos regimes mundiais de industrialização capitalista.

Nessa fase do nosso trabalho, e já tendo demarcado o problema em termos teóricos, surge uma série complexa de questões empírico-históricas sobre a mudança das relações entre aglomerações metropolitanas e paisagens operacionais em várias escalas espaciais desde a década de 1850. Por exemplo: quais tipos de infraestruturas metabólicas em grande escala – para materiais, energia, alimentação e abastecimento de água, e para gestão de resíduos – apoiaram regimes históricos sucessivos de urbanização industrial capitalista em diferentes zonas da economia mundial? Como as geografias sociais, institucionais, infraestruturas e ambientais das tradicionais hinterlândias foram transformadas à medida que a produção de produtos primários (alimentos, combustível, fibras, materiais) se tornou progressivamente industrializada? Como essas geografias foram destruídas criativamente durante períodos de crise geoeconômica ou volatilidade geopolítica, ou quando setores de *commodities* primários específicos foram submetidos a uma rápida reestruturação industrial e/ou financeira? Como essas transformações foram

facilitadas e aceleradas por padrões específicos e pelos rumos do desenvolvimento metropolitano? Em que medida os “efeitos urbanos” – como a intensificação do uso da terra, o investimento ampliado em infraestrutura, a conectividade mais aprimorada entre locais e os grandes impactos ambientais – são cada vez mais produzidos nessas tais paisagens operacionais tão distantes dos principais centros metropolitanos do mundo? Como a dialética da urbanização concentrada e extensiva mediou e foi transformada por padrões de migração trabalhista desde a década de 1850? Como eles foram mediados e contribuíram para formular estratégias geopolíticas e conflitos dentro e entre os principais Estados nacionais, impérios e instituições reguladoras – por exemplo, em torno de questões relacionadas ao controle de recursos, energia e suprimentos alimentares? Nota-se a existência de vasta literatura sobre muitos desses tópicos, mas raramente associada, em termos analíticos, às questões sobre a urbanização capitalista que estão surgindo em nosso trabalho. Esperamos que a exploração dessas e outras questões intimamente relacionadas sejam proveitosas para o desenvolvimento de novas abordagens da teoria urbana, história e geografia que possam ajudar a esclarecer formas emergentes de urbanização planetária, bem como seus antecedentes históricos desde a industrialização generalizada do capital no século XIX.

(MA) De que forma você acha que essa abordagem poderia ajudar a formular práticas de planejamento e elaboração de políticas públicas?

(NB) Definitivamente, penso no que faço como uma forma de teoria urbana crítica e, portanto, como uma tentativa de desestabilizar os pressupostos assumidos dentro de grande parte do discurso urbano principal – acadêmico, governamental e corporativo. Na minha opinião, uma compreensão puramente centrada na cidade como sinônimo de urbanização é intelectualmente enganosa e politicamente irresponsável porque, intencionalmente ou não, apaga ou inclui numa “caixa-preta” as múltiplas transformações das relações socioambientais que apoiam e

sustentam as operações realizadas pelas aglomerações metropolitanas. A noção de que as cidades são motores automáticos do crescimento econômico é uma fábula ideológica, porque esconde os grandes *links* ecológicos e de infraestrutura que incorporam vastos panoramas de extração, produção e distribuição ao poder das cidades.

Considere, por exemplo, o problema da habitação informal nas megacidades, que é hoje, digamos assim, uma grande questão dos estudiosos urbanos, formuladores de políticas e planejadores em todo o mundo. Nossa abordagem sugere que a delimitação deste ponto focal, a megacidade, já está muito limitada. Em vez de começar tratando diretamente a habitação informal, como aparecem nas grandes cidades e nas suas franjas periurbanas, precisamos perguntar: quais são as condições mais amplas nas relações de propriedade, mercado de trabalho, produção agrícola, sistemas de uso da terra e arranjos ambientais, que contribuíram para o deslocamento em massa de populações anteriormente camponesas para as grandes cidades, onde os assentamentos informais de moradia foram então construídos?

Todos esses processos formam um “campo cego” no discurso da era urbana, porque é focado unilateralmente na aglomeração – ou seja, no ambiente interno construído da cidade. Seu ponto de partida – a suposição naturalizada da cidade como a forma espacial necessária da nossa modernidade global coletiva – apaga, efetivamente, os processos em curso de privatização, expulsão, pilhagem ecológica e reorganização territorial que não só acompanham, mas mediam e estimulam ativamente a construção e expansão das regiões metropolitanas.

O que acontece com a nossa compreensão do planejamento e da intervenção política na questão da habitação nas megacidades do mundo se incluíssemos essas paisagens operacionais e suas geografias de dispossessão violenta e destruição ecológica em nossa avaliação referente aos desafios emergentes e de suas respostas potenciais? Em certa medida, algumas abordagens do ordenamento do território e do planejamento espacial – *l'aménagement du territoire* or *Raumordnung* – abarcam, em certa medida,

uma ótica produtiva para confrontar essas questões, muito embora elas tenham sido historicamente centradas nos imperativos do controle, na colonização interna e na gestão econômica do Estado. Nossa perspectiva afirma que a cidade permanece sendo tão estratégica como sempre foi como um ponto de intervenção, mas argumentamos, ao mesmo tempo, que são muitos os processos de transformação socioterritorial e ecológica posicionados “a montante” da cidade e/ou configurados em escalas espaciais muito mais amplas – regionais, nacionais, continentais, planetárias. Na medida em que muitos dos problemas supostamente “urbanos” estão enraizados em transformações político-econômicas, ambientais e territoriais mais abrangentes, nossa abordagem sugere que os formuladores de políticas presentes na ONU, nas organizações internacionais e nos governos nacionais devam ampliar sua compreensão do lugar de intervenção de forma mais produtiva com o objetivo de se começar a abordar a raiz das causas ao invés de se abordar meramente as consequências locais “a jusante”. Obviamente, essa é uma proposição que exige maior concretude e contextualização em relação às suas próprias questões específicas. Esperamos elaborar mais adequadamente essas implicações no futuro em várias arenas políticas.

(MA) Olhar o urbano para além dos conceitos de densidade e dos limiares populacionais nos relatos contemporâneos sobre a urbanização é extremamente urgente, tanto em termos intelectuais como políticos. No entanto, ao problematizarmos o domínio não urbano nessa medida, não existe o perigo de que a noção de urbano seja expandida numa amplitude a ponto de começar a perder sua coerência?

(NB) Essa é uma questão muito razoável e que frequentemente surge quando apresentamos essas ideias. Mas, também é uma indagação que pode ser esclarecida de forma bastante simples.

Em primeiro lugar: nossa abordagem não nega a existência ou a importância das regiões metropolitanas densamente aglomeradas; ela simplesmente sugere que não podemos compreen-

dê-las de forma coerente se interpretamo-la no rótulo singular, universal e genérico de “cidade”. Precisamos analisar os diversos processos de urbanização que produzem e transformam essas zonas de aglomeração, ao invés de serem vistas como exemplos de um tipo geral ou de uma forma universal de assentamento. A aglomeração tem muitas causas, produz consequências diversas, é materializada em padrões diferenciados em várias escalas espaciais, e se desenvolve por meio de caminhos diversos de desenvolvimento. Em suma, não existe uma forma singular “da” cidade.

Em segundo lugar, nossa reivindicação mais forte é de que um conceito de urbanização reinventado e ampliado também possa começar a esclarecer transformações socioespaciais, infraestruturais e ambientais nas paisagens operacionais, além das densas zonas de colonização populacional, em relação direta aos processos de aglomeração que há muito tempo monopolizaram o olhar analítico de pesquisadores urbanos. Crucialmente, no entanto, ao sugerir que tais zonas estejam sendo urbanizadas, no sentido específico descrito acima, não estamos afirmando que todas elas sejam iguais, que o mundo inteiro seja uma única mancha urbana ou que a invocação da urbanização poderia explicar de alguma forma todas as dimensões da vida. Ao contrário, estamos simplesmente sugerindo (a) que os padrões e caminhos de tais paisagens operacionais devam ser entendidos de forma mais produtiva em relação às condições de mudança dentro das zonas densas de aglomeração que eles sustentam; e (b) que nossa compreensão dos processos de aglomeração, por sua vez, estará seriamente limitada se não as associarmos analiticamente à produção de paisagens operacionais, isto é, à dinâmica da urbanização extensiva.

Em suma, nossa ênfase se dá nos processos variados de urbanização, tanto desiguais como dialéticos, ao invés de tipos singulares ou universais “da” cidade. O argumento é que a urbanização é um processo de intensa diferenciação socioespacial – para usar a terminologia de Lefebvre (2009) mais uma vez, é ao mesmo tempo global (generalizante), fragmentado e hierárquico. A tarefa é iluminar as formas específicas que, desde a industria-

lização em larga escala do capital, esses processos produziram e transformaram as configurações socioespaciais em todas as escalas espaciais imagináveis, em espaços terrestres, subterâneos, oceânicos e atmosféricos. Mesmo que, no momento, essa recodificação teórica seja ainda relativamente especulativa, acredito que já oferece ferramentas analíticas mais coerentes e produtivas para explorar processos de diferenciação socioespacial no capitalismo do início do século XXI do que a epistemologia hegemônica do urbano que ainda prevalece, com o uso do conceito rigorosamente singular e homogêneo “da” cidade e a universalização totalizadora acrítica da dicotomia urbano/rural.

(MA) Em vários capítulos deste livro, você luta frequentemente com duas maneiras aparentemente antagônicas de abordar a questão urbana. Por um lado, você argumenta consistentemente que o urbano é uma construção teórica, que só pode ser produzido através de um processo de abstração conceitual. Por outro lado, você também destaca a importância de focar essa questão no plano experimental e na vida cotidiana a fim de se obter melhor compreensão das práticas vividas que produzirão efeitos urbanos específicos, incluindo muitos dos efeitos ideológicos que você examina cuidadosamente nos capítulos anteriores. De que modo os estudos urbanos críticos podem lidar com a tensão recorrente entre essas duas dimensões do urbano – uma como abstração concreta e outra como experiência vivida?

(NB) Para isso, a realização de uma abordagem dialética é sempre desejável, e certamente essencial para relacionar as dimensões experienciais e estruturais ou abstratas da urbanização. Hoje, parece haver uma discordância crescente entre as categorias de prática – os conceitos cotidianos que herdamos para entender a organização espacial do mundo – e a busca implacável de categorias mais adequadas de análise crítica que possam nos ajudar a decifrar os processos contemporâneos de transformação ambiental e socioespacial. Como David Wachsmuth (2014) argumentou, a categoria naturalizada de cidade e

a distinção urbano/rural intimamente associada a ela, persistem na consciência cotidiana e no discurso político, embora em termos teóricos tenham se tornado profundamente problemáticas, até mesmo ideológicas, na medida em que distorcem nosso entendimento de relações e estruturas socioespaciais³. Esse é um grande e paradoxal problema em nosso trabalho atual sobre a urbanização planetária, que Christian Schmid (2014) também abordou de forma produtiva usando uma estrutura lefebvriana de análise⁴.

A ONU continua perfilando sua base de dados globais sobre a população mundial em uma distinção urbana/rural imprecisa, constituindo um caminho impensável para a compreensão dos padrões históricos e contemporâneos de mudanças demográficas e espaciais em contextos regionais e nacionais. A noção de que as zonas menos densamente povoadas ou ocupadas sejam “rurais” ainda é amplamente pressuposta em todo o mundo, territórios e culturas, assim como no âmbito das Ciências Sociais e do discurso político. Então, claramente, no nível de experiência dos mapas cognitivos cotidianos, muitos dos conceitos que estamos tentando substituir em nossa teoria são, de fato, amplamente aceitos e naturalizados como pressupostos do dia a dia.

Um dos quebra-cabeças a ser investigado é: que tipo de mecanismos institucionais, estratégias de representação e técnicas visuais continuam naturalizando as metageografias centradas na cidade como sinônimo de urbanização? Não haveria outros processos compensatórios, estratégias, experiências e lutas capazes de desestabilizá-las? Considere, por exemplo, a cartografia estatal moderna, reproduzida em grande parte nos mapas do Google e em muitas outras tecnologias de mapeamento digital. Neles, as fronteiras jurisdicionais entre diferentes assentamentos são basicamente representadas como se fossem propriedades permanentes, naturais e preestabelecidas da superfície terrestre. Mas, é claro que esses limites são construídos por uma

³ David Wachsmuth (2014).

⁴ Essa questão também foi abordada em vários outros capítulos de meu livro *Implosions/Explosions* (2014a).

série de instituições, estratégias e lutas; é através destas últimas que a operacionalidade de tais limites é ativada, reproduzida ou reinventada. Nesse sentido, mesmo que essas delimitações territoriais sejam abstrações, elas são, obviamente, “abstrações reais” na medida em que afetam massivamente o investimento, o uso da terra e a vida cotidiana de formas comuns. Ao mesmo tempo, no entanto, também há, obviamente, todos os tipos de processos que desestabilizam constantemente a imagem do mundo como sendo composto de “caixinhas” territoriais ordenadas, contíguas e não sobrepostas – por exemplo, fluxos de *commodities*, energia, informação, trabalho e assim por diante; e uma série de interdependências econômicas, políticas e ambientais que atravessam ou substituem essas “caixinhas” jurisdicionais. Essas também são dimensões-chave das relações socioespaciais contemporâneas; são simplesmente muito mais difíceis de representar usando as ferramentas cartográficas padrão dos Estados modernos, com seu vocabulário visual-territorialista. O desafio é compreender esses momentos diferentes e como eles se desenvolvem em diferentes contextos através de estratégias políticas, experiências e lutas, bem como através de acidentes, desastres ou consequências não desejadas.

Um grande problema dos estudos urbanos contemporâneos é de que o campo e as categorias de práticas institucionalizados – cidade, urbanas, suburbanas, rurais e assim por diante – são tratados como se fossem categorias de análise autoevidentes e transparentes. Nós, portanto, estamos usando conceitos profundamente ideológicos e “folclóricos” para realizar o trabalho conceitual e analítico pelo qual essas ferramentas tão contundentes também podem ser enganosas. Como Neil Smith pontuou há algum tempo, a crítica da ideologia espacial é, assim sendo, uma tarefa essencial para qualquer abordagem radical da teoria socioespacial. Somente nessa base é como poderemos desenvolver ferramentas analíticas criticamente reflexivas que iluminem mais efetivamente os processos que produzem a organização socioespacial e seu desenvolvimento desigual em diversos contextos.

(MA) Um corpo emergente de estudos baseado na Actor-Network Theory (ANT) também tem desafiado a maneira estável e limitada em que o urbano é tradicionalmente concebido. Esses estudiosos, cujo trabalho você criticou em alguns de seus escritos, propõem descentrar radicalmente o objeto dos estudos urbanos, reformulando a cidade como o produto relacional das redes sociais e materiais que conectam inúmeros espaços e atores, a maioria dos quais pode estar a milhares de quilômetros de distância dos locais de comando. Embora essa “mudança relacional” nos estudos urbanos ressoe, de certa forma, com a noção de urbanização extensiva, ao mesmo tempo também rompe com alguns dos métodos que você desenvolve em seu trabalho, como a economia geopolítica com ênfase na totalização da transformação dinâmica mundial do capital. Você consegue ver quaisquer possíveis caminhos para que essas duas abordagens venham a ser reforçadas mutuamente no futuro, ou a diferença entre as duas está se tornando cada vez mais enraizada uma na outra?

(NB) Essa é uma grande lacuna em termos metodológicos. Para mim, a questão da totalidade é essencial, mas não como uma questão ontológica. Precisamos teorizar a totalidade porque vivemos em um sistema político-econômico que neoliberaliza o capitalismo, cada vez mais orientado para a totalização – ou seja, a extensão planetária na forma de *commodities*, independentemente das consequências sociais, políticas ou ambientais. Agora, obviamente, essa totalidade não é homogeneizadora; é, como Lefebvre teria reconhecido, uma totalidade global (ou geral), hierárquica e fragmentada. É uma totalidade que se diferencia – e, por sua vez, se intensifica – conforme os contextos, sendo sempre mediada por instituições políticas, identidades político-culturais, lutas sociais etc. Mas, enquanto decifrar a especificidade, a contextualidade e as tarefas locais se mostram tarefas importantes para tal, o mesmo vale para compreender o contexto totalizador em que essas “particularidades” aparentes são incorporadas – o “contexto do contexto”, como Jamie Peck, Nik Theodore e eu descrevemos essa questão.

Parece-me que precisamos de uma teoria que possa lidar com os dois lados dessa dialética. Abordagens que se desviam muito em uma ou outra direção – estruturalismo ou contextualismo – perderão a tração analítica em relação aos problemas e transformações difíceis que estamos tentando entender. No entanto, do meu ponto de vista, as questões em jogo aqui não serão esclarecidas efetivamente através de um debate metafísico sobre se o mundo é ou não uma totalidade. Ao invés disso, o problema-chave é como compreender a especificidade histórica do sistema econômico e ambiental mundial ao qual estamos incorporados, de que forma está evoluindo, suas contradições e tendências de crise, e as possibilidades de se obter algum tipo de controle racional, coletivo e democrático sobre as forças estruturais e as alianças político-econômicas que estão se apropriando e transformando as condições da nossa vida planetária comum. Uma teoria da totalidade só é necessária em circunstâncias em que exista um sistema social histórico que se totaliza em si mesmo. Essa é uma lição fundamental que aprendi anos atrás com Moishe Postone (1996), um dos meus mentores da teoria social quando eu estava cursando a minha pós-graduação na Universidade de Chicago e cujo trabalho sobre Marx continua sendo uma poderosa âncora metodológica para grande parte do meu trabalho.

Além da questão da totalidade, outra grande preocupação é que grande parte da autoproclamada disciplina neolautorianista das Ciências Sociais tende a ser amplamente descritiva e quase autodestrutiva em termos teóricos. Argumentos foram dados sobre por que esses tipos de análises descritivas podem ser produtivas, mas muitas vezes dependendo da “caricatura” dos aspectos estruturalistas e político-econômicos aos quais estão realmente associados, especialmente dentro da teoria crítica e marxista. Há uma história longa e confusa sobre essas “caricaturas”, tanto nas vertentes esquerdistas como naquelas mais neoconservadoras da teoria política e social – considere, por exemplo, a maneira como Foucault costumava reduzir todo o marxismo à posição de Louis Althusser. Hoje em dia, isso continua acontecendo, com consequências intelectuais igualmente improdutivas através das

discussões da ANT. Não quero negar a importância da análise microdescritiva – por exemplo, o trabalho recente na microsociologia das finanças, que deu algumas contribuições fascinantes e produtivas; assim como a etnografia urbana, que continua sendo um método fundamental para os estudos urbanos e não menos importante na investigação da urbanização planetária. O principal desafio, porém, é conectar esse tipo de análise novamente à escala macro, ao seu contexto estruturante ou ao metacontexto, no qual a vivência do cotidiano, da experiência e da interação esteja incorporada. Esse é um argumento que, por exemplo, o sociólogo de Berkeley, Michael Burawoy, vem desenvolvendo brilhantemente no domínio da etnografia já há muitas décadas. Ele criou estratégias metodológicas claras para a mediação entre a experiência e a estrutura social, usando uma espécie de estrutura geocomparativa⁵. Obviamente, o trabalho de Pierre Bourdieu é basicamente uma reflexão sobre o mesmo problema.

Sob o risco de generalizar e ser, talvez, um tanto polêmico, vejo a recente mudança latouriana nas Ciências Sociais e, especificamente, nos estudos urbanos, como a virada para um novo tipo de positivismo, embora geralmente disfarçado de expressões discursivas mais modernas. Aqui, para usar termos crítico-realistas, o evento é pensado para esgotar o real, ao invés de ser condicionado e mediado por mecanismos e estruturas subjacentes. Eu rejeito fundamentalmente essa ontologia do realismo, baseando-se no pressuposto de que – tal como Marx argumentou em *Grundrisse* – o concreto seja necessariamente mediado através de múltiplas determinações, isto é, através de estruturas e contextos, dos quais são eles mesmos os produtos de rodadas anteriores de prática estruturada e de luta (padronizada)⁶. Isso é precisamente como o contexto do contexto, ou o metacontexto, pretende esclarecer essas questões. Acredito que, sem essa fórmula, as ferramentas da teoria crítica estarão seriamente comprometidas, senão neutralizadas. Obviamente, essa é uma

⁵ Veja, por exemplo, Michael Burawoy (2009).

⁶ Para uma rígida explicação dessa ideia, veja Andrew Sayer (1981).

posição contenciosa para se avançar no clima acadêmico atual, mas também uma posição que considero essencial para o projeto de teoria crítica, seja urbana, seja de qualquer outra forma.

De fato, a prova real de qualquer posição, ou de quaisquer outras que possam ser concebidas para lidar com a questão urbana de hoje, repousa em suas potenciais aplicações para a investigação concreta. Precisamos avançar para além dos debates ontológicos ou das manobras metodológicas abstratas, e demonstrar as recompensas analíticas e/ou políticas, ou desvantagens, das abordagens específicas em relação a questões substantivas com as quais nos preocupamos. O debate só pode avançar se evoluir para mais terrenos mais concretos e políticos de análise.

(MA) Em seus escritos recentes, você trabalha com a questão da “alter-urbanização”, isto é, o desafio de criar uma forma diferente de urbanização. Em muitas das vezes, a teoria urbana crítica se concentra em revelar as geografias desiguais, exploradoras e ambientalmente destrutivas da urbanização capitalista, mas não consegue imaginar maneiras alternativas de produzir, habitar e transformar os ambientes construídos e não construídos do mundo. Porém, os esforços recentes dos estudiosos urbanos para revisar projetos político-territoriais radicalmente alternativos, como a Comuna de Paris, a Rojava na Síria, e Marinaleda na Espanha, entre muitos outros, refletem a urgência de imaginar o que o sociólogo marxista Erik Olin Wright se refere como “utopias reais”. Poderia explicar a noção de alter-urbanização e como ela se relaciona com o seu pensamento sobre a urbanização planetária?

(NB) A noção de alter-urbanização é inspirada na *altermondialisation* – que pode ser mais bem traduzida como “globalização alternativa”. Embora tenha uma história muito mais longa, que remonta ao *Manifesto Comunista* de Marx e Engels de 1848, o projeto de uma alter-globalização foi inicialmente elaborado como tal pela ampla coalizão de justiça social, democracia radical e movimentos ambientalistas associados ao Fórum Social Mundial no início dos anos 2000. Continua a ser um foco intelec-

tual central, uma orientação estratégica e um *slogan* político para diversas forças sociais da nova esquerda e dos ecossocialistas em todo o mundo⁷. Em meio a uma vasta gama de diretrizes normativas-políticas, preocupações contextualmente específicas e lutas políticas, tais movimentos foram largamente unidos em oposição à forma de globalização neoliberalizada, lucrativa, orientada para o crescimento, financiada e altamente militarizada que ainda prevalece atualmente, e em apoio a formas mais socialmente justas, democraticamente gerenciadas, pacíficas, multipolar, culturalmente tolerantes, solidárias e ecologicamente viáveis de se organizar o sistema internacional.

Eu tenho me envolvido com uma série análoga de preocupações no campo dos estudos urbanos críticos já há muitos anos, mas foi apenas recentemente quando comecei a desenvolver o conceito específico de “alter-urbanização” para interpretá-las e explorá-las. Introduzi o conceito em algumas das aulas que dei durante o último ano, mostrando-se, desde logo, bastante útil para enquadrar várias dimensões da transformação, estratégia, ideologia e luta urbana históricas e contemporâneas. Por exemplo, ao discutir as geografias históricas do planejamento urbano e territorial desde a década de 1850, o conceito ajudou a aliviar os esforços de *designers*, planejadores e ativistas radicais, durante sucessivos regimes de desenvolvimento capitalista e formação de crises, na busca de uma série de “possíveis mundos urbanos” cujos contornos foram tecidos, mas sistematicamente reprimidos pelos contextos socioespaciais e político-institucionais em que eles estavam trabalhando⁸. Além disso, eu também comecei a usar o conceito de alter-urbanização como uma observação-chave interpretativa para realizar algumas de nossas experiências cartográficas no Laboratório de Teoria Urbana, onde os alunos são convidados a desenvolver críticas sustentadas como

⁷ Conferir Samir Amin (2008). Para reflexões críticas, veja Peter Marcuse (2005). Para uma visão mais geral da alter-globalização como uma orientação teórico-social, perspectiva de pesquisa nas Ciências Sociais e como um projeto político, veja os textos incluídos em Richard Appelbaum e William Robinson (2005).

⁸ Sobre a questão dos “possíveis problemas mundiais” veja David Harvey, *Justiça, Natureza e a Geografia da Diferença* (1996); e *Espaços da Esperança* (2000).

alternativas aos padrões social e ambientalmente desastrosos de uma urbanização extensiva. Esse trabalho recaiu na análise de algumas das regiões mais aparentemente “remotas” do mundo, como o Ártico, a Amazônia, o deserto de Gobi, o Himalaia, o Oceano Pacífico, a Sibéria e o deserto do Saara.

Do meu ponto de vista, um dos projetos centrais da teoria urbana crítica é contribuir com a imaginação e a construção de alter-urbanizações. Naturalmente, esse projeto está profundamente dedicado a decifrar as geografias desiguais e variadas da urbanização capitalista, incluindo suas contradições e suas consequências. Mas, ao fazê-lo, é essencial dedicar uma atenção constante às possibilidades de formas radicalmente alternativas de urbanização – mais emancipadoras, socialmente justas, democráticas, culturalmente vibrantes, tolerantes, ecologicamente sólidas – que estão latentes, mas sistematicamente suprimidas na atualidade dos arranjos socioespaciais. Argumenta-se que a teoria urbana crítica esteja necessariamente orientada para a disjunção entre o real e o possível – em outras palavras, ela tem que reabilitar o seu potencial suprimido em prol da leitura de modos alternativos de vida social, organização política e interdependência ambiental existentes nas instituições dentro desses arranjos. Nesse sentido específico, qualquer abordagem crítica da questão urbana é, por definição, orientada para o projeto de alter-urbanizações.

Essa injunção certamente se aplica à investigação que estamos desenvolvendo sobre a urbanização planetária: precisamos entender não apenas a sua dinâmica opressiva, excludente e destrutiva, mas também as novas possibilidades que podem ser abertas para um modo diferente de se organizar as capacidades daí desencadeadas – por exemplo, para a democratização, interconexão, socialização, apropriação, solidariedade, metabolismo e diferenciação. Nesse sentido, acredito eu que a problemática das alter-urbanizações seja absolutamente central para se fazer qualquer abordagem genuinamente crítica da nossa configuração planetária de urbanização. Durante os protestos de Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1999, os movimentos de alter-globalização popularizaram o maravilhoso *slogan*

de que “Outro mundo é possível”. Uma década depois, em meio ao movimento Occupy, em Nova York, e em outros lugares, esse *slogan* às vezes também reaparecia como “Outra cidade é possível”.

Talvez a urbanização seja o elo-chave entre esses momentos de protesto e seus respectivos objetivos espaciais – o mundo e a cidade. Essa observação gera imediatamente uma terceira versão daquele *slogan*: de que *outra urbanização é possível*. Isso, em minha opinião, é o principal projeto de alter-urbanização: não apenas ocupar os espaços existentes, nem mesmo produzir novos, seja na escala da cidade, seja no mundo, mas visualizar novas práticas e instituições através das quais a produção do próprio espaço pode ser vislumbrada. Alter-urbanizações, nesse sentido, envolvem a ocupação, a apropriação e a contínua transformação do *processo* de urbanização, buscando novas possibilidades para a nossa vida planetária comum, porém de modo intensamente diferenciado.

Referências

- AMIN, S. **The World We Wish to See**. New York: Monthly Review Press, 2008.
- ANGELO, H.; WACHSMUTH, D. “Urbanizing urban political ecology: a critique of methodological cityism”. **International Journal of Urban and Regional Research**, 39, n. 1, p.16-27, 2015.
- APPELBAUM, R.; ROBINSON, W. **Critical Globalization Studies**. New York: Routledge, 2005.
- BAIROCH, P. **Cities and Economic Development: From the Dawn of History to the Present**. Tradução: Christopher Braider. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- BLACK, T.; D’ARCY, S.; WEIS, T.; et al. (Orgs.) **A Line in the Tar Sands: Struggles for Environmental Justice**. Oakland (CA): PM Press, 2014.
- BOYD, W.; PRUDHAM, W. S.; SHURMAN, R. “Industrial dynamics and the problem of nature”. **Society & Natural Resources**, 14, n. 7, p. 555-570, 2001.
- BRENNER, N. (Org.). **Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis, 2014a.
- BRENNER, N. “The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration”. **Progress in Human Geography**, 15, p. 525-548, 2001.
- BRENNER, N. **Extended urbanization and the hinterland question: towards a real subsumption of the planet?** (manuscrito não publicado). Urban Theory Lab, Harvard GSD, dezembro 2015.

- BRENNER, N. **New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood**. New York: Oxford University Press, 2014b.
- BRENNER, N. **New Urban Spaces: Urban Theory and the Scale Question**. New York: Oxford University Press, no prelo.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M. *et al.* **State/Space: A Reader**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 2003.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. "Towards a new epistemology of the urban". **CITY**, 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- BRENNER, N. "A thousand leaves: notes on the geographies of uneven spatial development". In: KEIL, R.; MAHON, R. (Eds.) **Leviathan Undone? The New Political Economy of Scale**. Vancouver: University of British Columbia Press, p. 27-49, 2009.
- BUCK, D. "The subsumption of space and the spatiality of subsumption: primitive accumulation and the transition to capitalism in Shanghai, China". **Antipode**, 39, n. 4, pp. 757-774, 2007.
- BURAWOY, M. **The Extended Case Method: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2009.
- HARVEY, D. **Espaços da Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. **Justiça, Natureza e a Geografia da Diferença**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- JACOBS, J. **The Economy of Cities**. New York: Vintage, 1970.
- JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. "Theorizing sociospatial relations". **Environment and Planning D: Society and Space**, 26, p. 389-401, 2008.
- KATSIKIS, N. **The composite fabric of urbanization: agglomeration landscapes and operational landscapes. From hinterland to hinterglobe: urbanization as geographical organization**. Tese de doutorado, Harvard GSD, fevereiro 2016.
- LEFEBVRE, H. "The worldwide and the planetary". In: BRENNER, N.; ELDEN, S. (Orgs.) **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 196-209, 2009.
- LEITNER, H.; MILLER, B. "Scale and the limitations of ontological debate: a commentary on Marston, Jones and Woodward". **Transactions of the Institute of British Geographers**, 32, p. 116-125, 2007.
- MARCUSE, P. "Are social forums the future of social movements". **International Journal of Urban and Regional Research**, 29, n. 2, p. 417-426, 2005.
- MARSTON, S.; JONES, J. P.; WOODWARD, K. "Human geography without scale". **Transactions of the Institute of British Geographers**, 30, p. 416-432, 2005.
- MUMFORD, L. "The natural history of urbanization". In: THOMAS JR., W. (Org.) **Man's Role in Changing the Face of the Earth**. Chicago: University of Chicago Press, p. 382-398, 1956.
- POSTONE, M. **Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation**

of Marx's Critical Theory. Cambridge University Press, 1996.

SAYER, A. "Abstraction: a realist interpretation". **Radical Philosophy**, 28, p. 6-15, Summer 1981.

SCHMID, C. "Networks, borders, differences: towards a theory of the urban". In: BRENNER, N. (Org.) **Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis, p. 67-84, 2014.

SCHMID, C. "Traveling warrior and complete urbanization in Switzerland: landscape as lived space". In: BRENNER, N. (Org.) **Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis, p. 90-102, 2014.

WACHSMUTH, D. "City as ideology: reconciling the explosion of the city form with the tenacity of the city concept". **Environment and Planning D: Society and Space**, 32, n. 1, p. 75-90, 2014.

WILSON, J.; BAYÓN, M. "Concrete jungle: the planetary urbanization of the Ecuadorian Amazon" **Human Geography** 8, n. 3, p. 1-23, 2015.

Fontes das publicações originais e créditos

1. “What is critical urban theory?” **CITY**, 13, 2-3, pp. 195-204, 2009. © Taylor and Francis, reproduced with permission. Em português, traduzido por Marianna Olinger, com revisão científica de Brian Hazlehurst e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Publicado como “O que é teoria urbana crítica”, em **E-metropolis**, 3, pp. 20-28, dez. 2010.
2. Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer, “Cities for people, not for profit”. **CITY**, 13, 2-3, pp. 173-181, 2009. © Taylor and Francis, reproduced with permission. Em português, traduzido por Pedro Paulo Machado Bastos.
3. “Introducing the Urban Theory Lab,” © Neil Brenner. Em português, traduzido por Pedro Paulo Machado Bastos.
4. “Globalization as reterritorialization: the rescaling of urban governance in the European Union” **Urban Studies**, 36, 3, pp. 431-451, 1999. © Sage Publishers, reproduced with permission. Em português, revisão técnica por Elaine Phillipe. Publicado como “A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia”, em **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 535-564, jul./dez. 2010.
5. “Restructuring, rescaling and the urban question”. **Critical Planning**, 16, pp. 60-79, 2009. © Neil Brenner. Em português, traduzido por Daniel Sanfelici e Karen Heberle. Publicado como “Reescalonamento, reestruturação urbana e a questão urbana”, em **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, 33, pp. 198-220, 2013.
6. Bob Jessop, Neil Brenner and Martin Jones, “Theorizing sociospatial relations”. **Environment and Planning D: Society**

- and Space**, 26, 3, pp. 389-401, 2008. © Sage, reproduced with permission. Em português, traduzido por Camila de Brito e Fabiana Ribeiro do Nascimento, sob a supervisão e revisão de Elizamari Becker e Daniel Sanfelici. Publicado como “Teorizando as relações socioespaciais”, em **GEOgraphia**, vol. 19, n. 41, pp. 107-119, set./dez 2017.
7. Neil Brenner, Jamie Peck and Nik Theodore, “After neoliberalization?” **Globalizations**, 7, 3, pp. 313-330, 2010. © Taylor and Francis, reproduced with permission. Em português, revisão técnica de Carolina Siqueira M. Ventura. Publicado como “Após a Neoliberalização?”, em **Cadernos Metr pole**, S o Paulo, v. 14, n. 27, pp. 15-39, jan./jun. 2012.
 8. “Open city, or the right to the city” © Neil Brenner. Em português, tradu o de Pedro Paulo Machado Bastos.
 9. “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?” website essay commissioned for *POST: notes on modern and contemporary art around the globe* (MoMA): <http://post.at.moma.org/content_items/587-is-tactical-urbanism-an-alternative-to-neoliberal-urbanism> (abril 2015). © Copyright Neil Brenner. Em português, tradu o de Pedro Paulo Machado Bastos. Publicado como “Seria o ‘urbanismo t tico’ uma alternativa ao urbanismo neoliberal?”, em **E-metropolis**, 27, pp. 6-18, dez. 2016.
 10. “Urban Revolution?” © Neil Brenner. Em português, tradu o de Pedro Paulo Machado Bastos.
 11. “Theses on urbanization”. **Public Culture**, 25, 1, pp. 85-114, 2013. All rights reserved. Republished by permission of the publisher <www.dukeupress.edu>. Em português, tradu o de Daphne Besen. Publicado como “Teses sobre a urbaniza o”, em **E-metropolis**, 19, pp. 06-26, dez. 2014.

12. “The hinterland, urbanized?” **Architectural Design/AD**, pp. 118-127, July/August 2016. © Neil Brenner. Em português, tradução de Pedro Paulo Machado Bastos. Publicado como “A hinterlândia, urbanizada?”, em **E-metropolis**, 25, pp. 06-11, jun. 2016.

Epílogo: “Critical urban theory, reloaded?” © Martín Arboleda and Neil Brenner. Em português, tradução de Pedro Paulo Machado Bastos.

Imagem da Capa: Nikos Katsikis (Urban Theory Lab / Harvard GSD). Baseado em dados extraídos de: Vector Map Level 0 (VMap0) dataset released by the National Imagery and Mapping Agency (NIMA) in 1997; Global Commercial Activity (shipping) dataset compiled by The National Center for Ecological Analysis and Synthesis (NCEAS); Open Flights Airports Database.

O Observatório das Metrôpoles é parte do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Está presente em dezesseis metrôpoles brasileiras na forma de Núcleos Regionais e conta com sua Coordenação Nacional vinculada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Suas atividades de pesquisa e extensão são apoiadas e financiadas pelas seguintes agências de fomento:

- Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (CNPq/INCT)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

A edição deste livro contou com financiamento do David Rockefeller Center for Latin American Studies / Brazil.

Vivemos desde os anos 1970 em um acelerado processo de transformação do capitalismo, sob o impacto da globalização dos circuitos de produção, circulação e consumo, neoliberalização das forças do mercado e da financeirização do regime de acumulação. Como correlato destas transformações, observamos um incessante movimento de reestruturação das bases territoriais da reprodução do capital constituídas no ciclo anterior, revolucionando as antigas relações entre economia, sociedade e a cidade. Fixidez e fluidez, localismo e globalismo, transitoriedade e permanência se articulam em mutantes arranjos sócio-territoriais. Neste quadro, como compreender a urbanização em suas diferentes formas, diversas escalas e distintas dinâmicas? Como renovar as bases epistemológicas, metodológicas, conceituais e o vocabulário da teoria crítica urbana para compreender estas transformações?

Os textos reunidos neste livro expressam um conjunto valioso de reflexões nesta direção, resultante do criativo trabalho que vem sendo realizado por Neil Brenner e seus colegas de pesquisa. A sua circulação nos meios acadêmicos brasileiros voltados para os estudos urbanos certamente resultará na renovação das indagações e em novas pistas para pesquisa.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

APOIO:



HARVARD UNIVERSITY
DAVID ROCKEFELLER CENTER
FOR LATIN AMERICAN STUDIES

